

Otra Economía

Revista Latinoamericana de economía social y solidaria

Otra Economía - Volumen II - N° 3 - 2º semestre/ 2008
ISSN 1851-4715



Otra Economía [online] - Volumen II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008 - ISSN 1851-4715. Disponible en: <http://www.riless.org/otraeconomia>

174 p.; 29 x 21 cm.

1. Autogestión; 2. Economía Social y Solidaria; 3. Cooperativas; 4. América Latina.

Realizada por:
Red Latinoamericana de Investigadores de Economía Social y Solidaria (RILESS)



Ilustraciones:

Rita Barreto é chamada pelos índios kuikuros de Rita Kinalo. Sua convivência iniciou-se em uma visita a réplica da aldeia do Xingu, em Juquitiba, no interior do Estado de São Paulo. Num local conhecido como Toca da Raposa.

Em temporadas anuais de aproximadamente 60 dias, os índios transportam seus costumes de danças, culinária, artesanato e cultura em exposições aos visitantes. Unir a fotografia ao convívio dos índios é um sonho que se realiza onde a cumplicidade é intensa e verdadeira! Admiração e respeito são focos essenciais para registrar a alma dos índios. Esse trabalho autoral ainda terá a dedicação da fotógrafa durante longos anos, tempos suficientes para amadurecê-lo e colher bons resultados.

Índios nas fotos: Etnia Kuikuros (significa Peixinho Bicudo); Língua falada: Karibe ou Caribe; Alto Xingu - Mato Grosso – Brasil.

Parque Indígena do Xingu: foi fundado em 1961, considerado a mais importante Reserva Indígena das Américas, com uma área aproximada de 30.000 km². O Parque abriga 14 etnias, totalizando 5.000 indígenas. *“O índio só pode sobreviver dentro de sua própria cultura, pois o que proporciona a coesão entre os membros da tribo é o seu comportamento na aldeia. Este é o seu mundo religioso, mítico e mágico. No momento em que o índio não crê mais nisso, deixa de ter motivação para a sua sobrevivência; esfaca-se como povo e desaparece.”*

<http://www.ritabarreto.com/>

Usted es libre de: copiar, distribuir, exhibir, y ejecutar la obra bajo las siguientes condiciones:

1. Reconocimiento. Debe reconocer los créditos de la obra de la manera especificada por el autor o el licenciador (pero no de una manera que sugiera que tiene su apoyo o apoyan el uso que hace de su obra).

2. No comercial. No puede utilizarse esta obra para fines comerciales.

3. Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar o generar una obra derivada a partir de esta obra.

Ante cualquier reutilización o distribución, usted debe dejar claro a los otros los términos de la licencia de esta obra.

Cualquiera de estas condiciones puede dispensarse si usted obtiene permiso del titular de los derechos de autor.

Nada en esta licencia menoscaba o restringe los derechos morales del autor.

Consejo Científico:

Boaventura de Souza Santos (Portugal)
Enrique Dussel (México)
Jean-Louis Laville (Francia)
José Luis Coraggio (Argentina)
Luiz Inácio Gaiger (Brasil)
Marília Veronese (Brasil)
Paul Singer (Brasil)

Directores:

José Luis Coraggio (Argentina)
Luiz Inácio Gaiger (Brasil)

Equipo Editorial:

Carolina Barnes (Argentina)
Federico Zuberhan (Argentina)
Gonzalo Vázquez (Argentina)
Letícia Cristina Bizarro Barbosa (Brasil)
Natalia García (Argentina)

Diseño y diagramación:

Letícia Cristina Bizarro Barbosa (Brasil)

Cuerpo de referís:

Aida Quintar (Argentina)
Antonio Cattani (Brasil)
Antonio Elizalde (Chile)
Armando de Melo Lisboa (Brasil)
Carola Conde Bonfil (México)
Claudia Danani (Argentina)
Daniela Soldano (Argentina)
David Barkin (México)
Euclides André Mance (Brasil)
Fabio Sánchez (Brasil)
Fernando Kleiman (Brasil)
Gabriela Domecq (Argentina)
Gabriel Fajn (Argentina)
Griselda Verbecke (Argentina)
Gustavo Cimadevilla (Argentina)
Hans Beno Asseburg (Brasil)
Henrique Tahan Novaes (Brasil)
Lia Tiriba (Brasil)
Maria Adela Plasencia (Argentina)
María Arcelia González Butrón (México)
Mario Elgue (Argentina)
Mirta Vuotto (Argentina)
Pablo Guerra (Uruguay)
Patricio Narodowski (Argentina)
Paulo Albuquerque (Brasil)
Raúl Fernández Wagner (Argentina)
Ricardo Diéguez (Argentina)
Ruth Muñoz (Argentina)
Susana Hintze (Argentina)

INDICE

<u>PRESENTACIÓN</u>	<u>4</u>
<u>Sociedad, economía y política</u>	<u>6</u>
A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico	
– Armando de Melo Lisboa	7
Autogestão: Economia Solidária e Utopia – Claudio Nascimento	27
La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria –	
José Luis Coraggio	41
A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate	
necessário - Luiz Inácio Gaiger	58
<u>Economía Social y Solidaria: contribuciones teóricas</u>	<u>73</u>
Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo	
– Everton Lazzaretti Picoletto	74
Consideraciones en torno a las propuestas de constitución y desarrollo de	
otra economía en América latina – Juan Carlos Vargas Soler	93
<u>Economía Social y Solidaria: experiencias y sujetos</u>	<u>112</u>
A educação em Gramsci para a autogestão nas políticas públicas: Guerra de	
posições no estudo de caso da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra – Júlio	
Jader Costa y Ramon Ramalho	113
Pensamiento social peruano y economía social y solidaria a comienzos del	
siglo XX: El aporte del debate sobre las comunidades indígenas – Luis Montoya	126
Sistematización dos procesos de trabalho e peculiaridades das experiências	
de economia popular e solidárias desenvolvidas no Vale do Rio Pardo/Rio	
Grande do Sul – BR – Carolina Goerck y Leonia Capaverde Bulla	141
<u>Reseña de Libro</u>	<u>164</u>
A nova economia do trabalho. Murteira, Mario 1ra edição Lisboa: Imprensa	
de Ciências Sociais, 2007. 147 páginas – por José Luís Alves da Silva y	
Sandra Isabel Reis da Silva	165
<u>Economía Social en Europa.....</u>	<u>169</u>
Los servicios de proximidad en Europa: En perspectiva con la economía	
popular - Jean-Louis Laville	170

PRESENTACIÓN

Estimados leitores:

Os últimos acontecimentos do cenário econômico global acabam de demonstrar, de forma irretorquível, que a economia não constitui e não pode ser entendida como uma esfera autônoma da vida em sociedade, deixada livremente ao seu próprio curso para, nessas condições, exercer o seu papel espontaneamente gerador de crescimento econômico e de bem-estar. A recente crise econômica internacional demonstra, mais uma vez, a necessidade de um tratamento sempre político da economia, por meio do seu agendamento no debate público e da discussão permanente sobre a forma e o grau de regulação das atividades econômicas. Do contrário, como se observa pelo teor das medidas imediatas de administração da crise, a economia capitalista de mercado continuará privatizando os resultados da acumulação e, especialmente nos momentos de crise, socializando de modo explícito os seus custos e prejuízos, para o conjunto da sociedade.

O paradigma da racionalidade utilitarista, associado à liberdade econômica individual e à elusão das dimensões ético-políticas dos sistemas de produção e circulação de riquezas, mais uma vez fracassa e expõe suas falácias. Esses fatos tornam ainda mais vital e urgente a reflexão sobre as experiências que ampliam o cânone da vida econômica e sobre os instrumentos intelectuais adequados para impulsioná-las, no sentido de fortalecer *outra economia, outra sociedade e outra política para a América Latina*, como dizíamos no lançamento do primeiro número desta Revista.

Nesse terceiro número, *Otra Economía* segue no esforço de cumprir com esses objetivos, a começar pela seção *Sociedad, Economía y Política*, na qual figuram contribuições intimamente associadas à necessidade de reconstrução do pensamento econômico. No primeiro artigo, **Armando de Melo Lisboa** volta-se sobre a obra seminal de Karl Polanyi, demonstrando como a valorização crescente desse autor explica-se pela atualidade de sua obra, como fundamento de uma racionalidade econômica que transcende a ordem instaurada sob a égide do capital, em direção ao passado e ao futuro. **Cláudio Nascimento**, a seguir, prescruta as raízes práticas e discursivas da autogestão, um conceito nodal nas experiências históricas do movimento operário e nas iniciativas presentes de economia solidária. A partir de ampla pesquisa, evidencia a relação umbilical entre autogestão e socialismo, considerando esse último como uma expressão das aspirações emancipatórias dos trabalhadores, a serem reinseridas, em nossos tempos, dentro de um projeto autogestionário. As duas últimas contribuições, de **José Luis Coraggio** e **Luiz Inácio Gaiger**, complementam-se ao abordarem, sob ângulos ligeiramente diferentes, os problemas de viabilidade e consolidação dos empreendimentos de *economía solidária*. Há que atentar para a profusão de programas de apoio às pequenas iniciativas econômicas que buscam tão-somente inseri-las como agentes subordinados de uma economia de mercado inquestionada em seus fundamentos. Tais iniciativas passam ao largo de um obstáculo evidente ao êxito que perseguem, à medida que não se interrogam sobre os limites intrínsecos do mercado à presença de novos competidores, senão no papel de agentes subsidiários que não comprometem a equação entre custo e eficiência do sistema. A conversão dos pobres e da economia do trabalho em linha auxiliar da economia capitalista apenas redundará em seu maior enfraquecimento e em bloqueios à ativação dos seus recursos específicos, eminentemente relacionais e cooperativos. Cabe então uma dupla crítica, às noções habituais de

empreendedorismo e aos programas que visam estimulá-lo, aliada a um esforço de promoção de iniciativas segundo novo parâmetros, para além da hegemonia ainda persistente do modelo neoliberal.

Essa perspectiva crítica deve alimentar-se de novos aportes teóricos e de maior distanciamento do cenário construído pela ordem dominante. Na seção *Economía Social y Solidária: contribuições teóricas*, um aporte valioso nesse sentido nos é trazido por **Everton Lazaretti Picolotto**, que destaca o valor primordial das transformações de natureza sociocultural, sinalizadas por valores como a solidariedade e o reconhecimento, reportando-se para isso à teóricos da nova sociologia econômica e dos novos movimentos sociais. Por seu lado, **Juan Carlos Vargas Soler** propõe uma nova leitura crítica da formação das sociedades latino-americanas, marcadas pelo sentido destrutivo e pelo caráter coercitivo do paradigma da modernidade e colonialidade. Os intentos de uma nova construção histórica, desse ponto de vista, devem orientar-se por um trabalho de concepção e desenvolvimento de economias com sentido vital e descolonizador.

A par da reflexão teórica de grande amplitude, o acompanhamento das práticas efetivas, proposto na seção *Economía Social y Solidária: experiencias y sujetos*, é indispensável. **Júlio Jader Costa** e **Ramon Ramalho** analisam projetos de autogestão segundo uma perspectiva gramsciana, sistematizando e fazendo um balanço de experiências práticas. **Luis Wilfredo Montoya Canchis** debruça-se sobre a experiência histórica do Peru, da qual extrai linhas de pensamento social autóctone que compõem um quadro original, especialmente em sua referência às comunidades indígenas. **Caroline Goerck** e **Leonía Capaverde Bulla** centram-se na organização do processo de trabalho e avaliam o grau de autonomia e autodeterminação de cooperados e associados de empreendimentos solidários. O seu avanço requer o aprofundamento das experiências, com maior concurso de políticas públicas de apoio.

O número se conclui com a seção de *Reseñas*, onde **José Luís Alves da Silva** e **Sandra Isabel Reis da Silva** apresentam uma avaliação abrangente das mudanças no mundo do trabalho, compreendendo questões relacionadas ao emprego, ao sindicalismo e às políticas sociais. Esse balanço, realizado por **Mário Murteira** em *A nova economia do trabalho*, conclui pela natureza ainda aberta e relativamente imprevisível do curso das transformações.

Enquanto o mercado capitalista se desgoverna, assombrando a todos com o espectro de uma crise social de dimensões incomuns, percebe-se que os *elementos fundamentais do processo de formação e de reprodução da sociedade humana*, na expressão de **Jean-Louis Laville**, obedecem a um jogo bem mais complexo e, felizmente, mais rico. Ao Norte, segundo nos relata esse autor na seção *Economía Social en Europa*, há dez anos ganham vitalidade e maior nitidez práticas cidadãs de inequívoca similaridade com o fenômeno da economia popular no Sul. Desdobrando-se em questões relacionadas à vida cotidiana, à melhoria das condições de vida, à cultura e ao entretenimento e, ainda, à proteção do ambiente natural, elas comportam novos protagonismos, fundados no comprometimento subjetivo dos atores com a coletividade e na participação, especialmente sob formas associativas e cooperativas. Conhecidas como *serviços de proximidade*, essas iniciativas se multiplicam em vários países, a reafirmarem que o destino da humanidade depende da implicação individual e da mobilização coletiva conscientes, o que supõe tornar a produção material da vida um item da agenda democrática e, portanto, politizar e democratizar a economia.

Boa leitura!

Os Diretores.

Otra Economía

Sección

Sociedad, Economía y Política

A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico

Armando de Melo Lisboa

Profesor en el Departamento de Economía de la UFSC. Miembro fundador del GT Economía Solidaria. Consultor de diversas organizaciones de la sociedad civil. Publicó, en co-autoría, varios libros entre los cuales se destaca *Qualidade de vida e cidadania* (Florianópolis, Ed. Cidade Futura, 2001), además de varios artículos en áreas de economía política, economía social, economía ecológica y ciencias de la religión. E-mail: alisboa@matrix.com.br.



Foto: Rita Barreto

RESUMO:

Este trabalho procura apresentar os motivos pelos quais a reflexão de Karl Polanyi está sendo cada vez mais recuperada. Entendemos que este autor constitui um suporte fundamental para enfrentar e superar (sem resvalar para o irracionalismo) o corrosivo economicismo da vida moderna, bem como é uma fonte extremamente fecunda para inspirar a reconstrução da racionalidade

econômica numa nova perspectiva epistemológica.

1. Debilidades da racionalidade econômica dominante

Apresentaremos, ainda que rapidamente, as dificuldades crescentes com as quais atualmente se enfrenta o paradigma econômico estabelecido (em particular sua vertente hegemônica, a neoclássica). É nossa intenção demonstrar que a obra de Karl Polanyi (KP) propicia pistas para o enfrentamento de cada uma destas debilidades.

Entendemos que estas debilidades derivam da própria racionalidade econômica, existindo obstáculos ontológicos, epistemológicos e antropológicos para se perceber que há mais racionalidade mais além da míope racionalidade crematística. Não é nosso propósito, no momento, demonstrar esta afirmação, de resto já por nós desenvolvida anteriormente, bem como profundamente evidenciada nas obras de Georgescu-Roegen, Munford e Naredo, entre outros.

Urge superar estas debilidades, mas sem que fiquemos reinventando a roda, pois podemos – e devemos – nos apoiar nos ombros dos gigantes que nos

antecederam e que já apontaram perspectivas diferenciadas para o pensamento econômico. Este é o caso de Karl Polanyi!

1.1. A crença na modernização industrial

Pode-se constatar que até finais dos anos 60 havia uma quase unanimidade (as exceções sempre confirmam a regra) em aceitar a tese da existência de princípios universais da racionalidade econômica, ou seja: todas as sociedades seriam progressivamente transformadas à imagem e semelhança das ocidentais. Hoje se desfaz este mito do desenvolvimento, ou, pelo menos, este consenso já não é tão absoluto!¹. Rompeu-se a crença de que apenas uma sociedade altamente industrializada permite liberar as potencialidades humanas. O retorno crescente da problemática relação entre economia e cultura, particularmente em sociedades híbridas como as latino-americanas, tem contribuído decisivamente para a erosão da fé iluminista numa modernização integradora que emana da marcha ascendente da história.

1.2. A incompreensão de outras racionalidades econômicas

É intrínseca à racionalidade econômica moderna a desvalorização dos outros modos de vida diferentes do conduzido pela lei do valor. A sujeição da vida às leis do mercado, e a decorrente emergência de valores econômicos, destruiu todas as demais formas de vida social. “O desvalor é o segredo do valor econômico”, desvela Esteve (2000: 74). A perspectiva ocidental ainda permanece sendo a do olhar imperial, colonizador, na qual o epistemicídio acompanha e possibilita o genocídio perpetrado pela civilização cristã (vide E. Dussel; B. Santos; A. Quijano).

1.3. A cegueira quanto à heterogeneidade intrínseca do espaço social

É incrível como a crença no *homo economicus* impede de perceber que as próprias relações mercantis sempre coexistiram com outras relações sociais de caráter não utilitário, sem as quais as próprias relações mercantis não poderiam existir.

Se encapsularmos a sociedade numa redoma artificial regida apenas pelo cálculo racional do interesse próprio e nos comportássemos todos como mercadorias puras, o espaço societário logo se asfixiaria e se autodestruiria, uma vez que, na ausência das demais dimensões da vida que quotidianamente envolvem as nossas decisões (emoções, afinidades culturais, relações altruístas), seríamos todos psicopatas que buscam apenas o seu máximo prazer. Aliás, na gênese do pensamento econômico, J. Shift, com sua sátira **Modesta proposta para evitar que as crianças pobres da Irlanda deixem de ser um fardo para seus pais e seu país** (uma ironia à **Fábula das abelhas** de Mandeville), já revelava o absurdo do mundo construído pelos economistas.

1.4. A debilidade de conceitos centrais do pensamento econômico

A surpreendente ausência de uma reflexão sistemática e consistente sobre as categorias fundantes do paradigma econômico – em especial a de Riqueza (e, por tabela, Pobreza), Mercado, Eficiência - agravam (e explicam) a fragilidade e

¹ Por exemplo, A. Escobar; H. Daly; V. Shiva.

inconsistência da racionalidade econômica hegemônica (conf. Cordeiro; Enguita; Etzioni; Georgescu-Roegen; Max-Neef ; Thurow).

1.5. A desconexão entre a ciência econômica e as demais ciências do social

A cegueira proveniente da crença de que existem apenas “leis econômicas” engendrou um economicismo arrogante que distanciou decisivamente a reflexão econômica não apenas das considerações éticas, mas também da sociologia, antropologia, geografia, psicologia...

A denúncia da economia como uma forma de pensamento simplista e que nunca perdeu sua dimensão normativa foi contemporaneamente demonstrada por G. Myrdal e L. Dumont, em particular. No momento ressurgem correntes que advogam a retomada do caráter ético do fato econômico (lembro aqui da Escola de Cambridge, de Amartya Sen, do debate sobre a renda mínima e a Justiça econômica, e da reflexão sobre sócio-economia vinculada especialmente com A. Etzioni), bem como ressurgem a preocupação com as dimensões institucionais e sociológicas do problema econômico. Mas, estas brechas ainda estão distantes de se tornarem hegemônicas na reflexão econômica e pouco influenciaram a formulação das políticas econômico-sociais. A racionalidade economicista das principais instituições contemporâneas segue praticamente incólume.

1.6. A desconexão entre o pensamento econômico e os avanços nas ciências (da natureza e da vida) e na consciência

O paradigma econômico é uma forma de pensamento disciplinar, datada, presa à epistemologia cartesiano-mecanicista e à divisão de trabalho científico daí decorrente. Disto deriva não apenas o distanciamento da economia das ciências irmãs do social, mas uma distância ainda maior para com as demais áreas do saber (da natureza e da vida), bem como uma absoluta separação das dimensões consideradas não científicas do conhecimento humano.

Assim, os economistas, de modo geral, ainda ignoram que a própria Física ultrapassou a perspectiva mecanicista (na qual os pais fundadores da Economia Política se inspiraram e importaram), que o debate sobre a Termodinâmica já tem mais de 150 anos, e que a categoria Biosfera foi formulada em 1929 (por Vernadsky). Quando então descobrirão o impacto direto sobre a teoria econômica advinda da reflexão ecológica, da Hipótese Gaia, do Princípio da Incerteza de Heizenberg, das aproximações entre *bios* e *polis*, e da formulação das teorias do caos e da complexidade?

Sabemos que alguns esforços têm sido feitos, advindos, em particular, de subcorrentes do pensamento econômico (Teoria dos Jogos, Economia-Ecológica, Bio-Economia, ou mesmo na Economia Política), para incorporar estes novos avanços científicos bem como os novos patamares da reflexão ética. Mas, são, de modo geral, esforços marginais...

1.7. Sua impotência diante do crescimento da miséria e da fome

Na verdade, uma perspectiva crítica (e esta é a de KP) vislumbra que as desigualdades são a consequência necessária dos processos de produção de valor, bem como decorrentes da incompreensão que a própria matriz de pensamento econômico possui quanto à pobreza.

1.8. Sua insuficiência perante a mutação civilizatória em curso

Um grande conjunto de pensadores contemporâneos²² especula que as atuais transformações tecnológico-sociais significam uma profunda transformação civilizatória, podendo engendrar o nascimento de uma nova civilização. Entretanto, não resta dúvida de que as forças econômico-político-militares dominantes seguem praticamente imperturbáveis no seu secular e avassalador caminho. Ainda que este coro dos intelectuais seja uma deformação da compreensão do mundo por parte dos mesmos - uma vez que se esta "transição civilizatória" é mais visível no plano filosófico-epistemológico (na forma de compreensão da vida)²³, pode-se constatar a existência dos seguintes sinais que apontam na direção de um esgotamento do mundo moderno:

1.8.1. Deparamo-nos cada vez mais com a existência de (óbvios) limites bio e psico-físicos ao modo de vida moderno.

Uma sociedade que se estrutura em torno do "mais é sinônimo de melhor" se depara, tanto no plano bio-físico quanto no psicológico, com impasses absolutos: nunca teremos o suficiente.

Com relação ao plano ecológico, Gandhi, antecipando os atuais dilemas ambientais e o debate em torno da diminuição da pegada ecológica dos ricos, já afirmou com muita precisão: *"No mundo existe riqueza suficiente para as necessidades de todos, mas não para a ganância de poucos"*.

O tipo de emprego que resta hoje impõe ao assalariado fazer do trabalho o eixo da identidade pessoal. O trabalho se torna cada vez mais um fim em si. Ao invés de entrarmos na era do lazer, com o telefone celular, o micro-computador e correio eletrônico, estamos sempre prontos para o trabalho. As pessoas não têm mais tempo para viver. O comportamento mecânico e programado de todas nossas rotinas cotidianas gera, para além dos já conhecidos efeitos de *stress*, uma esterilização da vida social, ou seja, um processo de normose, de necrose das relações mais íntimas advinda da normalização total da vida. A capacidade das pessoas para gozar é inversamente proporcional ao PIB.

1.8.2. Hipótese do umbral do desenvolvimento

Mas, paradoxalmente, existe uma reação contrária à anterior, quando constatamos que um grupo crescente e significativo no núcleo do mundo industrial rechaça a racionalidade utilitarista e valoriza aspectos não econômicos da vida, no que são acompanhados pela reflexão filosófica da pós-modernidade.

É cada vez mais perceptível que temos alcançado certos limiares na acumulação da riqueza onde o crescimento econômico deixa de estar correlacionado positivamente com a qualidade de vida, produzindo apenas melhoras mínimas (ou mesmo diminuindo) tanto na esperança de vida quanto no bem estar subjetivo. Basta um olhar mais atento sobre nossa vida cotidiana que constataremos o excesso de carros, telefones celulares... No momento isto é contundentemente demonstrado por Inglehart (para o qual estamos entrando numa sociedade pós-materialista), mas é uma velha tese já discutida por Munford, Illich e Max-Neef.

²² Isto é afirmado por intelectuais vinculados as mais diversas correntes (como E. Castels, A. Giddens, E. Morin, A. Gorz, R. Kurz, I. Wallerstein, H. Henderson).

²³ Vide I. Prigogine; B. Santos.

1.8.3. As transformações decorrentes do fim do fordismo e da sociedade salarial e a crescente reação contra o domínio do econômico

A escalada da luta contra o neo-liberalismo, os impasses da Reunião da OMC em Seattle (dezembro/1999), a repercussão universal do livro **Horror econômico**, bem como os recentes manifestos **Os desempregados felizes** e **Manifesto contra o trabalho**, apontam para reações contundentes contra o economicismo que rege a vida moderna. Os dilemas básicos da sociedade salarial-productivista reclamam ultrapassar a esfera da economia – o imperialismo crematístico – nos colocando diante do desafio de superar a Lei do Valor: desamarrar as pessoas da lógica do capital (produzir valor para produzir mais valor).

O desafio de organizar a economia e a sociedade de uma outra forma é antigo e já foi apresentado anteriormente por P. Proudhon, R. Owen, S. Mill, B. Russel, e inclusive (ainda que marginalmente) Keynes, mas hoje ele se mostra mais premente. Os impasses gerados pela reestruturação produtiva em curso podem ser ilustrados por esta afirmação de Betinho: *“O capitalismo conseguiu inventar uma forma de produzir sem emprego. O diabo é que não consegue inventar uma forma de consumir sem salário”*.

Temos a possibilidade material de colocar-se mais além da racionalidade instrumental e unidimensional em que se situou a economia moderna, sitiando assim toda a sociedade. Mas, parece-nos que falta a vontade. Este paradoxo foi posto também por J. Ellul, o qual lembra que no século XIX, quando abundavam as energias revolucionárias, eram então limitadas as possibilidades concretas de construir um mundo livre não prisioneiro da esfera das necessidades. Hoje, neste final de século ocorre exatamente o inverso. Apesar das reações anti-economicistas, o sistema techno-econômico permanece incólume, ainda que deixe transparecer sinais de fragilidade.

2. A contribuição de Karl Polanyi (1886-1964)

Polanyi constitui um suporte imprescindível para enfrentar e superar (sem cair no irracionalismo) o crescente e cada vez mais perigoso economicismo, ou, na linguagem habermasiana, esta colonização do mundo da vida pelo econômico. Procuraremos demonstrar que sua reflexão está surpreendentemente sintonizada com alguns dos mais recentes avanços da reflexão econômica e social (o que nos obriga a questionar se eles representam efetivamente um “avanço” ...).

2.1. Conceito de embebedimento (embeddedness) e a pluralidade das formas econômicas

Em **A Grande Transformação** (1944) Polanyi demonstra que até o final do século XVIII encontramos em todas as sociedades o sistema econômico imerso no sistema social. Assim, anteriormente à nossa época nenhuma economia era controlada por mercados. Embora a instituição mercado estivesse sempre presente na história humana, *“seu papel era apenas incidental na vida econômica”* (Polanyi, 1980:59). *“Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social”* (p.80).

Ao formular a categoria de imersão (ou incrustação, embebedimento), KP explica a impossibilidade de separar mentalmente a economia de outras atividades sociais antes da chegada da sociedade moderna. *“A primeira razão para a ausência de qualquer conceito de economia é a dificuldade de identificar o*

processo econômico debaixo de condições onde está incrustado em instituições não econômicas".

As sociedades não modernas garantiam os meios materiais para a satisfação das necessidades através de duas formas econômicas básicas: reciprocidade e redistribuição (o princípio da permuta, quando existia, ocupava um lugar subordinado a um dos outros dois princípios). Cada uma delas supõe, respectivamente, uma organização social com base na simetria social (sociedades igualitárias) ou centricidade (sociedades com Estado de tipo despótico ou burocrático). De forma alguma deve-se concluir que uma economia não regulada pelo mercado seja necessariamente simples. Estes princípios sócio-econômicos não se restringem a pequenas comunidades e grupos primitivos: *"O circuito Kula, da Melanésia ocidental, baseado no princípio da reciprocidade, é uma das mais complexas transações comerciais já conhecidas pelo homem; e a redistribuição esteve presente, em escala gigantesca, na civilização das pirâmides"*, exemplifica Polanyi (p.65).

2.2. A falácia econômica

Segundo KP não compreendemos outras economias não ocidentais devido à falácia econômica: identificar toda a economia humana com sua forma de mercado. Modernamente, em função de um falso e pretenso universalismo do cálculo econômico, ocorreu um monopólio semântico do termo economia, encobrindo a existência de outros sentidos do mesmo.

Acompanhando Aristóteles na diferenciação entre ***oikonomia*** (entendida como o aprovisionamento material-energético da casa e da polis) e ***crematística*** (a forma mercantil de adquirir os bens, através da ganância), Polanyi (1994:92) nega que o sustento da humanidade suponha um problema de escassez.

Nas origens do pensamento ocidental, Aristóteles (na sua obra ***Política***, sec. IV a.C.) construiu a palavra "Economia" (administrar a casa, em grego – e este é o sentido etimológico original) – dando a ela o significado de forma natural da arte de aquisição – através da diferenciação da palavra "Crematística" – a forma artificial ou mercantil de adquirir bens. Aristóteles não partiu, portanto, da definição da economia como escassez.

Nesta construção originária da categoria "economia", Aristóteles vai diferenciar dois tipos de riqueza: uma verdadeira, a outra falsa. A verdadeira é caracterizada por ser provinda da natureza (que *"concede a todos os seres"* os bens *"estritamente necessários"*); pelo conjunto das *"coisas passíveis de acumulação necessárias à vida e úteis à comunidade composta pela família ou pela cidade"*⁴, estando ao serviço da auto-suficiência comunitária; e por ser finita está limitada pela sua finalidade (a satisfação da necessidade concreta), existindo um ponto onde se alcança a suficiência (Aristóteles, 1985:24-25).

A forma falsa da riqueza está vinculada com o outro gênero da arte de aquisição, o mercantil (ou crematístico) - o qual surgiu com a instituição do dinheiro e a expansão do comércio. Neste ramo *"todas as pessoas engajadas em enriquecer tentam aumentar o seu dinheiro ao infinito"*, usando *"de suas faculdades de maneira contrária à natureza"* (p.27, grifo nosso). Relembrando a *"insaciável ambição"* de Midas, Aristóteles indica que a falsa riqueza não visa assegurar a subsistência, mas trata do supérfluo, não tendo *"limites quanto ao seu fim, e seu fim é a riqueza"*. A riqueza obtida desta forma é falsa, tanto em função do seu caráter não natural (ou seja, infinito e ilimitado), quanto por ser

⁴ Neste sentido para Aristóteles a arte de aquisição não está restrita à economia doméstica mas é *"naturalmente pertencente ao chefe de família e ao estadista"* (p.25). E, na medida em que a natureza *"assegura o alimento às suas criaturas, (...) a arte de obter riqueza através dos frutos da terra e dos animais pode ser praticada naturalmente por todos"* (p.28), não estando presa a rituais esotéricos.

prisioneira de uma lógica individualista não comunitária (neste ramo "*alguns homens ganham à custa de outros*", p.28).

Polanyi (1994:92) também diferencia dois sentidos de "economia": o formal (surge do "*caráter lógico da relação meios-fins*") e o substantivo (denota "*os meios de sustento do homem*")⁵. Enquanto que na sociedade de mercado o objetivo é o acúmulo de ganhos monetários, em outras economias o que se busca é a reprodução material da própria vida. Entende Polanyi que devemos recuperar o significado substantivo de "economia" (o qual não implica eleição nem insuficiência, mas refere-se ao "*processo institucionalizado de interação que serve a satisfação das necessidades materiais*", p.104). Para KP o significado substantivo "*deriva da dependência do homem para ganhar a vida da natureza e de seus companheiros, na medida em que isto funciona para fornecer-lhe os meios de satisfazer seus desejos materiais*".

Recorda Polanyi que foi com a teoria neoclássica que se efetuou a distinção definitiva entre a definição substantiva e a que se refere à escassez, tendo sido C. Menger, em seus **Princípios de Economia** (1871), quem pela primeira vez definiu que a alocação dos meios insuficientes era a preocupação central da Economia. Porém Menger (que, conf. Hayek - 1983a:215, tinha uma erudição muito superior aos demais co-fundadores da teoria da utilidade marginal) ao longo de sua vida procurou rever sua obra porque não queria dar a "*impressão de que ignorava as sociedades primitivas, arcaicas e outras sociedades que começavam a ser estudadas pelas ciências sociais*" (Polanyi, 1994:94), fazendo todo o possível para impedir a reedição ou a tradução da sua obra incompleta. Após 50 anos de esforço deixou um manuscrito revisado que se publicou em Viena (1923), após sua morte, onde considerava que a economia tem duas "vertentes elementares": a que surge da insuficiência de meios, e outra (que denominou "técnica") que era independente da (in)suficiência de meios. Entretanto, estas distinções rigorosas de Menger têm sido ignoradas⁶.

2.3. Sua crítica ao conceito de escassez e a conseqüente diferenciação entre riqueza e valor.

Fundamentalmente, KP elaborou uma compreensão do fenômeno econômico não prisioneira da lei do valor, permitindo considerar positivamente as economias não mercantis (bem como os mercados inseridos no interior das mesmas), possibilitando um olhar lúcido na neblina da confusão que se estabeleceu no pensamento econômico entre riqueza, valor, preço e moeda.

A economia se afirmou como disciplina científica (assumindo como sua tarefa promover e gerir o crescimento da produção) sofrendo um duplo deslocamento:

⁵ Mais recentemente A. Sen (1992) tem afirmado que a Economia tem duas tradições, as quais se originam, respectivamente, na ética e num enfoque de "engenharia". A primeira remonta a Aristóteles, que entende a "economia" vinculada às finalidades humanas. A tradição que se baseia no "enfoque de engenharia" também é igualmente antiga, talvez até mais: ela surgiu dos estudos econômicos relacionados à condução dos negócios do Estado. Resgata Sen que o primeiro livro escrito de "economia" (o livro publicado por Kantilya no século IV A.C. com o título *Arthasāstra*, que em sânscrito quer dizer "*instruções a respeito da prosperidade material*") preocupava-se com questões logísticas, estando voltado para problemas de "engenharia". Entende Sen que ambos enfoques são úteis, e que muitas vezes combinam-se diferenciadamente, não se encontrando em estado puro. Porém, constata surpreendente que, apesar de surgir como um ramo da ética, o enfoque não-ético hoje é completamente dominante, tendo o enfoque ético uma fraca importância. Isto leva à um empobrecimento substancial da Economia moderna, "*em razão da distância que se abriu entre economia e ética*" (p.108).

⁶ Polanyi acusa Hayek (seu conterrâneo e do próprio Menger) de "*retirar o último Menger do pensamento dos economistas*" (Polanyi, 1994:95) ao tachar - na edição da *London School of Economics* (1933), feita por Hayek sobre a primeira edição (a edição póstuma nunca traduzida para outra língua) - "*os trabalhos elaborados por Menger em seus últimos anos de vida*" (Hayek, 1983a:229) como "*perdidos*", "*fragmentários e desordenados*" (ibid.).

- i) se distanciava das considerações éticas;
- ii) sua noção de produção se deslocava de seu transfundo físico originário para se voltar apenas para o universo dos valores pecuniários.

Progressivamente a noção de riqueza foi sendo abandonada e substituída pelas de valor e preço. De modo geral as teorias econômicas se jubilam com esta evolução da idéia de riqueza para sua forma valor.

Numa economia mercantil é a realidade do valor que comanda as possibilidades de reprodução das riquezas. Uma sociedade de mercado é uma sociedade voltada para a acumulação dos valores de troca. E, como esclarece Castoriadis (e também Aristóteles), o fenômeno do valor é da ordem do *Nomos* (isto é, da instituição política do social) e não da ordem da *Physis* (da natureza). Ocorre que, além de estar mergulhada num contexto ético, em última instância a vida econômica está submetida à leis físicas (pelas quais é governada, diria Quesnay) – uma vez que é no campo dos valores de uso que a Riqueza Social se objetiva.

Mas, para os economistas (com exceção, nos clássicos, de Ricardo e Marx) nunca ficou claro a duplicidade de problemas que significa ora trabalhar com questões relativas ao valor das coisas, ora com as coisas em si. Afirma KP que *“a teoria econômica dos economistas clássicos era essencialmente confusa. O paralelismo entre riqueza e valor gerou os mais nefastos pseudo-problemas em quase todas as áreas da economia ricardiana”* (1980: 132).

A confusão entre riqueza e valor é alimentada pela simultânea ambigüidade entre moeda (signo da riqueza) e riqueza. O fato da moeda não ser riqueza não diminui a sua importância, já que ela é condição de manutenção do nexos social instituído: a divisão mercantil do trabalho. O problema é que existe um descolamento da lógica financeira (que se rege por leis matemáticas dos juros) da lógica da riqueza (a qual tanto obedece a princípios relativos à organização do social, quanto depende da capacidade técnico-energética de transformação da natureza), originando um fenômeno de transferência de riqueza de quem a produz para quem tem títulos de dívidas.

A riqueza cresce em função de condicionamentos termodinâmicos e sociais. Os títulos de crédito seguem uma lógica puramente matemática. Não é possível simplesmente emparelhar ambas lógicas de uma forma permanente. Alertou F. Soddy que *“se a riqueza social não acompanhar a progressão geométrica das dívidas, determinadas pelas taxas de juros, não será a riqueza que será aumentada nos valores capitalizados, mas as dívidas”* (Cordeiro, 1995: 169). Para se ajustar uma lógica a outra há que retomar a crítica aristotélica à moeda, a qual aponta para mudar a finalidade com que se usa o dinheiro, retirando a sua condição de mercadoria.

A confusão entre riqueza e valor gera armadilhas: se o valor é expressão da riqueza, toda ação econômica que acrescenta valor às coisas é, por definição, criadora de riqueza. Mas, se existe produção de valores que efetivamente resultam em riquezas, elas sempre exigem algum grau de destruição de riquezas e podem, inclusive, apenas se efetivar desta forma trágica (Bataille).

O valor é determinado pela escassez. Ele precisa da escassez em alguma medida para se manter elevado. Por isto o capitalismo é um sistema de criação de desejos e produção de necessidades; é uma civilização fundada no consumismo e no desperdício, sobre processos de obsolescência planejada (as mercadorias não são produzidas para serem consertadas, mas para serem substituídas quando apresentarem defeitos). Esta destruição sistemática de riquezas é intrínseca à racionalidade econômica moderna. Um exemplo clássico da mesma é a política brasileira de defesa do café. Mas, no limite temos a guerra, a forma mais radical de supressão de mercadorias e capitais.

Esta confusão também faz os economistas, além de formular raciocínios loucos (como elogiar o terremoto que destruiu Kobe no Japão porque iria

contribuir para a superação da recessão econômica), construirão absurdos lógicos, uma vez que os leva a afirmar que algo (a riqueza) existe tanto mais quanto... ele não existe (se torna raro). Assim, tudo que é abundante e gratuito deixou de ser considerado riqueza, pois riqueza é só aquilo que tem valor.

KP vai demonstrar que é o valor que cresce com a escassez, não a riqueza. Um aumento no valor da terra ocorre, sobretudo, pelo fato de que sua escassez aumentou. Este valor indica, assim, necessidades maiores, e não maiores quantidades de recursos para satisfazer as necessidades.

A confusão entre riqueza e valor deriva também de uma base real: de fato, a riqueza (potencial) de um indivíduo é tanto maior quanto maior for o valor de troca dos seus bens (problema da relação entre riqueza social e riqueza privada).

Valor é um índice de escassez relativa de riqueza, de dificuldade de produção. O erro reside em tomá-lo como índice de riqueza. Valor é uma relação composta de duas outras relações: utilidade e escassez. Um clássico exemplo esclarece: o ar, apesar de útil, não possui valor porque não é escasso. Mas, a escassa pérola, quando inacessível no fundo do oceano é pura riqueza, apesar de não ter valor! (Cordeiro, 1995:153).

KP desmontou o dogma da escassez, axioma central da análise econômica. A escassez é o postulado da insuficiência das coisas materiais (a crença de que não há o bastante para todos). Os meios seriam insuficientes para a subsistência humana. A associação da Economia com "escassez" parece óbvia, pois está presente na própria terminologia "economizar" (poupar); "econômico" (barato). Através dela a condição humana é a da "tragédia predestinada", ou seja, somos prisioneiros do trabalho, da perpétua disparidade entre vontades ilimitadas e meios insuficientes.

Polanyi⁷ demonstrou a não existência da escassez nas sociedades nômades. No estudo dos povos não ocidentais descobrimos o óbvio: a escassez é definida pela relação entre meios e fins, não sendo propriedade absoluta dos meios disponíveis. Escassez é a proporção entre a quantidade de uma coisa e o uso que se lhe faz. Ou seja, há duas formas de afluência (e de pobreza): as necessidades podem ser facilmente satisfeitas seja produzindo muito, seja desejando pouco.

Um processo colossal de produção de riquezas que não pode gerar a abundância plena – eis uma forma de se perceber a contradição entre riqueza e valor na economia capitalista, entre valor de uso (nos quais a riqueza social se objetiva) e de troca (Cordeiro, 1995: 133). É o que se constata através dos conceitos de “crise de realização, crise de superprodução”.

A ciência econômica moderna se tornou ciência dos valores (Cordeiro, 1995: 128). A ciência das riquezas continuou a se desenvolver dispersamente ora no campo da agronomia, ora na ecologia, na permacultura, na geografia, no urbanismo...

Atualmente, uma das principais linhas da reflexão que busca reconstruir o paradigma econômico consiste no esforço por redefinir riqueza e progresso, o qual resulta na construção de novos indicadores. A contribuição de KP permite fundamentar uma nova visão sobre a riqueza e sobre a economia, recuperando a antiga idéia da Economia enquanto ciência da riqueza social, da reprodução social. Assim, restringe-se a perspectiva crematística à uma teoria das trocas em regime de escassez, definindo-se a Crematística como ciência (da produção) do(s) valor(es) (de troca) para serem capitalizados.

⁷ Esta tese foi detalhadamente demonstrada por M. Sahlins (ex-aluno de KP) em seu clássico e polêmico estudo “Idade da pedra, idade da abundância”. A negação do *homo ludens* pelo *homo economicus* está expresso na etimologia da palavra “negócio”: “negação do ócio”. Sobre a condição lúdica como a predominante nos povos não modernos ver ainda Cox (1974) e Huizinga (1996).



Foto: Rita Barreto

2.4. A crítica de Polanyi ao mercado

Para K. Polanyi a verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato dela se basear na economia, mas de sua economia se fundar no auto-interesse, em ser apenas *"conforme os interesses pessoais"* (1980, cap. 21). Entretanto, sua análise sobre o mercado é profundamente matizada. Vejamo-la em detalhes:

2.4.1. A grande transformação

A peculiaridade do sistema econômico que surgiu na Europa no século XIX foi que ele se separou institucionalmente do resto da sociedade. Segundo Polanyi, esta é a principal característica da nossa civilização, a primeira a se basear em fundamentos econômicos: sem dúvida que todas as

sociedades estão *"limitadas pelas condições materiais da sua existência - este é um traço comum a toda a vida humana, na verdade a toda a vida"* (1980:47). Mas, na nossa sociedade, *"ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico"* (p.72).

Esclareceu KP que, originalmente, mercado é o lugar onde se compram, em pequenas quantidades e a preços estabelecidos, os artigos de primeira necessidade. A transformação dos mercados locais (os quais são, fundamentalmente, mercados de vizinhança) numa economia de mercado auto-regulável (fazendo surgir o mercado moderno, simples mecanismo de oferta-demanda regulado por preços flutuantes) foi o resultado da intervenção do Estado e da expansão do comércio exterior, o qual progressivamente penetrou nos mercados locais, e não da evolução progressiva destes para os âmbitos nacional e internacional.

O surgimento e o desenvolvimento da indústria exigiu que se impusesse o mercado auto-regulado, de forma a que se incluísse nele, como mercadorias, a Terra, o Trabalho e a Moeda, uma vez que estes são elementos essenciais que devem estar disponíveis para a indústria, ou seja, devem estar à venda! *"Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. [...] A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés."* (p. 181).

Para KP as máquinas fabris e a economia de mercado nascem concomitantemente. A revolução industrial surge quando começa a tomar corpo a idéia de um mercado auto-regulável. *"A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria - trabalho, terra e dinheiro - foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial"* (p.87).

A Terra, o Trabalho e o Dinheiro são definidos por KP como mercadorias fictícias (ou aparentes), uma vez que eles não foram produzidos como

mercadorias, mas são tratadas como se o fossem. Organizar a economia através do mercado pressupõe uma transformação completa de tal forma que a natureza, o ser humano e o dinheiro fossem transformados em mercadorias, passando a ser, no caso dos dois primeiros elementos, denominados pela teoria econômica de "terra" e "trabalho". Mas eles não são mercadorias: *"Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais"* (p.85).

2.4.2. As traumáticas consequências para a sociedade e para a natureza

Esta grande transformação (a emancipação do econômico das regras morais graças a separação radical dos aspectos hoje chamados "econômicos" do tecido social) ocorreu através de dolorosos processos sociais, gerando uma reificação da vida econômica e um processo de barbarização.

Logo no início de sua obra magna KP afirma: *"A tese defendida aqui é que a idéia de um mercado que se regula a si mesmo era uma idéia puramente utópica. Uma instituição como esta não poderia existir de forma duradoura sem aniquilar a substância humana e a natureza da sociedade, sem destruir ao homem e sem transformar seu ecossistema em um deserto"*.

A inclusão da natureza e do ser humano no mercado significou *"subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado"* (p.84). A sociedade humana passa a ser apenas um acessório do sistema econômico, ou seja, uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. Isto resulta no desmoronamento da sociedade. *"Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por [...] uma organização atomista e individualista"* (p.167).

O progresso, portanto, é feito à custa de desarticulação social. Daí o aparente paradoxo de que a pobreza parece acompanhar uma abundância nunca vista. Somente a ameaça da fome era capaz de criar um mercado de trabalho. A submissão do ser humano à necessidade (à fome) é um fenômeno moderno (tese amplamente demonstrada por um brasileiro contemporâneo de Polanyi: Josué de Castro). É somente quando a pessoa é privada de todas suas autonomias com a desarticulação da *oikonomia* (da "economia natural") é que sua sobrevivência se vê ameaçada, e surge a pobreza tal como a conhecemos hoje: pessoas despossuídas das mínimas condições de existência. *"É justamente a ausência da ameaça de inanição individual que torna a sociedade primitiva, num certo sentido, mais humana que a economia de mercado"* (p.168).

Enquanto que nas sociedades pré-modernas os incentivos que levam as pessoas a participarem na produção são o orgulho, o prestígio, a dignidade, o status e o reconhecimento público, o que mantém em funcionamento contínuo o moinho do mercado são dois estímulos simples: o temor da fome e o desejo de lucro. Na esperança de que os despossuídos possam satisfazer suas necessidades vitais, e de que os proprietários possam obter benefícios, entrega-se o destino do homem e da natureza nas mãos de um mecanismo autômato (1994: 83).

Mas enquanto tal "progresso" se deu na Europa ocidental ao longo de várias gerações, nos povos colonizados ele se processou mais rapidamente e sem o surgimento de um Estado social, sendo, portanto, mais visível. Como *"o indivíduo numa sociedade primitiva não se vê ameaçado de inanição a menos que a comunidade como um todo também esteja numa situação semelhante"* (1980:167), era necessário destruir as suas instituições tradicionais.

A promessa do paraíso (desenvolvimento) seria alcançada através de sacrifícios (custos sociais). Porém, a expansão incontrolável da economia crematística, cada vez mais se divorciando (e destruindo) da *oikonomia* inserida na natureza e submersa nas relações sociais, não trouxe, como prometido, uma melhoria generalizada do nível de vida da população. Pelo contrário: o sonho "*converte-se em pesadelo tão logo procura transformar-se em realidade*" (Altvater, 1995:201). O que os modelos mecânicos de desenvolvimento tem engendrado é a ampliação contínua das necessidades (tornando todos carentes de alguma coisa), institucionalizando a escassez, substituindo o *homo ludens* pelo *homo economicus*. O culto da razão no século das luzes nos fizeram acreditar que nossa espécie seria designada como *homo sapiens*. O culto da economia (religião do progresso) no último século nos fez crer que seríamos o *homo economicus*. A evolução ideológica se completa contemporaneamente com a mutação generalizada do *homo economicus* em *homo miserabilis* (Illich, 2000:155).

Cinco décadas após KP ter apresentado estas teses, aos poucos se impõe, atualmente, a visão de que a superação da pobreza reside no fortalecimento da autonomia cultural-econômica das comunidades (*empowerment*) ditas carentes e na melhora do uso comunal dos comuns recursos naturais, ao contrário da proposta do paradigma econômico vigente de atrelar a sobrevivência dos pobres ao crescimento da economia industrial.

2.4.3. A necessidade de um controle social sobre o mercado

As conseqüências são tão ameaçadoras que Polanyi assinala que era inevitável surgir (como ocorreu ao longo do século XIX e XX) algum tipo de protecionismo que limitasse e intervisse no mecanismo do livre mercado.

"Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; [...]. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e arredores, poluídos os rios [...]. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e secas nas sociedades primitivas" (1980:85).

Como nenhuma sociedade suportaria estes efeitos catastróficos, seria necessário proteger a "*substância humana e natural, assim como a sua organização de negócios, [...] contra os assaltos desse moinho satânico*" (p. 86). Surgem então os contra-movimentos de proteção social. O próprio negócio capitalista também teve de ser protegido do funcionamento irrestrito do mercado: "*O banco central foi, de fato, um artifício desenvolvido basicamente com o propósito de oferecer proteção*" (p.193).

Esclarece, entretanto, que advogar o primado da sociedade sobre a economia como condição da sobrevivência da humanidade representa **o fim da sociedade de mercado**, o que **"não significa, de forma alguma, a ausência de mercados"** (p.246, grifo nosso), e sim que o mercado deixe de ser "*um órgão de auto-regulação econômica*" guiado apenas pelo sistema de preços.

2.5. Economies are produced by economics. A profecia de Smith.

Diferenciadamente do outro Karl (o Marx) e dos liberais, Polanyi rompeu com a crença da economia como infra-estrutura, demonstrando que é justamente este credo que permitiu o desenvolvimento do capitalismo (Latour, 1999).

Na Inglaterra de finais do século XVIII se inicia a Revolução Industrial, e com ela teve lugar o momento fundacional da utopia econômica capaz de reduzir todos os elementos da produção ao estado de mercadorias. Os racionalizadores

da economia política contagiaram de otimismo a empreendedores industriais, que se converteram em pregadores de uma nova religião baseada na fé cega no mercado e no caráter inexorável do progresso. *“A principal correia de transmissão da Revolução Industrial não era a invenção técnica, mas a invenção social. (...) O descobrimento do econômico [enquanto ciência] foi uma revelação revolucionária que acelerou enormemente a transformação da sociedade e o estabelecimento de um sistema de mercado”* (cap. 10). *“Os eruditos proclamavam em uníssono que se havia descoberto uma ciência que não deixava dúvidas quanto as leis que governavam o mundo dos homens. Em nome da autoridade de tais leis, desapareceu dos corações a compaixão, renunciou-se a solidariedade ...”* (cap. 8).

A descoberta desta nova ciência, das leis que governam uma economia de mercado, apresentadas sob a autoridade da própria natureza (*“a sociedade econômica estava sujeita a leis que não eram leis humanas”*, p. 133), marcaria o nascimento de uma nova consciência bem como seria a base que guiaria a ação das políticas estatais. A economia de mercado não surgiu de uma tendência natural de expansão dos mercados locais, mas em *“consequência de uma intervenção consciente, e às vezes, violenta, por parte do governo que impôs à sociedade a organização do mercado”* (p. 244).

Quando, em **A Riqueza das Nações** (1776), A. Smith explicou que o *“princípio que dá origem à divisão do trabalho”* era a *“propensão do ser humano ao intercâmbio”* (sugerindo, portanto, que nossa espécie seria definida pela qualidade mercantil, o que levará mais tarde ao conceito de *homo economicus*), afirmou também que inclusive *“numa tribo de caçadores ou pastores”* as pessoas partem *“da consideração de seu interesse próprio”* (Smith, 1983:50). Como na verdade até a época de Smith essa propensão ainda não tinha se manifestado em escala considerável, sugere Polanyi (p. 59) que nunca uma *“leitura errada do passado foi tão profética do futuro”*.

A economia como disciplina, portanto, não descreve o mercado auto-regulado, mas antes o prescreve, executa. (Latour, 1999).

2.6. A crítica ao industrialismo e a perspectiva ontológica de KP

Para KP *“o fato fundamental é que a máquina criou uma nova civilização”* (1994: 65), a ponto da denominada Revolução Industrial se configurar como um dos grandes momentos da história da humanidade (ao lado do Neolítico e do surgimento da agricultura). O desenvolvimento da grande indústria, além de deformar nossa visão sobre o homem e sobre a sociedade (1947: 96), deformou o próprio *“caráter do homem”* (1980: 136). *“A produção mecânica em uma sociedade comercial supõe nada menos que a transformação da substância humana e natural da sociedade em mercadorias”* (cap. 6).

A civilização industrial modificou o centro do ser do homem do interno para o externo, alterando também a nossa relação com a natureza, *“criando novas relações interpessoais que refletem forças físicas e mentais capazes de autodestruir a raça humana”* (1994: 65). KP alerta para a *“fragmentação do homem”*, para a *“normalização do esforço”*, para a *“supremacia do mecanismo sobre o organismo e da organização sobre a espontaneidade”*, como ameaças para a personalidade e a liberdade: *“a tecnologia industrial está se mostrando a si mesma capaz de gerar tendências suicidas que atacam a raiz da liberdade e da vida mesma”* (p. 68). Adorno e Horkheimer, vivendo também no contexto societário de Polanyi, chegaram às mesmas conclusões: *“O animismo havia dotado a coisa de uma alma. O industrialismo coisifica as almas”*. Entretanto, se *“a humanidade está longe de se haver adaptado à máquina (...) é impossível restaurar o passado...”* (1980:244). *“Devemos aprender a viver com ela, se é que vamos viver”* (1994: 65).

Cada vez mais se exige, presentemente, pensar o econômico juntamente com a discussão sobre os fins. Muitos são os que buscam a reintrodução da perspectiva ética na economia. Polanyi explicitamente formulou que uma reestruturação do paradigma econômico supõe uma mutação radical nas motivações humanas (uma *“reforma da consciência humana”*; 1980: 135) na qual o móvel da ganância seja substituído pelo da subsistência. Trata-se de um enfrentamento ético com o ídolo do mercado, o qual adquirindo o *status* de *“uma religião secular”* (p.111), está imbuído do *“credo fervoroso”* na *“salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável”* (cap. 12: *“O nascimento do credo liberal”*).

O conjunto destes esforços por não mais submeter a sociedade (a terra, o trabalho e o dinheiro) aos **“moinhos satânicos”** (domínio do valor), tem o mesmo significado quando no passado ocorreu esta submissão: realizar-se-á como uma grande transformação. Isto supõe, no essencial, situar-se no horizonte ontológico.

O dilema que KP expõe sobre *“a liberdade numa sociedade complexa”* (seu último capítulo) consiste que o poder e o planejamento necessários para gerar uma maior liberdade podem se voltar contra o próprio homem e eliminar a própria liberdade.

Como alcançar a liberdade numa sociedade complexa? Aceitando, primeiramente, a realidade da existência da sociedade e a impossibilidade de uma vida sem algum grau de compromisso mútuo e de cooperação. Ora, uma sociedade complexa necessariamente exige algum grau de regulação e controle: *“não existe uma sociedade sem o poder e a compulsão, nem um mundo em que a força não tenha qualquer função”* (p. 250). A solução liberal (ou mesmo a anarquista) é extremamente perigosa. Somente através de uma regulação social sobre o mercado e que delimite a voracidade dos capitais privados e dos indivíduos solipsistas (restringindo, portando, o grau de liberdade individual de alguns) é que será possível *“criar uma liberdade mais ampla para todos”*.

Entretanto, a chave para o problema da liberdade não se encontra no nível institucional, mas radica no *“nível moral ou religioso”*, uma vez que as instituições *“são materializações do significado e do propósito humano”*. A reforma institucional, se não for acompanhada pela reforma no espírito do homem (se não possuir *“uma inspiração espiritual”* – p. 172), não serve para nada. O caminho da liberdade numa sociedade complexa passa pela compreensão do significado da mesma.

Por isto encerra **A grande transformação** com estas últimas afirmações: *“Temos invocado o que consideramos que eram os três fatos constitutivos da consciência do homem ocidental: o conhecimento da morte, o conhecimento da liberdade, o conhecimento da sociedade. O primeiro, segundo a tradição judia, foi revelado na história do Antigo Testamento. O segundo pelos ensinamentos de Jesus Cristo tal como nos mostra o Novo Testamento. A terceira revelação surgiu porque vivemos em uma sociedade industrial. Nenhum grande nome histórico está ligado a ela. Possivelmente Robert Owen é quem esteve mais próximo de converter-se em seu porta-voz. É esta revelação – o conhecimento da sociedade – o que constitui a consciência do homem moderno”* (cap. 21).

Nesta invocação de Owen, presença recorrente, aliás, ao longo da sua obra, KP resgata uma tradição socialista que busca um caminho substancialmente idêntico à sua meta final, e que se caracteriza por uma profunda reforma moral. Se para o liberal a idéia da liberdade degenera na simples defesa da livre empresa, o socialismo real em vão prometeu um reino de liberdade, *“pois os meios determinam os fins”*.

Citando F. Knight -*“nenhum motivo especificamente humano é econômico”*-, conclui Polanyi sua grande obra, que antecipou em muitas décadas os grandes temas do debate atual: *“Após um século de ‘desenvolvimento’ cego, o*

homem está restaurando o seu habitat. Se a industrialização não deve extinguir a raça, ela precisa se subordinar às exigências da natureza do homem" (p.243).

3. O debate em torno da obra de Polanyi

É praticamente dentro da Antropologia (onde é saudado por ser um dos grandes mestres da antropologia econômica) que Polanyi teve seu maior reconhecimento, o que se deve em especial ao seu conceito de *embeddedness*. A obra de KP e seus colaboradores desencadeou um vasto e interminável (e, para alguns, estéril) debate, particularmente nos campos da historiografia, da antropologia e da sociologia econômica, quanto ao caráter formal ou substantivo da economia (a controvérsia entre formalistas x substantivistas), permanecendo até o presente como fonte e referência sobre inúmeras questões.

Como era de se esperar, KP foi rejeitado tanto pelos marxistas, quanto pelos conservadores. Produzindo em plena guerra fria um pensamento crítico e independente do maniqueísmo ideológico então em confronto, não é de admirar que em vida tenha tido pouca repercussão (diferentemente dos seus contemporâneos Keynes e Schumpeter), e que apenas aos poucos, na medida em que o neoliberalismo ascende, sua grandeza venha sendo reconhecida de forma mais universal. Destacamos aqui as críticas que lhe foram dirigidas no campo da nova sociologia econômica por Granovetter, da antropologia de vertente marxista, notadamente por Godelier, bem como no campo da historiografia por Braudel.

Num nível mais geral, questiona-se o modelo de incrustamento de KP, contrapondo-se ao mesmo a tese de que as economias pré-industriais também tiveram um grau significativo de diferenciação, com a presença de padrões de escolha racional por parte dos seus atores. Além disto, demonstra-se que nas sociedades modernas é generalizável um alto grau de embebedimento da economia nas instituições e arranjos sociais. Este é o esforço de Granovetter (1985) que, ao recuperar a tese da incrustação, procura se afastar das clivagens da perspectiva substancialista de KP. Considera Granovetter que o pensamento de Polanyi, por centrar-se na noção descontínua de Revolução Industrial como Grande Transformação geradora do descolamento das relações econômicas das relações sociais, está sujeito à crítica histórica, tanto por subestimar o processo histórico e gradual de diferenciação da economia relativamente à sociedade no período anterior ao século XIX (sobrevalorizando o incrustamento da economia em sociedades não reguladas pelo mercado), quanto pelo equívoco de considerar a economia moderna como independente das relações sociais, como um estado subsocializado. A análise de Granovetter, portanto, critica duramente “as visões extremistas das perspectivas subsocializada e sobresocializada da ação humana” (1985:503).

Discordando da tese de KP de que economia moderna está *disembedded* da estrutura social, Godelier (1969: 332) defende que em toda sociedade existe uma relação entre o econômico e o não econômico. A racionalidade econômica “*não se reduz, de modo algum, a uma significação ‘puramente’ econômica*”. Por outra parte, denuncia que KP, ao ver na redistribuição uma simples extensão do princípio de reciprocidade que preside as relações de parentesco, “*oculta o caráter opressivo real do poder aristocrático*” (p. 343).

Braudel fará uma dura rejeição do pensamento de KP. Em **Civilização Material, Economia e Capitalismo**, critica “*seu quase total desconhecimento da história*”, pois afirma que KP ignora os “*numerosos trabalhos clássicos sobre a história dos preços*”. Adotando como critério por excelência da existência de um mercado a flutuação dos preços, sustenta existir economia de mercado muito antes do século XIX. Censura também o “*gosto teológico pela definição*”, ou seja, que a definição de mercado KP “*é uma criação da mente*” (Braudel, 1996: 195).

CONCLUSÃO: a contemporaneidade de Polanyi

1. Os atuais contra-movimentos em torno da Terra, Trabalho e Dinheiro

Atualmente cresce o clamor pela necessidade de estabelecer um controle social sobre o mercado. Nesta contemporânea virada de milênio, diversos contra-movimentos de proteção social lutam exatamente para situar a Terra, o Trabalho e a Moeda fora da ação da lei do valor. Vejamos:

1.1. A progressiva desmercantilização da Terra

Isto está visível na progressiva importância da questão ambiental na sociedade contemporânea, bem como na luta dos movimentos ecológicos por situar a natureza fora do domínio crematístico. Também dentro da Economia-Ecológica, uma importante corrente advoga a incomensurabilidade da natureza e da vida (Martínez Alier).

Os recursos naturais, por não terem sido produzidos para o mercado, por se tratarem de *stoks* (e não de fluxos), requerem que, para sua gestão, se mude o *status quo* econômico com o qual são medidos: não é no campo do valor econômico e no jogo das forças de mercado. KP já antevia isto, pois afirmava que *“situar a terra fora do mercado equivale a incorporá-la a determinadas instituições ...”* (1980:393).

1.2. A perda do Trabalho da sua condição de mercadoria

W. Leontief cunhou em 1982 uma frase admirável: *“Quando a criação de riquezas não depender mais do trabalho dos homens, estes morrerão de fome nas portas do paraíso, a menos que se responda por meio de uma nova política de renda a nova situação técnica”*. Uma das maiores dificuldades do paradigma econômico moderno é que sua centralidade no trabalho assalariado está questionada pela sua escassez. A resposta do sistema é a flexibilização do trabalho. Esta resposta contrapõe-se com/a aqueles que lutam para sair da sociedade salarial (como Castells) através da superação da redução da condição humana à mercadoria.

Muitos são os que hoje, ao advogar o direito à um ingresso social incondicional como uma possibilidade que corresponde melhor a economia que se está desenhando em função das transformações atuais (superando-se o beco sem saída da economia mercantil), apontam para o sentido da evolução presente: *“está caduca a lei do valor”*.

Nos atuais sistemas produtivos integrados homem-máquina-organização, a contribuição pessoal de cada trabalhador já não é mais mensurável, o que torna o produto nacional um bem coletivo. Assim, os preços já não refletem o custo do trabalho imediato, cada vez mais marginal. Torna-se ultrapassado, portanto, o princípio de *“a cada um segundo seu trabalho”*. Quando a inteligência e a imaginação se convertem na principal força produtiva, o tempo de trabalho deixa de ser a medida do trabalho, bem como deixa de ser mensurável. O valor de uso produzido pode não ter nenhuma relação com o tempo consumido na produção.

Isto aponta para uma reorganização societária onde o trabalho se emancipe da dominação do capital e a pessoa se emancipe da dominação do trabalho para desenvolver-se na diversidade de suas múltiplas atividades. Em resumo, reconquistar o poder das atividades vivas sobre o aparato e o processo social de produção, reconquistar o poder sobre o tempo. Como já constatamos,

este conflito não é novo. O que é novo é que ele se torna cada vez mais central (Gorz).

1.3. Os impasses da economia cassino globalizada

É fundamental afastar-se do fenômeno do fetichismo do dinheiro, retirando-lhe qualquer possibilidade (ainda que hipotética) de produzir riqueza pela sua simples circulação. Trata-se de conferir ao dinheiro aquilo que ele realmente é: um título de participação e poder de comando sobre a riqueza social.

Os atuais Clubes de Troca (as redes mutualistas de intercâmbio e comércio local, também conhecidas como LETs⁸) bem como a emergência das redes de comércio justo, reinventam o dinheiro (e o próprio mercado) exatamente enquanto não mercadoria, de forma que o mesmo não fique sob o domínio da lei do valor. As lutas do movimento internacional de cidadãos ATTAC⁹, contra a especulação financeira internacional através da taxação das mesmas tem o mesmo sentido.

2. Polanyi: precursor de um pensamento plural e integrado

Hoje, pós muro de Berlim, é atualíssimo realizar pontes com o pensamento socialista utópico, constatar que a terra, a pessoa e o dinheiro não são mercadorias, reivindicar a dimensão moral da economia, redescobrir a importância da comunidade, forjar um pensamento integrado bio-polis-eco, demonstrar o caráter cultural do fenômeno econômico, recuperar Aristóteles, valorizar as economias não monetárias, alertar para os graves perigos da auto-regulação do mercado, criticar o industrialismo, e mesmo pensar a viabilidade de um socialismo de mercado.

No contexto da segunda grande guerra mundial e num momento em que o liberalismo estava desacreditado, KP captou brilhantemente o significado dos câmbios que se operavam nas relações sociais e no papel que ocupa a espécie humana na biosfera com o advento da Revolução Industrial e a formação da Sociedade de Mercado.

KP partiu do óbvio: não considerou a separação pessoa-natureza e situou a sociedade (e a economia) no contexto obrigatório da biosfera, superando a miopia dos esquemas analíticos da economia que, com frequência, ignoram outras realidades e outros esquemas interpretativos.

Polanyi não ficou prisioneiro da concepção reducionista-cartesiana da conduta humana do *homo economicus*, refutando o universalismo do cálculo econômico, além de compreender a esfera econômica embebida na sociedade. Apresentou as consequências de uma economia que se auto-regula (com vistas à buscar o máximo de valor) à margem de todo freio moral, especialmente quanto ao significado da perda da coesão social e desarticulação da esfera comunitária.

A atualidade de KP é que ele pensou o mercado, apostando na viabilidade e urgência de subordinar a economia à política. O triunfo contemporâneo da economia de mercado contrasta com a indignação da reflexão sobre o próprio mercado, especialmente nas suas dimensões morais e sociopolíticas, pois este é assumido inconscientemente como um postulado, uma obviedade, não sendo objeto de análise intelectual, especialmente por parte dos economistas. Para

⁸ É a sigla em inglês de *Local Employment and Trading System*. Uma ampla bibliografia pode ser encontrada em: <http://www.gmlts.u-net.com/>.

⁹ ATTAC é a sigla de Ação pela Tributação das Transações Financeiras e Apoio aos Cidadãos. Informações no site <http://www.attac.org>.

Dupuy (1998: 20) esta incapacidade de pensar o mercado se torna preocupante – especialmente quando, “*no rink das ideologias, o mercado é o único que fica em pé*”.

Hoje o tratamento dos conflitos impõe reintroduzir a ética na reflexão econômica. KP já apresentava esta discussão sobre os fins, compreendendo que a economia carrega todo um lastro de aspectos morais, uma vez que o *oikos* (habitat humano) não é apenas um mundo de objetos, mas também de valores e símbolos – ou seja, pertence simultaneamente às esferas do *ethos* e da *physis*.

KP compreendeu a evolução da idéia de riqueza e as conseqüências do seu deslocamento em direção à forma valor, desenvolvendo um pensamento que permite a reconstrução da Economia enquanto ciência das riquezas. KP visualizou uma economia não voltada para o crescimento do valor, reconhecendo a importância das economias não monetárias.

Ao pensar a economia inserida num meio físico-social, KP modificou o estatuto do econômico, retirando o seu caráter absoluto. Adotou um enfoque eco-integrador que abriu a reflexão econômica para o mundo físico e ético-institucional (ou seja, foi muito mais além da perspectiva crematística que contabiliza apenas o valor monetário). Assim, elaborou, incrivelmente, uma reflexão sobre o econômico e o social muito adequada aos avanços atuais da reflexão ética (H. Jonas; Lipovetsky) e das ciências e os novos conceitos da termodinâmica, hipótese gaia. A perspectiva de KP permite (re)aproximar a economia da antropologia, da sociologia, da história, da ecologia, da filosofia ética, da política ..., além de antecipar em muitas décadas muitos dos desdobramentos contemporâneos da reflexão sobre o econômico que se fazem hoje ainda em compartimentos praticamente estanques – se bem que sejam inovadores e estejam contribuindo para a superação do economicismo vulgar – como os da Economia-Ecológica, da Sócio-Economia¹⁰, da Sociologia Econômica, da Economia Institucional, da Bio-Economia... Estes nobres esforços parecem muitas vezes com os cegos que tateiam um elefante... Se ignorarmos KP a impressão que fica é de que estamos, mais uma vez, reinventando a roda, com a desvantagem de não construir um pensamento integrado.

Evidentemente, KP não vai dissolver todas as diferenças entre as atuais correntes que estão a renovar as interpretações do problema econômico-social, mas pelo menos oferece um patamar seguro para formular uma visão do econômico não reducionista e extremamente aberta para o diálogo com outras áreas do saber, além de surpreendente conectada com os dilemas societários deste novo milênio.

Polanyi constitui-se num suporte imprescindível para enfrentar e superar o economicismo e os graves desafios contemporâneos da nossa civilização, proporcionando *insights* e pistas de caminhos seguros que nos ajudam a construir o tão almejado pensamento complexo sem cair nos modismos pós-modernos ou nos fáceis irracionaisismos tão abundantes hoje.

Será o século XXI polynista, como alguns já afirmam? Há uma tendência em fazer de KP uma nova moda intelectual. De qualquer forma, não tenho a pretensão de fazer parte desta possível corrente – a qual nega profundamente o espírito do próprio KP, uma vez que este construiu um pensamento plural e independente, procurando ser livre dos esquematismos vulgares. Por isto foi tão pouco compreendido e por muito ignorado pelos economistas. Penso apenas que KP constitui um indiscutível e imprescindível clássico das ciências sociais: nos

¹⁰ É incrível como duas das principais sociedades que estão contribuindo decisivamente na reconstrução do pensamento econômico (SACE – *Society for the Advancement of Socioeconomics*, e a ISEE – *International Society for Ecological Economics*) possuem uma trajetória com incrível paralelismo (ambas nasceram em 1989 nos EUA, e ambas se preocupam com a temática ecológica), mas sem existir um diálogo mínimo entre ambas. Sobre a SACE ver <<http://www.sase.at>>. Informações sobre a ISEE no site <<http://kabir.cbl.cees.edu/ISEE>>.

ajuda a pensar! Particularmente, na reconstrução do paradigma econômico, integrando-o interdisciplinarmente.

BIBLIOGRAFICA

- Aristóteles. **Política**. Brasília: UnB, 1985.
- Altwater, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1995.
- Bataille, Georges. **A parte maldita**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Braudel, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas** (vol. 2). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Castoriadis, Cornelius. "Reflexiones sobre el 'desarrollo' y la 'racionalid' ". In: Vários. **El mito del desarrollo**. Barcelona: Kairós, 1979.
- Cordeiro, Renato. **Da riqueza das nações à ciência das riquezas**. São Paulo: Loyola, 1995.
- Cox, Harvey. **A festa dos foliões**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- Daly, Herman; Cobb Jr., John. **For the common good**. Boston: Beacon Press, 1989.
- Dumont, Louis. **Homo aequalis**. Paris: Gallimard, 1977.
- Dupuy, Jean-Pierre. **El sacrificio y la envidia**. Barcelona: Gedisa, 1998.
- Dussel, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1982.
- Enguita, Mariano. **Economía y sociología**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1998.
- Escobar, Arturo. **Encountering development**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- Esteva, Gustavo. "Desenvolvimento". In: Sachs, W. (ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Etzioni, Amitai. **The moral dimension: toward a new economics**. Nova York: Free Press, 1988.
- Georgescu-Roegen, Nicolas. **The entropy law and the economic process**. Cambridge-London: Harvard Press, 1981 (fourth printing).
- Godelier, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- Granovetter, Mark. "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". In: American Journal of Sociology, vol. 91, n. 3, 1985, p. 481-510.
- Hayek, F. "Introdução". In: Menger, K. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril, 1983a.
- Huizinga, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1996 (4. ed.).
- Illich, Iván. "Necessidades". In: Sachs, W. (ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Latour, Bruno. "O curto circuito da economia". In: **Folha de São Paulo**, 07.02.1999.
- Lisboa, Armando. "Desenvolvimento. Uma idéia subdesenvolvida". In: Niterói: **Encontro Nacional de Economia Clássica e Política** (anais), 1996.
- Martínez Alier. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB, 1998.

- Max-Neef. **Human scale development**. New York: Apex, 1991.
- Menger, Carl. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril, 1983.
- Myrdal, Gunnar. **A objectividade nas ciências sociais**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.
- Polanyi, Karl. "On belief in economic determinism". In: **The Sociological Review**, vol. XXXIX, 1947, p. 96-102.
- _____. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994.
- Prigogine, Ilya; Stengers, Isabelle. **A nova aliança**. Brasília: UnB, 1984.
- Quijano, Aníbal. "La nueva heterogeneidad estructural de América Latina". In: Sonntag, H. (ed.). **¿Nuevos temas, nuevos contenidos?** Caracas: Nueva Sociedad, 1989.
- Sahlins, Marshall. "A primeira sociedade da afluência". In: Carvalho, E. (org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- Santos, Boaventura. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Shiva, Vandana. **Abrazar la vida**. Montevideo: Inst. del Tercer Mundo, 1991.
- Sen, Amartya. "Comportamento econômico e sentimentos morais". In: **Lua Nova**, n. 25, 1992.
- Smith, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril, 1983.
- Thurow, Lester. **Dangerous currents**. Oxford: Oxford University, 1983.

Autogestão: Economia Solidária e Utopia

Cláudio Nascimento

É professor da Escola Sindical Sul da CUT e tem pesquisado e escrito sobre a autogestão por muitos anos. Escreveu, entre outros, *A questão do socialismo: da comuna de Paris à comuna de Gdansk* (CEDAC, 1986), *Rosa Luxemburgo e Solidarnosc* (Editora Loyola, 1988) e, com Michael Löewy, *Marxismo e socialismo na América Latina* (CECA-CEDAC, 1989). E-mail: clauan@matrix.com.br

“O próprio da autogestão é de ter sido um movimento social antes de ser uma doutrina”

P. Rosanvallon



Foto: Rita Barreto

INTRODUÇÃO

Rosanvallon (1976) assinala que “falar da autogestão é primeiro se interrogar sobre o destino de uma palavra. Uma palavra nova: apenas há 15 anos fez sua aparição em nossa língua; apenas se impôs a partir de 1968. Uma palavra no sentido etimológico restrito: a autogestão é a gestão por si mesmo”.

Se surgiu na França para identificar a experiência iugoslava, rapidamente se emancipou desta origem para qualificar tudo o que se fazia e se buscava após 1968. Rosanvallon chega mesmo a falar de “linguagens autogestionárias”. Ele apresenta 5 possibilidades: Tecnocrática, libertária, comunista, conselhistas e humanista.

Em “Chaves para Autogestão”, seus autores Alain Guilerm e Yvon Bourdet (1975), falando sobre o “abuso da palavra”, afirmam que a palavra “autogestion” é relativamente recente, tendo aparecido na língua francesa no início dos anos 60. Explicam que a palavra francesa “autogestion” não se encontra nos dicionários ou nas enciclopédias anteriores a 1960. Ela é tradução literal da palavra servocroata “samoupravlje” (“samo” sendo o equivalente eslavo do prefixo grego “auto”, e “upravlj” significando aproximadamente “gestão”).

Bourdet, em sua tentativa de sistematizar a relação “Marx-Autogestão”, afirma que o “fato da autogestão só ter aparecido recentemente tem seu significado. Isto testemunha, de uma parte, a ignorância do passado, e podemos entender porque certos anarquistas, fourieristas ou proudhonianos, por exemplo,

se irritam por que muitos “conselhistas” ou “autogestionarios” pensam ter achado algo novo com uma nova palavra”.

“A palavra “autogestão” foi introduzida na França, para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo”, esclarecem os dois autores citados.

Em 1980, as edições CLAS (Cuestiones Actuales Del Socialismo) de Belgrado, publicaram um “glossário” sobre “Autogestão Socialista Iugoslava. Noções Fundamentais”. Nele encontramos uma definição da “Autogestão Socialista”: “A autogestão é, antes de tudo, uma relação socioeconômica entre os homens que se funda no princípio da distribuição segundo o trabalho e não sobre a base do capital, dos meios de produção. A autogestão é, de um modo eloqüente, uma categoria socialista. A mesma só pode desenvolver-se no campo da propriedade social, isto é, em relações de propriedade em que os meios de produção e o capital social não são propriedade privada do capitalista nem de grupos de trabalhadores de determinadas empresas, nem objeto de gestão monopólica do aparato burocrático ou tecnocrático do Estado”.

A mesma editora, também em 1980, publicou uma obra intitulada “A Autogestão Socialista na Iugoslavia.1950-1980.Documentos”. Em ensaio sobre “O sistema da autogestão na Iugoslavia”, o principal teórico iugoslavo, Edvard Kardelj, assim se expressa sobre “A idéia da Autogestão”: “A autogestão não é uma “invenção” da teoria e da prática iugoslavas, segundo nos atribuem incorretamente, alguns como merecimento, outros como pecado. A idéia da autogestão é tão antiga como a idéia do humanismo e, particularmente, como o movimento operário internacional, a história de sua luta de classes e a história da prática socialista. A mesma é resultado de aspirações permanentes do homem em pró da liberdade e da livre criação, pelo domínio das leis objetivas da natureza e da sociedade, por uma vida melhor. As idéias e aspirações autogestionárias se expressaram de distintos modos no mundo, em numerosas lutas da classe operária e de homens e movimentos progressistas em pró da libertação do trabalho e do homem, e em todas as revoluções socialistas até o presente”(...) A autogestão é um processo revolucionário de transformação social que só pode se expressar em uma profunda revolução socialista e popular. E assim foi nossa revolução. A aspiração à autogestão é imanente a todo movimento socialista, e sem autogestão não existe sequer socialismo”.

Frank Giorgi (2003) afirma que “sob as mais diversas formulações, encontramos na escrita de vários teóricos da autogestão os mesmos elementos de base: a radicalidade da ambição, que se pretende herdeira do projeto revolucionário de libertação humana; o realismo “prático” da dinâmica; a recusa em separar os meios e os fins, a “via” e a “saída”. Ela é, segundo Victor Fay, “utopia realista”.

Sem dúvidas, o termo “autogestão” é relativamente novo. Contudo, se a PALAVRA é recente, a IDÉIA é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando aos inícios do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação.

Todavia, esta constante nas lutas de emancipação dos trabalhadores constitui uma “herança” que foi, por várias razões, esquecida. Aqui cabe totalmente a citação de Walter Benjamin (1985): “Em cada época, tem-se outra vez de tentar o resgate da tradição contra o conformismo, que dela quer se apossar. Se o inimigo vencer, também os mortos estarão em perigo”.

Neste sentido, as diversas EXPERIÊNCIAS de concretização da “autogestão”, expressam as várias formas e sentidos com que ela aparece em determinados momentos críticos da história dos trabalhadores. Portanto, a

história destas experiências é fundamental para desenvolvermos o conteúdo do projeto socialista autogestionário.

1. Os caminhos e as vias da autogestão

A autogestão na história assume caminhos diversos. Georges Gurvitch (1966) (um dos pioneiros do estudo da autogestão), assinalou três vias:

- 1) Os conselhos de trabalhadores podem surgir espontaneamente, dentro da ebulição de uma revolução social;
- 2) Os conselhos de trabalhadores podem ser instaurados por um governo político nascido de uma revolução social;
- 3) Os conselhos de trabalhadores podem se desenvolver por etapas, modificando em longo prazo a estrutura burocrática da economia imposta por um governo político nascido de uma revolução social. Este processo pode ser mais lento ou mais acelerado, a depender da estrutura concreta do poder político e das conjunturas internas e externas.

Estas três vias da autogestão têm suas qualidades e seus defeitos.

As experiências que vamos apresentar podem ser sistematizadas no quadro referencial destas vias, por exemplo:

- 1) -A primeira via, foi a da revolução na Rússia em 1917, que foi “a primeira a experimentar, por um curto espaço de tempo, o surgimento espontâneo dos conselhos operários, no fogo da revolução social”;
- 2) -A segunda via, é a da experiência do governo da Iugoslávia, a partir dos anos 50;
- 3) -A terceira via, lenta e por etapas, tem exemplos nas lutas dos operários na Hungria e na Polónia, iniciadas em 1953 – 1956.

Esta classificação de Gurvitch foi feita na época em que proferiu uma série de palestras em universidades da Iugoslávia, com o título de “Os Conselhos Operários”, no ano de 1957. Portanto, logo após as rebeliões e revoltas no Leste europeu em 1956.

Sendo assim, Gurvitch (faleceu em 1966) não pode presenciar outras lutas autogestionárias que ocorreram em anos posteriores. De qualquer forma, por exemplo, a evolução da Polónia, desde as lutas de 1956 até o *Solidarnosc*, na década de 80, parece se inserir na terceira via: um longo período de lutas, culminando na “desestruturação do sistema”.

Outras experiências, como a da Argélia (a partir de 1962), ou as experiências na América Latina, Chile de Allende, Peru de Alvarado, Bolívia de Torres, podem ser inseridas na via número dois: iniciativas de Governos políticos em conjunturas marcadas por grandes lutas sociais.

A experiência histórica não ocorre de forma tão “pura”: podemos dizer que as 3 vias se confundem, se interpenetram, se articulam.

Assef Bayat (1991) tentou sistematizar as experiências históricas da autogestão em outro referencial, utilizando quatro categorias e outros exemplos de experiências históricas:

- 1) Autogestão sob contexto de “dualidade de poder”, em conjunturas revolucionárias;
- 2) Autogestão nos países ditos socialistas do Terceiro Mundo;
- 3) Autogestão em governos populistas do Terceiro Mundo;
- 4) Possibilidades de autogestão em condições normais na periferia do capitalismo.

A primeira categoria cobre os exemplos da Rússia (1917), da Argélia (1962), do Chile (1972), de Portugal (1974) e do Irã (1979).

A segunda categoria cobre os exemplos da China, Cuba, Moçambique e Nicarágua.

A terceira categoria cobre os exemplos da Tanzânia, Peru, Egito (Nasser) e Turquia.

A quarta e última categoria não se refere a exemplos históricos, mas a possibilidades. Bayat afirma que o Terceiro Mundo é o principal portador das possibilidades de autogestão, no contexto do capital globalizado.

Daniel Mothé (1980), ex-membro do grupo “Socialisme ou Barbarie”, ex-metalúrgico da Renault, membro do grupo da revista “Autogestion et Socialisme”, traçou graus e/ou níveis de existência da autogestão.

1º) Diz respeito à relação do operário com seus instrumentos e com a matéria-prima; para Mothé, certas formas de trabalho em cadeia e em peças não podem ser autogeridos. Necessitam uma modificação dos instrumentos e do aparelho de produção. Neste primeiro nível, a autogestão requer o trabalho do tipo de um “artesão” ou de um artista, e significa superar o taylorismo.

2º) É o do trabalho em equipe, da cooperação entre os trabalhadores, em pequenas unidades de base, como “equipes autônomas” ou “semi-autônomas”. Veja-se a experiência dos CQ no Japão, antes de serem “assimilados” no toyotismo.

3º) Caracteriza-se por uma gestão coletiva mais numerosa, por exemplo, de oficinas.

4º) É o nível da empresa.

5º) No último nível, o objetivo é o conjunto da sociedade.

Estes níveis podem existir de forma articulada ou de forma isolada: assim, podemos falar de autogestão em se tratando apenas de uma empresa ou de várias empresas, que articuladas formam uma “rede autogestionária” (por exemplo, o caso da Polônia em 1980-81); no nível ou grau mais amplo e sistemático, a autogestão é entendida como forma generalizada, é o caso de um país (por exemplo, Iugoslávia, Argélia, etc.).

Pierre Naville (1978), autor que se dedicou ao estudo da autogestão, afirma que “os Conselhos Operários existem sempre em estado latente nas empresas de todos os tipos. Às vezes, eles entram em atividade sob forma embrionária, durante um curto período, como “comitês de greve”. Outras vezes, eles se inserem nas organizações existentes, por ocasião de comissões de reivindicações; eles existem, em potencial, mesmo nos comitês de empresas legais, com tarefas e funções limitadas. Estas formas “embrionárias” que podem assumir os Conselhos ou Comitês, agrupando, em geral, trabalhadores de diversas correntes políticas, dependem de muitas condições:

A primeira é que as organizações políticas, sindicais ou cooperativas existentes não correspondam mais às exigências das lutas do momento. Esta condição não se apresenta em qualquer momento. Pode ocorrer que as atividades dos sindicatos de massa ou dos partidos políticos respondam às necessidades de ação. Os Conselhos Operários não são e jamais foram os “únicos” organismos, insubstituíveis, totalmente diferentes das outras formas de organização dos trabalhadores. Ao contrário, existem relações flexíveis, mesmo um parentesco, das diferentes formas de organização dos trabalhadores. Só as condições da ação mostram quais são as “preferidas”. Não se pode substituir o estudo destas condições por uma filosofia abstrata, uma teoria pura dos Conselhos Operários”.

As experiências históricas confirmam totalmente as palavras de Naville, como veremos a seguir.

O filósofo Henri Lefebvre (1966) tentou sistematizar os “problemas teóricos da autogestão”. Suas idéias são estimulantes e importantes na perspectiva de tentarmos situar em um quadro teórico as experiências históricas.

“A experiência social (prática social) mostra que as associações de autogestão surgem nos “pontos frágeis” da sociedade existente. Toda sociedade tem seus “pontos fortes” que, no conjunto, formam a armadura, a estrutura da sociedade.

O Estado repousa sobre estes “pontos fortes”. A política estatal tem por tarefa soldar as possíveis fissuras. Em volta destes espaços reforçados nada acontece. Todavia, entre estes “pontos fortes”, consolidados pelo Estado, encontram-se as “áreas frágeis” e as lacunas. É aí que ocorrem fatos novos. As forças sociais intervêm nestas lacunas, as ocupam, as transformam em “pontos fortes”, ou, ao contrário, em “outra coisa”.

Os “pontos frágeis”, os vazios, só se revelam na prática ou às iniciativas de indivíduos capazes ou às pesquisas de grupos capazes de agir. Os “pontos frágeis” podem resultar de um “abalo” ou de uma “desestruturação” do conjunto.

Lefebvre nos oferece exemplos muito ilustrativos de suas idéias:

1) Em 1870, Paris é o ponto fraco do Império Bonapartista. No início de 1871, a capital é o ponto fraco da França. Devido à industrialização, ao crescimento do proletariado, em razão da guerra, à derrota da proclamação da República, ao estado de sítio, e também, devido à segregação social feita por Haussmann, à repartição dos operários nos bairros periféricos, ao emburguesamento e ao início da deterioração no centro.

Sob a Comuna, os operários projetam realizar a autogestão nas fábricas abandonadas pela burguesia de Versalhes, porém não tiveram o tempo necessário. Por infelicidade, a burguesia e seu Estado e as relações de produção capitalistas ficaram fortes fora de Paris; Thiers pode reconstituir rapidamente em Versalhes o aparelho de Estado e a Armada.

Lefebvre aponta o “ponto fraco” onde surgiu a autogestão: as fábricas abandonadas pelos patrões. É fundamental perceber sua noção de fraqueza: surge de um campo complexo de contradições, tal qual apontou inicialmente. É importante também notar que o Programa da Comuna traz 13 pontos apontando para o conjunto da sociedade francesa, não se restringindo ao campo da produção;

2) Em 1917, durante a derrocada do Tzarismo, antigos pontos fortes de sua armadura sócio-política, isto é, a armada e a cidade, tornam-se pontos fracos. Juntam-se, assim, as empresas capitalistas que uma burguesia mal situada não conseguiu consolidar. Por sua vez, os setores fracos se juntam: os Soviets de soldados, de camponeses, de operários, se uniram em um imenso movimento, o da Revolução. Lembremos que Lênin proclamou a palavra-de-ordem: “Todo o Poder aos Soviets”, vendo neles mais que órgãos representativos ou destinados a eleger os representantes, mas grupos de trabalhadores associados, gerindo livremente e diretamente seus negócios. Conjuntura surpreendente. Nunca a autogestão generalizada foi tão possível.

3) O exemplo recente da Argélia confirma nossa análise. Onde se instalou a autogestão? Nas fábricas abandonadas pelos patrões (colonos).

Para Lefebvre, a autogestão não surge em qualquer lugar, conjuntura ou momento. É necessária uma conjuntura, um lugar privilegiado. Onde e quando ela surge porta, necessariamente, seus elementos “possíveis”: a tendência à “generalização” e à “radicalização”. Para que a autogestão se consolide, se amplie, ela deve ocupar os “pontos fortes” da estrutura social que operam contra ela.

A principal contradição que a autogestão introduz e suscita, é sua própria contradição com o Estado; ela põe em questão o Estado: “Desde que apareça um

raio de sol, em uma fissura, esta simples planta cresce, e o enorme edifício estatal é ameaçado”.

“Para se generalizar, para se transformar em “sistema”, em escala de toda a sociedade (unidades de produção, unidades territoriais, instâncias e níveis superiores) a autogestão não pode evitar o choque com o “sistema estatal-político”, seja ele qual for. A autogestão não pode evitar esta difícil tarefa: constituir-se em poder que não seja estatal”. O “Estado da autogestão”, isto é, o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser de um tipo: um “Estado em extinção”.

“A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como “meio de luta”, abrindo caminho, e, como “meio de reorganização da sociedade”, a transformação “de baixo para cima” da vida cotidiana e do Estado.”



Foto: Rita Barreto

2. Autogestão e Utopia

“O contrário da utopia, não é a realidade, é o pragmatismo”

Georges Labica

Em 1993, seria retomada a experiência da Revista francesa “Autogestion et Socialisme”. Desta vez com novo nome, “Utopie Critique”. No primeiro número, seu editorial faz notar:

“Neste fim de século, a miséria do projeto emancipatório é patente. Como nunca, o dilema “socialismo ou barbárie” está posto. Se, por sua atividade, o movimento social expressou suas aspirações à autodeterminação, ao autogoverno, à autogestão social generalizada, estabeleceu as premissas das transformações necessárias e iluminou o “gérmen dos possíveis”, a utopia mobilizadora deve ser repensada, refundada à luz das revoluções e à sombra das contra-revoluções que abalaram o mundo e as certezas.

Pensamos que é necessário romper com o capitalismo para lançar os fundamentos de um socialismo autogerido e que será através de conflitos e de experiências políticas, sociais, ideológicas que se desenhará um novo projeto e um programa transitório.

Esta revista tem por ambição se inscrever em um processo de refundação. Ela se propõe a ser um dos momentos e um dos espaços desta dinâmica refundadora que necessita a confrontação de múltiplas tentativas, de diferentes pontos de vista e um diálogo entre os atores dos movimentos sociais, entre militantes, pesquisadores e teóricos.

Trata-se de contribuir para a produção de uma nova cultura crítica, novas representações, novas práticas e novas instituições estruturando um sujeito e um projeto revolucionários.

No mesmo número, G.Labica (1993) fala mesmo de um “retorno da utopia”, sobretudo, após a derrocada das experiências do Leste europeu e das idéias de que “não há alternativas”, e do “fim da história”, propagadas pelo neoliberalismo.

Labica afirma que “a autogestão aparece, então, como uma tendência. É importante precisar que a autogestão como perspectiva – e entre as perspectivas

possíveis- está inscrita no real. Não é de modo nenhum um efeito da imaginação. Ela se inscreve no real na medida em que o desenvolvimento do processo de trabalho relacionado a um desenvolvimento excepcional – que é um produto da história- da consciência democrática faz que possamos entrever hoje a possibilidade do que Marx chamou “os trabalhadores associados”.

É nesta perspectiva que Henri Lefebvre define a autogestão: “É a abertura ao possível”. Ou seja, na perspectiva traçada por Yvon Bourdet, apoiado na obra de Ernst Bloch:

“Quando Marx fala de “encontrar o novo mundo na e pela crítica do mundo velho, a extração do que é “presente”, e, portanto “invisível”, pode ser qualificada justamente de Utopia Concreta. É, igualmente, neste sentido que, o que é extraordinário (porque não percebido correntemente) não pode ser confundido com o impossível. A “utopia concreta “é o “extraordinário possível”.

Ernst Bloch (1976) construiu a idéia de um “materialismo utópico”, com base em uma “ontologia do ainda-não-ser”.

A obra de Bloch diz respeito a “o estatuto de uma teoria crítica da sociedade renovada e repensada pelo prisma das utopias”. Segundo, Arno Munster (2001) “Nos anos 1817-1918, Bloch orientou sua obra na perspectiva da utopia, com o objetivo de reabilitar esse conceito, mas não no sentido de esboçar uma utopia política e social nova, na linha de T.Morus, de Fourier ou de Cabet, mas de construir uma ontologia utópica completada por uma teoria da função utópica da “consciência antecipadora” que leva diretamente à uma teoria da práxis que tem sua legitimidade nos ensinamentos da Tese XI de Marx sobre Feurbach”.

Já sem seus primeiros ensaios, como, por exemplo, “A impulsão de Nietzsche”, E.Bloch falava de “uma filosofia revolucionária do futuro, definindo-a como um saber ainda-não-consciente que torna a obra de arte um “espaço de experimentação da esperança”.

Em o “Espírito da Utopia”(1918), encontram-se numerosas antecipações dos temas maiores da obra da maturidade de Bloch: a teoria do “ainda-não-consciente”, da práxis antecipadora das “imagens desejadas” utópicas e a relação com o pensamento socialista. Mesmo misturada com uma visão messiânica, a “utopia comunista de Marx” é vista como a realização de uma “comunidade de homens e mulheres iguais, vivendo e trabalhando, livres das condições alienantes do capitalismo, em estruturas cooperativas”.

Bloch, de 1935 a 1938, em Paris e Praga, trabalhou em uma obra sobre “A Historia do Materialismo”. Segundo Munster, “primeiro, a crítica sistemática de todas as concepções mecanicistas da matéria que surgiram, aparentemente no campo do otimismo científico das Luzes, durante todo o século XVIII e do século XIX. Segundo, tentar, conforme às premissas teóricas de um materialismo não-dogmático, uma relação da consciência do sujeito com o conteúdo do ato objetivo, no quadro de uma ontologia materialista do “ainda-não-ser” em que a relação do sujeito ao mundo é determinada como um modo de realização (manifestação) da possibilidade objetiva real; e, terceiro, tentar depurar o conceito marxista de matéria das desfigurações vulgares de uma matéria coisificada, privilegiando uma concepção extremamente dinâmica da matéria enquanto entelúquia inacabada e, quarto, a (re) fundação de um conceito de matéria “aberta, utópica” em que a matéria é definida antes tudo como o “substrato da possibilidade objetiva real”.

Na filosofia blochiana, o “possível” e o “ainda-não-ser” são determinações ontológicas fundamentais da nova experiência do mundo. A esperança e o futuro encontram solo firme porque se fundamentam na realidade.

Dizia Bloch: “O materialismo dialético só tem sentido se admite que para entender a gênese de uma estrutura, é preciso ter em conta, não só o passado, o

vir-a-ser de tal estrutura, mas , também, a categoria do futuro, isto é, tudo o que a estrutura contém de virtualidade a cada instante”.

Quando do Seminário de comemoração dos 25 anos do CEDEC, Boaventura Santos, com sua idéia de “Sociologia das ausências”, assinalava um campo de afinidades com as idéias de Bloch: “Procurar o que falta no presente, naquilo que existe”.

Ao responder a questão “por que pensar”, Boaventura Santos (2001) afirma que “o pensamento alternativo caracteriza-se pela centralidade da hermenêutica da emergência: para credibilizar as alternativas que estão a emergir no mundo, precisamos de uma hermenêutica de emergência, que amplie simbólica e politicamente essas iniciativas locais.

Há duas grandes idéias a ter em conta. A primeira é de Prigogine (e de Aristóteles), a idéia de que o possível é mais rico que o real. A segunda é uma idéia de Ernst Bloch, um filósofo que não é hoje muito lido, mas que devia sê-lo muito mais: o conceito do “ainda não”, entre o ser e o nada, que funda o principio da esperança! Nós vivemos em sociedades onde há espera, mas onde não há esperança, e para reconstituir essa esperança, o principio do “ainda não”, de algo que pode vir, que é possível porque está nas possibilidades do real e do presente, cria um efeito de intensificação(...)

Este “ainda não” exige um elemento subjetivo, e esse elemento subjetivo é a consciência antecipatória, a idéia de que algo pode surgir, em que a ruptura entre o presente e o passado é possível, a LATÊNCIA do futuro (grifo nosso), a idéia de incompletude. E, de novo, a idéia da sociologia das ausências é aqui muito importante, porque ela nos leva a mostrar que o que existe está aquém do que pode existir, que há possibilidades irrealizadas e que são realizáveis, são as chamadas UTOPIAS REAIS (grifo nosso)”.

Michael Lowy e Daniel Bensaid , a partir de análises das “Teses de Filosofia da História” de Walter Benjamin e dos conceitos de Utopia e Esperança de Ernst Bloch, desenvolveram reflexões que são fundamentais para a temática da autogestão. Lowy e Bensaid apresentam muitas de suas teses na obra “Marxismo, Modernidade ,Utopia” (2000)

A “atualização” destes conceitos implica uma nova visão radical da temporalidade, o que ocorreu com a visão benjaminiana sobre o “tempo histórico” e, na concepção de “possibilidade” na obra de Bloch.

Em seu ensaio “Marxismo e Utopia”, Lowy (1979) se reclama de diversas fontes do socialismo:

“O socialismo científico precisa mais uma vez tornar-se utópico buscando sua inspiração no Principio Esperança (Bloch) que reside nas lutas, sonhos e aspirações de milhões de oprimidos e explorados, os “vencidos da historia”, em Jan Hus e Thomas Munzer, nos soviets de 1917-1919 na Europa, e coletivos de 1936-1939 em Barcelona. Nesse nível é ainda mais indispensável abrir amplamente as portas do pensamento marxista à gama de intuições sobre o futuro, desde os socialistas utópicos de ontem até os críticos românticos da civilização industrial, desde os sonhos de Fourier até os idéias libertários do anarquismo”.

Em sua obra sobre Walter Benjamin, (*Avertissement d' incendie. Une lecture des thèses “Sur le concept d' histoire”*), Lowy (2001) afirma: “Benjamin se inspira de textos como os “Manuscritos de 1844”, os escritos sobre a revolução de 1848-1850 ou a Comuna de Paris ou ainda a “critica do programa de Gotha” (...). O resultado deste trabalho é uma reelaboração, uma reformulação critica do marxismo, integrando na massa do materialismo histórico os “clarões” messiânicos, românticos, blanquistas, libertários e fourieristas. Ou, antes, a fabricação, a partir da fusão destes materiais, de um marxismo novo, herético e radicalmente distinto de todas as variantes -ortodoxas ou dissidentes – de seu tempo. Um “marxismo messiânico”...Mas também e acima de tudo um “marxismo

da imprevisibilidade”: se a história é aberta, se o “novo” é possível, é porque o futuro não é conhecido de antemão.

“A advertência de incêndio de Benjamin guarda uma grande atualidade: a catástrofe é possível –senão provável- a menos que...

O que significa: o pior não é inevitável, a história permanece aberta, ela comporta outras possibilidades, revolucionárias, emancipatórias e/ou utópicas”, conclui Lowy.

Em seu “Marx, o Intempestivo”, D.Bensaid (1999) nos chama a “Uma nova escuta do tempo”:

“(...) Pela evocação das conjunturas passadas, abordar o Outrora significa portanto que ele seja estudado, não mais como antes, de maneira histórica, mas de maneira política, com categorias políticas ou, como diz W. Benjamin (1985): Tratar politicamente a história é pensá-la do ponto de vista de seus momentos e de seus pontos de intervenção estratégicos.

(...) A citação do passado a comparecer contradiz o postulado de um tempo irreversível e não modificável. A história crítica não pode anular aquilo que foi, mas pode redistribuir-lhe o sentido.”

Bensaid assinala, em relação à recolocação do passado, duas direções contrárias: uma ontológica e outra política. Na linha de Walter Benjamin e Gramsci -a política- “O tempo granuloso da história não é para eles nem o cumprimento de uma origem nem a perseguição de um fim. O primado do futuro desenha em Ernst Bloch o horizonte utópico da esperança. Em Heidegger –a direção ontológica- ele assombra a meditação antecipada do ser-para-a-morte. (...) As categorias benjaminianas do tempo ordenam-se triplamente no presente: presente do passado, presente do futuro, presente do presente. Todo passado renasce no presente tornando-se passado. Todo presente esvanece-se no futuro tornando-se presente (...).”

Em seu livro “Walter Benjamin, Sentinelle Messianique”, Bensaid (1990) define o “conceito dialético do tempo histórico”: “o presente do passado responde ao presente do futuro, a memória à espera: “Nós somos esperados”. Prever esse presente carregado de dívidas messiânicas é a tarefa política por excelência”. “Encarar a função antecipadora, não só em nós, subjetivamente, mas no mundo, objetivamente. O passado já era antecipação do presente, o mesmo que este o é do futuro, e isto é o que valoriza para nós a recordação. Quando não há antecipação, o passado está concluído, está condenado, desapareceu, se encontra aniquilado. Tudo o que nos move na ordem da civilização é antecipador: de nobis fabula narratur”, afirmou Bloch no debate sobre as noções de estrutura e gêneses, no Colóquio de Ceresy-La-Salle.

“Arrancar a tradição ao conformismo é a tarefa revolucionária por excelência”. “O conceito fundamental do materialismo histórico não é o de progresso, mas o de ‘atualização’: atualização das potencialidades.”

Lowy, em seu estudo sobre Benjamin, afirma que: “A abertura do passado significa dizer que os nomeados “juízos da história” não têm nada de definitivo e de imutável. O futuro pode reabrir os dossiês históricos “fechados”, “reabilitar” as vítimas caluniadas, reatualizar as esperanças e as aspirações vencidas, redescobrir os combates esquecidos ou julgados “utópicos”, “anacrônicos” e “a contra-corrente do progresso””. Lowy cita a obra de E. P. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa como uma manifestação clara desta “reabertura do passado”.

Ernst Bloch, em “O Principio Esperança”, volume II, analisa a relação entre “marxismo e antecipação concreta”. Bloch afirma categoricamente que “o marxismo não significa renúncia à antecipação (função utópica); ele é o “novum” de uma antecipação concreta relacionada ao processo imanente a História”.

Marx pôs fim ao dualismo reificado entre “ser” e “dever-ser”, entre “realidade empírica” e “utopia”. Para Bloch, o realismo de Marx é carregado de futuro: “É justamente porque a obra inteira de Marx está bem mais a serviço do futuro, ela só pode ser entendida e realizada no horizonte do futuro, mas de um futuro que não é mais traduzido por uma utopia abstrata. Pois uma idéia justa do futuro somente pode ser fornecida a partir do passado e do presente, lá onde ele começa a despontar, ele não pode ser deduzido senão que a partir das tendências que operam (...)”. Este campo do futuro é uma interessante oposição aos falanstérios ou New Harmonies, puramente imaginárias, esta renuncia a todas as visões de fantasia de um pretendido Estado do futuro”.

Marx consagrou mais de 9/10 de sua obra à análise crítica do momento presente, e designou um lugar relativamente reduzido às determinações do futuro. Por sua vez, segundo Bloch, as utopias abstratas dedicaram 9/10 de seu espaço ao desenho, à pintura do Estado do futuro e apenas 1/10 à observação crítica, freqüentemente negativa, do momento presente.

A utopia concreta tem seu principal elemento no processo histórico, naquilo que Bloch chama de Latência (Latenze), isto é:

“o correlato das possibilidades objetivas-reais não ainda-realizadas no mundo.”

“O mundo inteiro é percorrido pela grande idéia de uma coisa e pela intenção tendendo ao ainda-não-acontecido: a utopia concreta é a teoria-praxis mais importante desta tendência. Seu campo é socialmente muito vasto, compreende todos os domínios do trabalho humano, estende-se aos campos da técnica e da arquitetura, da pintura, da literatura e da música, da moral e da religião.”

O “materialismo utópico” blochiano tem por base que “apenas um pensamento orientado para transformação do mundo, portando uma vontade de mudança, diz respeito ao futuro”. Esta visão significa uma mudança no conceito de “ser”. Ao abandonar a idéia de um “ser fechado e estático”, a verdadeira dimensão da esperança e da utopia se abre, o mundo se enriquece em disposições-à, em tendências-à, em virtualidades-de (Latenze).

Concluindo seu ensaio sobre “O Romantismo Revolucionário de Bloch e Lukacs”, M. Lowy (1979) afirma que “o romantismo revolucionário não é de modo algum contraditório com o pensamento de Marx, que comporta, ele também, uma dimensão romântica anticapitalista. Após meio século de hegemonia de um marxismo kantiano e/ou positivista, e/ou darwinista, e/ou evolucionista (com algumas exceções como William Morris e Rosa Luxemburgo) surgiu com Bloch e Lukács, nos anos 1917 e 1923, uma potente e original leitura romântica do marxismo, uma concepção romântica da revolução social, que não desapareceu mais da consciência crítica moderna”.

O traço comum que Lowy designa ao “romantismo revolucionário” é: “a crítica da civilização industrial/burguesa moderna (como foi constituída depois da metade do século XVIII) a partir de certos valores sociais, culturais, éticos, estéticos ou religiosos do passado pré-capitalista”.

Nesta perspectiva, Bloch permaneceu fiel e, sobretudo, enriqueceu em obras posteriores ao “Espírito da utopia” (1918) suas intuições de juventude; por exemplo, em “Experimentum Mundi” (1975), “O Principio Esperança” (1953 e 1959) e “Herança do Nosso tempo” (1962).

Como sabemos, Marx e Engels desconfiaram da utopia e Engels opôs o “socialismo utópico” ao “socialismo científico”. Bloch mostrou que é possível outra interpretação de utopia e ciência.

Em síntese, Bloch define duas formas de utopia.

1) A UTOPIA ABSTRATA: antecipa na imaginação uma outra realidade; enquanto permanecer imaginária, esta antecipação porta um perigo: o de não levar em conta os meios de sua realização;

2) A UTOPIA CONCRETA: contudo, enquanto antecipa um dever-ser que “ainda-não-é”, ela faz parte da realidade, é imanente ao movimento social, e é visão subjetiva de uma mobilização real, de uma transformação real do mundo.

Estas definições de Bloch nos levam a buscar na práxis da autogestão, nas experiências desenvolvidas ao longo da história, nas “experimentações sociais”, ocorridas em diversos momentos e lugares, os principais elementos que compõem a proposta do socialismo autogestionário. Sem dúvidas que, no campo do chamado “socialismo utópico”, podemos encontrar muitas idéias fecundas, mas compõem o que Bloch chama de “utopia abstrata”.

Bloch define o marxismo, não como o contrario de uma utopia, mas como “o novum de uma utopia concreta”. Utopia no que traça imaginariamente seus objetivos; em que, participa na ação transformadora; concreta, no que, como representação, ela antecipa o que já está no real, inscrito no presente como possibilidade. Portanto, a utopia concreta implica a crença em um dever-ser ainda-não-realizado; a utopia é a antecipação imaginaria de um objetivo.

Bloch fala do conceito de “excedente da realidade”: a utopia expressa a contradição presente e o esforço imaginário para antecipar a resposta concreta; manifesta, assim, um poder crítico frente à realidade, enquanto ainda não foram realizadas todas as esperanças. Este é o sentido da noção de “excedente”: possibilidade ainda-não-realizada, abertura ao futuro. Neste sentido, “a história humana é um oceano de possibilidades sempre abertas”.

Para Bloch, “A utopia concreta se encontra no horizonte de toda realidade; a possibilidade real articula ao objetivo as tendências-latências dialéticas abertas”.

3. A Pedagogia da Utopia Concreta

“Todo amanhã, porém, sobre o que se pensa e para cuja realização se luta, implica necessariamente o sonho e a utopia”

(Paulo Freire)

“ Sou esperançoso não por teimosia, mas por imperativo existencial”

(Paulo Freire)

No Brasil, a partir da experiência no campo da educação popular, Paulo Freire desenvolveu uma profunda e radical reflexão sobre conceitos como utopia, esperança.

Obra recente de João Francisco de Souza, coloca a vigência do pensamento de Freire no mundo “pós-moderno”.

Segundo João, “A proposta pedagógica de Freire se centra na questão cultural e, dialoga com todos os quadrantes da Terra.”

As várias obras sobre pedagogia, por exemplo: “A Pedagogia do Oprimido”, “A Pedagogia da Indignação”, “A Pedagogia da Autonomia”, “A Pedagogia da Esperança”, “Pedagogia da Pergunta” e, também, o livro sobre Freire, “A Pedagogia dos Sonhos Possíveis”, significam e constituem uma verdadeira antologia da “Pedagogia da Utopia”.

Neste último, vemos que a epistemologia de Freire implica “a história como possibilidade” e “ações culturais movidas pelos sonhos, a Utopia libertadora”. E, que tem uma “base ontológica”: “a capacidade do ser humano de sonhar”, a, “nossa capacidade ontológica de sonhar”. De “projetar para um futuro

mais próximo possível dias de paz, equidade e solidariedade. Reativar em nossos corpos conscientes as possibilidades de sonharmos o sonho UTÓPICO que Paulo há anos já vinha nos convidando a sonhar – o SONHO POSSIVEL- (...)”.

Mas, principalmente, Freire escreveu um pequeno e profundo ensaio sobre “Algumas Reflexões em torno da Utopia”:

“Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refugio dos que não atuam ou (como) inalcançável pronuncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrario, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia”.

Freire crítica, então, de forma indignada aquilo que chama de “discurso fatalista de educadores que em face dos obstáculos atuais ligados à globalização da economia reduzem à educação a pura técnica e proclamam a morte dos sonhos, da utopia (...). O meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora”.

Freire fala da “capacidade ontológica de sonhar”: “Seres programados para aprender e que necessitam do “amanhã” como o peixe da água, mulheres e homens se tornam seres “roubados” se lhes nega a condição de *participies* da produção do amanhã. Todo amanhã, porém, sobre o que se pensa e para cuja realização se luta implica necessariamente o sonho e a utopia. Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho da criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização”.

Paulo Freire apresenta muitas “afinidades” com o pensamento de Ernst Bloch. Por exemplo: “vale dizer que o “sonho possível” não se trata de uma idealização ingênua, mas emerge justamente da reflexão crítica acerca das condições sociais de opressão cuja percepção não se faz determinista, mas compreende a realidade como mutável a partir da participação dos sujeitos que a constituem, sendo igualmente por ela constituídos. Desse modo, incluir-se na luta por “sonhos possíveis” implica assumir um duplo compromisso:

- o compromisso com a denúncia da realidade excludente e o anuncio de possibilidades de sua democratização,

- bem como o compromisso com a criação de condições sociais de concretização de tais possibilidades.

Enfim, trata-se de assumir como um desafio decorrente da pratica educativa libertadora o que Freire denominou “INÉDITO-VIÁVEL”, “termo presente desde os seus primeiros escritos”.

Sem dúvidas, as “afinidades” entre este conceito de Freire e o de “ainda – não-acabado” de Bloch, são evidentes.

Ana Maria Araújo Freire ressalta na “*Pedagogia da esperança*” a importância da compreensão do “inédito-viável” para a assunção da “historia como possibilidade”. E que, “O risco de assumir a luta pelo “inédito-viável” é uma decorrência da natureza utópica”. O “inédito-viável” é “algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela práxis libertadora... uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada”.

Assim, “A consciência da incompletude nos seres humanos leva-nos a envolver-nos em um processo permanente de pesquisa. É precisamente esta busca que faz com que a esperança apareça”.

Enfim, “a criação do “inédito-viável” representa uma alternativa que se situa no campo das possibilidades e não das certezas”.

BIBLIOGRAFIA:

- Autogestión Socialista Yugoslava. Nociones Fundamentales. Belgrado: CAS, 1980.
- Bayat, Assef. Works Politics and Power - International perspective on Workers Control and Self-Management. Monthly Review Press, 1991.
- Benjamin, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política, - Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Bensaid, Daniel. Walter Benjamin. Sentinelle Messianique. Paris: Plon., 1990.
- . Marx, o Intempestivo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- Bloch, Ernst. Le Principe Esperance (2 tomos). Paris: Gallimard, 1976 – 1982.
- Santos, Boaventura de Souza. Seis Razões para pensar. Lua Nova n. 54. CEDEC, 2001.
- Bourdet, Yvont e Guillerme, Alian. Autogestão: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- Frank, Giorgi. Autogestion, la Derniére Utopie. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.
- Gurvitch, Georges. Extraits de l'Oeuvre. Autogestion, études, débats, documents. Paris: Cahier no. 1, décembre, 1966.
- La Autogestion Socialista en Yugoslava, 1950-1980. Belgrado: CAS, 1980.
- Labica, Georges. Marxisme, révolution et paysage du souhait. Paris: Revue "Utopie Critique" n.1, 1993.
- Lefebvre, Henri. Problèmes théoriques de l "autogestion". Paris: Cahier n. 1, 1966.
- Lowy, Michael. Marxisme et Romantisme Revolutionnaire. Paris: Sycomore, 1979.
- . Walter Benjamin: Avertissement d'incendie. Paris: PUF, 2001.
- Lowy, Michael e Bensaid, Daniel. Marxismo, Modernidade, Utopia. São Paulo: Xamã, 2000.
- Mothé, Daniel. L'Autogestion goutte à goutte. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- Munster, Arno. L'utopie Concrète d'Ernst Bloch. Paris: Éditions KIME, 2001.
- Naville, Pierre. Notes sur la Histoire des Conseils Ouvriers. Paris: Arguments n. 4. UGE, 1978.
- Rosanvalon, Pierre. L'âge de l'autogestion. Paris: Éditions du Seuil, 1976.
- Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- . Pedagogia da Esperança. Um encontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- . Os Cristãos e a Libertação dos Oprimidos. Portugal: Edições Base-FUT, 1978.
- . Pedagogia da Indignação, cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- Freire, Ana Maria A. (org). Pedagogia dos Sonhos Possíveis. São Paulo: Unesp, 2001.
- Revista Coleção Memória da Pedagogia. Paulo Freire, a Utopia e o Saber. São Paulo: 2005.
- Mello, Marco (org.). Paulo Freire e a Educação Popular. Atempa-Ippoa, 2008.
- Streck, Danilo R., Redin, Euclides e Zitkoski, Jaime J. (orgs). Dicionário Paulo Freire. Autentica, 2008.

Ulburghs, Jef. Pour une Pédagogie de l'Autogestion. Manuel de l'Animateur de Base. Editions Ouvrières, 1980.

Revista Autogestion et socialisme. Número especial : autogestion et formation. Paris: cahier 13/14, 1970.

Revista Autogestions. Les passions pédagogiques. n.12/13. Privat, 1982-83.

Suchodolski, Bogdan. Fondamenti de pedagogia marxista. La Nuova Italia, 1977.

La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria¹¹

José Luis Coraggio

Director Académico de la Maestría en Economía Social (MAES), ICO/UNGS,
Coordinador de la Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y
Solidaria (RILESS).

1. ¿Un mismo programa con dos variantes?

En América Latina se multiplican los programas que promueven emprendimientos mercantiles autogestionados a cargo de trabajadores individuales, grupos familiares o libremente asociados. Pero no todos tienen el mismo sentido. El sentido de cada programa debe ser aprehendido teniendo en cuenta no sólo su justificación, su



Foto: Rita Barreto

intencionalidad declarada, sino también el campo –económico, político, práctico, teórico- de las políticas públicas (estatales o no estatales) en el cual se ubica.

Por un lado, el discurso económico neoliberal puede justificar ese tipo de programas en nombre del sistema de mercado, aduciendo que vienen a subsanar fallas en nuestros mercados (como es el caso del microcrédito) con el fin de mejorar las oportunidades de aquellos pobres excluidos que muestren capacidad para insertarse como microempresarios. El criterio de costo-eficiencia implica lograr esa integración de pequeñas producciones mercantiles con el menor costo posible en términos de recursos del Estado. Ello explica tanto la exigüidad de los recursos estatales destinados a estos programas como la alta valoración de la gestión y promoción por parte de organizaciones no gubernamentales que se supone son más eficientes en esa función. Pero en términos del sistema capitalista, costo-eficiencia implica también lograr metas de inserción con un mínimo de interferencia con las estrategias de acumulación del capital privado (en particular su control de recursos por los cuales competiría la pequeña producción mercantil: tierras, agua, crédito, conocimientos, etc.). En línea con esta aproximación de costo-efectividad capitalista está también el “descubrimiento” de que hay un capital muerto que puede ser puesto en valor: los pobres, que son millones, tienen recursos que pueden convertirse en capital si son reconocidos y puestos en condición de ser movilizados, particularmente a través de su

¹¹ Versión revisada del capítulo sobre el mismo tema incluido en José L. Coraggio, Economía social, acción pública y política, Ediciones CICCUS, Buenos Aires, Agosto 2008 (2da. Edición).

formalización jurídica y su mercantilización. Se trata entonces de probar que esos recursos y capacidades sí pueden incorporarse a las reglas del juego mercantil, luego de un proceso de formalización, incubación, protección, apoyo extra-mercantil o subsidio (básicamente monetario a fondo perdido, microcrédito obviando los criterios de elegibilidad usuales del mercado o capacitación en los valores y prácticas de la empresa con fines de lucro). Estos programas no pretenden crear un nuevo sector económico intencionalmente no capitalista ni contravenir sino ampliar el alcance social del modelo mercantil capitalista vigente. Su objetivo es “social” en tanto apuntan al mismo sector en que se focalizaron las políticas sociales neoliberales, ahora con propuestas de autoorganización mercantil que, a partir de una intervención inicial subsidiada pasarían por el filtro que plantea el mercado como capacidad de autosustentación financiera. Y es también político porque contribuye al objetivo de gobernabilidad y a fortalecer la noción de que cada uno es responsable de su situación económica.

Por otro lado existen las iniciativas inspiradas en la visión de que, para superar la exclusión estructural del sistema capitalista, es necesario y posible construir un sector no capitalista de economía solidaria, sin relaciones de explotación del trabajo, que se apoya en una base mercantil (hay que pasar la prueba del mercado) pero que introduce valores de solidaridad, pluralidad social y cultural, respecto a la naturaleza, autonomía de gestión, democracia interna, etc.¹² Situados en el campo de política pública hegemonizada por el neoliberalismo, aunque estos programas propugnan la construcción de otras formas económicas, pueden ser admitidos como una vertiente solidarista de la promoción de microemprendimientos mercantiles de los pobres, en paralelo con las cooperativas y mutuales que ya han demostrado que pueden coexistir en el sistema capitalista sin ponerlo en riesgo. Vistos como política social, no son considerados como una competencia en el campo de la política económica.

Aunque ambas vertientes tienen valores declarados distintos, pueden entonces quedar confundidos como variantes de una misma política social que sigue viendo al mercado real como la última instancia de validación. Dos formas de diferenciación efectiva serían: la existencia de una política expresa y consistente del Estado (que puede ser el caso del gobierno actual de Venezuela) y/o la existencia de sujetos colectivos con peso social y articulación efectiva centrada en un proyecto de construcción de un sector de economía alternativa con mercado pero no de mercado (que puede ser el caso de Brasil). La confusión se amplifica si la intención de los más diversos promotores de los programas es la segunda mientras que sus resultados sociales reales están determinados por el campo de fuerzas hegemonizado por el neoliberalismo.¹³

2. La cuestión de la sostenibilidad

Una lucha contrahegemónica supone como mínimo proponer la construcción conciente de un sistema orgánico de economía social y solidaria no capitalista (sin necesariamente pretender sustituir al capitalismo) y actuar en consecuencia, lo que requiere una lucha palmo a palmo en la práctica y en el campo teórico.

Ya hemos propuesto una definición sustantiva de economía alejada de la formal y praxeológica “asignación de recursos escasos a fines múltiples” (ver más

¹² Lo que muy bien pueden encontrarse representado por el ideario tradicional del cooperativismo, sin limitarse a la formalidad jurídica de ese tipo de organización.

¹³ Tal hegemonía se manifiesta, por ejemplo, en el uso en el discurso de la economía alternativa de conceptos que no pueden separarse del paradigma de sistema de mercado capitalista (eficiencia, costos, ganancia, trabajo productivo, el mismo concepto de economía, etc.). Otro tanto en las disposiciones de la misma cultura popular tendientes a la competencia por ventajas individuales antes que a la acción colectiva y solidaria.

adelante). Aquí tomaremos sólo un tema, presente en el campo normativo y en las prácticas que se asocian a los programas mencionados *en cualquiera de sus dos variantes*. Se trata de la cuestión de la *sostenibilidad* de las formas no capitalistas de producción y reproducción que se promueven. La elucidación de esa noción no es un problema menor, pues afecta el diseño e implementación de las políticas y programas,¹⁴ tanto como los criterios de evaluación de los mismos y la autopercepción (/criterios de éxito o fracaso) de los trabajadores que emprenden autónomamente la producción de bienes y servicios para el mercado.

Poner la sostenibilidad (ingreso neto positivo) como criterio operativo central equivale a evitar un compromiso público de inyectar recursos de manera continua generando nuevas formas de dependencia de la asistencia pública. Visto el bajo porcentaje de emprendimientos efectivamente sostenibles sobre la base de sus propios resultados en el mercado, esa noción puede incluso ser utilizada para caracterizar la promoción de emprendimientos autogestionados por los trabajadores como intrínsecamente irracional desde el punto de vista instrumental (o “no-económica”), viéndola como una política asistencialista disfrazada de “política económica para pobres” y propugnando el regreso al subsidio monetario sin pretensión de impulsar otra actividad económica que el consumo de subsistencia. Se plantean así interrogantes como: ¿Se trata de otra forma de asistencialismo inacabable e ineficiente desde la perspectiva del gasto fiscal, o pone en marcha actividades productivas (generadoras de ingresos mercantiles) que pueden desenvolverse crecientemente sobre la base de sus propias capacidades? ¿Contribuye al desarrollo económico o es distorsiva, afectando mercados como el de trabajo?¹⁵

Por tanto, se hace necesario plantear el análisis crítico de esa noción, que no es “técnica” y neutral sino propia –según nuestro criterio- de los criterios materiales y los esquemas mentales que acompañan la reproducción ampliada del capital.¹⁶ Para ser eficaz, ese análisis crítico requiere tener como perspectiva más general el desarrollo de una economía sin hegemonía capitalista, y reubicar al paradigma de la empresa capitalista competitiva como un tipo-ideal no representativo ni siquiera del sistema institucionalizado real de organización y reproducción del capital. Implica también cambiar el nivel de análisis y de intervención, de lo micro a, por lo menos, lo mesosocioeconómico. Cuestionar el esquema mental de la sostenibilidad de vertiente neoliberal es importante, porque el desarrollo de otras formas innovadoras de producción requiere voluntades concertadas que compartan otros criterios, valores y expectativas, y una valoración social que las reconozca como formas legítimas y socialmente valiosas de organización del trabajo para responder a las necesidades particulares y al bien común.

Intentaremos plantear para una discusión (que no puede saldarse en este trabajo), algunos criterios así como las dificultades para determinar mediante un remedo de la *cuenta de capital* la sostenibilidad de los **emprendimientos mercantiles asociativos**, refiriéndonos con esta categoría a un amplio espectro

¹⁴ Por ejemplo, los programas se centran en los resultados del comercio considerando como subsidiaria la actividad dirigida a la satisfacción directa de necesidades (autoconsumo individual, familiar o comunitario).

¹⁵ Es sabido que incluso muchos sindicatos ven a los emprendimientos de ESS como una competencia desleal, en tanto compiten con costos subsidiados con las empresas de capital (y por tanto con la contratación de fuerza de trabajo asalariado). Desde esa perspectiva, subsidiar tales emprendimientos es debilitar el poder de negociación de los “verdaderos” trabajadores.

¹⁶ Esto implica, entre otras cosas, que lo generado por los programas de promoción puede ser “recuperado” y convertido en negocio, como puede ocurrir en el caso del microcrédito, que comienza a ser incorporado como parte de una red que amplía el ciclo de reproducción del capital financiero, o en el caso del abastecimiento de bienes de primera necesidad a los sectores subsidiados por parte de los super e hipermercados. (Algo que es facilitado por la iniciativa de abonar los subsidios monetarios con tarjetas magnéticas –por ejemplo en los casos de Argentina y Ecuador- que, de ser utilizadas como tarjetas de débito, tienen un incentivo adicional de devolución de parte del IVA).

que va desde los fundados en relaciones de parentesco, comunitarias o étnicas, hasta los reagrupamientos autogestionarios de trabajadores de empresas quebradas, u otras formas de libre asociación, todos los cuales pertenecen actual o potencialmente al sector de economía social y solidaria. Esto deja de lado, por un momento, las formas no mercantiles o al menos no pecuniarias de producción-reproducción, cuya existencia juega, como veremos, un papel crítico en la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles.

3. Lo micro y lo meso en la economía social¹⁷

El problema de la sostenibilidad suele ser planteado a nivel de un emprendimiento, sólo vinculado con otros o con consumidores finales a través de relaciones de competencia/cooperación mediadas por el mercado, y expresada, tal sostenibilidad, en una cuenta de "capital" simplificada, que registra en términos monetarios las previsiones de los movimientos y formas de los recursos y flujos económicos. Está muy instalado en el sentido común no sólo del público, sino de técnicos y profesionales así como de los mismos emprendedores, que sostenibilidad significa que "cierren las cuentas" y eventualmente que quede un saldo monetario favorable entre ingresos y gastos.¹⁸

En este trabajo nos situamos en la coyuntura actual de la economía-mundo, con la perspectiva de explorar las posibilidades de construcción de un sector de actividad económica¹⁹ no regido por la lógica de la acumulación privada de capital sino por la reproducción ampliada de la vida de todos. Esto se vincula con otra definición Weberiana, la relativa a la racionalidad material. La racionalidad material (diferenciada de la formal o de acuerdo a fines) se refiere "...al grado en que el abastecimiento de bienes dentro de un grupo de hombres (cualesquiera que sean sus límites) tenga lugar por medio de una acción social de carácter económico orientada por determinados postulados de valor (cualquiera que fuera su clase), de suerte que aquella acción fue contemplada, lo será o puede serlo, desde la perspectiva de tales postulados de valor." "...exigencias éticas, políticas, utilitarias, hedonistas, estamentales, igualitarias, o de cualquier otra clase y que de esa suerte se miden las consecuencias de la gestión

¹⁷ No es fácil diferenciar lo micro de lo meso, pues la teoría macroeconómica llega a abarcar sistemas completos de mercados y sus interdependencias. Aquí nos estaremos refiriendo a las teorías o las realidades de las unidades de decisión empresarial, familiar, comunitaria, etc.

¹⁸ No estamos analizando aquí la complejidad que una cuenta de capital debería tener y en especial su relación con la composición del capital y los tiempos de rotación. Un buen ejemplo de la cuenta simplificada puede ser la presentación que hace Weber en *Economía y Sociedad*, Fondo de Cultura Económica, México, 1964. Para dicho autor, "El cálculo en dinero –no el uso efectivo mismo- es ... *el medio específico de la economía de producción racional con arreglo a fines*". "A la adquisición racional económica pertenece una forma particular del cálculo en dinero, el cálculo de capital... la estimación y control de las probabilidades y resultados lucrativos por comparación del importe en dinero...al principio y al final de un período de cálculo." Y culmina con la definición: "*empresa económica se llama a una actividad autónoma orientada por el cálculo de capital.*" (op. cit.) pags. 65-69 (nuestras itálicas). Admitir ese esquema mental es aceptar que la empresa de capital es el paradigma de toda forma de producción, lo cual es incorrecto aún si esas formas pueden estar coexistiendo o subordinadas en una formación social que caracterizamos como capitalista.

¹⁹ No estamos hablando de, por ejemplo, un *modo de producción* doméstico (Ver: Meillasoux, *Mujeres, graneros y capitales*, Siglo XXI Editores, México, 1977), ni de un eventual modo de producción solidaria. Ver: Luiz Inácio Germany Gaiger, "La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas" y Paul Singer "Economía solidaria. Un modo de producción y distribución", ambos en J. L. Coraggio (org), *La economía social desde la periferia*. Contribuciones latinoamericanas, UNGS/ALTAMIRA, Buenos Aires, 2007. Nos referimos, en un sentido mucho más limitado, al agregado de unidades de producción y/o reproducción caracterizado por su sentido ligado a la racionalidad material o reproductiva: la *reproducción ampliada de la vida de sus miembros*, el cual es tensionado por la política cuando se le plantea que la resolución de la cuestión social va más allá del interés particular y supone avanzar hacia el reconocimiento del objetivo de asegurar la reproducción de la vida *de todos* y, por tanto la propuesta de subordinar la competencia ante la solidaridad orgánica y crecientemente valórica.

económica –aunque sea plenamente racional desde el punto de vista formal, es decir, calculable [*o no, explicitaríamos, jlc*]- con arreglo a valores o fines materiales.” (Weber, op. cit. Pag 64-65). Explicitando como valor tácticamente fundado el de la reproducción de la vida, Franz Hinkelammert propone una racionalidad reproductiva que sobredetermine a la racionalidad instrumental.²⁰

Cuando decimos entonces *de acuerdo al fin de lograr la reproducción ampliada (es decir: en condiciones cada vez mejores, si bien esto tiene a su vez historicidad y variación cultural) de todos*, estamos tomando partido, en primer lugar, por el principio de la reproducción de la vida humana en sociedad y en consecuencia la prioridad de una distribución adecuada para asegurar un sustrato de sustento material suficiente para todos. En segundo lugar, estamos dando alta ponderación a la búsqueda de la combinación históricamente más adecuada de igualdad y libertad como condiciones de la calidad de vida en sociedad. Ya está comprobado que el sistema capitalista y su mercado “autorregulado”, aún si respondieran a rasgos más cercanos de la racionalidad formal, no están guiados por este objetivo. También que el sistema de planificación estatal centralizada que realmente existió o sobrevive, tiene serios problemas tanto en su propia dinámica innovadora como en la satisfacción de libertades y modos de contención que forman parte de la calidad social de vida. De hecho, la mercantilización y fragmentación de las capacidades humanas como fuerza de trabajo contratada individualmente por los propietarios de medios de producción así como la fragmentación como porciones de tierra y la mercantilización de los sistemas ecológicos han desatado un proceso destructor de la vida (el “molino satánico” al que aludía Polanyi), del mismo modo que lo hizo, en otro nivel, la prosecución socialista del desarrollo inmediato sin límite de las fuerzas productivas.²¹ Postulamos que, aunque con innumerables obstáculos por ocurrir en el contexto de una economía-mundo capitalista, las formas de trabajo cooperativo, libremente asociado, y no controladas por el capital, tienen un gran potencial para comenzar a contrarrestar las fuerzas destructoras de este último *si se constituyen en un subsistema abierto pero en lo interno orgánicamente vinculado por lazos de intercambio, cooperación y solidaridad*. Ese potencial sólo puede realizarse si se supera la atomización y se controlan las tendencias al lucro que les imprime la competencia en el mercado capitalista.

La apertura, no limitada a las relaciones de mercado del subsistema es, como veremos, una condición crítica. No se trata de ignorar el criterio de la evolución de los saldos monetarios macroeconómicos. La racionalidad material subordina, pero no ignora la racionalidad instrumental ni, en este caso, la utilidad de esa información. Sin embargo, lejos de ver todo proceso productivo como un proceso (más o menos eficiente, más o menos completo) de valorización del capital-dinero, esta visión plantea que, en lo fundamental, la génesis, desarrollo y consolidación de capacidades humanas e institucionales bajo nuevas formas de producción basadas en la organización autogestionaria del trabajo y en la gestión consciente del sistema de necesidades (orientadas por la reproducción ampliada de la vida de todos), dependen no sólo de la voluntad y consistencia de las acciones de los trabajadores y sus comunidades inmediatas, sino de un contexto que incluye como componente principal el acceso a bienes públicos no monetizados provistos en parte, pero no solamente, por el estado en sus diversos niveles. Entre otros: la canalización de una parte del poder de compra del estado en sus diversos niveles hacia este sector, una política fiscal progresiva que limite políticamente el enriquecimiento particular y redistribuya de los que más a los que menos tienen, la implementación de normativas jurídico-administrativas que reconozcan y promuevan estas formas autogestionadas, el acceso y la calidad y

20 Ver Franz Hinkelammert, *El Mapa del Emperador. Determinismo, Caos, Sujeto*. DEI, Costa Rica, 1996; Franz J. Hinkelammert y Henry Mora, *Hacia una economía para la vida. Preludio a una reestructuración de la economía* (ed. Revisada y ampliada), San José, Costa Rica, 2008.

21 Ver Karl Polanyi, *La gran transformación*, Juan Pablos Editor, México, DF, 1975.

adecuación de la educación básica, del conocimiento científico-tecnológico, de las condiciones que hacen a la salud, el acceso a una seguridad social que socializa riesgos y asiste en situaciones de indefensión (reduciendo no sólo las catástrofes sino las necesidades de tener reservas para cubrirlas en un contexto de incertidumbre), el acceso a la seguridad personal, el acceso a la ciudad, a la justicia, el derecho de asociación, el derecho a la apropiación de medios esenciales de vida y o producción en función de una racional social y no del interés de las elites, el derecho al pluralismo cultural y en las formas sociales de propiedad (colectivas o no), el derecho a la información fidedigna, la regulación social y política de los mercados para evitar la formación de poderes asimétricos, la regulación social de la libre iniciativa individual y de la acción de fundaciones, ONGs, corporaciones gremiales y otras organizaciones de la sociedad, etc.

Como poco de eso se da satisfactoriamente en nuestros países, la sostenibilidad de estos emprendimientos dependerá, por tanto, no sólo ni principalmente de un saldo monetario en su cuenta de ingresos y gastos, sino de reformas de lo público de signo contrario a las que vienen impulsando los aparatos internacionales que participan del comando financiero y regulatorio del proceso de globalización de la economía-mundo capitalista. Esto incluye en especial la reafirmación del rol del estado como garante de los derechos no sólo en lo normativo sino en cuanto a facilitar el acceso efectivo a las bases materiales para ejercerlos, cualquiera sea la forma de ejercer esa garantía (asistencia directa, financiamiento a entidades con o sin fines de lucro, financiamiento a entidades sociales o comunitarias, regulación de los mercados, generación de una plataforma eficiente de servicios de apoyo a las formas no capitalistas de producción, favorecer el acceso de los trabajadores a los activos de las empresas quebradas, etc.). La sostenibilidad de estos emprendimientos dependerá, adicionalmente: (a) de las capacidades y disposiciones de los trabajadores que cooperan a nivel micro, (b) de sus disposiciones a cooperar y coordinarse entre unidades microeconómicas (nivel meso), (c) del contexto socioeconómico y cultural (distribución y organización de recursos, funcionamiento de los mercados, definición de necesidades legítimas), y (d) de la existencia de una política de estado conducente.

Por otro lado, en tanto lo anterior supone la voluntad social y política de actores colectivos, la sostenibilidad dependerá también de las fuerzas sociales, de las correlaciones de fuerzas y capacidades de acción eficaz entre el amplio abanico de movimientos sociales que representan alguna de las identidades de los trabajadores, por un lado, y los aparatos de dominación/hegemonía por el otro. En particular, dependerá de la capacidad de trabajadores y comunidades para convocar, en determinadas circunstancias, a otros sectores democráticos para que apoyen sus reivindicaciones. En esto, la disposición a admitir alianzas de cierta amplitud o rechazarlas ideológicamente es un factor de no menor importancia, pues el proceso de construcción de otra economía desde el interior del sistema capitalista es político antes que ideológico. Las fracturas dentro del bloque de empresas de capital pueden ser base para alianzas necesarias ante la fuerza destructiva del capital globalizado. Igualmente, los lazos de solidaridad (con o sin vinculación con ventajas materiales) con sectores económicos (cooperativos o no) de otros países, puede ser crítica para la sostenibilidad del nuevo sector.

Por ejemplo, en el caso de las empresas autogestionadas/recuperadas por sus trabajadores, la sostenibilidad no se concebirá y construirá de una misma manera por el mero hecho de que los trabajadores estén a cargo de su dirección. Puede haber diferencias relevantes entre los trabajadores de una misma empresa o entre empresa y empresa en cuestiones tales como:

- *el papel del Estado,*
- *las formas jurídicas adoptadas,*

- *las formas de gestión micro y mesoeconómica,*
- *la tendencia a maximizar resultados monetarios para repartir internamente o la combinación del objetivo de obtener ingresos con la producción de bienes públicos para la comunidad,*
- *las formas de cooperación, gobierno interno y la participación o no de la comunidad en el mismo,*
- *la jerarquización de los principios de reciprocidad y de redistribución o de competencia en su relación con otras empresas del sector de economía social,*
- *la regulación de las tendencias y consecuencias de la división entre gestión/representación y trabajo obrero,*
- *la admisión o no de trabajo asalariado subordinado al resto de trabajadores,*
- *la admisión o no de formas de propiedad que combinan contribuciones de capital con trabajo y sus respectivos derechos a la dirección y a la participación en los resultados,*
- *los tiempos supuestos para el despliegue de las estrategias de la empresa,*
- *la calidad de sus relaciones con otras empresas recuperadas, con el Estado y con el sector de empresas de capital*
- *las formas de hacer política en relación al conjunto de las empresas recuperadas,*
- *particularmente, su autopercepción como sujetos de la recuperación de puestos de trabajo o de un proceso de construcción de un sector plural de formas de economía efectivamente no capitalista.*

Según como se articulen éstas y otras opciones, favorecerán unas u otras concepciones del trabajador (como sujeto o recurso), de su vinculación con la sociedad, de su posición y función respecto a la economía del capital y, en particular, de su papel en la construcción de otra economía.

Esas diferencias no son meramente ideológicas y conscientes. Pueden resultar de un desarrollo de prácticas que tienen una historia –pre y post recuperación-, de condicionantes tales como el proceso que llevó a la quiebra y toma de la empresa, el papel que jugó la comunidad en ese proceso, el grado de desarrollo de las capacidades de los trabajadores, las capacidades remanentes y las que no sólo no se perdieron durante la transición (los técnicos y profesionales suelen ser los primeros en preferir otras opciones) sino que incluso se desarrollaron, la rama y características del mercado en que se desenvuelven sus actividades, etc. Por tanto, aquellas diferencias tienen una posibilidad de explicación no reductible a posiciones políticas o teóricas.²²

²² Aunque haya habido concepciones teóricas y experiencias de larga data (Siglo XIX), estos temas deben ser repensados e investigados conceptual y empíricamente, pues el régimen capitalista se ha modificado de manera significativa y las mismas formas microsocioeconómicas pueden tener otro sentido en un contexto tan distinto.



Foto: Rita Barreto

Como intentamos ilustrar, mal puede evaluarse la sostenibilidad de un emprendimiento sin incluir la situación y evolución posible de su contexto (local, regional, global, redes en general). Igualmente, mal puede construirse la viabilidad de las unidades micro sosteniendo asimismo su calidad de sujetos de una transformación radical de la economía, si no se trabaja sobre la construcción de su contexto socioeconómico, cultural y político al mismo tiempo. La lucha por la participación popular en la definición de las políticas públicas, los comportamientos de los movimientos sociales y, en particular, el modo de resolución de las inevitables contradicciones de intereses inmediatos dentro del mismo campo popular (por ejemplo, entre trabajadores cooperativistas y trabajadores asalariados que resuelven los mismos problemas –a través del mercado y la subcontratación o desde el interior- de las empresas capitalistas) son condicionantes

de la sostenibilidad de un naciente sector de economía centrada en el trabajo y no en el capital como sujeto. En esto, las propuestas de insertar estas iniciativas en el marco de un desarrollo sociopolítico, económico y cultural (cuyo sentido no puede diferir del ya enunciado para la economía social y solidaria) desde lo local o lo regional, implican sostener un proceso basado en el nivel experiencial inmediato apto para la conformación de una subjetividad colectiva que acompañe las prácticas de definición de objetivos estratégicos, coordinación de iniciativas y cooperación. En ese proceso habrá un encuentro con la teoría, con el conocimiento científico, y esa “ecología de saberes” puede ser clave para dar otro alcance a las estrategias de sobrevivencia y resistencia al capitalismo.

En todo caso, la sostenibilidad no puede ser pensada como un criterio micro, estático y unidimensional, sino que debe ser pensada a nivel meso (en un campo)²³ dinámicamente en su multidimensionalidad. Así, una respuesta a los límites al desarrollo de las empresas o emprendimientos asociativos, sus redes, sus comunidades, es no sólo la resolución de los problemas particulares que pueden estar experimentando, sino la ampliación continua del alcance de sus prácticas, tanto en relaciones de intercambio como de valores, incluyendo recursos y actores, institucionales o no, organizados o individuales, en un encuentro creativo, con diversidad y sin modelos.

4. El criterio mercantilista de sostenibilidad

La ideología mercantilista (y la ya mencionada presión para bajar costos fiscales) limita continuamente el problema de la sostenibilidad económica o de la competitividad de los emprendimientos individuales (considerados como empresas económicas en potencia) a su capacidad de internalizar (y hacerlo “exitosamente”) las “reglas del mercado” (capitalista). Es decir: desde el paradigma de la empresa de capital, se privilegia como factor determinante la probabilidad de generar y/o apropiarse de un excedente económico entendido

²³ Ver Pierre Bourdieu: ““Le champ économique”, Actes de la recherche en Sciences sociales. Economie et économistes, Septembre 1997.

como saldo monetario favorable de entradas y salidas.²⁴ Pero ese saldo se puede lograr a costa del sacrificio de la calidad de vida, o de la necesaria renovación de los medios de producción. Si no se determina el contenido de ese “excedente” se permite que se ponga una presión injusta e inhumana sobre los emprendimientos de la economía social (como cuando se pretende que emprendimientos recién nacidos por la promoción se reproduzcan en muy corto plazo sobre la base de sus propios resultados).

Es fundamental contradecir al sentido común, que tiende a coincidir con la ideología dominante, y diferenciar conceptualmente entre excedente económico y condiciones materiales de reproducción. Aunque el cálculo no puede hacerse para cada caso individual, en general (pues depende de condiciones medias, algo adicionalmente complicado cuando la economía se globaliza) podemos decir que los trabajadores que perciben menos del equivalente de un ingreso suficiente para reproducirse intergeneracionalmente mediante la compra, transformación y utilización de medios de vida, y sin embargo ahorran o invierten algo de esos magros ingresos, no están apropiándose ni utilizando un excedente económico sino renunciando a una parte adicional de su reproducción mínima inmediata (si bien esa acción puede estar motivada por la mejoría en el ciclo de vida bajo condiciones inferiores a la reproducción socialmente legitimada, como puede ser, por ejemplo, el concepto hipotético de valor de la canasta básica o línea de pobreza por ingresos). La gran contribución del Grameen Bank, celebrada por el Banco Mundial, de que los pobres también pagan (y mejor que los ricos), que fue inmediatamente seguida por la nueva orientación basada en que los pobres pueden ahorrar y acumular activos son mistificaciones de la pobreza, que pretenden que los pobres tienen o pueden voluntariamente generar excedentes.²⁵ Asimismo, hay que tener en cuenta todos los “subsídios” implícitos y explícitos. Así, de hecho, para usar ese mismo término, además de la explotación sufrida en los procesos de producción capitalista, la clase trabajadora subsidia al capital a través de una aplicación perversa del principio de redistribución fiscal, o mediante la baja de sus salarios por debajo de lo necesario para la reproducción intergeneracional de la fuerza de trabajo, o al asumir los perjuicios que sobre la calidad de vida genera la explotación del medioambiente por el capital, etc.

Ese denominado “excedente” ni siquiera equivale a generar o apropiarse de un valor económico (ingresos netos o bienes en especie) por encima de lo necesario para lograr, por ejemplo, la reproducción simple de los medios de producción y de la vida.²⁶ Pero además, dado el punto de partida de extrema pobreza generalizada, y la historicidad y progresividad esperada de las condiciones de vida en una economía con racionalidad material, sólo una vez alcanzados los estándares de vida legítimamente establecidos en una sociedad democrática tendríamos un auténtico excedente social. Excedente que los trabajadores pueden utilizar, por ejemplo, para mejorar las condiciones de vida de sus miembros, aportarlo a la comunidad inmediata a la cual pertenecen, participar en un proceso de redistribución de otro orden (dentro de un movimiento o una red), o invertirlo en seguir ampliando el sector de economía social.

5. La relación entre criterios de sostenibilidad alternativos en una sociedad capitalista

²⁴ Como señala Franz Hinkelammert (op.cit), cuando el salario racional es el resultante del juego libre de oferta y demanda en el mercado de trabajo y no al menos el necesario para garantizar la reproducción de la vida, hay una irracionalidad material de fondo en el sistema capitalista.

²⁵ Es más, se justifica cobrar los intereses porque induce a ser eficientes (“generar” excedentes).

²⁶ Sobre los conceptos de reproducción simple y ampliada, ver José L. Coraggio, *La gente o el capital. Desarrollo Local y economía del trabajo*, EspaciO Editorial, Buenos Aires, 2004, pag. 167.

En una sociedad capitalista, las reglas del mercado, asumidas como “las buenas prácticas económicas”, definirían de manera universal si una iniciativa económica se sostiene (que equivale moralmente a “merece sobrevivir”) y ello implica un juicio de valor sobre si sus responsables son racionales, como si la racionalidad fuera una opción libre y no estuviera fuertemente determinada por la historia de los actores.²⁷ Según el discurso, si se actúa extraeconómicamente para sostener “artificialmente” un emprendimiento, esto no es racional salvo que venga a subsanar algunas fallas del mercado, por lo que sólo puede ser temporal hasta tanto sea enmendada esa falla. En algunos casos (considerados anómalos) se puede justificar la acción subsidiaria de actores políticos o sociales (como es el caso de la producción y consumo de bienes públicos, porque en una sociedad individualista como la propugnada nunca los individuos egoístas podrían tener en cuenta las externalidades que generan sus actos e consumo, por ejemplo, al educarse).

Así, se pretenderá someter por igual a las reglas de la **“sostenibilidad mercantil estricta”** a:

- **empresas capitalistas**, orientadas por la maximización de la ganancia obtenida por sus inversiones (comparando la tasa y masa de ganancia en un dado período, entre inversiones alternativas y atendiendo a los costos y la masa de capital necesarios para sostener o incrementar la cuota de mercado)
- **emprendimientos mercantiles individuales o formados por afinidad (relaciones de parentesco, amistad)**, orientadas por la reproducción económica de los miembros (buscando recuperar a través de sus transacciones el valor monetario invertido y con los ingresos netos permitir la supervivencia o una “buena” calidad de vida de la UD)²⁸
- **emprendimientos mercantiles por asociación libre o comunitarios**, constituidos en base a relaciones sociales de producción solidarias (cooperativas, mutuales prestadoras de servicios, redes de producción conjunta, etc. usualmente formalizadas)²⁹ que atienden a la reproducción económica de sus miembros y sus UD, pero que también pueden atender a las necesidades de conjuntos más amplios (comunidades locales) con la condición de comprar y vender en el mercado como las empresas, y tener una relación costos/beneficios positiva (generar excedente económico para poder seguir compitiendo en un mercado dinámico y atender a la extensión de los beneficios a la comunidad o al sector) y un trato fiscal similar al de las empresas.³⁰
- **redes de emprendimientos y asociaciones mercantiles**, en que se supone que se asocian porque prima el objetivo de lograr en el mercado ventajas de masa (para lograr crédito, diseñar productos y lograr escala con acceso a mercados que la exigen, tener marcas propias, acceder a asesoría técnica, compartir medios de producción de alto costo, mayor seguridad de abastecimiento y mercado, seguridad

²⁷ Para una visión falaz y darwiniana de los mecanismos de conformación de las clases, ver: Hernando de Soto, *El otro Sendero*, Editorial Oveja Negra, Bogotá, 1987. Esto es similar a aquella afirmación de Milton Friedman, de que cualquiera puede ser empresario con sólo proponérselo...

²⁸ No es lo mismo buena calidad de vida que “reproducción ampliada”, concepto que no permite definir un nivel satisfactorio fijo.

²⁹ Para una discusión sobre el concepto de relaciones sociales de producción solidarias, ver: Luiz Inácio Gaiger (Org.), *Sentidos e Experiencias da Economia Solidária no Brasil*, UFRGS Editora, Porto Alegre, 2004, especialmente pag 371-402.

³⁰ Somos concientes de que en general este tipo de emprendimiento goza formalmente de algunos subsidios o de un trato fiscal especial. No lo hacemos constar porque, de hacerlo, habría que hacer lo mismo con diversos tipos de empresas y actividades capitalistas.

social, etc.) y de articulación para garantizar las condiciones de su reproducción tecno-económica.³¹

- **empresas públicas, o las intervenciones económicas del estado en general**, presionadas para no tener déficit ni requerir subsidio y, en caso de lograrlo, pasar a ser privadas porque pueden ser negocio.

Y se excluirán del análisis las actividades de producción para el autoconsumo o las relaciones de reciprocidad, claves para explicar la sobrevivencia de emprendimientos económicos populares.

6. Criterios de transición

Aún bajo la hegemonía del capitalismo es necesario ir construyendo criterios diferenciadores y anticipadores de lo nuevo que no existe plenamente todavía. En tal sentido, es posible calcular y combinar dos criterios de sustentabilidad contradictorios, dejando claro el papel que cumple uno y otro y lo que significaría absolutizar uno de ellos en medio de una transición.

Por lo pronto, los criterios propios de la sociedad mercantil capitalista no son “realistas”, en tanto mero reflejo de la realidad objetiva, sino un criterio normativo operativo cuyo cumplimiento no implica el éxito y la sostenibilidad, ni su incumplimiento la desaparición de la empresa o emprendimiento. Para poder aplicar un criterio coherente de sostenibilidad que contrarreste la idealización de la empresa mercantil en un mercado perfecto, la teoría crítica de la economía social debe diferenciar entonces entre:

Sostenibilidad económica mercantil “estricta”, que es como “doblarle la apuesta” a la ideología neoliberal, y que se logra sin subsidio externo de ninguna naturaleza (ni monetario ni en especie, ni expoliando la naturaleza), lo que implica evaluar los emprendimientos asegurando que logran cubrir todos sus gastos y el valor imputado de otros costos de bienes o servicios gratuitos o subsidiados, trabajo no mercantil, apropiación de recursos por fuera del mercado, etc. y lograr su objetivo social. Es decir, para ser considerados sostenibles en este criterio mercantil estricto no sólo no tendrían que tener (o anticiparse) subsidios estatales ni ventajas fiscales o crediticias especiales, sino que no podrían autosubsidiarse mediante la utilización de recursos no computados en la cuenta de capital (instalaciones, artefactos de la casa, trabajo familiar no remunerado, etc.), ni podrían beneficiarse de la expoliación de recursos naturales. Su eficiencia y sostenibilidad será así evaluada desde la premisa de que su objetivo es como el de toda empresa *según su tipo-ideal*: tener un excedente económico monetario en tales condiciones. Nuestra primera tarea es verificar que ese mismo criterio no es aplicado siquiera a las empresas de capital.

Sostenibilidad socioeconómica, que es el concepto propio de una economía social y solidaria en un proceso de transición, y que admite la vía de aparentes “subsidios” económicos generalizados (educación, capacitación, exceptuación de impuestos, sistemas de salud, etc.) a partir del principio de *redistribución* progresiva por parte de la economía pública, así como aportes de trabajo u otros recursos (trabajo voluntario, redes de ayuda mutua, uso de la vivienda para la producción, etc.) muchas veces basados en relaciones de *reciprocidad* y no computados como costos³². Los emprendimientos deben poder

³¹ Ver José Luis Coraggio, “Los complejos territoriales dentro del contexto de los subsistemas de producción y circulación”, en: José L. Coraggio, *La Gente o el Capital. Desarrollo local y economía del trabajo*, Espacio Editorial, Buenos Aires, 2004.

³² Por ejemplo, el trabajo infantil (doméstico, en el mercado informal) puede ser una forma no correcta, para los valores de la economía social, de hacer más competitiva la producción familiar, aunque contribuye a soportar los bajos salarios individuales (los padres pueden salir a trabajar porque sus hijos también trabajan, cuando no se da que estos últimos dejan el colegio para sostener a la familia con diversas actividades, desde la mendicidad hasta la prestación de servicios)... Otro ejemplo

cubrir sus gastos monetarios efectivos (sin imputaciones) con los ingresos obtenidos en el mercado y lograr el objetivo de reproducción de sus miembros o comunidades de referencia (si esa reproducción es simple o ampliada, es otra cuestión).

Con este concepto no puede decirse que el problema de la sostenibilidad se limite, como en el caso de las empresas capitalistas idealizadas, a la relación costos/ingresos o a un remedo de la rentabilidad y la competitividad de la empresa (o de la rama) en el mercado.³³ Como vimos en el acápite anterior, la sostenibilidad depende de factores no siempre reducibles a valores económicos, como las políticas públicas, la calidad de las redes de cooperación y coordinación de un sector de trabajadores relativamente autónomos del capital, la definición legitimada de vida digna, la correlación de fuerzas,³⁴ tanto como de la voluntad y disposiciones de los actores particulares, colectivos y públicos involucrados en este desarrollo del contexto.

Una condición dinámica ya mencionada de la sostenibilidad es la extensión continua de las relaciones asociativas solidarias, internalizando así condiciones de reproducción que ahora dependen del capital, y la ampliación del espectro social que incorpora. Otra condición, fundamental para una visión estratégica de Otra Economía, es el cuidado de las bases naturales –humanas o no- de la producción y reproducción.

En general, planteamos que es ilógico pensar en lograr otra economía por medio del individualismo metodológico (cada microemprendimiento debe ser viable, y por agregación toda la economía “social” resultaría serlo). El cambio del contexto estructural es condición para la viabilidad y sostenimiento de las iniciativas particulares. Sin construcción de un contexto mesosocioeconómico consistente es poco probable sostener los emprendimientos de este nuevo sector. Sin embargo, lo que puede no ser viable ni racional para el concepto de sostenibilidad mercantil estricta puede ser condición de reproducción de muchas otras actividades. Como puede ser la producción no competitiva de alimentos para el consumo de los trabajadores que producen bienes para el mercado (y que gracias a ese “subsidio cruzado” pueden competir).

En todo caso, queda indicada la complejidad si es que no imposibilidad de hacer estos cálculos (condición de la racionalidad para la ideología neoliberal) y que los emprendimientos económicos de los trabajadores pueden no tener beneficios, sólo cubrir todos o parte de los costos y condiciones no monetarizadas de vida de los trabajadores y sus unidades domésticas (para cualquiera de ambas definiciones de sostenibilidad) y sin embargo ser justificables económicamente. Esto supone otra definición, más amplia, de economía: La economía, en su expresión más profunda y abarcativa, es el sistema que se da una comunidad o una sociedad de comunidades e individuos para definir, generar, movilizar,

es el uso de la vivienda como local productivo sin costo adicional, a lo que se suma la reducción de los tiempos y costos de transporte y la complementación con el trabajo doméstico al trabajar en el domicilio. O, por el contrario, la no valoración del tiempo de transporte como parte de la jornada de trabajo asalariado. Todas estas son formas de explotación que no se pueden reducir a la apropiación de plusvalor en la relación patrón capitalista/ trabajador asalariado.

³³³³ De hecho, el análisis de los sistemas de PyMES va en la misma dirección, sólo que no se liberan de la impronta mercantilista del capital. Los enfoques institucionalistas, contractualistas, de los costos de transacción, la teoría de los juegos, etc. agregan una dosis de realismo a la mistificación del mercado que hace la teoría neoclásica. Sin embargo, desde el punto de vista epistemológico, constituyen – consciente o inconscientemente- el cinturón de defensa de la teoría que sostiene que el mercado es la mejor forma de organización social y coordinación de las iniciativas humanas en todos los terrenos. Su objetivo sigue siendo la acumulación de capital, o piensan en un desarrollo nacional basado en sistemas de empresas capitalistas. El objetivo que aquí contraponemos es la calidad y la reproducción ampliada de la vida de todos, lo que incluye la centralidad del trabajo en todas sus variantes (labor, trabajo, acción).

³⁴ Recordar que, recurrentemente, el MST brasileño, una vez ocupadas las tierras, presiona con el resto de la sociedad al poder legislativo para que dé legalidad a sus títulos.

distribuir y organizar combinaciones de recursos (relativamente escasos o no), con el fin de satisfacer de la mejor manera posible e intergeneracionalmente las necesidades y deseos -que se establecen como legítimos- de todos sus miembros.”³⁵ *La economía de mercado, con la mercantilización del trabajo y la naturaleza y de toda actividad humana que pueda ser negocio para el capital, es sólo una opción históricamente determinada, sin que sus pretensiones de universalidad tengan asidero.*

7. La sostenibilidad anticipada

*Además, aunque es un dato de referencia útil si se lo pone en contexto, aquella cuenta de ingresos y egresos monetarios se suele calcular para un dado producto y una dada técnica de producción al comienzo de la iniciativa, como un test de su eventual viabilidad. Pero las capacidades, los productos, las técnicas y las condiciones y oportunidades de mercado variarán, como variarán las necesidades, cambiando por tanto la productividad y los resultados en valores de uso y de valor de cambio, lo cual conlleva un proceso de aprendizaje y otro tiempo mucho mayor que los seis meses o el año de maduración que a veces se preveen en los programas argentinos. Esto se hace evidente cuando muchas incubadoras institucionalizadas, trabajando en condiciones altamente excepcionales, dan entre dos y cuatro años para la incubación.*³⁶ *En todo caso, la sostenibilidad económica de un sistema de economía basado en el trabajo autogestionario es un objetivo de mediano plazo y, como se argumentó, no se define a nivel micro, depende del comportamiento variable de un conjunto multiactoral y multiinstitucional.*

En tanto la productividad y todas las capacidades que están detrás de ella se aprenden, hace falta tiempo para que los nuevos emprendimientos la adquieran, y esto justificaría un período de incubación subsidiada. (El Complejo Cooperativo de Mondragón da un promedio de 5 años para probar la sostenibilidad de una nueva cooperativa). Sobre esto, es nuestra opinión que los laboratorios de incubación que algunas universidades o municipios implementan son más un recurso (valioso) para que aprendan a promover iniciativas innovadoras que para lograr el efecto de sinergia que requiere una economía social sostenible. La incubación, con todos sus componentes de control y protección, aislando al emprendimiento de un medio cambiante, debe ser vista como una experiencia de laboratorio complementaria del proceso de asesoría técnica que implica un involucramiento real y cotidiano de los portadores del conocimiento científico en el campo donde operan los emprendimientos.

En relación a los tiempos y ciclos de consolidación y desarrollo, el crédito adecuado puede jugar un papel crítico en superar problemas de acceso a medios de producción de alto costo, al tiempo de maduración del proyecto, a las variaciones estacionales, a crisis ocasionales, etc. pero desde la perspectiva de la construcción y sostenibilidad de un sector de economía solidaria no es lo mismo acceder al microcrédito gestionado como parte del proceso de extensión del ciclo del capital financiero que hacerlo como parte de un sistema de socialización de los ahorros y de subsidios cruzados por parte del sistema fiscal y financiero. Y hoy, en la emergencia, deberíamos estar luchando por una profunda antes que

³⁵ Ver José L. Coraggio, “Una alternativa socioeconómica necesaria: la economía social”, En Claudia Danani (Comp), Política Social y Economía Social. Debates fundamentales, UNGS-Altamira-OSDE, Buenos Aires, 2004 y José Luis Coraggio, Economía social, acción pública y política, 2da edición revisada, CICCUS, Buenos Aires, 2008.

³⁶ Ver, por ejemplo, la relevante experiencia de 92 universidades brasileñas, que trabajan en red para apoyar e incubar emprendimientos asociativos. A pesar de ese significativo involucramiento, tienen menos de 200 emprendimientos en proceso de incubación, y el tema de la dependencia en el despegue está por ser evaluado con el paso del tiempo. Su sitio es <http://www.unitrabalho.org.br/>

marginal y cosmética reingeniería del sistema financiero, para crear condiciones favorables a la consolidación y articulación del contexto en que se desenvolverán las iniciativas de los trabajadores.

Habiendo enfatizado los aspectos del contexto, hay que reconocer que (pero no únicamente) los costos que pagan y los precios que obtienen los emprendimientos asociativos mercantiles, así como la tecnología y productividad accesibles y alcanzadas. Son factores relevantes para la sostenibilidad, sólo que se rechaza el reduccionismo a estos factores. Es más, siendo un campo heterogéneo, las ventajas de masa, la intensidad de capital fijo y los márgenes de comportamiento estratégico de las empresas capitalistas influyen cuando se trata de productos sustitutivos o de insumos de la producción social. Por otro lado, el capital exige una tasa de ganancia que carga al precio y por la cual tiene que responder ante sus accionistas o inversores. Ese margen de ganancia que no reclamarían los emprendimientos familiares o solidarios, o la posibilidad de subsistir con ingresos menores por hora de trabajo, les da una franja de competitividad para compensar en parte la menor productividad física (aquí lo cuantitativo juega su papel). Esto no puede ser entendido como un comportamiento de "autoexplotación", concepto que implica la matriz interpretativa propia del análisis microeconómico de la empresa capitalista en el sistema de mercados y en particular de la relación capital/trabajo asalariado.

Otro problema es que estos emprendimientos solidarios, al ponerse como límite ético el uso socialmente racional de recursos naturales, no podrían cargar en otros sectores -orientados por la minimización de los costos monetarios- sus deseconomías externas. Como ya sugerimos, parte de la ortodoxia que se quiere aplicar a estas iniciativas debería ser exigir comparabilidad en base a igualdad de trato a las empresas (castigar su elusión y evasión de impuestos, no otorgarles subsidios ni tratos especiales, controlar los costos que pasan a la sociedad como deseconomías externas, etc.).

También hay problemas propios del mismo campo popular. Acordamos en destacar la relevancia de recuperar una institución producida desde la sociedad argentina a fines de los 90: las monedas sociales como forma de generar redes de intercambio solidario locales. Aquí podemos anotar otro condicionante de la sostenibilidad que afectó la de las redes de trueque: las tendencias a disputar poder entre fracciones de la economía popular, la existencia de proyectos de poder vinculados a la política realmente existente, y los intentos de privatizar el poder social de las instituciones que genera la actividad colectiva, a veces inspirados por ideas auténticamente divergentes, pero sin un espacio de debate donde puedan lograrse acuerdos sin rupturas o estrategias de poder particular.³⁷ Las distintas líneas ideológicas sobre cómo gestionar y sostener los establecimientos recuperados por los trabajadores son otro ejemplo de la dificultad para definir y compartir con otra fuerza una estrategia conjunta. Otro ejemplo son las acciones divergentes de las corrientes del movimiento de trabajadores desocupados.

Está presente en buena parte de la literatura la hipótesis de que, si bien los objetivos reales son distintos (maximizar ganancias vs. reproducción ampliada de la vida de los miembros, si es que no de toda una comunidad o sociedad), la existencia del mercado como institución abierta donde se encuentran estas distintas formas de producción, de todas maneras fuerza a aplicar un mismo concepto de **competitividad**. Esto supone, entre otras cosas, que los productores tienen fines de lucro y que los comportamientos de los consumidores siguen siendo individualistas, desinformados y cortoplacistas y no han sido

³⁷ Ver: Susana Hintze (Ed), Trueque y economía solidaria, UNDP/UNGS/Prometeo, Los Polvorines, 2003.

transformados desde la nueva economía y sus estrategias de implantación³⁸. Como señala Hinkelammert, *aceptar la competitividad como criterio supremo conlleva un sistema de valores que prioriza el valor de cambio por sobre el valor de uso, y la ganancia por sobre la satisfacción de las necesidades para la buena vida*. A lo que agregamos que comprar según el principio de la ventaja inmediata implica no tener en cuenta las condiciones indeseadas del comportamiento de masa (por ejemplo: comprar productos importados más baratos atenta contra las posibilidades de ocuparse y obtener un ingreso para seguir comprando).

Esto presupone también **la (supuesta) soberanía del consumidor**: empresas capitalistas y empresas del sector social y solidario compiten por la decisión de los consumidores o compradores individuales o institucionales de adquirir a uno u otro oferente. Pero esas decisiones no se reducen a precio, ni siquiera a la combinación precio-calidad, sino que hay elementos simbólicos o sociales que la Economía Social debe explicitar como parte de su producción: efecto sociedad, efecto status, efecto ciudadanía, efecto medioambiente sano, efecto sinergia sobre el desarrollo local y el entorno social de la propia vida de los consumidores... Y la información sobre estos aspectos tiene un costo que pocos pueden cubrir (tanto demandantes como oferentes de la economía social y solidaria) por lo que es una función pública –a cargo del estado o de la sociedad organizada- proporcionarlo (así como proporcionar información negativa sobre otros productos y organizaciones económicas: no cumplimiento de leyes sociales, fiscales, superexplotación, contaminación ambiental, etc.).

Finalmente, para superar el reduccionismo crematístico y el individualismo metodológico y analizar la racionalidad de las propuestas como conjuntos colectivos articulables de estrategias de las unidades domésticas (UD) y sus extensiones asociativas,³⁹ lo que consideramos una condición de sus sustentabilidad, es necesario incorporar las contradicciones del campo y por tanto abrir un espacio de reflexión y debate democrático sobre:

- la relación entre los derechos de los trabajadores asalariados y los de los autónomos o solidarios: el hecho de que los subsidios al trabajo en emprendimientos sociales fijan un piso a la negociación de salarios, o las ventajas de competitividad que logran las empresas por el no cumplimiento de las normas legales al contratar emprendimientos de trabajadores precarios y el impacto neto sobre el ingreso salarial de los hogares (a la vez que aumentan los ingresos por salarios precarios o las ventas de los emprendimientos bajan los ingresos para el conjunto de las UD de los trabajadores categorizados como asalariados permanentes)
- el papel de los bienes públicos (redistribuidor legítimo, cambia estructuras de costos) y de los movimientos reivindicativos de derechos sociales como parte de la estrategia socioeconómica
- la estructura social diferenciada de las UD, que forman parte de las estructuras sociales, y los mecanismos de definición, legitimación y priorización de las necesidades y satisfactores dentro de agregados sociales (como las comunidades étnicas, regiones o localidades), incluyendo la retroalimentación entre modo de consumo y posibilidades de autoreproducción de la economía social y solidaria.

³⁸ Por otra parte, en algunas actividades la producción autogestionada puede ser más eficiente y preferida independientemente de sus costos (por ejemplo en algunos servicios de proximidad), pero no se puede decidir en general y a priori en qué en orden de competitividad van las empresas capitalistas, los emprendimientos familiares, los proyectos solidarios...

³⁹ Ver: José Luis Coraggio, *Política Social y Economía del Trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad*, UNGS, Miño y Dávila Editores, Buenos Aires/Madrid, 1999.

- La combinación de incentivos y límites materiales y morales que pueden impulsar los comportamientos coherentes con las estrategias asumidas.

ALGUNAS CONCLUSIONES

Como afirmamos en un trabajo reciente:

“En lo inmediato, proponemos pensar en políticas socioeconómicas (no meramente socio-productivas, pues la economía incluye la legitimación y gestión política de las necesidades), que superen la clásica división entre lo económico (supuestamente intocable) y lo social (supuestamente campo de la voluntad política), así como la separación entre las esferas de la producción y de la reproducción. En el centro de esas políticas está el impulso a la regeneración de la economía, con tres momentos analíticamente separables pero históricamente concomitantes:

- a) Asegurar la subsistencia con dignidad para todos los ciudadanos (“dignidad” siendo un concepto que abarca tanto elementos pretendidamente universales como otros relativos a contextos culturales, y que, en todo caso, no incluye sólo niveles de satisfacción material sino la autopercepción, las expectativas y el reconocimiento por las comunidades o la sociedad de la identidad y de la pertenencia a la categoría de miembro o ciudadano con derechos y responsabilidades)
- b) la construcción de segmentos cada vez más abarcativos y complejos de un sector de economía social y solidaria, multiplicando y articulando organizaciones centradas en un trabajo asociado, autónomo del capital, y orientadas hacia la reproducción ampliada de *la vida de los miembros de esas organizaciones*
- c) la reconstrucción de las economías subregionales, de la economía nacional y regional latinoamericana como economías soberanas orientadas por la reproducción ampliada de *la vida de todos*.⁴⁰

En esto, es fundamental tener en cuenta los tiempos. No se construye *un nuevo sector orgánico* (condición de sostenibilidad de una multiplicidad de emprendimientos) de la economía en contradicción con las fuerzas del capitalismo en un día. Si tenemos que dar un plazo, al menos hay que pensar en veinte años, pues se trata de cambios institucionales, culturales, de relaciones de poder, de constitución de nuevos sujetos colectivos, de reformas profundas del Estado y de la cultura política. Y no hay modelo, sino que hay que ir aprendiendo al hacer y pensar. Sin embargo, no se puede pretender que se tome como plausible una propuesta que no es visible en lo inmediato y que, sobre todo, no permite experimentar sus resultados positivos. Por ello hay que sistematizar y dar visibilidad a las incontables experiencias existentes, generar un pensamiento y unas prácticas que atiendan a la racionalidad instrumental pero subordinadas a la racionalidad material.

Por todo lo expuesto, debería acordarse que el concepto de sostenibilidad no es un concepto propio de la microeconomía sino del nivel meso sociopolítico-económico y que, en todo caso, debe desprenderse de la matriz cognitiva que supone el paradigma economicista de la empresa de capital como forma superior de organización de la producción social. Del mismo modo, debería pugnarse porque las políticas socioeconómicas definan su sentido en conjunto con los actores colectivos de esta economía, creando condiciones de credibilidad de que

⁴⁰ José Luis Coraggio: ¿Es posible otra economía sin (otra) política?, Colección El Pequeño Libro Socialista, Editora La Vanguardia, Buenos Aires, 2005.

serán políticas de Estado fundamentadas en la experiencia antes que series de respuestas improvisadas a los problemas que van surgiendo desde una lectura de gobernabilidad. A esto ayudaría, entre otras cosas, que la profesión de los “expertos” en economía abran sus esquemas mentales y se descolonice de la utopía de la economía del mercado perfecto y del pragmatismo que la lleva a tomar “esta globalización comandada por el capital” como “la globalización” y a las políticas sociales como medios de alivio a la pobreza inevitable.

A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário

Luiz Inácio Gaiger

Brasileño, doctor en sociología, es profesor de la Universidad del Vale do Rio dos Sinos. Ha publicado varios estudios sobre los movimientos sociales y la economía solidaria. E-mail: gaiger@unisin.br

INTRODUÇÃO

Uma das novidades promissoras da economia solidária reside em suas possibilidades de superar o padrão de subordinação e de vulnerabilidade das formas típicas de economia dos setores populares, como a informalidade, as ocupações por conta própria, as microempresas e a agricultura familiar. Para



Foto: Rita Barreto

Para cumprir essa expectativa, é necessário vencer questões e tarefas propriamente econômicas, cuja identificação e análise, todavia, vêm deparando-se com um paradoxo: por um lado, existe um reconhecimento cada vez maior quanto ao papel das pequenas unidades econômicas, como fontes de trabalho e como elementos dinâmicos do desenvolvimento. O empreendedorismo já não é visto como um traço peculiar típico das grandes empresas, inclusive no que se relaciona à capacidade de inovação, que estaria crescendo em empresas menores desde o Pós-guerra (Portela et al., 2008). Por outro lado, os arranjos autônomos e associativos de produção de bens e serviços, como aqueles que se perfilam sob a economia solidária, têm merecido uma atenção inexpressiva. Salvo exceções muito recentes, ficam relegados a uma posição secundária e subalterna nas políticas voltadas ao empreendedorismo de pequeno porte e na compreensão vigente a respeito. Geralmente, as iniciativas de apoio a esse campo ou se restringem às organizações maiores, notoriamente as grandes e médias cooperativas, ou desconsideram as especificidades essenciais dos empreendimentos associativos e os tratam como as empresas convencionais de capital privado.

Será sublinhado adiante que problemas de entendimento afetam igualmente as organizações dispostas a apoiar os empreendimentos solidários precisamente por conta de sua natureza singular, moldada em princípios de autogestão e cooperação. Tais dificuldades justificam que se proceda a uma abordagem teórico-conceitual sobre a *dimensão empreendedora*, tal como se apresenta ou deve ser vista nas organizações econômicas solidárias. Na falta de uma compreensão adequada, os esforços de incubação ou de consolidação dessas iniciativas correm o risco de se cingirem à transmissão de um conjunto de dispositivos técnicos, incapazes de sustentar a longo prazo os empreendimentos

como organizações *viáveis* e *alternativas*. Essas duas exigências apenas não entram em choque caso se possa arguir, teoricamente, e demonstrar, empiricamente, que as práticas associativas lastream e impulsionam economicamente os empreendimentos, ao mesmo tempo em que se fortalecem com o êxito alcançado.

Como o empreendedorismo tem sido tematizado por uma vasta literatura, convém adiantar que foge aos objetivos desse texto escrutinar as visões predominantes e as suas principais variantes. Mesmo entre as principais referências teóricas, não há uma definição simples e isenta de controvérsias, tampouco é possível inferir uma concepção única, pois a assimilação das obras precursoras ocorreu conforme pressupostos distintos dos seus continuadores, inclusive sua definição de economia (Portela et al., 2008: 19). Ademais, houve um alargamento gradativo do conceito, extrapolando o campo econômico para a área social, política e institucional, nas quais o empreendedorismo veio a designar o exercício de um papel motor na implantação de projetos de interesse comum ou na reconfiguração das instituições (Ferreira, 2005). Sem desconsiderar a polissemia e a amplitude do tema, as questões discutidas a seguir enfatizam primordialmente aspectos relacionados ao campo econômico, no qual se encontram lacunas relevantes. A identidade híbrida dos empreendimentos encarregar-se-á de evitar que esse ângulo de análise derive para uma abordagem econômica reducionista.

1. A necessidade de conceitos econômicos

No ambiente intelectual formado em torno da economia solidária e das demais alternativas ao sistema de produção capitalista, observa-se uma resistência ao emprego de termos como *empresa*, *eficiência* e *empreendedorismo*. Argumenta-se que o poder explicativo desses conceitos, dada a origem histórica e o uso habitual dos mesmos, restringe-se forçosamente à economia capitalista, com seus objetivos e sua lógica inerente. Estariam contaminados ideologicamente e com isso induziriam os seus utilizadores a pensar segundo os cânones restritos das empresas privadas orientadas à acumulação do capital, nas quais o trabalho constitui tão-somente um fator de produção e encontra-se sujeito a diferentes sortes de deshumanização. Em outras palavras, esses conceitos conduziram a raciocínios encerrados na racionalidade utilitarista e deletéria do capitalismo.

Essa atitude refratária tem como primeiro efeito inibir a discussão sobre os aspectos essenciais do funcionamento de organizações econômicas, aspectos que não dependem do seu caráter capitalista ou anticapitalista e que, em certa medida, são ainda mais cruciais para os intentos alternativos, como os empreendimentos solidários, precisamente porque os mesmos se deparam com um ambiente estruturalmente adverso à sua lógica interna. Além disso, a negativa em empregar tais termos não tem sido compensada com a necessária formulação de conceitos substitutivos ancorados na realidade, que não sejam aplicáveis apenas em condições radicalmente diferentes, ideais e, portanto, inexistentes no presente e no futuro próximo. A dificuldade em perceber a irracionalidade de tal conduta intelectual, dado que ela não resolve nem permite resolver os próprios problemas que aponta, deve-se a debilidades mais profundas do pensamento alternativo.

Em primeiro lugar, a idéia de que tudo o que existe sob a égide do capitalismo por ele é determinado e com ele se confunde. Vale para as empresas, para o mercado e para as instituições. Predomina a idéia de um sistema englobante que tende a integrar e homogeneizar todas as coisas e assim o faz. Nessa ótica, iniciativas originalmente dotadas de outra natureza, da mesma forma que os resquícios de formas de vida econômica anteriores, quando podem

ser convertidos em elementos funcionais ao sistema terminam por ele absorvidos; do contrário, acabam fatalmente eliminados. Essa totalização não dialética do sistema econômico de nossas sociedades, além de não perceber as contradições internas do capitalismo, desconhece por inteiro a pluralidade da vida e dos comportamentos econômicos existentes e fulmina todos os possíveis pontos de sustentação de qualquer teoria e de qualquer tentativa de transformação histórica. Autores clássicos como Fernand Braudel, Karl Polanyi e, porque não dizer, Karl Marx, há muito criticaram esse tipo de maniqueísmo.

- A visão de uma economia inteiramente formada por relações de mercado capitalista, refutando a idéia de uma economia plural, decorre em parte de uma confusão entre as relações de troca em geral (de compra e venda, de produtos e serviços) e as relações de troca destinadas a realizar o ciclo de acumulação do capital, iniciado no processo de produção. Uma sociedade sem relações de troca há muito tempo é uma impossibilidade histórica, do mesmo modo que se torna irrealista imaginar uma sociedade estruturada unicamente em relações socialmente vinculantes (Gaiger, 2008).

- A tese da dominação completa exercida pelo capitalismo aparece em certas apreciações do cooperativismo, que o desprezam por curvar-se à lógica capitalista do mercado, à medida que se desenvolve dentro desse sistema. Em primeiro lugar, há um problema lógico: como será possível a alguma configuração econômica primeiramente derrubar o capitalismo e só depois passar a existir, por ser essa a única maneira de não nascer sob o manto capitalista? Em segundo lugar, omite-se que as cooperativas tendem a seguir outra lógica interna e que este fato reflete-se nas relações de troca que estabelecem externamente. O cooperativismo não é apenas uma realidade subordinada, mas também contraditória e alternativa em relação ao modo de produção capitalista (Razeto, 1990: 135), do que decorrem diferentes situações históricas.

Em segundo lugar, a idéia de que a economia representa hoje um mal em si, uma dimensão tão adulterada e perniciosa da vida humana que a melhor solução é o seu banimento. A provisão material da vida, identificada desse modo ao desafortunado reino das necessidades e ao mesmo tempo desvinculada da realização das aspirações humanas, fica em plano secundário nos modelos e nas conceituações teóricas. O seu ocultamento em nada aproveita à multidão de pessoas que mal tiram o seu sustento da sua atividade laboral e cuja aspiração primeira, mesmo se mais por imposição e menos por escolha, é precisamente essa. Diante da ausência de uma teoria apropriada, os atores sociais engajados na concretização e na análise de experiências alternativas têm preferido negar a economia, sem considerar que assim desprezam igualmente o mundo do trabalho e todas as teses acerca de sua importância ou centralidade. “El resultado más contundente en la materia es que muchos sectores han preferido construir una especie de discurso ‘anti-económico’, que recoge antecedentes incluso en algunas versiones escritas.” (Razeto, 1990: 12).

- Essa questão transpareceu no recente debate promovido pela RILESS em torno da melhor designação para a economia solidária. Uma das preocupações correntes era demonstrar que, desta feita, cabe ao social dominar o econômico, outorgando-lhe um papel instrumental e um espaço mínimo e controlado. Concordamos com Luis Razeto (um dos debatedores), ao dizer que ali se manifesta a desconfiança ideológica contra a economia, ademais de uma confusão entre a conotação capitalista de certos conceitos e o fato de pertencerem a uma teoria geral da economia. Dessa, se devem extrair elaborações apropriadas ao contexto e aos objetivos da economia solidária, sob pena de a mesma não se constituir em uma verdadeira economia.

Por conseguinte, é um mister superar a razão dualista, que se contenta em opor o sistema existente à sua presumida antítese e que, na falta de modelos antagônicos existentes ou teoricamente defensáveis, involui para uma espécie de monismo paralisante, na base do “tudo é capitalismo”. Isto implica reconhecer

que a ciência econômica, como qualquer outra, não é uma simples expressão da visão e dos interesses dominantes, mas reflete a multiplicidade da experiência humana e a diversidade de orientações presentes nas formas praticadas e nos modelos prescritivos da economia. O que se percebe tanto nas contendas entre os economistas quanto nas visões sobre a economia provenientes de outras disciplinas, como é o caso notório da Sociologia Econômica (Abramovay, 2004).

2. Características do empreendedorismo associativo

O agir econômico, quando não é apenas casual e circunstancial, exige algum conhecimento específico e um manejo consciente dos elementos com ele relacionados. Isso vale para um profissional liberal, para aqueles que trabalham por conta própria e para a produção familiar. Por razões fáceis de compreender, vale sobremaneira para toda atividade coordenada que envolve um conjunto de pessoas e de recursos materiais e financeiros, cujo acionamento implica fazer escolhas, traçar objetivos, prever passos, negociar interesses e viabilizar acordos. O nó górdio de muitos empreendimentos de economia solidária não reside no fato de que antes os seus integrantes estivessem inteiramente despojados de experiência econômica e de saberes, mas sim no fato de que tais ativos em geral não servem adequadamente para atender aos requisitos de um empreendimento associativo e cooperativo, caracterizado por relações de equidade entre seus membros. Não servem tampouco para que esses empreendimentos garantam melhorias consistentes na inserção dos trabalhadores pobres no mercado (ou na economia mais ampla), pois isso significa driblar redes e estruturas muito bem implantadas de dominação econômica e política que pesam sobre eles.

- Os dados do primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, bem como pesquisas qualitativas anteriores (Gaiger, 1994; Gaiger et al., 1999) não deixam dúvidas quanto às fragilidades econômicas mais comuns dos empreendimentos: falta de experiência nos negócios; desconhecimento dos mercados; oferta de produtos e serviços expostos à grande concorrência e sem contarem a seu favor com maior agregação de valor; ausência de estudos de viabilidade; dependência de instituições de apoio, etc.

Porque então falar em empreendedorismo? Em primeira mão, o termo evoca a capacidade de *tocar à frente* uma organização econômica, de administrá-la e conduzi-la. Essa capacidade não é inata e cada vez menos tem sido possível adquiri-la a contento espontaneamente, apenas pela prática. Assim, cabe indagar em que consiste hoje e como se pode desenvolvê-la, tendo em vista as condições gerais da economia atual, com suas exigências cognitivas crescentes, e as condições particulares em que essa capacidade deve ser exercida pelas organizações baseadas na livre associação de trabalhadores.

Ser empreendedor significa possuir a capacidade de conduzir a organização e a gestão dos fatores produtivos, humanos e materiais dessas organizações, com vistas à realização das suas metas. Pois bem, no caso dos empreendimentos associativos isso equivale, primordialmente, a saber respeitar as características e (com isso) *explorar as virtudes da comunidade de trabalho* (Gaiger, 2006), núcleo vital dos empreendimentos, potencializando as forças geradas pela união dos membros. Em outros termos, significa valer-se do fato de que um elemento comunitário, de ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária, presente no interior dessas unidades econômicas efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica. Efeitos concretos e específicos nos quais se possa discernir uma particular produtividade dada pela presença e crescimento do referido elemento comunitário, análoga à produtividade que distingue e pela qual se reconhecem os demais fatores econômicos (Razeto, 1993: 40-1).

A natureza associativa e cooperativa dos empreendimentos é suscetível de gerar uma série de efeitos positivos ou de economias potenciais (Razeto, 1990: 128; 182-4) - que engendram um círculo virtuoso (Gaiger, 2001) - a serem reconhecidas e exploradas. Por exemplo:

- A *cooperação no trabalho* não apenas soma, mas acresce às capacidades individuais, pois comporta: a) flexibilidade do volume de trabalho às demandas momentâneas; b) prestação gratuita de determinados serviços; c) aportes voluntários à jornada de trabalho regular.

- As *decisões coletivas* conduzem a resultados mais eficientes, pois favorecem: a) supervisão e controle do trabalho pelos próprios trabalhadores; b) incentivos psicológicos derivados do ambiente de equipe; c) redução da conflitualidade social no interior da unidade econômica.

- O *compartilhamento de conhecimentos e informações* propicia: a) estímulos à iniciativa, à criatividade e à inovação; b) menores custos de comunicação e informação.

- O ambiente de *confiança em torno de um projeto comum* acarreta: a) estímulos adicionais decorrentes da distribuição equitativa dos benefícios logrados; b) motivações extras dadas pela satisfação de necessidades relacionais e de convivência; c) pessoas integradas nas várias dimensões de suas vidas, assim mais ativas e cooperativas.

A dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos. Isto significa que a união e a inteligência coletiva dos trabalhadores são mobilizadas como recursos fundamentais para que os empreendimentos lidem com a realidade contingente e logrem sua sobrevivência, gerando benefícios às pessoas neles implicadas. Tal lógica não se destina a produzir novos empresários dispostos a correr os riscos inerentes aos jogos da acumulação do capital, para crescerem e deixarem os outros para trás; seu objetivo é prover e reproduzir os meios de vida dos trabalhadores associados, algo de alcance improvável na ausência de um projeto comum, a partir do qual se exerce a criatividade, cultivam-se vínculos não-utilitários e realiza-se o aprendizado coletivo (Gaiger, 2004b). Nesse contexto, o empreendedorismo diz respeito à liderança e à gestão econômicas capazes de produzir os resultados econômicos e as satisfações extra-econômicas intrínsecas aos empreendimentos.

- Pode se afirmar que a simbiose entre benefícios econômicos e extra-econômicos é lógica nos empreendimentos associativos em questão. Para o trabalhador, já não há sentido em prestar seu esforço laboral em troca de uma utilidade meramente econômica ou monetária, obrigando-se depois a trocar o seu ganho por bens e serviços no mercado de consumo, os quais viriam a atender as suas necessidades sociais e espirituais. Se o dinheiro apenas vale para ser trocado por bens, sempre que possível a preferência será ter diretamente os bens a guardar o dinheiro.

Mas, para que os empreendimentos realizem suas metas – uma façanha, em muitos casos – não basta a seus integrantes serem solidários; não basta almejarem e praticarem o bem comum. Não é tampouco suficiente ter líderes carismáticos, exemplares, capazes de agregar e unir as pessoas; ou então líderes democráticos, que respeitam os pontos de vista individuais e estimulam a participação. Da mesma forma, não basta ao empreendimento atuar em movimentos sociais, participar de fóruns ou tomar parte de redes solidárias, em nome do avanço *político* da economia solidária. Todas essas iniciativas, valiosas, não eliminam nem resolvem os problemas econômicos e talvez sejam mal conduzidas, - no tocante, por exemplo, a itens da plataforma de lutas - se não houver uma compreensão e uma condução tanto da economia na qual estão imersos os empreendimentos quanto da economia que pretendem e podem efetivamente praticar. Assumir essa condição, a partir dos traços peculiares de

uma organização econômica lastreada na equidade entre seus integrantes, requer:

- Abandonar um estilo de gestão baseado essencialmente na capacidade de improvisação ou de adaptações sucessivas a circunstâncias que se apresentam como fatos determinantes, sobre os quais não se possui nenhum controle ou poder de reação, senão em termos defensivos (Bourdieu, 1963; 1977). Portanto, adotar uma gestão pró-ativa.

- Distinguir a realidade tangível dos indivíduos e famílias que integram o empreendimento - com suas demandas muitas vezes prementes e justificadoras de uma atitude imediatista - da realidade da empresa em si - com seus tempos e rotinas próprias, suas margens de escolha nunca ilimitadas e sua incontornável necessidade de planejamento (Gaiger, 1994). Portanto, compreender a complexidade da organização e sua irredutibilidade à soma das realidades individuais.

- Compreender que, diferentemente das empresas privadas ou da economia pública, o fator organizador (Razeto, 1990: 41-55) dos empreendimentos solidários é o trabalho, que neles ocupa uma posição estruturalmente central, por três razões essenciais: a) é o principal recurso produtivo, físico e intelectual, ao dispor dos empreendimentos; b) está na raiz e constitui a razão de ser ineludível dos empreendimentos (Gaiger, 2006); c) esse recurso produtivo e esse marco original e motivacional são incarnados virtualmente por todos os trabalhadores, todo o corpo social do empreendimento, o que converte a participação ampla e eqüitativa nas decisões em algo natural nessa nova realidade. Portanto, considerar o trabalho como uma realidade primordial.

- Entender que a posição peculiar desempenhada pelo trabalho, como fator organizador, faz com que os seus interesses se confundam com os interesses gerais da empresa, ainda que parcela ou mesmo a totalidade dos indivíduos trabalhadores possa (ainda) não o perceber dessa forma. A realização dos interesses de cada um torna-se indissociável das conquistas da empresa e seus esforços são fatalmente recompensados de modo variável, de acordo com os resultados da operação empresarial (Razeto, 1990: 49). Portanto, reconhecer a vinculação entre resultados da empresa e as retribuições aos sócios-trabalhadores.

- Perceber a enorme distância existente entre essa situação e a realidade habitual de gestão das empresas privadas, na qual ademais os trabalhadores não detêm posições de comando, prerrogativa em última instância do poder acionário. Por serem organizações econômicas, os empreendimentos associativos necessitam de empreendedorismo; por serem intentos alternativos, precisam inovar nesse campo através de um estilo de empreendedorismo próprio, de caráter participativo e democrático. Portanto, introduzir uma gestão criativa e inovadora, capaz de ir além do preestabelecido.

Esse enfoque afasta-se em pontos essenciais da concepção canônica de empreendedorismo. Ainda assim, alguns elementos enfatizados por essa última, uma vez recontextualizados para a realidade dos empreendimentos associativos, são pertinentes. Na mesma linha indicada por Razeto (1990: 50), para que os trabalhadores possam funcionar conjuntamente como categoria organizadora da empresa, precisam atender a certos requisitos:

- Apresentar um *espírito de empresa*, através de três atitudes principais: a) disposição a assumir os riscos implicados nas estratégias e nas atividades do empreendimento; b) determinação ou vontade de atingir os objetivos propostos, tendo prazer e satisfação em vencer obstáculos; c) autoconfiança, independência pessoal e iniciativa.

- Possuir um conjunto de *informações e conhecimentos* sobre o funcionamento da empresa, em seus diversos aspectos internos e sobre o mercado em que opera.
- Dispor de certa *capacidade de previsão do futuro*, indispensável ao planejamento de médio e longo prazo e a correções de rota provocadas por circunstâncias favoráveis ou adversas.

Um aspecto geral e fundamental, tanto para as empresas de autogestão quanto para as empresas capitalistas, reside na capacidade de incorporar (ao fator *trabalho* ou ao fator *capital*, conforme o caso) os demais fatores necessários ao funcionamento da empresa: tecnologia, serviços especializados, crédito e meios de financiamento, maquinário, insumos e matérias-primas, etc. Nos empreendimentos solidários, essa incorporação implica uma troca específica, na qual os trabalhadores cedem parte do seu trabalho (realizado ou a realizar), do qual retiram a riqueza produzida. Há um cálculo implícito (e melhor se for explícito), que consiste em estimar em que medida o fator incorporado à empresa potencializa a capacidade de trabalho já instalada e permite que o valor dispendido em sua aquisição seja recuperado, gerando excedentes e outras vantagens reais.

- Assim, será racional para um grupo de costura adquirir uma máquina industrial se a mesma viabilizar uma produção adicional que pague a própria máquina, que gere excedentes e não imponha condições de trabalho (ritmo, jornada, etc.) desvantajosas para as costureiras, as quais por outro lado são compensadas pela apropriação do valor representado pela máquina. Por certo, outro é o sentido do cálculo e dos resultados da operação numa empresa privada capitalista.

3. Um atributo individual e coletivo

O empreendedorismo pode ser compreendido e analisado em diferentes níveis. Como qualidade de indivíduos que cumprem funções em organizações econômicas, é relacionável às noções de *saberes* e de *competências* (Schwartz, 1998; 2000; Tanguy, 1997). Nos empreendimentos associativos, não há dúvida que constitui também uma propriedade do coletivo de trabalhadores, sendo pertinente vinculá-lo nesse âmbito aos conceitos de *experiência* (Dubet, 1994) e de *ethos de posição* (Lalive d'Epinau, 1986). Pode ser analisado ainda como um atributo da organização econômica, quanto à sua capacidade - demonstrada ou presumida - de realizar as metas econômicas e outras que dependem do êxito nessa esfera: a curto e médio prazo, demonstrando a *eficiência* (Gaiger, 2004a) da organização; a longo prazo, evidenciando sua *sustentabilidade*.

É perfeitamente aceitável que o empreendedorismo seja analisado como concepção e estilo de comportamento de indivíduos. Se em determinada organização econômica ninguém demonstra tais conhecimentos e aptidões individualmente, será impossível encontrá-los no coletivo. Esse nível de análise faz muito sentido no caso das organizações econômicas sob comando de um ou de poucos indivíduos, onde cabe aos demais um papel subordinado e passivo. Segundo a concepção hoje em voga, a noção de empreendedorismo “não é vista como um processo, mas como um mosaico de características de indivíduos agindo racional e intencionalmente”, acentuando-se o papel do ator individual (Portela et al., 2008: 45). Essa ênfase quase exclusiva, dada aos indivíduos pela visão e pelas políticas tradicionais de apoio ao empreendedorismo, parece explicar-se em parte pelo viés ideológico dessas concepções, em parte pelo seu desconhecimento da economia dos setores populares, na qual predominam os negócios por conta própria e grassa a informalidade.

O problema do viés relaciona-se ao *mito do empreendedor*, cujo êxito seria garantido pelo espírito de iniciativa, talento e persistência, fatos

supostamente confirmados por inúmeras histórias de sucesso. A partir dos anos 80, com o avanço das diretivas e políticas neoliberais, passaram a imperar propostas de criação não de empregos, mas de auto-empregos, através da montagem de empreendimentos pelos trabalhadores desempregados, como “empresários de si mesmos”. Conforme Kraychete, “De um paradigma antropológico do indivíduo-máquina passa-se, agora, a uma nova matriz: aquela do indivíduo-empresa” (1999: 24). Desfazendo o mito construído pela teoria econômica e pelo discurso social, é possível demonstrar que o sucesso empreendedor é antes de tudo uma obra coletiva que demanda capital social prévio e relacionamentos privilegiados (Boutillier & Uzunidis, 1999).

A barreira do desconhecimento caracteriza o senso comum acerca das ocupações típicas da informalidade, percebidas unilateralmente como situações determinadas por um alto grau de carência e despreparo, cuja superação demandaria que sejam convertidas em pequenas empresas, isto é, se modernizem. Usual entre as agências multilaterais de cooperação ao desenvolvimento, a idéia da *formalização do informal* deu a luz a muitos programas de apoio técnico e microcrédito, entre outros, com resultados globais modestos e discutíveis (Lautier, 2005). A razão principal está em que atribuem às pequenas empresas semifamiliares uma lógica que lhes é estranha, pois não são empresas capitalistas pequeninas ou ineficientes, mas uma “extensão da unidade doméstica”, na qual o objetivo de acumulação é condicionado àqueles de “manter e melhorar a qualidade de vida”, o que torna inseparáveis a produção e a reprodução (Coraggio, 1999: 96-7).

É um equívoco, portanto, conceber o empreendedorismo estritamente no plano individual. Mesmo nas empresas privadas de comando centralizado, se apenas o poder acionário e as chefias forem empreendedores, os demais ficando alheios, será muito difícil lograr êxito. A mentalidade e as condutas empreendedoras precisam disseminar-se no corpo da empresa, ser parte do ambiente organizacional, motivando a cooperação e o zelo de todos (Coutrot, 1999). Em suma, deve formar-se uma cultura coletiva, impessoal e já não individualizável.

No segmento dos pequenos negócios, nos quais abundam iniciativas de formação de novos empreendedores individuais, o mesmo valerá à medida que a empresa crescer e se tornar mais complexa, em resultado da ação empreendedora inicial. Esta, contudo, dependerá desde o primeiro momento do sucesso dos relacionamentos com todos os parceiros do negócio (em certa medida, também com os concorrentes), que precisam ser motivados a engajarem-se em uma determinada estratégia de ação. Não à-toa, os depoimentos sobre “casos de sucesso” com frequência destacam a importância de encontrar “parceiros que pensam como a gente”.

Com mais forte razão, isso vale para os empreendimentos associativos, onde o patrimônio, o poder e as responsabilidades são partilhados. O foco de atenção desloca-se aqui, do estamento líder da organização, para a análise das correspondências entre a mentalidade empreendedora da liderança e a mentalidade do conjunto de trabalhadores. Importa então examinar o padrão empreendedor do coletivo de trabalhadores e o seu grau de homogeneidade e coesão.

O conceito de *experiência* por certo é aplicável aos indivíduos, mas ganha um valor particular quando se refere aos acontecimentos compartilhados pelos trabalhadores ao longo do tempo, à medida que ensejam vivências comuns, criam condições favoráveis ao agir comunicativo e formam uma memória e uma cultura coletivas. Em outros termos, a experiência ou a práxis cotidiana, como fonte de reflexão e de aprendizado, finda por moldar uma sensibilidade cognitiva e moral e um estilo de conduta; portanto, uma maneira de atribuir sentido e valor à realidade e de agir em conseqüência. A experiência coletiva produz então a) um sistema de referências, b) um conjunto de predisposições e c) um padrão de

comportamento. A essa tríade intersubjetiva disposicional corresponde o conceito de *ethos de posição*. Além de indicar os fundamentos latentes da conduta observável, o *ethos de posição* funciona analiticamente como um elemento mediador entre a dimensão incorporada e reflexa do comportamento e a dimensão refletida e consciente. Ele articula ainda a gestão ordinária da vida cotidiana e o engajamento amiúde inabitual e por vezes excepcional em empreitadas de alto risco, como os movimentos de luta e de reivindicação coletiva (Gaiger, 1997).

Um exemplo de transformação das predisposições anteriores e de formação gradativa de um novo *ethos* operário encontra-se nas empresas capitalistas convertidas em empresas coletivas de autogestão. Obter a propriedade dos meios de produção e demais ativos da empresa não é apenas um fato jurídico, como recorda Razeto (1990: 79), mas um processo subjetivo lento, de tomada de consciência do que significam os bens apropriados e de como determinam uma série de mudanças comportamentais necessárias ao seu controle e uso, algumas das quais acarretam renúncias e novas obrigações.

Uma segunda situação diz respeito à superação de uma *cultura de dependência* das ajudas econômicas e de estímulos externos. Em certos projetos econômicos comunitários, as ações da liderança apoiavam-se na expectativa do recebimento periódico de novos auxílios financeiros, a fundo perdido ou mediante restituição sob condições altamente favoráveis, combinados com amplas possibilidades de renegociação (Gaiger, 1994; Gaiger et al, 1999). Essa concepção, estagnante, conduziu as principais agências de fomento a reverem seus critérios, distinguindo a partir daí os projetos com função econômica daqueles com papel iminentemente social. Para os primeiros, foi introduzido o sistema de fundo devolutivo e de crédito rotativo solidário.

A noção de experiência e o conceito de *ethos* de posição evocam a trajetória social dos indivíduos e coletividades, anterior ao seu envolvimento com as organizações econômicas em tela, podendo tais antecedentes favorecer ou refrear o comportamento empreendedor. A cultura operária, por exemplo, sofre das limitações herdadas pelo conhecimento parcial do processo produtivo e pela condição subalterna ocupada na divisão social do trabalho, sendo em compensação beneficiada pela solidariedade de classe e seu afã libertário. No caso dos pequenos agricultores familiares, a aversão ao risco e a demora em aderir à inovação retêm seu espírito empreendedor, ao passo que sua capacidade de iniciativa e sua flexibilidade na gestão (Portela et al., 2008: 40-1), próprias de um *senso prático de adaptação* (Gaiger, 1996), os impulsionariam no sentido inverso.

Convém recordar que a boa administração de um empreendimento econômico, embora cada vez mais deva apoiar-se no conhecimento profissional especializado, não é como tal uma questão de competência científica, mas de habilidade em lidar com problemas diários os mais variados, o que exige tarimba e liderança. Se as experiências de cada sócio se somam, é de se esperar que propiciem maior acerto nas decisões e maior legitimidade para os responsáveis por sua execução. A experiência conduz ao aprendizado coletivo. Quando falta a competência específica ao ramo de negócios escolhido, ela “será construída ao longo da vida prática da empresa, analogamente ao que ocorre com a empresa capitalista. Só que nessa o aprendizado se limita principalmente aos integrantes do corpo de executivos, ao passo que na empresa solidária ele se estende a todos os membros.” (Singer, 2000: 22).

A *eficiência* de uma organização econômica diz respeito à sua capacidade de preservar-se e consolidar-se em resultado do seu funcionamento. Refere-se a aspectos da operação econômica que garantem a sobrevivência do empreendimento no presente e não a comprometem no futuro próximo. Implica assim requisitos básicos em vista da solvência do empreendimento: não remunerar o trabalho de forma insuficiente e insatisfatória; não contrair dívidas

acima da capacidade de adimplência; não consumir os ativos (capital de giro, por exemplo) e dilapidar o empreendimento; não retrair as atividades econômicas irreversivelmente; não ampliar situações de dependência financeira ou institucional. A eficiência comporta uma série de ações, cuja efetividade pode ser considerada como um indicador positivo:

- Utilização de técnicas de contabilidade e de gestão econômico-financeira;
- Existência de estratégias de produção e de comercialização;
- Inversões na qualificação dos recursos humanos;
- Autonomia econômico-financeira e institucional;
- Preservação econômica do empreendimento;
- Melhoria nas condições gerais de vida dos associados;
- Preservação do quadro social do empreendimento.

A *sustentabilidade* do empreendimento diz respeito à sua capacidade de gerar condições de viabilidade e prosseguir funcionando a médio e longo prazo. Envolve aspectos internos e externos, mas exclui aquelas estratégias que simplesmente adiam compromissos assumidos ou transferem determinados custos da operação à sociedade, como o emprego de tecnologias baratas e poluentes ou a depredação do ambiente natural. A sustentabilidade implica um nível de desempenho que não produza os benefícios esperados apenas à custa de insolvências futuras, a exemplo da usura do trabalho e da depreciação de máquinas e equipamentos. A sustentabilidade requer um conjunto de ações, em vista da perenidade do empreendimento:

- Autosuficiência econômico-financeira;
- Capacidade de investimento;
- Incremento produtivo planejado;
- Educação e a qualificação permanente dos trabalhadores;
- Ampliação social do empreendimento;
- Preservação de articulações e de parcerias estratégicas;
- Emprego de tecnologias limpas e de processos compatíveis com o ambiente natural.

As ações que se relacionam ao *incremento* ou ao *crescimento* do empreendimento associativo merecem um esclarecimento. Não se trata de aderir à perspectiva de acumulação incessante típica das empresas capitalistas, tampouco ao paradigma que vê o crescimento econômico como uma finalidade inquestionável, uma tendência natural e um caminho obrigatório para resolver os grandes problemas do desenvolvimento. Trata-se de reconhecer que algum grau e algum tipo de crescimento são indispensáveis à consolidação e à viabilidade das empresas econômicas formadas por trabalhadores.

No contexto social e tecnológico contemporâneo, no qual se ampliam, prolongam e qualificam as aspirações humanas, as empresas encontram-se obrigadas à reposição e ao aprimoramento das suas forças produtivas. Do contrário, perderão gradativamente suas chances de reprodução, pelo esgotamento progressivo daqueles recursos vulneráveis à ação do tempo (como a fadiga física), por sua incapacidade de responder a novas expectativas, em termos de qualidade de vida, nível de consumo e ingressos. Também, devido aos efeitos da evolução demográfica sobre o corpo social do empreendimento, haja vista o crescimento populacional e o envelhecimento da pirâmide etária.

- A economia camponesa, baseada no parcelamento familiar da terra, exemplifica como o equilíbrio *sem crescimento* se sujeita a determinadas condições: ou a população mantém-se estável ou expande-se o território agrícola explorado. Com a explosão demográfica do séc. XIX, em primeiro lugar buscou-se

alargar a fronteira agrícola. Diante do esgotamento desta, sobraram a migração, a modernização tecnológica e o fracionamento do solo, nesse último caso com um inevitável comprometimento da qualidade de vida.

No caso dos empreendimentos associativos, o incremento quantitativo e qualitativo em geral é demandado como forma de superar suas inúmeras fragilidades. Muitos deles, em seus inícios, apenas garantem a subsistência dos trabalhadores, impondo para isso renúncias e sacrifícios que não se podem eternizar. A sua consolidação econômica, tanto quanto a conquista de autonomia, supõe um desenvolvimento em distintas frentes, tais como o aproveitamento sistemático dos saberes práticos existentes, o aperfeiçoamento tecnológico, as melhorias na gestão, o aumento da produtividade do trabalho e a ampliação da capacidade de poupança (Razeto, 1990: 133).

4. Distinções da racionalidade da economia familiar

Os empreendimentos associativos funcionam muitas vezes a partir de unidades econômicas de caráter familiar, como extensão das mesmas e como formas de sustentá-las. O fato é regra entre os grupos informais e os pequenos empreendimentos, que não raro se confundem com a organização econômica familiar da qual se originaram: ao permanecerem apoiados em relações de parentesco, amizade e confiança mútua, são vistos como uma “grande família”. Isto é uma evidência do senso comum quase sem exceções no caso dos empreendimentos vinculados à agricultura familiar. Como a natureza familiar evoca atitudes e comportamentos baseados no conhecimento recíproco, na solidariedade e na diluição dos interesses individuais em favor de uma entidade coletiva, é compreensível a idéia de que preservar esse caráter familiar é uma das melhores maneiras de fortalecer o empreendimento associativo.

Assim, as formas habituais ou momentâneas de solidariedade observadas no seio das unidades econômicas familiares confundem-se freqüentemente com as organizações instituídas por meio de um ato associativo, deliberado entre indivíduos, muitas vezes lastreado naquelas práticas primárias de reciprocidade e destinadas ao seu fortalecimento. Contudo, sem menosprezar as formas costumeiras de entre-ajuda e de solidariedade primária, deve-se reconhecer que os empreendimentos associativos diferenciam-se da economia familiar, conceitualmente e na prática. E além de distinguir-se dos empreendimentos associativos, a economia familiar constitui um modelo limitado para o entendimento dos mesmos.

As relações econômicas típicas das unidades familiares caracterizam-se pela *comensalidade*: no interior de um grupo constituído por vínculos extra-econômicos, os fluxos de bens e serviços no tocante a produzir, distribuir, utilizar e consumir, atendem às necessidades individuais compartilhadas ou sancionadas em comum, num contexto cujo alto grau de integração fusiona as individualidades no coletivo (Razeto, 1990: 65-6). O patrimônio familiar, indivisível, inibe as estratégias utilitaristas e as subordina, mesmo em boa lógica pragmática, à reprodução material e simbólica da entidade a que todos pertencem.

A comensalidade requer, pois, condições muito particulares para funcionar como base das relações econômicas: a) um núcleo social precursor, imerso profundamente na memória e na identidade grupal; b) noções de justiça e de equidade que dependem dos padrões culturais vigentes, aplicados às funções desempenhadas pelos indivíduos, sem importarem necessariamente em princípios igualitaristas nem corresponderem aos aportes individuais; c) um processo lento de agregação de novos indivíduos, por consangüinidade ou por entrada no círculo restrito das afinidades de parentesco; d) a subordinação das estratégias econômicas aos ciclos geracionais da reprodução familiar.

Para crescerem em ritmo mais veloz, as unidades familiares agregam modernamente outros indivíduos, estabelecendo com eles relações contratuais, cuja função é viabilizar a troca de valores (trabalho, dinheiro) por mútuo acordo, sem engendrar automaticamente outros vínculos e compromissos. Mesmo quando o espírito familiar é preservado no trato com os novos acionistas e empregados, a presença desses assume objetivamente outro caráter, nem familiar, nem associativo.

Já os empreendimentos associativos funcionam e expandem seu quadro social principalmente com base em relações de *cooperação*. Nesse caso, há uma associação voluntária e gradativa de pessoas independentes entre si, “com a intenção explícita de realizar em conjunto determinadas atividades econômicas, cujos benefícios se hão de compartilhar *equitativamente* entre todos os participantes.” (Razeto, 1990: 67). As relações de cooperação constituem a empresa econômica, que deriva essencialmente dessas relações e aos poucos se emancipa e se diferencia de sua eventual matriz familiar.

- A atividade coletiva de quase 70% das organizações registradas no Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil (dados da Fase II, 2005) tem por objetivo principal declarado aportar benefícios e serviços às economias individuais ou familiares dos seus integrantes. Tais organizações representam um passo além da economia familiar. O seu alastramento atual, precisamente por isso, justifica a atenção despertada pelas novas formas de solidarismo econômico.

A transição da comensalidade para a cooperação é um mister do desenvolvimento das empresas econômicas fundadas na livre associação. Seu maior porte e complexidade exigirão que se explicitem os critérios que regem as contribuições e as contrapartidas de cada integrante, que se nomeiem os direitos e deveres que preservam os indivíduos e, ao mesmo tempo, constituem a empresa. Promover essa transição adequadamente é uma exigência empreendedora das suas lideranças e do coletivo em seu conjunto. O que implica: a) reconhecer a legitimidade e as singularidades próprias das formas familiares de economia e das formas associativas, ou seja, distinguir relações de comensalidade de relações de cooperação; b) propiciar a ascensão das relações de cooperação à posição central determinante; c) canalizar os ativos humanos, econômicos e relacionais, representados pela comensalidade, para o fortalecimento da cooperação.

Em síntese, trata-se de favorecer um processo de *metamorfose* da matriz familiar de entre-ajuda para a lógica empreendedora, explorando para tanto os recursos humanos e materiais das unidades familiares e das interações vicinais, sobre as quais se estrutura o empreendimento, de modo a potencializar tais recursos sem descaracterizá-los. Dado que a própria família encontra-se em transição, como demonstram as alterações no papel social e econômico da mulher, essas relações entre a economia solidária e a economia doméstica, embora seguras, ficam sempre sujeitas à verificação empírica. A propósito, vale recordar alguns resultados de pesquisas sobre os fatores de êxito das experiências de economia solidária no sul do Brasil (Gaiger et al, 1999):

- Os empreendimentos mais consistentes conciliam os recursos e interesses individuais e familiares com o seu processo produtivo.
- Os empreendimentos com melhor desempenho global mantêm práticas de solidariedade e ajuda mútua entre os seus membros e são mais participativos na gestão e nas decisões políticas.
- Ações de ajuda à comunidade são mais freqüentes entre os empreendimentos que praticam a mútua ajuda internamente.
- Relações de reciprocidade, sem caráter mercantil ou monetário, têm efeitos sociais e econômicos e impulsionam os empreendimentos.

Nesse processo de transição, o modelo familiar é relevante como um padrão simbólico de referência, que auxilia a passagem de relações de comensalidade para relações de cooperação, pois ambas comungam muitos princípios similares no plano ético-moral. Sua presença evita que o abandono gradativo da comensalidade redunde em vínculos contratuais ordinários ou degenere em simples práticas de exploração de uns sobre outros.

5. Contingência e criatividade

Uma das conclusões quase triviais dos estudos sobre o empreendedorismo é de que inexistem modelos, fórmulas ou receitas prontas. Um traço característico do empreendedorismo é a multiplicidade das suas expressões concretas, em boa medida definidas em função das circunstâncias. Mesmo os exemplos mais bem sucedidos são replicáveis apenas com engenho, exigindo então novas doses de senso estratégico e de sagacidade, sempre em função do peso decisivo do contexto envolvente. De outra parte, o empreendedorismo em seu sentido mais estrito afasta-se da gestão hodierna e reveste-se de um caráter extraordinário, pontual, fadado a um curto ciclo de existência. Seu sucesso altera automaticamente as condições que o tornaram possível e mina rapidamente seu poder de impacto, tanto mais se estiver intimamente vinculado ao fenômeno da inovação. O empreendedorismo é ao mesmo tempo contingente, único e efêmero.

Face à tal abordagem, é preferível adotar uma acepção branda de empreendedorismo, ao alcance de indivíduos e organizações desprovidas daquelas condições tão singulares, mas ainda assim capazes de agir com intuição, iniciativa, arrojo e criatividade. Em primeiro lugar, para aproximar a análise da realidade do mundo econômico em geral e da realidade particular dos empreendimentos associativos. Em segundo lugar, a fim de tomar dita realidade como um campo de ensaios, sujeito a disputas e alianças entre os atores econômicos, a ser compreendido mediante uma crítica do paradigma da *inovação destrutiva* (Schumpeter, 2006) e segundo premissas e matizes como as seguintes:

- Admitir que a ação empreendedora exemplar é susceptível de produzir lições e modelos ao menos parcialmente dissemináveis, sem contanto exigir condições excepcionais ou resultar na eliminação fatal dos agentes econômicos incapazes de aproveitar a “janela de oportunidades” momentaneamente aberta.
- Destronar a primazia da racionalidade competitiva exercida em ambiente de desconfiança, subjacente à visão tradicional do empreendedorismo, combinando-a com modelos colaborativos favoráveis à experimentação e à descoberta em regime de riscos partilhados. Essa assertiva tem-se mostrado válida para o mundo das empresas em geral (Balestrin & Verschoore, 2008), não havendo motivos para descartá-la no caso dos empreendimentos associativos.
- Não absolutizar o princípio do “risco assumido” e centrar a análise no equilíbrio logrado entre risco e prudência, ou entre a inclinação e a aversão ponderada ao risco. A condução dessa tensão permanente é reveladora da capacidade de gestão em ambientes de incerteza, denotando o controle exercido sobre os condicionamentos essenciais ao êxito da organização.
- Compreender a inovação como um ato de criatividade a ser conferido em diferentes esferas, seja de idéias, de organização, de gestão ou de mercados (Portela et al., 2008: 21), todas vitais ao processo de metamorfose antes evocado, a partir do qual se constituem e se consolidam os experimentos associativos. Talvez a “arte do improviso” diante de desafios incessantes seja um dos principais trunfos dos empreendedores da economia solidária. Não como simples ação reativa, ditada pela força das circunstâncias, mas como exercício de um saber tácito adquirido ao longo do tempo, cada vez que as dificuldades

superam os recursos ao alcance da mão e apelam ao despojamento e à inventividade.

Ao impelir os indivíduos a cercarem-se do conforto oferecido pela tecnologia, o mundo moderno esmerou-se em formar preferências adaptativas, ao preço da renúncia da liberdade e da formação imperceptível de múltiplas dependências cotidianas (Santos, 1989: 44). A lógica de condução dos empreendimentos na economia solidária parece sublinhar a importância de um novo equilíbrio entre adaptação e autonomia. Ela demonstra que alguma imprudência é necessária, já que o mero seguimento ao prescrito e a cautela sistemática dispensam e eliminam a criatividade. É mesmo presumível que a *ilusão* inicial em que voluntariamente caem os empreendimentos, quando se atribuem expectativas francamente otimistas, reforça a coesão e aciona a criatividade em níveis bem superiores ao que fariam objetivos realistas, aumentando as chances de produzir novas soluções. À sua revelia ou premeditadamente, a economia solidária exemplificaria então, em via própria, o mesmo esforço sagaz que a literatura de referência tem reconhecido no autêntico empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (2004). Entre Deus e o diabo: mercados e interações humanas nas ciências sociais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. 16(2): 35-64.
- BALESTRIN, Alsones & VERSCHOORE, Jorge (2008). *Redes de cooperação. Estratégias de gestão na nova economia*. Porto Alegre: Bookman.
- BOURDIEU, Pierre (1963). La société traditionnelle; attitude à l'égard du temps et conduite économique. *Sociologie du Travail*. Paris, 1: 24-44.
- BOURDIEU, Pierre (1977). "Une classe objet". *Actes des Recherches en Sciences Sociales*, 17-18: 2-6.
- BOUTILLIER, Sophie & UZUNIDIS, Dimitri (1999). *La légende de l'entrepreneur*. Le capital social ou comment vient l'esprit d'entreprise. Paris: Syros.
- CORAGGIO, José Luiz (1999). Da economia dos setores populares à economia do trabalho: In: KRAYCHETE, G., LARA & F., COSTA, B. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, p. 91-132.
- COUTROT, Thomas (1999). *Critique de l'organisation du travail*. Paris: La Découverte.
- DUBET, François (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris, Seuil.
- FERREIRA, Sílvia (2005). *O que tem de especial o empreendedor social?* O perfil de emprego do empresário social em Portugal. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (Oficinas do CES, 223).
- GAIGER, Luiz (1994). *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS*. Cadernos do CEDOPE, UNISINOS, São Leopoldo, nº 10 (Série Movimentos Sociais e Cultura).
- GAIGER, Luiz (1996). *A consciência radical. Uma interpretação da prática política dos sem-terra a partir do sistema cultural*. Comunicação ao XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17 - Processos Sociais Agrários.
- GAIGER, Luiz (1997). Ethos de posição e vida cotidiana. *Estudos Leopoldenses*, 33(151): 69-94.
- GAIGER, Luiz (2001). Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, v. 7, n. 13: 191-211.

- GAIGER, Luiz (2004a). Eficiencia sistémica. In: CATTANI, Antonio (Org.). *La otra economía*. Buenos Aires, Altamira, pp. 213-220.
- GAIGER, Luiz (org.) (2004b). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.
- GAIGER, Luiz (2006). A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*. Brasília: UNB, v. 21, n. 2, p. 513-545.
- GAIGER, Luiz (2008). A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálisis*. Florianópolis, UFSC, v. 11(1): 11-19.
- GAIGER, Luiz et al. (1999). A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura*, São Leopoldo, n. 15.
- KRAYCHETE, Gabriel (2000). Economia dos setores populares: entre a realidade a utopia. In: KRAYCHETE, G., LARA & F., COSTA, B. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, p. 15-37.
- LALIVE D'EPINAY, Christian (1986). "Temps, espace et identité socio-culturelle: les ethos du prolétariat, des petits possédants et de la paysannerie dans une population âgée". *Revue Internationale des Sciences Sociales*, XXXVIII(1): 97-114.
- LAUTIER, Bruno. (2005). *Économie informelle*. In: LAVILLE, J.-L. & CATTANI, A. (Orgs.). *Dictionnaire de l'Autre Économie*. Paris: Desclée de Brouwer, p. 175-182.
- PORTELA, José et al. (2008). *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*. Lisboa: INSCOOP/GRECA Artes Gráficas.
- RAZETO, Luis (1990). *Las empresas alternativas*. Montevideu: Editorial Nordan-Comunidad.
- RAZETO, Luis (1993). Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, p. 34-58 (Col. Questões da Nossa Época, 25).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 54: 197 – 215.
- SCHWARTZ, Yves (1998). *Expérience et connaissance du travail*. Paris: Éditions Sociales.
- SCHWARTZ, Yves (2000). Trabalho e uso de si. *Revista Pró-Posições*. Campinas, UNICAMP, v. 1, n. 5(32): 34-50.
- SINGER, Paul (2000). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André (Orgs.). *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, pp. 11-28.
- SINGER, Paul (2007). Economía solidaria. Un modo de producción y distribución. In: CORAGGIO, L. (Org.). *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, p. 59-78.
- SCHUMPETER, Joseph (2006) [1934]. *The Theory of Economic Development*. London: Transaction Publishers.
- TANGUY, Lucie (1997). *Saberes e competências: o uso de tais conceitos na escola e na empresa*. Campinas: Papirus.

Otra Economía

Sección

Economía Social y Solidaria: contribuciones teóricas

Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo

Everton Lazzaretti Picolotto

Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Extensão Rural pela UFSM,
Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. E-mail:
evpicolotto@yahoo.com.br.



Foto: Rita Barreto

RESUMO

O artigo objetiva compreender o que são os “novos movimentos sociais econômicos” e qual o papel destes diante do avanço da economia de mercado. Fazendo uso de elementos teóricos da “nova sociologia econômica” e da teoria dos “novos movimentos sociais”, analisa-se a constituição e o potencial destes movimentos. Como as teorias sociológicas contemporâneas colocam o conflito cultural como central, ganha relevância em nossa análise a possibilidade de transformação sociocultural produzida pelos movimentos. Neste aspecto, algumas transformações promovidas já são evidentes: no terreno dos valores ganha respaldo a solidariedade, o reconhecimento, a cooperação, o igualitarismo; a organização da produção pode basear-se no trabalho cooperativo e na autogestão; o consumo pode dar-se em bases onde o lucro ou o menor preço não sejam os únicos interesses das relações comerciais.

Palavras-Chave: movimentos sociais; economia solidária; comércio justo

ABSTRACT

The present paper aims at to understand what the “new economical social movements” are and which is the role of these regarded to the progress of the market economy. Making use of theoretical elements of the “new economical sociology” and of the theory of the “new social movements”, it is analyzed the constitution and the potential of these movements. Therefore, the more the contemporary sociological theories put the cultural conflict as its core, the more the possibilities of sociocultural transformation get its relevance in our analysis reached by the movements. In this aspect, some transformations promoted are already evident: in the realm of the values the solidarity, the recognition, the cooperation, the egalitarianism obtain support; the organization of production can be based on the cooperative work and in the self-management; and the consumption can be noticed in bases where the profit or the smallest price are not the only interests presents in trade relationships.

Index Terms: social movements; solidary economy; fair commerce

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem se constatado o avançar da ideologia do livre mercado em nível mundial e a retração da capacidade reguladora dos Estados Nacionais. Acompanhando estas mudanças, empresas capitalistas e governos de Estados adotaram medidas e políticas que, em conjunto, levaram a uma nova forma de capitalismo, caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, pela flexibilidade organizacional e pelo fortalecimento do papel do capital vis-à-vis ao trabalho, com o declínio concomitante da influência do movimento dos trabalhadores. Além disso, o processo de globalização também impõe padrões comuns a todos os locais, na medida em que difunde uma mesma matriz produtiva baseada nas novas tecnologias, permitindo apagar as distâncias físicas (CASTELLS, 2005).

Estas mudanças afetaram drasticamente o paradigma do emprego assalariado estável. As consequências disso dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais representados pelos direitos e pelas identidades forjados a partir da condição assalariada. O desemprego e subemprego se traduzem em uma miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente assiste-se a perda de coesão social.

Constata-se que nesse processo de globalização do capital, facilitado pelas novas tecnologias da informação, o trabalho humano também está cada vez mais sendo substituído pelo “trabalho puro” das máquinas (que podem ser geridas a distância). Os movimentos sociais, considerados os agentes centrais da transformação social, têm enfrentado grandes dificuldades para contrapor a tendência de seleção e exclusão humana promovida pelas novas tecnologias empregadas nos processos produtivos (CASTELLS, 2002).

Porém, se é verdade que os movimentos sociais têm tido pouco êxito na contraposição destes novos processos globais de acumulação capitalista, também é verdade que têm investido cada vez mais na conquista de direitos culturais, na preservação das identidades locais e, alguns deles, têm buscado também construir alternativas ao modo capitalista de produção e consumo. Em alguns casos há até mesmo movimentos que buscam resgatar da economia o social. Nesse sentido, Polanyi (2000), advertia, ainda na década de 1940, que a economia é um elemento da sociedade não a sua definidora, mas que o desenvolvimento de uma economia de mercado no ocidente logrou a proeza de tornar o mercado o definidor da sociedade.

Os movimentos sociais do período contemporâneo têm buscado produzir alternativas para propiciar a sobrevivência de setores sociais excluídos da sociedade de mercado ou para negar as relações econômicas de mercado. Para Santos (2002), é justamente nas ações dos movimentos sociais que se está construindo uma “globalização alternativa”, contra-hegemônica, que pode estar se gestando novos caminhos para a “emancipação social”. A economia solidária e o comércio justo são exemplos destes movimentos que têm se contraposto as tendências hegemônicas da globalização e têm feito uso de mecanismos econômicos para angariar demandas sociais. À especificidade destes últimos movimentos, Gendron *et al* (2006) têm atribuído a denominação de “novos movimentos sociais econômicos”. O objetivo deste artigo é buscar compreender o que são os “novos movimentos sociais econômicos” e qual o papel destes diante do avanço em escala global da economia de mercado.

Em função dos movimentos em foco tratarem de questões econômicas este trabalho busca fazer um diálogo com elaborações teóricas da chamada “nova sociologia econômica”. Este enfoque nasceu inspirado na noção de *embeddedness*, elaborada originalmente por Polanyi, e que Granovetter (1995;

2003) reinterpreto e aplico no estudo das dinâmicas dos mercados vistos como “extrapolações de redes sociais” (WILKINSON, 2002). Na concepção de Granovetter, a abordagem da nova sociologia econômica deve apoiar-se em duas proposições sociológicas fundamentais: “em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável; elas são constituídas socialmente” (GRANOVETTER apud STEINER, 2006, p.27-28).

Nesse enfoque, os mercados (como instituições) não podem ser vistos como pontos de encontro – neutros e impessoais – entre oferta e procura oriundos de atores cujas relações recíprocas limitam-se às que derivam dos sinais que recebem do funcionamento do sistema de preços, como concebe a economia neoclássica. Ao contrário, os mercados são estruturas sociais, isto é, formas recorrentes e estáveis de interação, submetidas a sanções (SWEDBERG, 2005).

Wilkinson (2002) também destaca os limites da teoria econômica para se pensar os micros e pequenos empreendimentos, sobretudo quando estes deixam de ser simples fornecedores dos atores dominantes e buscam inserção mais autônoma. Para este autor os referenciais da “nova sociologia econômica” podem fornecer elementos que permitem identificar os “aspectos dinâmicos dos mercados” e as contradições que se processam na busca de inserção e na “conquista de novos mercados”.

Outra categoria fundamental para analisar a atuação dos atores no universo econômico e das instituições⁴¹ é, segundo Fligstein (2007), a noção de “campo social”, inspirada na obra de Bourdieu. “Os campos se referem a situações nas quais grupos organizados de atores se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas face a face.” (id. p.64). Com esta noção, o que interessa Fligstein (2007) é observar como os campos de ação surgem, permanecem estáveis e podem ser transformados. Aliada a esta noção, Fligstein articula a noção de “habilidade social”, que permite ajudar a compreender como se opera a reprodução e a mudança social nos campos. A idéia de habilidade social compreende que alguns atores sociais podem induzir a cooperação dos outros atores. “A habilidade de motivar outros a tomar parte de uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais.” (id., p. 62).

Dessa forma, as regras a partir das quais um determinado mercado se regula não são fruto espontâneo de sua evolução, mas contam com a participação ativa dos atores sociais reorganizados. Além disso, a caracterização dos mercados enquanto “campos sociais” faz deles um permanente espaço de disputa – econômica, política, cultural – entre o que Fligstein (2007) chama de atores dominantes (hegemônicos) e atores desafiadores (questionadores). Assim, a nosso ver, os movimentos sociais desta quadra da história, podem ser considerados atores desafiadores dos campos da economia atual.

Este artigo está estruturado em três partes. Primeiramente, será necessário fazer uma breve discussão acerca da crise do “modelo clássico” de interpretação de movimentos sociais, a afirmação da teoria dos “novos movimentos sociais” para, em seguida, tratar dos antecedentes e da formação dos movimentos da economia solidária e do comércio justo como atores “desafiadores” nos campos e, por fim, analisar as transformações socioculturais produzidas por estes atores.

⁴¹ Para Fligstein (2007, p.64) “instituições são regras e significados compartilhados [...] que definem as relações sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nestas relações e orientam a interação ao proporcionar aos atores quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros.”

1. Movimento social como categoria sociológica

A noção de movimento social não é consensual nas ciências sociais. Autores como Alexander (1998) e Gohn (2000) apontam a existência de paradigmas divergentes⁴². Porém, segundo Alexander (1998), na história da teoria e das ciências sociais ocidentais, as mais importantes abordagens desses processos seguiram um quadro de referências estabelecido pela interpretação histórica das revoluções (modelo marxista). Os movimentos sociais foram identificados segundo o modelo dos movimentos revolucionários, entendidos como mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagonico. De acordo com essa concepção, o objetivo dos revolucionários é substituir uma forma opressora de poder estatal por outra voltada para um fim distinto, mas que se utiliza de meios semelhantes.

Considera-se que o estudo dos movimentos sociais sob a abordagem clássica marxista centra-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção. As mudanças são sempre concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho, que contrapõem respectivamente a burguesia e o proletariado em uma luta ininterrupta: a luta de classes. Esta luta é concebida como o “motor da história”, cujo resultado ancora-se na suposição de que as contradições geradas por ela colaboram para a organização política do proletariado, permitindo criar as condições necessárias para a superação da ordem capitalista. O dirigente “histórico” do proletariado rumo à sua emancipação política e social é encarnado pelo partido operário. Tal estratégia não concede aos movimentos sociais alheios aos partidos, outro papel que não seja o de meras testemunhas do mal-estar social, incapazes por si só de iniciarem um processo de transformação das estruturas sociais. Neste modelo clássico, enfatiza-se o papel da violência e da coerção como táticas de luta, sendo as referências empíricas mais comuns a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Russa (1917). O uso da força é percebido, também, como forma de garantir o controle das instituições aos revolucionários recém-chegados ao poder, defendendo-os de possíveis ofensivas contra-revolucionárias⁴³. Em resumo, os movimentos sociais são concebidos de maneira puramente instrumental, ou seja, “como meios mais eficientes para alcançar a distribuição radical dos bens” (ALEXANDER, 1998, p.05).

Para Gohn (2000), ao examinar-se as influências da obra de Marx, deve-se ter claro que ela inspirou duas grandes correntes de pensamento social. A primeira corrente marxista, denominada ortodoxa, seria inspirada no “Marx maduro” (trabalhos elaborados após 1850) e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, tendo privilegiado, em função disso, os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade. Como expoentes que deram seguimento à teorização de Marx (maduro), destacam-se Lenin e Trotsky. A corrente marxista ortodoxa foi predominante na primeira metade do último século (até década de 60), principalmente em função da influência política que os

⁴² Alexander (1998) faz alusão a uma polarização de concepções entre o que chama de modelo clássico (europeu) que privilegia as interpretações históricas das revoluções (remetendo às determinações estruturais dos movimentos sociais) e uma interpretação norte-americana, que valoriza a organização e mobilização de recursos por atores sociais. Gohn (2000), também diferencia quatro grandes paradigmas de movimentos sociais, a saber: o marxista, o norte-americano, o dos novos movimentos sociais e o latino-americano.

⁴³ A freqüente associação dos movimentos sociais à idéia de revolução influenciou os mesmos a orientarem-se para o poder, à violência e ao controle. Isto levava a enfatizar as imagens simbólicas que representaram momentos de ruptura violenta (a ocupação da Bastilha, do Palácio de Inverno, greves gerais, ocupações de fábrica, etc.).

revolucionários russos tiveram⁴⁴. A segunda corrente liga-se ao “jovem Marx” e seus estudos sobre a consciência, a alienação, a ideologia, etc. Destes estudos originou-se uma tradição histórica-humanista (também conhecida como heterodoxa) que está representada principalmente nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e Escola de Frankfurt. Embora alguns destes autores tenham produzido ainda nas primeiras décadas do século XX, seus trabalhos foram mais valorizados academicamente a partir da década de 60, quando se difundiram severas críticas às concepções inspiradas no marxismo ortodoxo. A revisão crítica dos trabalhos das correntes ortodoxa e humanista deu origem tanto às abordagens que viriam a ser denominadas “neomarxistas”, quanto motivou, no estudo dos movimentos sociais, a emergência do paradigma dos “novos movimentos sociais”.

Com a crise da abordagem marxista a partir dos anos 60 (principalmente da corrente ortodoxa), surgiram concepções heterodoxas do marxismo, com variados graus de abandono dos pressupostos originários e interpretações que propõem novos referenciais para entender os novos fenômenos políticos e sociais. Muitos autores continuaram referenciando-se em elementos teóricos-chaves do marxismo, passando a ser chamados de neomarxistas. Seus estudos sobre os movimentos sociais vão, paulatinamente, abrاندando o peso das determinações estruturais e assumindo pressupostos teóricos que dão maior autonomia de ação aos atores sociais. Essa transição recebeu influências do emergente paradigma dos novos movimentos sociais.

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista e aos “esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores” (GOHN, 2000, p.121). Sua preocupação consistia em analisar os movimentos sociais que surgiram, principalmente na Europa, a partir de 1960.

Uma das principais críticas dirigidas à abordagem marxista ortodoxa refere-se ao seu arcabouço teórico, que privilegia a análise das estruturas sociais (especialmente a econômica), consideradas como determinantes da ação humana. O paradigma dos NMS considera que isto limita a expressão da subjetividade dos indivíduos ao considerá-los como reflexo das determinações materiais. Do mesmo modo, subestimam-se as contribuições culturais e a ação criativa dos indivíduos na formação dos movimentos sociais. Assim, entende-se que a ênfase analítica nas determinações das estruturas sociais pode servir muito bem para explicar por que os movimentos surgem, mas revela-se incapaz de explicar como eles surgem e se mantêm no longo prazo (GOHN, 2000).

Gohn (2000) aponta algumas outras características básicas que compõem o quadro analítico da teoria dos novos movimentos sociais e que o distingue do marxista ortodoxo, a saber: a) a eliminação da centralidade de um sujeito pré-determinado e específico criado pelas contradições do capitalismo. Enquanto na abordagem marxista ortodoxa a problemática das classes sociais é a categoria central, utilizada tanto para refletir sobre as origens dos participantes dos movimentos sociais e seus interesses, quanto para identificar o programa ideológico que fundamenta as ações, no paradigma dos NMS é abrاندado o peso das classes sociais. O novo sujeito é apresentado como um coletivo difuso, não hierarquizado, que luta pelos progressos da modernidade e, ao mesmo tempo, é crítico a ela, fundamentando as suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários; b) a política ganha centralidade nas análises, ao mesmo tempo em que amplia o seu leque de abrangência, passando a ser considerada como uma dimensão da vida social que abarca todas as práticas sociais. Há uma ênfase nas relações micro-sociais e culturais; c) a construção de um modelo teórico baseado na cultura, que apesar de fazer uso das bases marxistas que vêm a cultura

⁴⁴ Como consequência disso ocorreu a reprodução do partido leninista, como modelo e unidade básica de ação política do movimento operário em escala internacional.

como ideologia, afasta-se da noção de ideologia como falsa representação da realidade; e, d) os atores são analisados por dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Junto a estas diferenças assinaladas, Neveau (2002), acrescenta que o objetivo dos NMS não é desafiar o Estado ou conquistar seu espaço no poder, mas principalmente construir espaços de autonomia e de reafirmar a independência de formas de sociabilidade privada. No âmbito da identidade dos atores, os NMS não reivindicam mais uma identidade de classe nem bandeiras de luta do movimento operário ou sindicalista, mas princípios identitários ligados a causas, temáticas, lugares, gêneros e minorias.

Seguindo esta discussão de mudança paradigmática desde a década de 1960, em livro recente, Touraine (2006, p.175) define movimento social como “o ator de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um como outro, uma importância central.”

Melucci (2001) destaca que os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se mais como “redes de solidariedade” com fortes conotações culturais do que como movimentos classistas. Com isso, os diferencia dos atores políticos ou das organizações formais.

Castells (2002) destaca que em função das transformações ocorridas nos vários domínios das atividades humanas, atualmente estamos diante do conflito dos processos globais com as identidades locais. Nesse cenário, os movimentos sociais fazem uso de identidades coletivas com distintas funcionalidades, a saber: identidade legitimadora, de resistência e de projeto.⁴⁵

Melucci (2001), ao tratar da questão da identidade coletiva, vai além nessa discussão afirmando que a identidade não é um dado ou uma essência do movimento, como concebe Touraine, mas “um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (id.). Assim, atribui à identidade coletiva uma definição “interativa e compartilhada” e isso significa: “construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores” (id., p.69). Dessa forma, os processos de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos para Melucci: “de um lado a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro a sua relação com o ambiente (outros atores, oportunidades/vínculos)” (id., p.69). Ou seja, a construção de identidade coletiva é resultado de um processo complexo de orientações internas do ator social e das relações que estabelece com outros atores.

Além de trabalhar a questão da identidade, Melucci (1996) destaca que a configuração das redes de articulação constitui um importante elemento para compreender os processos de mobilização, já que nessas estruturas os indivíduos interagem, se influenciam mutuamente e desenvolvem negociações visando a produzir os esquemas cognitivos e motivacionais para a ação coletiva. Para esse autor, o potencial de mobilização decorre de um conjunto de relações sociais e de uma percepção interativa e negociada das oportunidades e vínculos, comuns a certo número de indivíduos. As redes relacionais facilitam o processo de envolvimento, tornando menos onerosa para os indivíduos sua participação na ação coletiva. Assim, essas redes,

⁴⁵ Para Castells (2002): a) identidade legitimadora: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação se aplica a diversas teorias de nacionalismo; b) identidade de resistência: é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade; c) identidade de projeto: desenvolve-se quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

[...] constituem um nível intermediário fundamental para a compreensão dos processos de mobilização. Os indivíduos interagem, influenciam-se e negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários para a ação. [...] a estrutura dos incentivos aos quais é atribuído e reconhecido valor próprio, ocorre a partir das redes de relações que ligam os indivíduos. (id., p.67).

Por fim, segundo a concepção de Melucci (2001), na atualidade os movimentos sociais são os agentes centrais da renovação social, sua ação contribui na reflexão sobre a realidade concreta seja por apontarem problemas vivenciados seja por produzirem novas agendas tanto ao Estado, quanto a sociedade civil. “Os movimentos contemporâneos são profetas do presente⁴⁶. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida” (id., p.21). Por mais paradoxal que pareça, o surgimento dos movimentos, segundo Melucci, já os caracteriza como vencedores, porque a sua simples existência já é o bastante para afetar os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes. Assim, os movimentos influenciam a política na medida em que ampliam os seus limites, promovem modificações nas regras e procedimentos e incentivam novas formas de participação no interior das instituições. Sua influência pode ser percebida também na produção de novos modelos organizacionais, contribuindo como formadores de novas lideranças políticas para as instituições e organizações. Finalmente, os movimentos promovem mudanças na cultura e na moral, através da assimilação de novas linguagens e valores.

Como se desenvolveu acima, para os teóricos dos “novos movimentos sociais” (MELUCCI, 2001; CASTELLS, 2002; TOURAINE; 2006) o conflito central na sociedade atual se dá no campo cultural. Os movimentos sociais por excelência desta quadra da história são os que tratam de questões culturais, como: o feminista, o ambientalista, pacifista, étnico, juventude, entre outros. Questiona-se se os movimentos que tratam de problemáticas econômicas, como a economia solidária e o do comércio justo, podem ser incluídos nesta definição? Para responder esta questão será necessário tratar dos antecedentes, da formação dos movimentos e dos elementos que os constituem.

2. Movimentos da economia solidária e do comércio justo

Os movimentos que são concebidos atualmente como da economia solidária e do comércio justo têm vinculações históricas com o cooperativismo operário e o ideário socialista, surgidos com as lutas políticas contra a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX). O cooperativismo, criado por Owen (1771-1859), teve varias iniciativas na organização dos trabalhadores, destacando-se, segundo Singer (2003, p.117), a criação em Londres, em 1832, do Labour Exchange (Bolsa de Trabalho), “onde se intercambiavam produtos das cooperativas, a preços justos, calculados conforme as horas de trabalho gastas em sua produção.” Além do intercambio de produtos, a bolsa também emitia sua própria moeda sob a forma de notas que valiam horas de trabalho. Outras experiências, ligadas às iniciativas de Owen, que influenciam os atuais movimentos são: o “movimento das comunas” e as “cooperativas de consumo”. As “comunas” foram organizações que procuravam praticar o princípio da repartição baseadas na “necessidade” e na “capacidade” de cada indivíduo. As “cooperativas de consumo” são derivadas da experiência pioneira de Rochdale de 1844. O que notabilizou esta última iniciativa e a tornou modelo às posteriores foram seus princípios de

⁴⁶ “Como os profetas, ‘falam à frente’, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência” (MELUCCI, 2001, p.21).

funcionamento, a saber: igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa, prioridade a educação



Foto: Rita Barreto

cooperativa e divisão periódica das “sobras” (SINGER, 2003).

A evolução das várias modalidades do cooperativismo foi diversa. Alguns empreendimentos ao procurarem competir na economia capitalista não se mostraram muito eficientes e definharam, outros passaram por ajustes para competir na economia capitalista e, com isso, afastaram-se dos princípios originais do

movimento. Esta situação, segundo Lopes Pinto (2006), fez com que o movimento cooperativista, principalmente no período pós-guerras (século XX), perdesse seu impulso transformador inicial e se adequasse, em graus variados, a economia de mercado. Contudo, em meio à crise do último quartel do século XX, resgata-se o sentido da “solidariedade democrática” em velhas ou novas formas de empreendimentos associados.

Para além da crise que afeta o emprego e o Estado de bem-estar, a emergência mais recente na Europa de práticas que resgatam o sentido democrático dos empreendimentos associados está ligada às mobilizações político-culturais dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 (CHANIAL; LAVILLE, 2002). As cooperativas de produção, organizadas a partir do controle dos trabalhadores de empresas em vias falência, estiveram presentes em meio aos momentos de 1968 e na crise dos anos 1970, mas não lograram muito sucesso em razão da desarticulação dos movimentos e do reaquecimento da economia capitalista. Porém, mais recentemente, com o aumento do desemprego estrutural e a incapacidade do Estado de regular e suprir as deficiências do mercado, os novos movimentos sociais têm procurado desenvolver estratégias que possibilitem a criação de mecanismos econômicos autônomos em várias partes do mundo. Criam-se cooperativas de trabalho, de produção, recuperam-se empresas falidas, trabalha-se “finanças solidárias”, “empresas sociais”, “redes de trocas”, etc. Nesse ambiente, surge a “economia solidária”, afirmando a autonomia e a dimensão política das estratégias econômicas de inserção social (LOPES PINTO, 2006).

Nesse mesmo ambiente de crises econômicas e de criação de experiências de organização próprias dos trabalhadores, também surgiram questionamentos às assimetrias do comércio mundial e propostas alternativas de comércio. Com este processo, ganharam impulso iniciativas como a do “comércio justo” que pretende, desde sua origem (nos anos 1950-60), diminuir as disparidades nas trocas comerciais entre os produtores dos países pobres (do Sul) e os compradores dos países ricos (do Norte). Trataremos, com maiores detalhes, os movimentos da economia solidária e do comércio justo.

3.1. Economia solidária como um novo movimento social econômico

As origens do que se concebe hoje como economia solidária se dão ainda nas experiências pioneiras de organização da produção, do trabalho e do consumo do movimento cooperativista e do ideário socialista, conforme já apontado acima. Singer e Souza (2000) destacam que a economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas

denominados como “utópicos”, na primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Proudhon, etc.), tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma auto-criação em processo contínuo de trabalhadores lutando contra o capitalismo. “Como tal ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução”(id. p.13).

O que constitui a economia solidária é um “conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, e diversas organizações populares urbanas e rurais” (SINGER; SOUZA, 2000, p.123). Um conjunto de experiências de trabalhadores em luta contra relações capitalistas de produção e consumo e, ao mesmo tempo, de luta pela concretização de novas relações de trabalho e de distribuição da produção e da riqueza gerada. Em resumo, um movimento de trabalhadores intervindo na produção de sua história e procurando apresentar projetos para a sociedade.

Para o estudo deste movimento requer-se analisar alguns dos elementos que o constituem. Assim, destaca-se, inicialmente, que a “unidade típica” da economia solidária no Brasil é a cooperativa de produção. Este formato de cooperativa é regido por alguns princípios organizativos que podem ser destacados como: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática do empreendimento ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussão e negociação entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER; SOUZA, 2000).

As cooperativas de produção não surgem espontaneamente, são resultado de processos de acúmulo organizativo e de experiências históricas dos trabalhadores. Segundo Gaiger (2004), para a emergência de empreendimentos econômicos cooperativos e solidários deve haver necessariamente experiências históricas anteriores e a conjunção de algumas circunstâncias, a saber: a) a presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe nas quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e desenvolveram competências para sua organização e para a defesa de seus interesses; b) a existência de organizações e lideranças populares genuínas, vinculadas nos movimentos de ação direta e nos sistemas de representação dos interesses coletivos próprios àqueles segmentos sociais; c) oportunidades favoráveis para que as práticas econômicas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores, amoldando-se ao arranjos individuais, familiares e semi-coletivos que lhes asseguram a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência.

Nesse sentido, segundo a concepção de Singer e Souza (2000), a economia solidária pode ser vista como o projeto socialista renovado, com o deslocamento da perspectiva revolucionária na direção de uma “verdadeira revolução cultural”. Para eles, o protagonismo do trabalho coletivo é primordial no processo de socialização e do controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Assim, segundo esta concepção, a superação do modo capitalista poderá se dar pelo processo de transformação da força-de-trabalho social do capitalismo em sujeito coletivo de trabalho com propriedade social dos meios de produção. Em outras palavras, estaria se construindo (como projeto e como prática) uma nova estrutura socioeconômica com trabalho coletivo e propriedade coletiva.

Dessa forma, ao se tomar os sentidos mais expressivos contidos nas práticas da economia solidária é plausível supor que esta busca a extensão da

participação social sobre a organização da produção e distribuição da riqueza, que se encontra sob domínio privado. Tal como experiências participativas que incidem sobre a economia distributiva operada pelo Estado, a economia solidária estende o raio da ação política particularmente sobre a economia de mercado, responsável por organizar a produção da riqueza social. Assim, nesse movimento, procura-se estender o campo da ação da democracia do campo político para o econômico e abre-se caminho para buscar apagar a separação artificial entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram (LOPES PINTO, 2006).

Tais práticas econômicas associadas trazem para o campo econômico a reflexão sugerida pelos movimentos sociais na década de 70. Ou seja, “também no econômico afirma-se a presença de novas energias utópicas voltadas para a construção e disputa de projetos de radicalidade democrática, da constituição de novos direitos, da socialização política, de novas identidades territoriais, de uma noção ampliada da esfera pública” (COELHO apud LOPES PINTO, 2006, p.74). As relações horizontais, de reciprocidade, que orientam as formas associativas podem estar estendendo sua incidência para além da economia com fins públicos – característica da atuação dos movimentos sociais, alcançando a economia privada, sob a hegemonia da economia de mercado.

Para Lopes Pinto (2006), com o desenvolvimento do movimento da economia solidária no Brasil, está se resgatando e requalificando o sentido público das relações mercantis. Decorrendo disso, novas condutas e percepções sobre a produção, o trabalho, o comércio, o financiamento, a técnica e o consumo – redefinem-se, por conseguinte, os próprios termos pelos quais se entende eficiência econômica e riqueza.

Destacam-se alguns desses novos sentidos derivados das práticas econômicas solidárias, conforme Lopes Pinto (2006): primeiramente, o reconhecimento da produção coletiva, associada, como possuindo uma função distributiva, por representar desconcentração de propriedade e resultados compartilhados, aproximando produção e reprodução⁴⁷. Em segundo lugar, os novos sentidos agem como conexões nas bases cooperativas da comercialização com os pólos da produção e consumo, ou na integração dos fluxos internos de uma dada cadeia produtiva, como sendo algo indispensável a uma distribuição equitativa da riqueza. A valorização e apropriação do território como espaço de reprodução da vida e convivência humana está fortemente presente nas redes de trocas entre indivíduos ou grupos. Resgata-se, assim, o valor social e a dimensão pública do território, como espaço da interação e da troca⁴⁸. Por fim, os novos sentidos também atuam, no caso das relações creditícias, na aproximação de agentes de crédito com as necessidades e potencialidades dos pretendentes, tratando o financiamento como meio e não como fim em si. As experiências de moedas sociais, da mesma forma, buscam resgatar a moeda como meio de troca, favorecendo as trocas materiais e simbólicas. As técnicas de gestão e produção são revistas à luz da exigência de se incrementar a cooperação e autogestão no âmbito dos empreendimentos, adequando-as igualmente aos novos sentidos impressos ao produto pelo trabalho associado.

⁴⁷ Quanto ao trabalho, “ao reconciliar o trabalhador com as condições e os resultados de seu labor, oferece-se a possibilidade de superar o caráter descartável e alienante da atividade produtiva, elevando-a a um novo patamar de satisfação de aspirações não apenas materiais ou monetárias. O trabalho fundado na solidariedade restitui as condições de reflexividade, impele à subjetivação, em cuja experiência estampa um conteúdo intrinsecamente axiológico e projetivo.” (GAIGER, apud LOPES PINTO, 2006, p.75).

⁴⁸ Esse resgate representa um contraponto ao esvaziamento do território produzido pela lógica da competição e do ganho que reduz o espaço ao seu aspecto funcional, como local de passagem ou de satisfação do interesse privado. Ao mesmo tempo, restitui o local como espaço de relações face a face.

Nesses termos, as práticas e significados da economia solidária impactam a própria percepção sobre o sentido de eficiência econômica. Se essa diz respeito ao máximo de benefício com o menor custo, deve-se perguntar sobre a qualidade daquele e a forma de medir esse. Caso se tome a lógica de mercado hegemônico, a maximização do lucro através da oferta de bens e serviços para a sociedade representa o benefício maior a ser alcançado. E o custo mínimo se faz invariavelmente pela redução da remuneração do trabalho empregado e pela extração em escala de matérias-primas. No caso da economia solidária, os benefícios sociais são extensivos porque sua produção se dá em base coletiva, associada, e seus resultados são compartilhados. Os custos, por sua vez, tendem a ser mínimos em relação à extensão dos benefícios gerados e, também, porque o próprio engajamento associativo torna-se fonte de benefícios.

Esses novos sentidos e práticas estão refletidos nas ações do movimento da economia solidária. No caso brasileiro, segundo Lopes Pinto (2006), as regulações e políticas públicas reivindicadas pelos empreendimentos solidários e pelas organizações mediadoras (ONGs, igrejas, sindicatos, universidades, associações representativas, etc.) apontam nessa direção. De um lado, a demanda por um aparato legal que reconheça e promova as práticas econômicas associadas, dotando-as de um estatuto próprio e possibilitando, assim, tratamento específico pelas legislações tributárias, financeiras e normatizadoras de compras governamentais. De outro, a oferta de suporte técnico e organizacional que não apenas fortaleça as unidades econômicas associadas, mas principalmente favoreça a sua integração econômica e territorial.

A organização deste movimento no Brasil se dá basicamente por redes e fóruns formais ou não que abrangem variados níveis (municipais, regionais, nacionais, setoriais, etc.) (LOPES PINTO, 2006; MELLO, 2006, CARNEIRO, 2007). Recentemente, com a articulação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (criado em 2001, para congregar as principais organizações de economia solidária do Brasil) e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho do governo federal), este movimento tem influenciado a criação de políticas coordenadas que incluem todos os setores da economia solidária (MELLO, 2006). Através desta organização, tem sido possibilitado ao movimento a estruturação de ações em âmbito mais amplo (como o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” do Ministério do Trabalho) e a implementação de políticas públicas específicas (como o “Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado” e o “Programa de Geração de Emprego e Renda”⁴⁹ do Ministério do Trabalho)⁵⁰.

Por fim, destaca-se que este movimento é um agente “desafiador” das instituições atuais e busca interferir em conflitos éticos e morais na medida em que crítica as relações de trabalho e de produção capitalistas e propõe relações baseadas na cooperação e na solidariedade. Este movimento também se expressa, tendo como foco a ampliação de direitos, principalmente quando vinculadas a políticas públicas, e a proposições de novas formas de se organizar as relações sociais, tendo em sua base características de uma re-significação cultural. Assim, este movimento aproxima redistribuição e reconhecimento, ou questões materiais e questões éticas, no momento em que coloca como seu objetivo gerar renda para os excluídos do sistema de mercado capitalista, tendo claro, que isso só é possível, na medida em que estes se re-posicionam diante dos processos de exclusão, tornando-os, portanto, participantes ativos do processo de construção dos significados de suas ações (CARNEIRO, 2007).

⁴⁹ Maiores detalhes ver o site do Ministério do Trabalho: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria>> .

⁵⁰ Para seguir os marcos deste trabalho não será possível descrever com maiores detalhes as várias formas de organização e as políticas executadas pelas organizações do movimento da economia solidária no Brasil. Trabalhos de maior fôlego sobre o movimento no Brasil e, mais especialmente, sobre sua organização encontram-se em Lopes Pinto (2006), em Mello (2006) e em Carneiro (2007).

3.2. Comércio justo como um novo movimento social econômico

As primeiras iniciativas do que hoje se denomina de comércio justo são atribuídas ao movimento cooperativista, como apontado acima, porém, existem autores que afirmam que este movimento surgiu em período mais recente⁵¹. Segundo Mascarenhas (2006), as iniciativas mais próximas do que se considera hoje comércio justo surgiram a partir de iniciativas de comércio Norte-Sul, deflagradas por organizações adeptas do desenvolvimento solidário nos EUA, na década de 50, e na Europa, nas décadas de 50 e 60. Essas iniciativas objetivavam estabelecer relações comerciais mais justas com países pobres do Sul, como as ex-colônias européias nas Américas Central e do Sul, na África e na Ásia.

Gendron *et al* (2006) destaca que as origens do movimento estão intrinsecamente ligadas a diversas iniciativas de comércio alternativo, englobando ações de perfil cooperativo, o comércio de caridade no período após a Segunda Guerra Mundial, o movimento da solidariedade internacional comércio para o desenvolvimento, impulsionado por movimentos sociais dos anos 60 e 70. Nesse último período, segundo a leitura de Mascarenhas (2007), as ações inicialmente desarticuladas dos diversos atores do Norte gradualmente foram se materializando num movimento com características identitárias mais definidas, principalmente após a Conferência da ONU de 1964. Nessa conferência, o lema "trade, not aid" marcou uma nova fase das relações Norte-Sul, quando os programas de ajuda internacional se mostraram insuficientes para promover o desenvolvimento de países do Sul e o comércio passou a ser considerado a principal ferramenta para esse objetivo.

A ênfase na defesa de direitos humanos e a inclusão, no seio do movimento, de questões como a do meio ambiente e maior equidade nas trocas internacionais, reconfiguraram sua face no mundo contemporâneo, revelando uma atitude em consonância com as novas plataformas culturais (direitos humanos, proteção de minorias e meio ambiente). Isso, em última análise, pode ser um indicador do seu fortalecimento e resiliência, dado ao caráter de sintonia com objetivos culturais (portanto de maior abrangência e potencial de penetração em várias organizações), a despeito de possíveis mudanças e adaptações em princípios e novos direcionamentos estratégicos de ação (alianças, pressões, acordos) na busca de meios para atingir seus fins em termos quantitativos (crescimento do mercado para produtos e serviços do comércio justo) e qualitativos (modificação dos padrões de comércio internacional, visando melhorar as condições de vida de produtores, trabalhadores e minorias, em países do Sul) (MASCARENHAS, 2007).

A partir desse direcionamento, o movimento do comércio justo, em algumas instâncias, passou a se constituir quase como um padrão de referência na busca de equidade nas relações de troca internacionais. Daí resulta que muitas empresas, governos, instituições multilaterais de comércio e ONGs procuram incorporar nas suas ações, com diversos graus de adesão, os princípios seguidos pelo movimento (maior justiça nas relações comerciais, responsabilidade social e ambiental, incentivo a produtores pobres e as etnias minoritárias, respeito aos direitos humanos, entre outros).

Por assumir características de identidade cultural, Gendron *et al*. (2006, p.11) incluem o comércio justo nas categorias de análise dos novos movimentos

⁵¹ Para Tallontire (*apud* MASCARENHAS, 2007) o Comércio Justo transformou-se de um movimento ligado à solidariedade, nos anos iniciais, para um movimento visando a uma parceria comercial, de acordo com as seguintes fases: Comércio da Boa Vontade (1950-60); Comércio Solidário (70-80); Comércio Mutuamente Benéfico para Produtores e Consumidores (90); Parcerias Comerciais (final dos 90 em diante).

sociais, considerando seu direcionamento como o controle coletivo de um projeto societal mais amplo. Em suas palavras:

A escola dos novos movimentos sociais parece ser mais apropriada para se compreender o fenômeno do Comércio Justo. Ela define movimento social como o controle coletivo de um projeto social alternativo, uma luta que não é direcionada ao Estado, mas [...] pode criar demandas institucionais, mais ao nível da historicidade, que é a orientação cultural da sociedade, do que no nível institucional, sob o qual os movimentos sociais são estudados.

Segundo Gendron *et al.* (2006), estes movimentos têm como forma de ação um forte investimento no sentido de atrair a atenção e esclarecer consumidores em relação a práticas injustas de comércio, num contexto onde a responsabilidade social empresarial crescentemente se torna um pré-requisito, e danos à reputação de uma empresa tem sensíveis impactos sobre sua performance no mercado. A incursão dos novos movimentos sociais na área econômica representa uma forma de se contrapor ao processo de commoditização trazido pela globalização da economia. Assim, a intervenção do movimento do comércio justo objetiva tornar o ato de consumo num ato essencialmente político, refletindo a identidade de um consumidor responsável, que também se globaliza e estende suas ações para além das fronteiras nacionais.

Nesse sentido, o objetivo do movimento do comércio justo é contribuir para o reconhecimento geral da desigualdade das trocas comerciais internacionais, na perspectiva de que, se corrigidas essas assimetrias, os países do Sul poderiam se desenvolver. Seu papel não é atuar diretamente na busca do desenvolvimento, mas criar as condições para que, ao menos no contexto do mercado, ele possa ser viabilizado. O movimento do comércio justo propõe uma alternativa ao sistema comercial, denunciando sua estrutura oligopolística e as desigualdades no poder comercial, na escalada tarifária e no protecionismo, que aprofundam as assimetrias já existentes nas trocas entre produtos elaborados do Norte, com maior valor agregado, com as mercadorias e commodities do Sul, de menor valor agregado (GENDRON, 2004). Pela sua proposta, o movimento busca eliminar a figura do mercado auto-regulador, como já advertia Polanyi, caracterizado pela busca compulsiva de lucros e da realização do auto-interesse, por uma nova concepção de mercado, regulado por princípios baseados na solidariedade e no reconhecimento de pessoas e trabalho por trás das mercadorias.

Para Goodman (2003), o comércio justo, ao desafiar o atual modelo de trocas Norte-Sul, busca criar uma economia moral de desenvolvimento alternativo. Esse autor cita duas características que os produtos do comércio justo têm como diferencial em relação as commodities convencionais. A primeira é que o consumo não é meramente o término de uma rede de mercadorias e alimentos, já que o ato de consumir representa a habilidade para se trabalhar e re-trabalhar a identidade do consumidor, sendo mais uma atitude de engajamento. O ato de consumir torna-se um posicionamento político, que se diferencia das formas usuais de mobilização. A segunda característica é que a produção e migração de várias formas de conhecimento nas redes de commodities são cruciais para sua criação e manutenção, sendo que significados são negociados nessas redes, refletindo conhecimentos, consumidores reflexivos e identidades. O que esse autor chama de “imaginário político e ecológico” do comércio justo não apenas comunica aos consumidores como uma mercadoria funciona, mas, principalmente, demonstra os efeitos do seu ato de consumo sobre uma comunidade em particular que cultivou esse produto. Ou seja, estabelece uma ligação social entre produtor e o consumidor. Este último vê no seu ato de consumir um poder que pode incentivar setores sociais que estão em

desvantagem econômica, ao mesmo tempo em que pode boicotar produtos de empresas que forem consideradas “injustas”.

Dessa forma, no movimento existem duas categorias de agentes sociais envolvidos: os produtores do Sul que é atribuído o papel de produzirem alimentos, artesanato, entre outros produtos, sob critérios que estejam de acordo os princípios do movimento e os consumidores do Norte que têm o papel de consumirem os produtos que até eles chegam através dos canais internacionais do “comércio justo” e fortalecerem o movimento. O que une estas duas categorias de participantes do movimento é a identidade do movimento que mobiliza os descontentes (tanto produtores quanto consumidores) com as assimetrias do comércio mundial e o objetivo de construir relações comerciais mais justas.

Vale destacar também que o movimento em nível internacional tem adotado recentemente uma nova frente de atuação que visa promover iniciativas de comércio justo nos países do Sul (relação Sul-Sul). Nesse sentido, no Brasil, existem diversas iniciativas ligadas a sistemas de produção alternativos (agricultura orgânica, agroecologia) e comercialização solidária (lojas alternativas, pontos de venda da economia solidária e de organizações sindicais, cooperativas de produtores) que se encaixam nos princípios do movimento. Há inclusive uma iniciativa que inovou com a proposta de um sistema de certificação participativo, a Rede Ecovida (Rio Grande do Sul). Essa organização, como outras, vem implementando práticas de comércio justo e consumo solidário voltados para processos de produção socialmente justos e baseados na agroecologia, associativismo e cooperativismo.

Destaca-se também que atores da economia solidária e de redes de finanças solidárias e desenvolvimento local têm participado, dentro de suas possibilidades, do movimento do comércio justo no País (MASCARENHAS, 2007). Além dessas, também se destaca a entrada de alguns princípios do movimento em algumas relações comerciais de grandes redes de supermercados, como o Carrefour e o Pão de Açúcar, que tem comprado alimentos e artesanato diretamente da agricultura familiar, produzidos sob critérios social e ambientalmente considerados adequados (WILKINSON, 2006, MASCARENHAS, 2007)⁵². Além destas iniciativas que estão dando formato ao movimento no Brasil, os atores deste movimento têm começado estruturar nos últimos anos (em 2005) um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, como um coordenador das ações no País⁵³.

⁵² Segundo Mascarenhas (2007) o Programa “Caras do Brasil” do Grupo Pão de Açúcar ou CBD (que segue princípios semelhantes aos orientadores do movimento do comércio justo), “envolve 260 produtos, sendo que 90% dos quais são alimentos com algum nível de processamento e artesanatos, oriundos de organizações de pequenos produtores de 18 estados e envolvendo 4.500 pessoas (CBD, 2005). Esses produtos são comercializados em 12 lojas da rede em São Paulo e em uma do Rio de Janeiro, respectivamente o primeiro e o segundo maiores mercados do Brasil. De acordo com o Guia Exame (Exame, 2004), o grupo CBD investiu em torno de R\$ 600.000,00 nesse programa, cujos produtos alcançaram um faturamento equivalente a 0,02% do total comercializado em 9 das 12 lojas de São Paulo” (MASCARENHAS, 2007, p.135). Numa perspectiva semelhante a rede de supermercados Carrefour criou no Brasil o selo “Garantia de Origem” para identificar 42 produtos que seguem “cuidados” (critérios) de produção semelhantes aos praticados pelo movimento do comércio justo. “Esses cuidados, de acordo com o grupo, elevam os preços dos produtos entre 20% e 60% em relação aos convencionais, mas o objetivo é garantir aos consumidores “qualidade, segurança e boas condições sociais de produção”. O selo também viabiliza a exportação dos produtos para as lojas internacionais da rede. Em 2003, foram exportados US\$ 23 milhões em produtos certificados, representando um aumento de mais de 100% em relação a 2002, quando o montante foi de US\$ 11 milhões (CARREFOUR, 2005). No Brasil, esse programa envolve 60 fornecedores certificados, englobando principalmente produtores com respaldo econômico e tecnologia para atender aos padrões definidos pela rede” (MASCARENHAS, 2007, p.136).

⁵³ Em função dos limites deste trabalho não será possível descrever com maiores detalhes as organizações e estruturas do movimento no Brasil. Maiores detalhes sobre o movimento podem ser encontrados em Wilkinson (2006) e Mascarenhas (2007).

Na parte seguinte analisaremos algumas das transformações socioculturais promovidas pelos movimentos em foco.

3. Novos movimentos sociais econômicos e transformações socioculturais

Como se referiu acima, as teorias contemporâneas de movimentos sociais atribuem os movimentos da atualidade a tarefa de intervirem na transformação de questões culturais. Também se destacou que os movimentos da economia solidária e do comércio justo têm procurado produzir mecanismos econômicos visando à inclusão social e com isso têm promovido novos sentidos e novos valores para a produção, o consumo e o trabalho. Assim, entende-se que os movimentos têm contribuído na transformação de alguns elementos materiais e culturais da sociedade atual.

A economia solidária não pode ser entendida somente como uma alternativa de geração de renda ou como uma forma de recuperar empreendimentos falidos. Deve ser entendida como um movimento social que através de suas ações tem possibilitado transformações tanto materiais, quanto culturais na sociedade atual. No campo material, como se apontou, as ações deste movimento têm propiciado a organização de trabalhadores em estabelecimentos associados, criação de postos de trabalho, geração de renda, recuperação de empreendimentos falidos, entre outros. No campo cultural, as transformações produzidas referem-se principalmente ao cultivo de relações cooperativas, de solidariedade, de ajuda mútua, de reciprocidade; o fortalecimento das possibilidades de empreendimentos cooperativos e autogestionados terem sucesso (fortalecimento de experiências históricas); o desenvolvimento de habilidades sociais para o trabalho associado; consciência acerca do trabalho e da posse coletiva ser uma possibilidade; e, processos de construção de cidadania. Em resumo, as mudanças propiciadas no campo da cultura referem-se basicamente ao terreno dos valores e, neste caso, os valores trabalhados são basicamente: cooperação, solidariedade, igualitarismo e cidadania.

Assim, a especificidade do movimento da economia solidária é que ele não se centra somente na experimentação ou na busca de formas que possam incidir apenas superficialmente nos efeitos perniciosos do sistema de mercado. Vai além disso. Na dimensão econômica, a economia solidária tem como princípios, a solidariedade, a propriedade coletiva e a autogestão. As atividades solidárias se pautam em práticas participativas que buscam uma justa distribuição dos produtos produzidos e das riquezas geradas e a melhora das condições de vida de todos os participantes. Na dimensão sociopolítica, a economia solidária pode ser entendida como um movimento social que, além de ser uma alternativa de se organizar a vida social, assume o objetivo de contestar o modo capitalista de organização da produção e apresentar-se como uma alternativa a este. Neste sentido, se na dimensão sociocultural o objetivo é a retomada de valores como: reciprocidade, solidariedade, igualitarismo e cooperação; na dimensão política o objetivo é se posicionar diante dos processos de tal forma, que o lócus da produção material e simbólica possa ser contestado e re-significado. Assim, em sentido amplo, o movimento não se limita apenas a organização de empreendimentos falidos ou na criação de cooperativas, mas este tem buscado dar respostas, a sua maneira, as grandes questões atuais das sociedades capitalistas e tem se colocado como um construtor de uma nova ordem socioeconômica (socialista, segundo Singer). Ligado a estas possibilidades de transformação alia-se também o movimento do comércio justo.

O movimento do comércio justo ao romper com a noção de mercado auto-regulado e impessoal e ao adotar uma nova concepção de mercado baseado em laços de solidariedade entre produtor e consumidor produz mudanças materiais e

culturais importantes. No campo material, este movimento tem possibilitado mudanças em algumas relações mercadológicas “injustas” entre países do Sul com países do Norte, na medida em que se estruturaram redes de lojas de comércio justo em países da Europa e dos Estados Unidos (WILKINSON, 2006) e, mais recentemente, tem se desenvolvido iniciativas de estruturação de um “sistema brasileiro de comércio justo e solidário” (MASCARENHAS, 2007). Além disso, as ações do movimento têm representado melhorias na inserção econômica de produtores, que normalmente constituem-se de setores sociais excluídos, tais como: agricultores familiares, assentados de reforma agrária, remanescentes de quilombolas, indígenas, entre outros (como apontam estudos de LINS E PIRES, 2005, MASCARENHAS, 2007, TIBURCIO, 2007).

No campo das mudanças culturais, destaca-se que na medida em que os produtores e os consumidores têm consciência e domínio da “trajetória social dos produtos” os atos de produção e de consumo recebem um reconhecimento valorativo (positivado) de ambos, é gerada uma identidade entre o produtor e o consumidor e o consumo torna-se uma atitude de engajamento. Porém, para que este reconhecimento seja mantido e fortalecido o produtores deve atender a um conjunto de expectativa do comprador, que normalmente dizem respeito a processos de produção respeitosos tanto com as pessoas envolvidas, quanto com a natureza. Já pelo lado do consumidor, suas responsabilidades, para que o reconhecimento seja mantido, devem-se mais a continuidade do consumo e a disposição de pagar, em alguns casos, valores mais elevados (do que produtos similares) para viabilizar os produtores que atendem os princípios do movimento.

Dessa forma, o ato de consumo torna-se ao mesmo tempo um posicionamento político, na medida em que o consumidor escolhe conscientemente qual “relação de produção” ele está consumindo; e torna-se também uma forma de “ação coletiva” feita individualmente, na medida que o ato do consumo é feito de forma individual, mas inserido em um conjunto de princípios e valores compartilhados coletivamente (pelos participantes do movimento). Além disso, é estabelecida uma “ética relacional” que envolve uma rede de atores, a saber: consumidores, produtores, mercadorias e a natureza. Todos em relação a todos, cultivando valores comuns. Nesse sentido, o comércio justo é tanto “ético” quanto “político”, na medida em que mobiliza valores éticos e motiva posicionamentos políticos.

Outra mudança promovida pelo movimento do comércio justo que pode ser incluída no terreno cultural, refere-se ao estabelecimento de “laços fracos” (não no mesmo sentido definido por Granovetter 1973, mas em sentido metafórico) entre produtores organizados no movimento com grandes redes de supermercados. Nesse caso, a mudança reside justamente na entrada de alguns princípios do movimento em linhas de produtos, na medida em que empresas passam a adotar a chamada “responsabilidade social”. Com isso, algumas destas empresas (como citamos acima as redes de supermercados Carrefour e Pão de Açúcar) compram produtos direto de agricultores familiares ou artesãos possibilitando certo aumento da remuneração dos produtores ao buscar incentivar a produção segundo os princípios do movimento (eliminando também os intermediários da relação comercial). Estas relações podem ser consideradas “laços fracos” na medida em que estas organizações não possuem vinculações próximas e que estas oportunidades de relações comerciais provavelmente não irão aproximar estes atores, visto que eles se combatem no terreno ideológico.

Como se destacou a atuação destes movimentos se dá em campos em que os atores dominantes seguem instituições que estão de acordo com a economia de mercado global. Diante disso, os movimentos podem ser considerados atores “desafiadores” nestes campos (cf. FLIGSTEIN, 2007) e, em função desta condição, para que estes logrem sucesso é necessário que criem novas instituições. Porém, para criar novas instituições é necessário que os atores tenham “habilidades sociais”, ou seja, capacidades de motivar outros atores com

intuito de congregarem forças a tal ponto que seja possível promover transformações nos campos.

Apontou-se acima que o movimento da economia solidária no Brasil se utiliza de fóruns e redes em vários níveis para articular os empreendimentos associados e para organizar ações conjuntas e inclusive formou um Fórum Brasileiro de Economia Solidária e conseguiu influenciar a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no governo federal. As organizações de comércio justo do Brasil, por sua vez, têm articulações com organizações internacionais que propiciam o estabelecimento de relações comerciais mais “justas” com lojas do movimento nos países do Norte e, mais recentemente, têm buscado construir um Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. A formação destas instituições pode ser um indicativo de que os movimentos em foco têm tido relativo sucesso na estruturação de alternativas aos setores sociais excluídos, mas também indica que este é um processo em curso e que ainda está em formato inconcluso e que dependerá, em grande medida, da “habilidade social” dos atores para fortalecer-se no campo econômico.

Seguindo este raciocínio, Santos e Rodríguez (2002, p.35-7) apontam as experiências de “produção solidária” e das “cooperativas de trabalho”, desenvolvidas por estes movimentos, como instituições “prometedoras para a criação de alternativas de produção emancipadoras”. Os autores destacam quatro razões do potencial emancipatório dos movimentos, a saber: em primeiro lugar, as cooperativas são alternativas factíveis frente a economia centralizada, pois estas são organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo operam em uma economia de mercado; em segundo lugar, as cooperativas podem responder com eficiências diante das características do mercado global contemporâneo, por dois motivos: por um lado, as cooperativas tendem a ser mais produtivas do que as empresas capitalistas, porque os “trabalhadores-proprietários” têm mais incentivo para produzir, uma vez que beneficiam-se diretamente do aumento da produtividade e diminuem os custos com supervisão; por outro lado, diante da “especialização flexível” da economia, as cooperativas podem ajustar-se facilmente as oscilações, motivar a participação ativa e inovadora dos trabalhadores na produção e de inserir-se em redes de cooperação econômica, em outras palavras, formar uma “economia cooperativa”; em terceiro lugar, como os trabalhadores são donos da cooperativa a difusão das cooperativas tem efeito direto na distribuição da propriedade na economia; em quarto lugar, as cooperativas ampliam os princípios de democracia até o âmbito econômico e, com isso, ampliam os princípios da cidadania até à gestão das empresas. Junto a estas quatro razões apontadas por Santos e Rodríguez, acrescenta-se o “consumo político” como uma quinta. Este último representa a constituição de uma instituição que possibilita tornar o consumo uma forma de inserir-se em uma ação coletiva feita individualmente, mas que tem implicações em elementos da economia, pois pode fortalecer empreendimentos e relações de produção consideradas “justas” pelo consumidor.

Por fim, se faz necessário frisar que os novos movimentos sociais econômicos tratados ao fazerem uso de mecanismos econômicos para promover inclusão social têm atuado também, dentro de suas possibilidades, no terreno cultural. Algumas transformações promovidas já são evidentes, como se apontou, no terreno dos valores ganham respaldo a solidariedade, o reconhecimento, a cooperação, o igualitarismo; as relações de produção podem basear-se no trabalho cooperativo e na autogestão; o consumo podem se dar em bases onde o lucro ou o menor custo não sejam os únicos interesses da relação; entre outras. Nesse sentido, os movimentos estão atuando na resolução de questões centrais da sociedade atual e têm logrado certo sucesso em suas investidas. Resta saber o potencial histórico destes movimentos, o alcance de suas “habilidades sociais” e se estes conseguirão não só tirar proveito das contradições do capitalismo atual,

mas criarem novas possibilidades de organização socioeconômicas e levarem a cabo as transformações. Neste sentido a história está aberta.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil**. Revista brasileira de ciências sociais. v. 13, n. 37, p. 05-30, jun 1998.

CARNEIRO, Vanderson G. **O movimento social da economia solidária**. Belo Horizonte: DCP-FAFICH/ UFMG, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A sociedade em rede**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire: une question politique**. Mouvements – L'économie sociale et solidaire: un projet politique, nº19: 11-20, jan-fév, 2002.

FLIGSTEIN, Neil. **Habilidade social e a teoria dos campos**. REA – Revista de administração de empresas, v. 47, n. 2, abr./jun., p. 61-80, 2007.

FRANÇA, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GENDRON, Corinne. **Un nouveau mouvement socioéconomique au coeur d'une autre mondialisation: le commerce équitable**. Montreal: UQAM, 2004.

GENDRON, Corinne et al. **The institutionalization of Fair Trade: more than a degraded form of social action**. Journal of Business Ethics, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GRANOVETTER, Mark. **The strength of weak ties**. American journal of sociology, v.78, n. 6, may 1973.

_____. **Getting a job: a study of contacts and careers**. Chicago: Chicago University Press, 1995.

_____. **Acção econômica e estrutura social: o problema da incrustação**. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael. (org.) **A nova sociologia econômica**. Oieras: Celta Editora, 2003.

GOODMAN, M. K. **Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade foods**. Santa Cruz: University of California, 2003.

LINS, M. L.; PIRES, S. **Estratégias coletivas locais e inserção nos mercados globais: A experiência Coopercaju**, Unircoop.Vol.3, n. 1, set 2005.

LOPES PINTO, João R. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

MASCARENHAS, Gilberto. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. CPDA/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2007.

MELLO, Ruth E. S. **Economia solidária: de movimento social à objeto de políticas públicas – limites e possibilidades na relação com o Estado**. CPDA/UFRRJ (Dissertação de Mestrado), 2006).

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the age of information**. Cambridge Press, 1996.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

- NEVEAU, E. **Sociologie des mouvements sociaux**. 3.ed. Paris: La Decouvert, 2002.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- _____. Prefácio. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- SANTOS, Boaventura S.; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- SINGER, Paol. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- SINGER, Paol; SOUZA, A. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- SWEDBERG, Richard. Markets in society In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. **The handbook of economic sociology**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press e Sage Editions, 2005.
- TIBURCIO, B. A. **Comércio justo e solidário: estratégia de inserção dos produtos da comunidade remanescente de quilombo do Kalunga nos mercados**. Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.
- TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- WILKINSON, John. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o fortalecimento dos mercados**. Ensaios FEE, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.
- _____. **Fair trade moves centre stage**. Rio de Janeiro: The Edelstein Center for Social Research, 2006.

Consideraciones en torno a las propuestas de constitución y desarrollo de otra economía en América latina

Juan Carlos Vargas Soler

Personal de apoyo del proceso comunitario “Programa de Desarrollo y Paz del Magdalena Medio” y de la “Red de Mujeres del Magdalena Medio” en Colombia; Economista UIS-Colombia. Maestrando en Economía Social, Universidad Nacional de General Sarmiento UNGS-Argentina. Investigador sobre problemáticas de la economía social y del desarrollo local. Email: juancavasol@yahoo.es.



Foto: Rita Barreto

RESUMEN

En este trabajo examino, en términos generales, el proceso de desarrollo de la economía moderna/capitalista en América latina y las propuestas de constitución de Otra economía, haciendo énfasis en sus características, sus fundamentos y sus sentidos. Específicamente, advierto el sentido destructor de la vida que tiene la economía moderna/capitalista así como el carácter coercitivo y dominante del paradigma de la modernidad/colonialidad en el que ella se fundamenta. A partir de ello hago una crítica de la economía moderna/capitalista y del sistema de la modernidad/colonialidad, e identifico la necesidad no sólo de valorar y potenciar las propuestas de constitución y desarrollo de otra economía en América latina, sino, también, de pensar y desarrollar economías con sentidos vitales y descoloniales.

Palabras Clave: Economías, vida, modernidad, colonialidad, capitalismo.

ABSTRACT

In this one work I examine, in general terms, the development process of modern/capitalist economy in Latin America and the proposals to constitute an Other economy, making emphasis in its characteristics, basements and meanings. I warn specially on the destructive logic of modern/capitalist economy, as well as the coercive and dominant character of the modernity/colonial paradigm, in which it is based. On these grounds I am also making a critic to modern/capitalist economy and to modernity/colonial system, identifying the need, not only of valuing and encouraging proposals of creating and developing an Other economy in Latin America, but also to think and develop economies with vital and uncolonial meanings.

Key Words: Economies, life, modernity, coloniality, capitalism.

INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas, en diversas partes del mundo, y en América latina en particular, han resurgido propuestas de cambio -diferentes a las del socialismo y el comunismo- que se auto presentan como alternativas a la economía capitalista. Se habla de procesos y propuestas de economía social, del trabajo, comunitaria y solidaria; y recientemente, en el marco del Foro Social Mundial y en otros espacios de reflexión, encuentro y proposición, se plantea la necesidad de constituir y desarrollar *Otra Economía*. Sin embargo, en la mayoría de los casos no se cuestiona el fundamento y el sentido de la otredad y lo económico: se asume *lo económico* y lo *Otro* como obviedad y a partir de allí se presentan explicaciones, reflexiones o propuestas. Al excluirse la pregunta que interroga por los fundamentos y los sentidos de las cosas las explicaciones, reflexiones o propuestas que se hagan en torno a ello son problemáticas.

Pero la exclusión del interrogante por los fundamentos y los sentidos de las cosas y de la vida parece ser no sólo un problema de las propuestas en mención, sino –sobre todo- del sistema de conocimiento, de representación, de poder y de prácticas, que históricamente surgió y se ha venido expandido desde Europa y Norteamérica hacia África, Asia, América latina y Oceanía, que actualmente deviene como hegemónico y que algunas personas han llamado *modernidad/colonialidad/occidental/capitalista* (Escobar, 2005; Castro y Grosfoguel, 2007; Walsh 2007; Quijano, 2007; Mignolo, 2007).

El desarrollo de ese sistema de poder moderno/colonial/capitalista al parecer está contribuyendo no sólo a la reproducción de un sistema de dominación social, sino también a la destrucción de condiciones materiales y socioculturales para la reproducción y realización de la vida humana en comunidad- en el tiempo y en el mundo. Una de las cuestiones que orienta la reflexión en este trabajo es que ante la existencia de ese sistema mundial de poder/dominio (en el que lo económico tiene un lugar importante, pero no el único) y ante una posible crisis de sentido y de reproducción de la existencia socio-natural, se hace necesario no sólo proponer alternativas a la economía de mercado capitalista, sino también pensar y desarrollar opciones vitales y descoloniales que posibiliten la reproducción y realización de la vida en comunidad, en condiciones de dignidad y libertad para todos.

Lo anterior exige, de antemano, examinar los procesos históricos de desarrollo moderno/colonial/capitalista y cuestionar los elementos modernizantes y coloniales de las prácticas, los pensamientos y las propuestas existentes, sean capitalistas o no. En ese sentido, en este escrito trato de poner en consideración algunas cuestiones sobre el desarrollo de la modernidad y del capitalismo en América latina, y de direccionar la reflexión en torno a la posibilidad de pensar y desarrollar alternativas vitales a la modernidad/colonialidad, en general, y al capitalismo en particular. Específicamente, examino, en términos generales, los procesos desarrollo de la economía moderna/capitalista en América latina así como las propuestas de constitución y desarrollo de Otra economía, y a partir de una reflexión sobre los fundamentos y sentidos de lo económico planteo la necesidad y la posibilidad de desarrollar alternativas económicas, con potencial vital y descolonial.

1. Modernidad, colonialidad y desarrollo económico en América latina.

El origen de ese sistema que llamamos modernidad/colonialidad/capitalista tuvo lugar en el sistema-mundo europeo del siglo XVI a partir de la invención de

América y del despliegue del colonialismo y de la colonialidad⁵⁴. En efecto, Grosfoguel (2006) señala que la *colonialidad* aunque no se deriva necesariamente de la modernidad aparece como su contracara, pues los sistemas e instituciones de la modernidad (el capitalismo, los estados-nación, la ciencia euro-céntrica y el mercado, etc.) se formaron en un proceso de interacción, dominación y explotación a partir de la conquista y colonización de América. Asimismo, como lo señala O'Gorman (1993) el encuentro con un nuevo mundo –diferente del hasta entonces conocido mundo de la Edad Media- implicó un cambio en la visión que el europeo-occidental tenía del mundo, de sí mismo y de los otros, lo que contribuyó y posibilitó el desarrollo de nuevas interpretaciones (por ejemplo: la interpretación del mundo a partir de la teoría heliocéntrica y de la evolución), nuevos conocimientos (del sistema solar y del comportamiento de las especies, por ejemplo), y nuevas prácticas que permitieron la estructuración de una nueva época histórica (la época moderna) fundada en los paradigmas de la razón, la ciencia objetiva y el progreso material.

Los cambios anteriores también posibilitaron nuevas significaciones y nuevos modos de conocimiento (diferentes a los medievales). En efecto, en la modernidad el conocimiento subjetivo y religioso del mundo y del hombre dio paso al conocimiento objetivo y racional; asimismo, el hombre –occidental/europeo- pasó a ser concebido como un ente racional/superior a los Otros y el mundo como un objeto susceptible a ser transformado, dominado y explotado. Con ello lo objetivo se convirtió en lo “real” o en lo “existente”, lo ente emergió como referente y objeto de conocimiento (con lo cuál el conocimiento del ser pasa a un segundo plano), el hombre blanco/europeo pasó a ser referente de jerarquización, clasificación y dominación social, y la razón se convirtió en la facultad humana y en el medio de conocimiento por excelencia.

A partir de esos cambios se empezó a estructurar y desarrollar el sistema de conocimiento, de representación, de acción y de poder que conocemos como modernidad. A su vez, ese sistema se convirtió en el referente de invención, proyección y realización de la civilización occidental. Como lo muestra Escobar (2001), la ciencia moderna (eurocéntrica), los estados modernos y el progreso material (el desarrollo capitalista) se constituyeron en referentes desde los cuales la civilización occidental mide sus logros, hace sus invenciones, representaciones y proyecciones. Unas de esas invenciones es *América* (sajona y latina) y el *Tercer Mundo* (Asia, África, América latina y Oceanía) y una de las proyecciones es tratar de llevar, reproducir o imponer en ellas los sistemas económicos, políticos y socioculturales occidentales (a través del colonialismo, los estados modernos/coloniales y del capitalismo) desconociendo o subalternizando lo Otro (lo no occidental, no moderno, no capitalista: lo diferente). Ahí se finca la colonialidad y el carácter imperial que algunos autores atribuyen al sistema de la modernidad y al capitalismo. (Escobar, 2005; Castro y Grosfoguel, 2007). Además, por ello hablamos de modernidad/colonialidad/capitalista.

Para comprender la modernidad/colonialidad/capitalista y su desarrollo en América latina se necesita examinar de antemano cómo apareció ese ente en el escenario de la cultura occidental/europea. Como lo señala O'Gorman (1993), la

⁵⁴ La colonialidad, según Quijano (2001) se refiere a un patrón de poder, que opera a través de la naturalización de jerarquías raciales que posibilitan la reproducción de relaciones de dominación territoriales y epistémicas, que no sólo garantizan la explotación capitalista de unos seres humanos hacia otros, sino que también subalternizan los conocimientos, experiencias y formas de vida de quienes son así dominados y explotados. Según el autor (2007, p. 93) “la colonialidad se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular del patrón mundial de poder; opera tanto en cada uno de los planos y dimensiones –materiales e inmateriales- de la vida cotidiana como en la escala social”; “se diferencia del colonialismo en que éste último supone una estructura de dominación y explotación, donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población, lo detenta otra de diferente identidad, cuyas sedes están además en otra jurisdicción territorial y no implica necesariamente relaciones racistas de poder”.

aparición de ese ente histórico-geográfico que ahora conocemos como América latina se dio como resultado de una invención occidental/europea que le otorgó un ser particular a lo americano y a lo latino. En el plano histórico, el ser de los nativos (los sub-alternizados originarios) quedó cancelado como carente de significación y reducido a la posibilidad de recibir los valores de occidente, mientras que en el ámbito socioeconómico América fue inventada como la posibilidad de realización de Otra Europa. Pero este propósito de realización tomó dos vías –la del exterminio y la imitación- dando lugar a la aparición de dos Américas: la sajona y la latina. En ésta última (ante el poder relativo y la resistencia de los nativos, que impidió su exterminación), la norma consistió en tratar de imitar e implantar los sistemas socioeconómicos, religiosos y culturales ibéricos (portugueses, italianos y españoles, principalmente).

A partir de la realización de ese proyecto se produjo una heterogeneidad estructural y cultural impresionante y se inició la era del colonialismo clásico en América Latina. A su vez, a través de ese colonialismo se produjeron relaciones sociales, mercancías y riquezas que contribuyeron al desarrollo del capitalismo, del mercado mundial y de la modernidad/colonialidad europea; y su instauración implicó la interrupción del desarrollo de los sistemas precolombinos y el inicio de una vinculación sub-alterna de América latina al sistema mundo europeo.

Esa vinculación sub-alterna implicó que mientras en Europa se desarrollaba el capitalismo, en América latina se desarrollaban el colonialismo y sistemas socioeconómicos y culturales no capitalistas. Posteriormente, cuando Inglaterra pasa a comandar un nuevo ciclo de la modernidad/colonialidad capitalista, empieza el desarrollo capitalista en América latina. Éste se empieza a dar en el siglo XIX sobre la base de procesos de independencia política, del establecimiento –en éstas tierras- de los estados modernos así como de la sub-alternización de las clases “populares” por parte de las clases modernas/coloniales dominantes (Halperin Donghi, 1996) e implicó la incorporación de América latina en sistema mundo capitalista como *periferia capitalista* (Evers, 1989). Con ello inicia el desarrollo de un sistema socioeconómico (heterogéneo y mixto) –un capitalismo derivado- comandado por las lógicas de los subsistemas modernos/coloniales/capitalistas dominantes (empresariales-capitalistas, rentistas y estatales, principalmente).

Ese sistema periférico, derivado, mixto y heterogéneo configuró una relación sistémica entre subsistemas capitalistas (rentistas/empresariales/estatales) y no capitalistas (estatales, populares, campesinos, indígenas, etc.) siendo posible identificar -en la historia del desarrollo económico latinoamericano- relaciones predominantemente capitalistas en la esfera de la circulación así como relaciones de producción capitalistas (salariales, modernas, “libres”) y no capitalistas (indígenas, campesinas, populares, domésticas, serviles).

La incorporación de América Latina en el sistema mundo capitalista en condición de *periferia* también implicó una interrupción de su dinámica histórica, una mayor *dependencia* (comercial, tecnológica y financiera) del *mercado mundial* (Evers, 1989) así como un lugar particular en el sistema internacional de la división del trabajo organizado por los centros capitalistas europeos. Ese lugar en la fase decimonónica del ciclo capitalista/colonial/imperial británico fue el de ser proveedora de materias primas o bienes salario de los centros de la modernidad/ capitalista e importadora de bienes manufacturados. En esa fase el proceso de modernización se incorpora y desarrolla sobre todo en el sub-sistema estatal (en los estados-nacionales) y en el sub-sistema empresarial vinculado al comercio exterior (en la agro-exportación e importación).

La modernidad/capitalista en América latina tuvo un impulso adicional con los procesos de industrialización desarrollados desde finales del siglo XIX y principios del siglo XX. Estos procesos en su primera fase, como lo señalan Halperin (1996) y Furtado (1973) estuvieron soportados en la generación de

divisas por parte del sector agro-exportador así como en las *inversiones* realizadas por los subsistemas estatales, quienes permitieron financiar obras de infraestructura relativamente modernas así como la incorporación de progreso técnico, maquinarias y equipos en los procesos productivos de los sectores modernos/capitalistas. Con la crisis del 30, el proteccionismo europeo y la II Guerra Mundial se crea un entorno que induce a América Latina a entrar en una segunda fase de industrialización capitalista, centrada en la sustitución de importaciones de bienes de consumo; sustitución que si bien redujo la importancia relativa de la dependencia comercial del mercado mundial (ya que permitió un mayor desarrollo del mercado interno) no redujo la dependencia financiera, tecnológica y cultural pues el proceso se siguió sustentando en la importación creciente de bienes de capital, recursos financieros, ideas y modelos (económicos y socioculturales) de procedencia externa.

En la posguerra, la modernidad/colonialidad/capitalista se expandió y profundizó en América latina a partir del proceso de *desarrollismo* promovido desde el comando del nuevo ciclo sistémico de acumulación capitalista (Estados Unidos y los organismos anexos a la ONU) e impulsado por los actores de los subsistemas dominantes a nivel nacional (los sectores capitalistas/rentistas y los estados nacionales). Es en esta etapa cuando emerge el discurso del desarrollo, que se expande y profundiza de tal manera que colonizó la mentalidad de vastos sectores de la sociedad latinoamericana (incluyendo los críticos del capitalismo y de la dependencia) llegando a ser paradigmático. Según Escobar (2001) esto implicó una invisibilización, colonización y/o subalternización adicional de aquellos sectores, comunidades, formas de producción y modos de vida (no capitalistas) calificados como pobres, atrasados y subdesarrollados.

En ese período, el desarrollo de la modernidad/colonialidad/capitalista en Latinoamérica también fue reforzado por la tercera fase de desarrollo de la industrialización capitalista, la cual fue promovida y desarrolla – fundamentalmente- por los subsistemas estatales y capitalistas/rentistas, bajo ideologías nacionalistas. En dicha fase, como en la anterior, el mercado interno se siguió desarrollando y se logró avanzar en la sustitución de importaciones de bienes intermedios y algunos de capital. No obstante, se continuó con la heterogeneidad estructural, con la subordinación sociocultural, con la dependencia tecnológica, y la dependencia financiera del mercado mundial aumentó con el progresivo estrangulamiento de la balanza de pagos (debido, en parte, a las asimetrías internacionales y al desarrollo de sistemas productivos capitalistas que si bien se modernizaban estaban lejos de la frontera tecnológica) (Ocampo, 2001). Adicionalmente, parece haberse producido una pérdida relativa de poder socio-económico de los subsistemas populares de los grupos subalternos, y una continuidad histórica de la extracción de excedentes de éstos (por parte del subsistema capitalista/rentista, principalmente) vía circulación de mercancías y empleo de fuerza de trabajo.

El agotamiento del desarrollismo, los problemas de endeudamiento externo, la financierización del capitalismo, la crisis de valorización y de régimen de acumulación de los centros capitalistas (del fordismo), la agitación social, así como la tercera “revolución” científica-tecnológica y la re-estructuración capitalista realizada a partir de todo ello, fueron factores interrelacionados que marcaron el inicio y desarrollo de una fase adicional en el desarrollo de la modernidad/colonialidad/capitalista en la periferia latinoamericana, desde mediados de los años 70's. Esta etapa ha estado marcada por la promoción del libre desarrollo del mercado capitalista a través de políticas y recetas de corte neo-liberal (como las derivadas del Consenso de Washington) así como por la re-estructuración de los subsistemas estatales y capitalistas (bajo principios de competitividad, eficiencia, flexibilidad y descentralización).

Esa nueva fase de desarrollo capitalista a nivel mundial recibió un impulso con el “desplome” de la modernidad/colonialidad/socialista, el cual abrió la

posibilidad de extender las relaciones capitalistas a nuevos territorios. Además, como lo advierte Arrighi (2001), parece estar comandada por el capital financiero y su epicentro (productivo y financiero) parece estar desplazándose de Estados Unidos y Europa hacia el Este Asiático y hacia algunas ciudades Chinas, en particular. Con esto último la hegemonía económica y el ciclo norteamericano parece entrar en crisis. No obstante, los procesos de expansión, profundización y desarrollo del mercado capitalista siguen su curso no sólo en periferias capitalistas, como América Latina, y en las ex-repúblicas socialistas, sino en todo el planeta. Con ello se posibilita la configuración de un sistema mundial moderno/colonial/capitalista (global y hegemónico)⁵⁵. Al ser mundial y a partir de la creciente mercantilización, explotación, dominación y/o colonización de la naturaleza, de las personas y de las culturas ese sistema mundial genera problemas de orden global (como la crisis ecológica, la violencia, la explotación, la exclusión y la dominación social) que amenazan la reproducción y realización de la vida humana en comunidad y en libertad.

A partir de la generación de esos problemas y de su dimensión se pone en cuestión no sólo la sostenibilidad del capitalismo (O'Connor, 2002) sino del sistema de la modernidad/colonialidad/capitalista en su conjunto (Escobar, 2005; Castro y Grosfoguel, 2007). No obstante, raras veces se pone en cuestión el fundamento y el sentido del conocimiento que producimos, de las propuestas que hacemos y de las prácticas que realizamos; tampoco está claro cómo poder salir de ese estado de cosas al que el desarrollo de la modernidad/colonialidad/capitalista nos está llevado y cómo fundamentar propuestas de desarrollo alternativo y de constitución de Otra economía. Algunos esfuerzos se empiezan a realizar, al respecto, en América latina, desde perspectivas como las de la decolonialidad y de la economía social/solidaria/para la vida; sin embargo, aún queda mucho camino por transitar y explorar.

Para avanzar en ese sentido es preciso preguntarnos de antemano por el fundamento de lo económico y por el sentido tanto de la economía hegemónica como de la otra economía que querríamos desarrollar. Ello podría brindarnos otro panorama sobre lo existente, sobre lo posible, y un horizonte hacia dónde dirigirnos.

2. El fundamento y el sentido de la economía en la época moderna.

El fundamento de algo hace referencia a la razón de ser de ese *algo*. A su vez, la *razón* ha sido uno de los grandes dominios del sistema de conocimiento de la cultura occidental; mientras que el *ser* (el sentido y el significado de las cosas) –más allá de la razón– al parecer ha estado en el centro de las cosmovisiones y modos de vida de algunas comunidades habitantes de lo que hoy se conoce como África, Asia, Oceanía y América Latina. En ese sentido, la pregunta por el fundamento de lo económico, nos lleva a tener que reflexionar, pensar e indagar en torno a la razón y al ser de las cosas y de la economía.

Qué significa razón y qué es el ser son cuestiones que las ciencias modernas (dentro de ellas la economía) y la modernidad/colonialidad en su conjunto asumen como “dadas”, y su interés se concentra en indagar, de manera “racional” y “científica”, cómo funciona el mundo y en llevar los sistemas modernos/coloniales desde Europa, Estados Unidos y los países “desarrollados”

⁵⁵ Grosfoguel (2006) advierte que el fin de la guerra fría marcó la etapa terminal del colonialismo moderno y dio paso a un proceso de colonialidad global/moderna. Por ello habla de la reciente configuración de un sistema-mundo-euro-norteamericano capitalista/ patriarcal /moderno/colonial (en vez de sistema mundo capitalista), cuestiona el mito de la descolonización, de la postcolonialidad así como la tesis posmoderna que desvincula a la modernidad y a la posmodernidad de la colonialidad. Con ello, cuestiona las perspectivas que contribuyen a la invisibilidad de la «colonialidad» y pone a ésta última en el centro del debate.

hacia el resto de los lugares. Ese proceso ha implicado la invisibilización y/o colonización de los seres, saberes, conocimientos y sistemas de vida diferentes al occidental/euro-norteamericano (Escobar, 2005); y ha producido la metamorfosis y la reducción de los interrogantes sobre el ser a la pregunta por el *método* (López, 2000).

Por medio de ese proceso la modernidad/colonialidad se incorpora en sujetos/objetos que preguntan ante otros entes objetivados (la naturaleza, la sociedad, la historia, la economía, la vida, etc.) cómo explicar la objetividad del mundo y cómo reproducir la modernidad, y en este proceso se dejan de lado las preguntas que indagan por los significados y los sentidos del ser y de la vida. El resultado de ello es una forma de producir conocimiento y una época –moderna– en la que las cuestiones existenciales son condenadas al olvido y en su lugar se instauran y proyectan sistemas racionalistas y objetivos (económicos, políticos y socioculturales), no siempre razonables.

Esos sistemas racionalistas y objetivizantes se convierten en cárceles del espíritu que homogenizan y reducen las diversidades y las riquezas de la vida, del mundo, de las comunidades y de las personas. En ellos el énfasis se desplaza del lenguaje a la lógica; de la poesía, al rito y al arte al cálculo; de los sentimientos a la razón; de la pruriversalidad e interculturalidad a la universalidad y al pensamiento único; produciéndose una involución humana y cultural, la cuál deviene como contrapartida de la modernidad y del progreso material. López (1997) señala que ese proceso implica el descenso del hombre de ideales espirituales a estadios puramente materiales, no tratándose de un progreso genuino sino del regreso a formas incipientes y bárbaras de existencia humana.

Ese racionalismo y objetivismo del pensamiento y de las prácticas, no desarrolla la vitalidad humana sino que por el contrario, la limita, pues las comunidades, las mujeres y los hombres no nos definimos atendiendo a un sistema racional y objetivo sino a nuestras visiones, vivencias, sentimientos y posibilidades. Somos más que razón y entes: somos también no-razón (emociones, pasiones, reflexión, sentimientos, imaginación, creatividad), y en esencia, seres vitales con mundos abiertos de posibilidades. Ese *vivenciar* y *poder ser* representa el sentido mismo de nuestra existencia, la naturaleza específica que nos distingue de los demás entes y nuestro modo de ser es el de la posibilidad y de la vivencia -no el de la realidad- pues no somos algo “dado” como las cosas sino que vivenciamos y nos construimos en tanto tenemos posibilidades. Esta es una la filosofía y epistemología de la vida, que conduce a un replanteamiento de las cuestiones del *ser*.

Ese *ser* no es un *ente*, tampoco es un recipiente vacío cuyo espíritu se forme al tenor del mundo exterior pues nosotros siempre estamos referidos a “algo” y no hay conciencia vacía a la cuál anteponer objetos para llenar el vacío. La conciencia es siempre conciencia de algo (de la conciencia, de nosotros, del mundo, de la bio-diversidad, de las diferencias) y ese algo es una dimensión del ser que permanece desconocida y oculta por el dominio de la objetividad, de la materialidad y de la razón sobre el espíritu (López, 2000). El ser, entonces, se identifica no como simple presencia sino como vivencia y posibilidad; así, como personas realizables estamos referidas a nuestras posibilidades más propias: *vivenciar* y *poder ser*.

De acuerdo con la anterior concepción, no somos sólo entes sino también signos vitales: sujetos vitales con la capacidad de pensar y de interrogar por los sentidos y destinos de nuestras vidas y de nuestra existencia. La esencia de nuestro pensar y de nuestro vivir reside en ser capaces de vivenciar, proyectar y realizar una vida con sentido tanto en el tiempo como en el mundo, y de advertir

que la modernidad/colonialidad y el racionalismo expolían a la vida de su diversidad y a las personas de sus libertades y posibilidades.⁵⁶

La *razón*, planteada por filósofos ilustrados y científicos modernos como la facultad humana para escapar de la ignorancia, salir del oscurantismo, liberarnos de la naturaleza y seguir sendas de libertad y progreso, como lo advierten Adorno y Horkheimer (1994), se convierte en la quimera de un nuevo mito y de una nueva caverna. La modernidad se propuso liberar a la humanidad del mito, del dios occidental y de los poderes de la naturaleza pero nos encadenó a la razón instrumental, al eurocentrismo, a la colonialidad, a sus proyecciones y realizaciones.⁵⁷ Según Quijano (2007), el capitalismo es una de esas proyecciones y realizaciones -actualmente hegemónica- que utiliza la institución mercantil, la razón instrumental y la colonialidad para coordinar, explotar y dominar el trabajo social así como para garantizar la acumulación de capital.

Esos instrumentos de control y dominación se convierten en mecanismos que no sólo contribuyen a destruir significativamente las condiciones de posibilidad de la vida⁵⁸ sino que también coartan las posibilidades del ser: la vida, la naturaleza, las comunidades y las personas somos sub-alternizadas, reducidas y transformadas en objetos, recursos y mercancías explotables, con lo cuál, se ponen límites no sólo a la reproducción del sistema de la vida en el tiempo, sino también, a nuestras libertades y posibilidades de realización en el mundo.

Los sistemas racionalistas y modernizantes son incapaces de captar los sentidos del *ser* y de la vida pues éstos escapan al dominio de la razón y de las formas modernas de conocimiento. En consecuencia, hay que ir más allá de la razón y de la modernidad para indagar sobre los sentidos de lo económico y de la vida. Fernando López (2003) recalca que si en la pregunta por la fundamentación de la economía se omite el sentido y el significado del ser, cualquier reflexión o respuesta que se haga al respecto es problemática. No obstante, gran parte de los economistas -sobre un presupuesto de racionalidad humana y de modernidad- seguimos tratando de explicar cómo funciona lo económico -el capitalismo y el mercado en particular- y de justificar *lo económico* y las *propuestas* económicas en el progreso material y el bienestar de algunos grupos sociales, sin cuestionar sus fundamentos y sentidos.

Históricamente los economistas nos hemos ocupado del “cómo” y hemos descuidado las preguntas sobre los fundamentos y sentidos de las cosas y de la vida. Ello debido a que la economía -como ciencia y disciplina moderna- ha sido abordada como un conocimiento positivo y racionalista dirigido a un fragmento del ente (la producción, distribución y consumo de bienes y servicios) de manera tal que su propia epistemología excluye la pregunta que interroga por el ser de las cosas, por la vida y sus sentidos. Al operar así, a *la economía* moderna, a las ciencias modernas y a sus hacedores nos cuesta comprender el mundo de la vida,

⁵⁶ Ser críticos de la modernidad/colonialidad no implica necesariamente ser anti-modernos, ni posmodernos; implica ante todo cuestionar a los sistemas de conocimiento, representación y acción modernos/coloniales como los únicos válidos, verdaderos y posibles, y advertir su papel en la subalternización y dominación social. Asimismo, ser críticos del racionalismo no implica ser anti-racionales o irracionalistas; implica cuestionar a la razón como la cualidad que define la humanidad y como la única facultad que posibilita el conocimiento; implica advertir que la expansión y totalización de los sistemas y métodos racionalistas producen la muerte del espíritu y reducen las posibilidades y manifestaciones vitales.

⁵⁷ El euro centrismo, como lo señala Quijano (2007, p. 94) no es la perspectiva cognitiva de los europeos exclusivamente, o sólo de los dominantes del capitalismo mundial, sino del conjunto de los educados bajo su hegemonía; y aunque implica un componente etnocéntrico, éste no lo explica, ni es su fuente principal de sentido. Se trata de la perspectiva cognitiva producida en el largo tiempo del conjunto del mundo eurocentrado del capitalismo colonial/moderno, que naturaliza la experiencia de las gentes en este patrón de poder: la hace percibir como natural y, en consecuencia, como dada, no susceptible de ser cuestionada; también implica una actitud colonial frente al conocimiento y frente a los grupos subalternos.

⁵⁸ Esta destrucción se da a partir de la explotación, la degradación y el socavamiento de las fuentes de vida: del ser humano, las comunidades y la Naturaleza en su conjunto.

dado que la vida y el ser no son entes ni fragmentos, y en consecuencia, requieren modos de aprehensión diferentes.

La mayoría de los economistas y pensadores modernos tampoco hemos cuestionado ni pensado el fundamento y el sentido de una sociedad moderna/colonial que se constituye y expande sobre la racionalidad científica/instrumental y sobre la dominación, la explotación y colonización de lo Otro (de los grupos subalternizados y de la naturaleza). Asumimos a la ciencia occidental y a la realidad como un hecho, a la modernidad como una necesidad incuestionable, y a partir de allí nos ocupamos de tratar de explicar la economía de mercado capitalista y de ayudarla a llevar a todos los lugares de la tierra.

En concordancia con lo dicho con anterioridad, queda claro que una cosa es construir teorías o realizar prácticas y propuestas económicas en función de la racionalidad, la modernidad y la colonialidad; y otra distinta es intentar pensar lo económico en función de la vida e indagar por sus fundamentos y sentidos. En función de la vida no tiene mucho sentido construir propuestas y desarrollar economías que conciben y tratan al ser, a la naturaleza, a los “otros” y a la vida como simples entes (recursos, objetos, mercancías, medios o fines), despojándoles de su misterio, de su espíritu y de sus sentidos; tampoco tiene sentido seguir reproduciendo una economía moderna/colonial/capitalista que a través de la dominación y la explotación socio-natural contribuye a destruir los fundamentos naturales y socioculturales de la vida (y de la libertad), de los cuales el ser y la naturaleza son constituyentes. No tiene sentido sostener una economía cuyo sentido es la acumulación de capital, la destrucción, la dominación y la muerte.

Desde un punto de vista vital y descolonial, lo económico solo tiene sentido para la existencia social si contribuye a la reproducción de la vida humana y a la realización de nuestras posibilidades vitales en el tiempo y en el mundo, en condiciones de dignidad y libertad. En consecuencia, si estamos interesados en opciones económicas con un sentido vital y emancipatorio para todos, tendríamos que abrirnos a perspectivas del ser, de la vida y de lo económico que permitan pensar y construir propuestas y prácticas con sentidos vitales y liberadores; también tendríamos que desarrollar conocimientos y prácticas alternativas a la modernidad/ colonialidad/ capitalista.

En ese contexto, hablar de la constitución y desarrollo de Otra economía tiene sentido en la medida en que no sólo pensemos opciones para contrarrestar la economía de mercado capitalista sino en que también generamos conocimientos, propuestas y prácticas económicas que posibiliten constituir y desarrollar alternativas vitales y emancipatorias frente al sistema de poder y dominio de la modernidad/ colonialidad/capitalista.

En la actualidad, el desarrollo de alternativas económicas vitales y descoloniales se convierte en una necesidad ante el hecho evidente de que la globalidad del capitalismo y de la modernidad/colonialidad hegemónica implica que el sistema de la vida humana y de la libertad están en peligro (al verse socavadas sus fuentes y las condiciones de posibilidad: el ser humano y la naturaleza exterior), debido a la dominación, exclusión y explotación socio-natural global que ella posibilita. Ante esa situación, las prácticas y pensamientos económicos –con un sentido vital y descolonial- tendrían que contribuir a la emancipación de los grupos subalternizados, a la reproducción de la vida en comunidad y en libertad, y a la realización de nuestras posibilidades vitales en el mundo y en el tiempo. Asimismo, tendrían que ayudar a afirmar la voluntad de poder vivir en comunidad, en libertad y en condiciones de dignidad.

La afirmación de la vida, como lo advierten Hinkelammert & Mora (2005), tiene una doble connotación: la responsabilidad y el derecho de vivir de todos y cada uno. De esta responsabilidad por la vida, del derecho a vivir, de la necesidad de reproducir el sistema de la vida y de la posibilidad de realizar unas vidas

humanas y comunitarias (en condiciones de libertad y de dignidad) se desprenden los sujetos, las utopías, los valores, las significaciones, los conocimientos, las instituciones, las estructuras, las políticas, las éticas y las prácticas que hacen posible no sólo las economías vitales sino también la reproducción del sistema de la vida y la realización de vidas humanas y comunales libres de



Foto: Rita Barreto

colonialidad. Indagar sobre esas cuestiones es parte de la responsabilidad que tendrían que asumir los sistemas de producción de conocimientos vitales y descoloniales. La misma posibilidad de la vida y de la libertad desemboca en estas exigencias.

Las economías vitales y descoloniales tendrían que ocuparse de las condiciones que hacen posible la reproducción de vida a partir del hecho de que somos seres necesitados, naturales y socioculturales. Hacen, por tanto, referencia a la producción y reproducción de las condiciones materiales e inmateriales que hacen posible y sostenible la vida a partir de la satisfacción de las necesidades vitales (naturales y socioculturales), y por tanto, de la creación de las condiciones y del acceso a los valores vitales que hacen posible esta satisfacción y que posibilitan una vida humana con sentido, con libertad y con posibilidades de realización para todos - en el tiempo y en el mundo. Su especificidad radica en que partiendo de la complejidad, de la diversidad y de la riqueza de la vida, abordan la vida humana en torno a la producción, reproducción y realización de las riquezas vitales. No tendrían, entonces, que ocuparse solamente de la producción de valores de uso para la satisfacción de las necesidades humanas vitales, sino también de las condiciones que hacen posible o imposible la reproducción del sistema de la Vida. Por eso, también tienen que ocuparse de los modos de producción/reproducción/ consumo y distribución de las riquezas y de las pobreza materiales y socio-culturales, y de su relación con la reproducción del sistema de la vida en su conjunto.

En el caso latinoamericano, habría que preguntarnos sobre el potencial de las emergentes propuestas de constitución de Otra economía para desarrollar economías con sentido sustantivo (vital) y descolonial.

3. Propuestas de constitución y desarrollo de Otra economía en América latina.

En los últimos años, en América latina emergieron nuevas propuestas teórico-prácticas que tienen como referente organizaciones, redes y/o movimientos sociales latinoamericanos (como el de los trabajadores autogestionados, las comunidades eclesiales de base, y el de economía solidaria) y que ofrecen elementos valiosos para pensar y posibilitar alternativas económicas no capitalistas. Se trata de las propuestas de *economía para la vida* (Hinkelammert & Mora, 2005), de *economía solidaria* (Singer, 2007; Gaiger, 2007;) de *alternativas de producción* (Santos & Rodríguez, 2002) y de *economía social y del trabajo* (Coraggio; 2007a, 2007b, 2007c).

Las propuestas de Coraggio, Santos y Rodríguez así como las de Hinkelammert, Singer y Gaiger giran en torno a la posibilidad de reformar y/o transformar la economía capitalista hegemónica y constituir otra economía –no

capitalista. En esa dirección, los autores elaboran un marco referencial teórico-conceptual y metodológico, siendo posible identificar similitudes y diferencias en sus propuestas. Aquí sólo me ocuparé de presentar y examinar algunas cuestiones de dichas propuestas en relación a la posible transición hacia otra economía –desde el interior del sistema capitalista. Para ello establecí algunos criterios de comparación que presento a continuación:

- *Propuestas y objetivos:*

En relación a las propuestas, habría que resaltar que mientras que De Sousa Santos & Rodríguez (2002) plantean el desarrollo de *alternativas de producción* no capitalista, Coraggio (2007a, 2007b) propone la constitución de un sector orgánico de *economía social* para la transformación de la economía realmente existente (donde la economía del capital es hegemónica en relación a la popular y la pública-estatal) y para la transición hacia otra economía: la *economía del trabajo*⁵⁹. Singer (2007) y Gaiger (2007), por su parte, plantean el desarrollo de una *economía solidaria*; mientras que Hinkelammert & Mora proponen una *economía para la vida*.

Las alternativas de producción identificadas y propuestas por Santos & Rodríguez (2002) son diversas, y tendrían como objetivo central contribuir a la lucha por una globalización contra-hegemónica emancipatoria y viable, que se contrapondría a la globalización neoliberal y a la economía capitalista. Las economías social y del trabajo de Coraggio también aparecen como opciones contra-hegemónicas frente al neoliberalismo y frente al sistema de explotación y dominación capitalista, pero además de resaltar los objetivos estratégicos de sus propuestas, el autor también enfatiza sus objetivos/sentidos sustantivos: la reproducción ampliada de la vida así como la resolución de las necesidades y los deseos legítimos de todos (Coraggio, 2007c). La propuesta de Singer (2007) y Gaiger (2007), por su parte, apunta hacia el desarrollo de una economía solidaria, la cual tendría como propósito el mejoramiento de las condiciones de trabajo y de vida de los trabajadores así como la transformación de las fuerzas capitalistas. Asimismo, la economía para la vida de Hinkelammert & Mora (2005) se plantea un objetivo sustantivo y vital que tiene que ver con el aseguramiento de las condiciones de posibilidad de reproducción de la vida humana.

- *Puntos de Partida:*

Para la transición hacia otra economía los autores en referencia no sólo reconocen la existencia de una economía o un sistema socioeconómico predominante -o hegemónico- (la economía de mercado capitalista o el capitalismo) sino que también identifican y resaltan puntos de referencia o de partida diferenciales. En efecto, Santos y Rodríguez (2002) reconocen la existencia de una pluralidad de formas de producción, conocimientos y de vida –no capitalistas- y colocan las esperanzas de transición y/o transformación en su desarrollo; particularmente, identifican la producción cooperativa, el asociativismo, el socialismo de mercado, el desarrollo alternativo y las alternativas al desarrollo.

Coraggio (2007b), por su parte, identifica la existencia de un subsistema de economía popular –quien en su interacción estratégica y progresista con el subsistema público-estatal y con algunas fracciones de la economía capitalista- sería punto de partida para la constitución de un sector orgánico de economía social, para la transformación –estructural e institucional del sistema hegemónico- y para la transición hacia la economía del trabajo.

⁵⁹ Coraggio (2007b) concibe la economía social como una propuesta transicional y transformadora de prácticas económicas, desde el interior del sistema de economía mixta existente (conformado por los subsistemas de economía capitalista, estatal y popular), en dirección a otra economía, otra sociedad y otro sistema socioeconómico (organizado por el principio de de la reproducción ampliada de la vida, en contraposición al principio de reproducción ampliada del capital). Se trata de una economía socialmente conciente de la sociedad a la cuál contribuye a producir y a reproducir.

En el caso de Singer y Gaiger el punto de partida para el desarrollo de la economía solidaria son los emprendimientos solidarios y las cooperativas. En efecto, Singer (2007) considera que las cooperativas (de producción autogestionada sobre todo) encarnan valores y relaciones económicas no capitalistas a partir de las cuales es posible desarrollar un modo solidario de producción, mientras que para Gaiger (2007) los emprendimientos económicos solidarios posibilitan formas sociales no capitalistas y tienen un potencial para competir y mostrar su superioridad frente a los emprendimientos capitalistas.

Hinkelammert & Mora (2005), por su parte, reconocen la capacidad de la economía de mercado capitalista para destruir las condiciones de posibilidad de la vida a partir del socavamiento de las dos fuentes esenciales de toda riqueza: el ser humano y la naturaleza exterior. A partir de esta crítica advierten la necesidad de afirmar el sujeto en comunidad (necesitado, productor), de reformular la economía en función de la satisfacción de las necesidades humanas (antropológicas) y de la reproducción de la vida, y en última instancia, de pensar en el desarrollo un proyecto de economía alternativa orientada hacia la vida –en comunidad. Para ello, parten de una visión humanista y vitalista que reconoce no sólo que el ser humano es un ser natural, corporal y necesitado sino también que la Vida depende del Otro ya que la naturaleza humana y externa constituye un sistema interdependiente (un metabolismo socio-natural). La economía de la vida aparece así como una necesidad teórica y práctica para dar cuenta de las condiciones materiales que posibilitan y sostienen (reproducen) la vida humana en sociedad a partir de la satisfacción de las necesidades y del acceso a valores de uso que permiten esa satisfacción.

- *Valores, principios e instituciones:*

Los autores también identifican algunos valores, modos y/o principios de integración social y de institucionalización de lo económico que serían necesarios para que la transición y/o el desarrollo de la Otra economía sean posible. A la par, reconocen algunas instituciones centrales que acompañarían a dichos principios y que posibilitarían el cambio, y otorgan diferentes prioridades a esos principios e instituciones.

En el caso de Santos & Rodríguez (2002) las alternativas de producción involucran diferentes valores, principios e instituciones, según la opción de la que estemos hablando. En efecto, en el desarrollo de las formas cooperativas y asociativas de producción, la solidaridad, la reciprocidad y el intercambio aparecen como principios centrales, y el mercado y el estado como instituciones principales; en el socialismo de mercado primaría el intercambio y la planificación descentralizada así como el mercado y el Estado; asimismo, en el desarrollo alternativo y las alternativas al desarrollo serían más relevantes *valores* como la participación, la igualdad, la inclusión y la equidad, *principios* como la reciprocidad, la redistribución y autarquía, e *instituciones* como las comunidades y redes sociales. En todos los casos la pluralidad, la gestión democrática, el cuidado del ambiente y la democracia participativa tienen relevancia.

Coraggio (2007c), por su parte, considera que los cuatro principios de integración social y/o de institucionalización de lo económico propuestos por Polanyi (la reciprocidad, el intercambio, la redistribución y la autarquía) son necesarios e importantes en la transición así como para la institucionalización de la otra economía y el otro trabajo (no capitalista). Agrega, además, otro principio (el plan) y le da mayor importancia a la reciprocidad y a la redistribución (frente al intercambio) como principios de integración, así como al Estado y a las instituciones de la economía popular (hogares, redes) como estructuras institucionales de apoyo. También considera como relevantes valores como la participación, la solidaridad y la reflexividad.

De otro lado, Hinkelammert & Mora (2003) consideran que la constitución y desarrollo de una economía para la vida supone del surgimiento de una ética

social para la vida así como de la extensión de otros valores y principios como la solidaridad, el asociativismo, la reciprocidad, el intercambio, la planificación socioeconómica, la inclusión socio-natural así como la libertad de los sujetos en el marco de una vida en comunidad. Asimismo, advierten la importancia que para el desarrollo de ese proyecto tienen instituciones como la propiedad colectiva de los medios de producción; la planificación por parte del Estado y de las comunidades así como su participación en la regulación y control del mercado.

Singer (2007) y Gaiger (2007), en la medida en que proponen una economía sustentada en emprendimientos autogestionados, cooperativos y solidarios, enfatizan en principios como la solidaridad, la reciprocidad, la autogestión, la cooperación y el solidarismo. El desarrollo de la economía solidaria supondría, además, la configuración de instituciones como el mercado y el comercio solidario, y la existencia de un estado que brinde apoyo y que fomente el sector.

- *Actores u organizaciones para el cambio:*

La transición hacia otra economía también supone la identificación y existencia de sujetos, actores, organizaciones o estructuras organizacionales de funcionamiento y/o acción para hacerla posible. En ese sentido –y de manera consciente o implícita– los autores comentados hacen sus respectivas consideraciones.

En la propuesta de Santos & Rodríguez (2002) esas organizaciones u actores se diferencian según sea la alternativa de producción: en las formas cooperativas y asociativas son las cooperativas y asociaciones, respectivamente; en el socialismo de mercado, las agencias del Estado y las empresas mercantiles; mientras que en el desarrollo alternativo y en las alternativas al desarrollo son, principalmente, las organizaciones, redes y movimientos sociales así como las comunidades organizadas.

Las propuestas de Coraggio (2007b, 2007c), por su parte, parten del reconocimiento de las *unidades domésticas* y sus extensiones (formas organizativas asociativas, cooperativas, comunitarias, autogestionadas) como células de la economía popular, quienes junto con las agencias del Estado y las empresas capitalistas constituyen las organizaciones típicas del sistema de economía mixta realmente existente. A partir de ese reconocimiento, a nivel organizacional se piensa la transformación de la economía capitalista y la transición como un proceso de realización del trabajo humano, el cual permitiría desarrollar un sector orgánico de economía social-mente consciente y responsable, y la constitución de una economía del trabajo que tendría como lógica predominante la reproducción ampliada de la vida y la satisfacción de necesidades y deseos legítimos de todos.

En las propuestas de economía solidaria de Singer (2007) y Gaiger (2007) se privilegian a las cooperativas de trabajo autogestionado y a los emprendimientos económicos solidarios como actores estratégicos del desarrollo de modos solidarios de producción y/o de formas sociales no capitalistas. La racionalidad económica de esas formas organizacionales y su gestión democrática aparecen en esas propuestas como aspectos que mostrarían su superioridad y su potencial en la lucha anti-capitalista.

Hinkelammert & Mora (2005), por su lado, señalan que para una economía de la vida la piedra angular es el ser humano como sujeto necesitado, ético y político, y la necesaria reproducción de sus condiciones materiales de vida. En ese sentido identifican la necesidad de recuperar y de potenciar el sujeto en comunidad así como de establecer redes y movimientos sociales que desarrollen acciones asociativas y solidarias (orientadas por criterios reproductivos de la vida) que permitan contrarrestar las fuerzas compulsivas del mercado capitalista.

- *Aspectos y mecanismos de cambio:*

En relación a los aspectos y mecanismos para que la transición sea posible y realizable también es posible identificar similitudes y diferencias en las propuestas de Santos & Rodríguez, Coraggio, Hinkelammert & Mora, Singer y Gaiger.

Gaiger (2007) sugiere que para desarrollar la economía solidaria y para ampliar las formas sociales no capitalistas es muy importante renovar el modo material de producción (transformar la base material de la economía solidaria) de tal manera que la economía solidaria pueda contar con una base técnica propia, que le permita liberarse de la subsunción frente al modo capitalista de producción. También considera estratégico mostrar la superioridad de la forma social de producción solidaria, impulsar la cooperación y autogestión de los trabajadores, externalizar la lógica cooperativa a las relaciones de intercambio, formar de recursos humanos, y desarrollar políticas de fomento a la economía solidaria. Asimismo, Singer (2007) resalta la importancia que para el desarrollo de la economía solidaria tiene la cooperación, formación y autogestión de los trabajadores; también advierte la necesidad de integración de cooperativas e instituciones para la consolidación de sector de la economía solidaria y el apoyo estatal (a través de la financiación, comercialización, asesoría técnica, acceso al crédito) para garantizar su sustentabilidad.

Coraggio (2007a, 2007b) por su parte, plantea como aspecto central del cambio la transformación de las estructuras, instituciones y lógicas dominantes del sistema capitalista. Para ello advierte que es importante orientar los procesos económicos (del trabajo) atendiendo a criterios de racionalidad reproductiva de la vida y de gestión democrática de la satisfacción de necesidades legítimas de todos. Ello implicaría, según lo sugiere el autor, contraponerse y subordinar a las prácticas y lógicas de producción/reproducción ampliada del capital así como generar nuevas bases estructurales (organizaciones) e institucionales para la reinstitucionalización de lo económico (encastramiento de la economía en la sociedad) y generar otro tipo de relacionamientos sociales (menos instrumentales, segregados, excluyentes, explotadores e individualistas; más solidarios, auto-gestionados, democráticos, incluyentes; de mayor alcance), que a su vez contribuyan despliegue y desarrollo del trabajo humano, así como al desarrollo y a la sustentabilidad de las iniciativas específicas de economía popular/solidaria y del sistema orgánico de economía social.

Lo anterior también sugeriría el diseño y la gestión de políticas específicas. La propuesta del autor es que dichas políticas sean públicas y participativas, y que estén orientadas a posibilitar condiciones de sustentabilidad de la economía social. En ese sentido, enfatiza en la redistribución progresiva de la riqueza, de los medios de producción y los ingresos (la acumulación originaria para la economía social y del trabajo); en la planificación y regulación mercantil; y en la extensión de relaciones asociativas y recíprocas a los niveles meso y macro-socioeconómico. Ello daría cabida a la intervención estatal y al establecimiento de alianzas progresivas y estratégicas entre sus agencias y las de la economía popular.

Santos & Rodríguez (2002) reconocen la importancia que tiene la diversidad de alternativas, formas de producción y de vida no capitalista existentes así como la democracia participativa y económica, para la emergencia y desarrollo de alternativas al capitalismo y a la globalización neoliberal. En ese sentido también advierten la importancia de desarrollar acciones desde adentro y desde afuera del Estado: desde adentro para impulsar y apoyar procesos democráticos, asociativos y de planificación, y desde afuera (desde las comunidades y el mercado) para desarrollar iniciativas autónomas y autogestionarias. En cualquiera de los casos identifican la necesidad de dar cabida a procesos de desarrollo alternativo y de alternativas al desarrollo; de trascender la escala local y lo económico; y de establecer redes de articulación, colaboración y apoyo mutuo (sobre todo entre las diferentes alternativas de producción no

capitalista, las comunidades, el Estado, las organizaciones y movimientos sociales).

De otro lado, en la propuesta de economía para la vida se advierte la necesidad de contar con mecanismos para dominar o disolver las fuerzas compulsivas auto-destructoras del mercado capitalista y para evaluar la racionalidad del sistema social de producción en su conjunto. La *acción asociativa y solidaria*, la *ética de la responsabilidad* por el bien común, la *racionalidad reproductiva*, la *resistencia social*, la *acción política*, la *colectivización* de la propiedad y la *regulación* estatal y comunitaria del mercado aparecen como alternativas en ese sentido en los planteamientos de Hinkelammert y Mora (2003). Los autores también cuestionan la búsqueda de sociedades perfectas; en consecuencia, critican tanto las ideologías del mercado total y de la planificación centralizada, y proponen su des-utopización. En vez de ello sugieren la búsqueda y construcción de la mejor sociedad posible, cuya orientación supondría una *utopía necesaria*; una fuente de vida y esperanza que nos permita caminar y ser libres (someter las instituciones a las condiciones de vida), transformarnos a nosotros mismos, reivindicar una subjetividad común así como construir un proyecto alternativo posible: una economía para la reproducción sostenible de la vida en comunidad.

- *Alcances:*

También es importante señalar que a las propuestas de transición hacia otra economía –realizadas por los autores comentados– se le atribuyen diferentes alcances. En efecto, las alternativas de producción presentadas por Santos & Rodríguez (2002) se presentan como prácticas y formas de sociabilidad no capitalista frente a la globalización neoliberal que permitirían una transformación gradual hacia formas de producción, intercambio y consumo no capitalista. Por su parte, la economía social de Coraggio aparece como opción de transformación del modo de producción hegemónico y de transición hacia otro sistema económico: la economía del trabajo. Asimismo, Hinkelammert & Mora (2005) atribuyen a la economía para la vida un potencial superador del capitalismo.

Gaiger y Singer aunque proponen la misma opción como alternativa económica, atribuyen a la economía solidaria alcances diferentes. En efecto, para Singer (2007) la economía solidaria constituye un modo de producción y una alternativa capaz de superar el modo de producción capitalista; mientras que para Gaiger (2007) la economía solidaria no es un modo de producción sino una formación social con potencial para extender las formas sociales no capitalistas.

CONSIDERACIONES FINALES

Algunos de los méritos de las propuestas en mención consisten en poner de manifiesto el carácter social y político de la economía (en tanto construcción social, que implica relaciones de poder), en visualizar la existencia de prácticas económicas no capitalistas en América Latina, y en advertir que existen opciones y posibilidades económicas diferentes tanto al capitalismo como al socialismo centralizado. Visualizar, valorar y potenciar esas prácticas y propuestas no capitalistas es un aspecto importante para posibilitar horizontes y mecanismos de transformación económica y social. No obstante, la centralidad y la insistencia, de esas propuestas, en la producción de una economía alternativa a la capitalista (como si la economía fuese el fundamento o la instancia natural de la existencia social y como si el sistema de poder/dominio se redujera al capitalismo) revela un marco interpretativo que sigue reproduciendo el imaginario moderno/colonial y fragmentario de los paradigmas económicos y de las disciplinas convencionales. En ese sentido es importante hacer un esfuerzo por cuestionar los elementos modernizantes y coloniales tanto de los enfoques como de las propuestas y prácticas de economía social/solidaria para la vida.

Esas perspectivas aunque constituyen una importante crítica al capitalismo, en lo fundamental no cuestionan los elementos modernizantes y coloniales del sistema global de poder/dominio moderno/colonial y en cierta medida contribuyen a reproducirlo. Ello debido, en parte, a que buena parte su matriz histórica de conocimiento y de significación se deriva de epistemologías y ontologías modernas/coloniales occidentales (euro-norteamericanas), dentro de las cuales se privilegian las ideas de pensadores como Marx y Polanyi. A partir de ellas hacen una crítica marxista-sustantivista al capitalismo, pero reproducen el eurocentrismo así como la fragmentación y la colonialidad del conocimiento y del ser⁶⁰.

En concordancia con lo anterior, puede que esas propuestas de constitución de Otra economía resulten ser economías alternativas a la economía capitalista pero no al sistema moderno/colonial/capitalista, con lo cual su "otredad" se ve restringida. Si propósito es contribuir a la transformación del sistema de dominación existente y posibilitar alternativas económicas descoloniales, se tendría que hacer un importante esfuerzo de descolonización. Un mecanismo para avanzar en ese sentido consiste en considerar en las propuestas no sólo las prácticas sino también las propuestas, epistemologías y ontologías de los grupos subalternizados. A partir de allí sería posible ampliar los horizontes de conocimiento, significación y acción para poder pensar y realizar alternativas a la economía capitalista y a la modernidad/colonialidad en su conjunto.

Algunos esfuerzos han hecho, al respecto, autores como Coraggio y De Sousa Santos considerando y estableciendo algunos puntos de encuentro entre sus propuestas y las de algunos grupos subalternos latinoamericanos (indígenas, mujeres, campesinos, trabajadores autogestionados urbanos, entre otros). La inclusión de dichos grupos en esas perspectivas se ha dado considerándoles actores económicos y sociopolíticos relevantes en América latina. No obstante, la inclusión política y socioeconómica de los grupos subalternos latinoamericanos sigue siendo incompleta (las comunidades afro-descendientes, por ejemplo, raramente se consideran) mientras que la inclusión y descolonización epistémica prácticamente no se ha dado. En ese sentido hay un importante camino por recorrer y explorar.

En las propuestas de *economía social y del trabajo* de Coraggio así como en las *alternativas de producción* de Santos & Rodríguez también hay algún esfuerzo por reconocer la diversidad de economías o alternativas de producción y por visualizar la existencia de prácticas de diferencia económica. En efecto, Coraggio (2007a, 2007b) reconoce y conceptualiza las diferentes lógicas y prácticas económicas en el marco de la sociedad capitalista, a través del reconocimiento de la existencia de una economía mixta (capitalista, pública y popular), mientras que Santos & Rodríguez (2002) identifican la existencia de diversas alternativas y lógicas de producción (cooperativas, asociativas, comunitarias, etc.). No obstante, en esas propuestas como en las de economía solidaria (Singer, 2007; Gaiger, 2007) y de la vida (Hinkelammert y Mora, 2005) el carácter capitalogocentrista de las mismas contribuye a reducir las diversas formas de producción y de vida a los términos de lo Mismo, esto es, a los términos propuestos por el proyecto moderno/colonial/capitalista. Con ello se contribuye a reproducir la modernidad, mientras que los fundamentos y el origen de la diversidad y de la diferencia económica no son examinados. Tampoco se

⁶⁰ La *colonialidad del conocimiento* según Mignolo (2007) hace referencia a la atribución de superioridad y universalidad al pensamiento moderno/occidental/euro-norteamericano dominante, fenómeno a partir del cual los conocimientos subalternos se excluyen, se omiten, se silencian, se invisibilizan, se subvaloran o se ignoran. Por su parte, la *colonialidad del ser*, según Maldonado Torres (2007, p.144-145), hace referencia a la negación del ser del otro (negación ontológica) o a su subalternización ontológica, fenómeno que conlleva a la idea que los otros no piensan, no conocen y por tanto *no son*, o a una subvaloración e invisibilización de sus modos de vida ser.

examina el papel que juega la colonialidad en los procesos sociales y en las diferencias económicas existentes.

El capitalocentrismo inmerso en las propuestas de constitución de Otra economía también opera como un velo del sentido sustantivo y vital presente en algunas de ellas. En efecto, en propuestas como las de la *economía social* (Coraggio, 2007a), *de la vida* (Hinkelammert & Mora, 2005) y *del trabajo* (Coraggio, 2007b) el énfasis en la crítica al capitalismo y en la producción de alternativas económicas al mismo opaca sus sentidos sustantivos y vitales. Ese capitalocentrismo también limita las posibilidades de pensar y desarrollar opciones diversas, y puede contribuir tanto a la reproducción de pensamientos empeñados en una crítica continua e interminable al capitalismo como a descuidar o ignorar el *sentido vital* de los pensamientos y de las prácticas económicas alternativas: contribuir a generar condiciones materiales y socioculturales para la reproducción de la vida humana (en el tiempo y en el mundo) en condiciones de dignidad y libertad.

Recuperar y afirmar el sentido vital de los pensamientos y de las prácticas económicas alternativas es parte de las condiciones necesarias para poder avanzar en América Latina en la constitución y desarrollo de alternativas económicas, con potencial descolonial y vital. Esa afirmación del sentido vital supone colocar a la vida, a su diversidad y a sus sentidos como centro de referencia de las propuestas, de los pensamientos y de las prácticas. Hinkelammert & Mora (2003, 2005) han hecho importantes avances en esa dirección.

Afirmar y desarrollar el sentido vital y descolonial de las propuestas y prácticas económicas constituye una necesidad en los tiempos actuales en los que las crisis ecológicas, las guerras, las exclusiones y colonialidades globales posibilitadas por la globalización del proyecto de la modernidad/colonialidad capitalista amenazan las condiciones para la reproducción y sustentabilidad de la vida en comunidad y en libertad. Parte de nuestra responsabilidad consiste en contribuir no sólo a impedir que la modernidad/colonialidad/capitalista se termine de globalizar sino a superar ese proyecto de dominación y muerte a través de una diversidad de propuestas, proyectos, prácticas e intercambios vitales que, entre otras cosas, reconozcan y afirmen la diversidad, la riqueza y el sentido de la vida. En esa dirección, considero que puede ser más necesario y enriquecedor pensar en desarrollar alternativas económicas vitales –y descoloniales– que insistir solamente en la constitución y desarrollo de Otra economía que le dispute la hegemonía a la economía capitalista.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ADORNO, Theodor y HORKHEIMER, Max (1994). *Dialéctica de la ilustración*. Editorial Trotta, Valladolid.

ARRIGHI, Giovanni (2001), La globalización, la soberanía estatal y la interminable acumulación de capital. En *Tareas No. 19*, Panamá, p 5-30.

CASTRO G, Santiago y GROSFUGUEL, Ramón (2007), Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. En *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Castro y Grosfoguel (Editores), Siglo del Hombre, Bogotá.

CORAGGIO, José Luis (2007a). *Economía social, acción pública y política: hay vida después del neoliberalismo*. Circus Ed, Buenos Aires.

_____ (2007b). Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo. En *La Economía Social desde la Periferia: contribuciones latinoamericanas*. José Luis Coraggio (Org.), UNGS-Altamira Ed, Buenos Aires.

_____ (2007c). La economía social y la búsqueda de un programa socialista para el siglo XXI. En *Los Socialismos del siglo XXI*. Revista Foro No. 62, Bogotá.

ESCOBAR, Arturo (2001). El final del Salvaje: Naturaleza, Cultura y Política en la Antropología Contemporánea. ICAN-CEREC, Bogotá.

_____ (2005). Más Allá del Tercer Mundo. Globalización y Diferencia. ICAN, Bogotá.

EVERS, Tilman (1989). El estado en la periferia capitalista. Siglo XXI Ed, México D.F.

FURTADO, Celso (1973). La economía Latinoamérica. Siglo XXI Ed, Buenos Aires.

GAIGER, Luis Inácio (2007). Economía solidaria y capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. En *La Economía Social desde la Periferia: contribuciones latinoamericanas*. José Luis Coraggio (Org.). Colección de lecturas de economía social. UNGS-Altamira Ed, Buenos Aires.

GROSFUGUEL, Ramón (2006). La descolonización de la economía política y los estudios poscoloniales: Trasmmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. En *Tabula Rasa* No. 4, Bogotá, p. 18-48.

HALPERIN D, Tulio (1996). Historia contemporánea de América latina. Alianza Ed. Madrid.

HINKELAMMERT, Franz & MORA, Héctor (2003) Por una economía orientada hacia la vida, En *Revista Economía y Sociedad*, No. 22-23, Caracas, p. 5-29.

_____ (2005). Hacia una Economía para la Vida. DEI, San José.

LÓPEZ A. H. Fernando (1997). El Mito de la Modernidad. Ediciones Horfe, Bogotá.

_____ (2000). El Misterio del camino del pensar. Ediciones Horfe, Bucaramanga.

_____ (2003) ¿Educación o Adiestramiento?: A propósito del programa de la Escuela de Economía de la UIS. Mimeo, Bucaramanga.

MALDONADO T, Nelson. (2007). Sobre la colonialidad del ser: desarrollo de un concepto. En *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Castro y Grosfoguel (Editores). Siglo del Hombre, Bogotá.

MIGNOLO, Walter (2007). El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. En *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Castro y Grosfoguel (Editores). Siglo del Hombre, Bogotá.

OCAMPO, José A. (2001). Raúl Prebisch y la agenda de desarrollo en los albores del siglo XXI. En *Revista de la CEPAL* No. 72, Santiago de Chile.

O'CONNOR, James (2002). ¿Es posible el capitalismo sostenible? En Alimonda, Héctor. *Ecología política, naturaleza y utopía*. CLACSO, Buenos Aires.

O'GORMAN, Edmundo (1993). La invención de América. FCE Ed, México. D.F.

QUIJANO, Aníbal (2001). Colonialidad del poder, globalización y democracia. En. *Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia*. Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual (Ed.), Caracas.

_____ (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. En *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Castro y Grosfoguel (Editores). Siglo del Hombre, Bogotá.

SINGER, Paul (2007). Economía Solidaria. Un modo de producción y distribución. En *La Economía Social desde la Periferia: contribuciones latinoamericanas*. José Luis Coraggio (Org.). UNGS-Altamira Ed, Buenos Aires.

SANTOS, Boaventura & RODRÍGUEZ, Cesar (2002). Introdução: para ampliar el canon da produção. En *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Santos, B (Org.). Cívilização Brasileira Ed, Rio do Janeiro.

WALSH, Catherine (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia. En *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Castro y Grosfoguel (Editores). Siglo del Hombre, Bogotá.

Otra Economía

Sección

Economía Social y Solidaria: experiencias y sujetos

A educação em Gramsci para a autogestão nas políticas públicas: Guerra de posições no estudo de caso da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra

Júlio Jader Costa

Psicólogo. Especialista em Políticas Públicas DCP/UFMG. Especialista em Clínica de Grupos, Organizações e Redes Sociais – Instituto Félix Guattari. Pesquisador Laboratório de Tecnologia Social - NESTH/UFMG.

Ramon Ramalho

Cientista Social. Pesquisador Laboratório de Tecnologia Social NESTH-UFMG. Mestrando em Ciências Sociais - Universidade de Buenos Aires. A coordenação do artigo é de Carlos Roberto Horta – Professor adjunto DCP-UFMG e Coordenador do NESTH.

1. Alguns delineamentos sobre a escola em Gramsci.

O elemento fundamental para entendermos a política relacionada à educação está na compreensão da organicidade⁶¹ entre escola e sociedade. Na visão de Gramsci (Nosella: 2004, p.70), a escola possui objetivos específicos para com a coletividade, sendo o principal deles na sociedade moderna o fortalecimento da hegemonia vigente pela formação dos intelectuais tradicional e orgânico (Nosella: 2004, p.142), buscando trazer homogeneidade, eficiência e coesão ao bloco histórico, perpetuando assim a ordem estabelecida.

Para Gramsci, “os intelectuais não formam um grupo social autônomo e independente, mas uma categoria específica de cada classe social” (Tiriba: 2001, p.189). Assim, é sempre a serviço da opressão que se afirma possuir imparcialidade um conteúdo programático definido *a priori*, ignorando a observância das condições e necessidades específicas dos educandos dentro de sua realidade no mundo, pois “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, a qual não pode ser entendida como aquela que se dá na instituição escolar, mas se verifica em todas as instâncias de relações entre os homens” (Tiriba: 2001, p.188-189).



Foto: Rita Barreto

⁶¹“Orgânico” é um adjetivo que qualifica as pessoas pertencentes aos quadros de uma administração ou de uma empresa, responsáveis pelo aspecto organizativo. (...) Orgânico também diz respeito à estrutura íntima, interna do ser vivo, animal ou vegetal. Portanto, refere-se a uma função importante, vital e funcional. Gramsci ama utilizar esse termo sintetizando todos os sentidos que acabamos de expor. Sem dúvida o prefere ao termo “estrutura” que, aliás, considera demasiadamente mecânico e sem vida. (Nosella, 2004: 165)

Resguardados os contextos distintos, a crítica à educação em prol da hegemonia de blocos históricos a serviço do capital encontra similaridade nos estudos de Gramsci ao chamá-la de “enciclopédica” e em Paulo Freire, ao chamá-la de “bancária” (Freire: 2005, p.65). No geral, ambos atacam a desvinculação do conteúdo programático e da didática para o ensino deste conteúdo da realidade sensível dos homens, sendo uma forma de educação na qual apenas se depositam conteúdos sobre os educandos de maneira não dialógica, mas sim doutrinária, logo, acrítica e alienante.

A elaboração do conteúdo programático em conjunto com os educandos é condição imprescindível para uma educação dialógica, que é, por sua vez, “a essência da educação como prática da liberdade”. É observando a realidade dos educandos, ou seja, é “mediatizado” pela realidade e “na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação” (Freire: 2005, p.101). A educação intimamente ligada a um “específico dinamismo social objetivo que nela e com ela se identifica” também é uma das bases da “escola viva” (Nosella: 2004, p.96) que propõe Gramsci: uma educação direcionada aos anseios e as insuficiências manifestas na vida dos educandos, e por eles identificadas, uma escola, em seu conteúdo e didática, ligada ao momento sócio-histórico efetivo e sensível, acompanhando as mudanças nessas condições históricas.

Pode-se dizer, portanto, que a idéia de educar a partir da realidade viva do trabalhador e não de doutrinas frias e enciclopédicas; a idéia de educar para a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não pra o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial, constitui a alma da concepção educativa de Gramsci. (Nosella: 2004,p.70)

Ressaltado, portanto, que “a escola não se explica por ela própria e sim pela relação geral que mantém com a sociedade” (Nosella: 2004, p.196). Temos a essência da elaboração educacional, em Gramsci, na “unitariedade ou organicidade entre escola e sociedade” (Nosella: 2004, p.172), ou seja, a educação não pode ser entendida ou discutida desconsiderando sua estreita ligação com a esfera política e cultural, mas, pelo contrário: é na “relação orgânico-pedagógica entre uma Escola e um determinado movimento social objetivo que se deve procurar, no entender de Gramsci, o princípio didático inspirador” (Nosella, 2004,p.97).

Sendo imperativo estar a escola vinculada à sociedade no seu determinado momento sócio-histórico, Gramsci identificará a primazia da sociedade moderna na indústria, na produção moderna. Esta produção extrapola o mero âmbito econômico ao fundar toda uma nova gama de valores, ao fundar uma nova hegemonia, assim como uma nova civilização⁶². A indústria formou um novo homem e ainda é, além, a base de fundação de um outro novo homem, capaz de superar as contradições do regime capitalista: ela é a condição de possibilidade do regime comunista. “Sabe ele (Gramsci) que a Fiat, a Olivetti, a Pirelli, etc. constituem a oficina moderna na qual, como um grande útero histórico, se moldam e se forjam o novo homem e a sociedade socialista futura.” (Nosella: 2004,p.69).

Definitivamente, Gramsci não considerará viável separarmos, na atual fase histórica, a escola das relações de trabalho e um trabalho baseado na indústria moderna: “(...) para Gramsci a escola moderna tem no industrialismo seu princípio pedagógico” (Nosella: 2004, p.24). Logo, “a idéia do trabalho como princípio educativo não é só um pressuposto referente à educação escolar, mas também está presente no próprio trabalho” (Tiriba: 2001, p.191). Nunca se

⁶² “(...)O industrialismo, porém, é bem mais que um mero instrumento empírico ou uma fábrica “de marca americana”. É um horizonte de novos valores, de nova hegemonia, de nova civilização”(Nosella, 2004, p.24)

poderá desvincular na sociedade do capital, pela visão gramsciana, a escola do trabalho da preparação de indivíduos para o mundo do trabalho; mas preparação não é “uma questão de aprendizagem técnica, nem é mecânica preparação pra o mercado, é antes de tudo aprendizagem dos hábitos adequados para lidar ou lutar no mundo do trabalho” (Nosella: 2004, p.128).

Compreende-se, então, o trabalho como princípio pedagógico

no sentido de que: 1) não se trata de “qualquer” trabalho ou atividade; trata-se do trabalho industrial, moderno, avançado, que representa a forma produtiva hegemônica, entre os homens hoje (...). 2) não estabelece Gramsci grau escolar para introduzir o “trabalho como princípio educativo”. Na família e na pré-escola, até o último grau escolar, o trabalho moderno deve informar as atividades formativas; 3) finalmente, Gramsci não aplica esse princípio educativo ao processo pedagógico de forma mecânica, imediatista, reducionista e profissionalizante (como um treino). Resgata, isso sim, o “ethos” e “lógos” do trabalho industrial moderno que revigoram e orientam todo o processo educativo escolar. (NOSELLA: 2004, p. 118-9).

Chegamos na abordagem da escola unitária, proposta escolar final de Gramsci desenvolvida no cárcere. É unitária no sentido historicista, fundindo escola e sociedade, como já vimos, assim como o é também por unir a escola “desinteressada” com a profissionalizante⁶³.

Este unitário ponto de partida obviamente era, na concepção gramsciana, o trabalho industrial moderno, a fábrica. Na intimidade dessa “molécula” social moderna, via ele em filigrana o embrião germinativo de todas as novas formas de humanismo e de cultura: a comissão interna, o conselho de fábrica, o Sindicato, o Partido, a Economia Geral, enfim, a história e o socialismo; e naturalmente, também, a escola unitária. Essa concepção epistemológica constituía, para Gramsci, a sólida base teórica para pensar coerentemente uma sociedade, uma cultura e uma escola realmente unitárias e modernas. (Nosella: 2004, p.65).

Marcada pela preocupação de desenvolver diversas faculdades do indivíduo, ou seja, pelo desenvolvimento multilateral, a escola unitária tem como finalidade proporcionar “um desenvolvimento harmônico de todas as atividades, até que a própria personalidade formada ponha em evidências as inclinações mais profundas e permanentes” (Nosella, 2004, p.136). Procurando, para isso, “(...) desenvolver em todo indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada e a potencialidade fundamental de autodirigir-se na vida (...)” (Nosella: 2004, p.166). A noção de autodireção dos homens está diretamente vinculada com a idéia da autogestão dos meios de produção por parte dos trabalhadores e do autogoverno baseado nos comitês de fábrica e, em termos socialistas, na administração e controle pelos trabalhadores do conjunto da produção.

A escola unitária, com viés historicista, humanista e multilateral, carrega a pedagogia contra-hegemônica, pois é capaz de romper com a hegemonia do capital, criar uma outra nova e um homem novo, preparando as bases para a revolução comunista.

⁶³ Gramsci percebeu em sua época a gradual substituição da escola tradicional, dita “desinteressada”, de cultura geral, pela escola profissionalizante, tecnicista e unilateral, dando primazia ao ensino de cultura geral, mas fundindo ambas na escola unitária, com ressalvas, porém, a cada um deles.

2. O Nesth – a autogestão e as cooperativas como espaços de formação

O Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (Nesth) possui caráter preponderantemente gramsciano, e sob essa ótica da escola humanista, historicista, formadora político-cultural, tendo no trabalho moderno seu norte pedagógico, conta com um grupo de técnicos interdisciplinar formado por cientistas sociais, psicólogos, historiadores, advogados e engenheiros de produção. Abarcando assim necessidades multilaterais para o tipo de formação *humana*.

A partir da década de 90, como efeito do aprofundamento do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da globalização, o Nesth passou a acolher demandas de execução de projetos de formação de trabalhadores em cooperativas populares. Inicialmente, tais experiências se apresentaram imanentes ao campo empírico-político ocupado pelos seus pesquisadores, notadamente as experiências de autogestão dos trabalhadores que assumiam massas falidas de empresas do ramo metal-metalúrgico. Posteriormente, tornou-se cada vez mais crescente a convergência de entidades públicas e privadas, distintos atores sociais e níveis de governo, para o estabelecimento de parcerias em projetos de inclusão produtiva referenciados no associativismo e na economia popular solidária.

Abrigando-se na bandeira generalizada da autogestão, tais experiências dão novo sentido a litígios clássicos, acolhendo-as em nosso campo de experimentação, o fazemos a partir dos referenciais de que a revolução socialista tem como pressuposto a “reforma democrática industrial”. Isto é, a democratização dos meios de trabalho: “se não lançarmos as bases do processo revolucionário na intimidade da vida produtiva, a revolução ficará um estéril apelo à vontade, um mito nebuloso, uma falaciosa ilusão (...)” (Nosella: 2004, p.25).

A formação cultural e política⁶⁴ do proletariado e do camponês colocam-se como uma das questões prioritárias para se efetivarem as condições do trabalhador assumir os meios de trabalho. “O interesse de Gramsci para as questões culturais formativas era motivado e orientado, portanto, pela objetiva preocupação de preparar os quadros dirigentes que haveriam de governar o futuro Estado Proletário” (Nosella: 2004, p. 42). Trata-se de uma preocupação permanente de sua obra, como demonstra sua aproximação da experiência soviética dos Conselhos. Na Itália, o surgimento deste “órgão idôneo de educação recíproca” (Tiriba Apud Gramsci: 2001, p.193) e sua disseminação pelo norte do país, em vários ramos da indústria, culminou com a ocupação de fábricas e objetivação da produção foi imanente ao “horizonte do controle operário” (Tiriba: 2001, p.193) colocado pelo efervescente movimento revolucionário dentre 1919 e 1922⁶⁵. Sustentando que “(...) o mais importante é criar um ambiente cultural rico, orgânico, de amplos horizontes, um ambiente democraticamente participativo (...)” (Nosella, 2004, p. 61), Gramsci indica os comitês de fábrica como potenciais instâncias com objetivo de “constituir sujeitos ativos no processo de produção para, em um momento político oportuno, conquistar a direção da fábrica” (Tiriba Apud Gramsci: 2001, p.193). “Cabe-lhe (ao proletário) politicamente assumir a direção, pois essa fábrica, que ele produz, historicamente já lhe pertence. Para isso, ele deve se preparar melhor.” (Nosella: 2004, p. 69)

⁶⁴ A própria noção de “política” em Gramsci é mais abrangente do que sua simples limitação à esfera estatal, compreendendo a vida cultural e moral dos indivíduos, pois estas condicionam sua tomada de decisões.

⁶⁵ Infelizmente ainda são escassos os estudos sobre “os conselhistas de Turim, reagrupados em torno do jornal Ordine Nuovo, que abrangia os comunistas (Gramsci) e os anarquistas. (Guillerm & Bourdet, 1975, p.120)

“Devemos educar os proletários para a gestão da fábrica comunista e para o autogoverno.” (Nosella apud Gramsci: 2004, p. 74)

Logo, a atividade produtiva e a propriedade dos meios de produção, não se restringem ao âmbito econômico dentro desta visão, se relacionando diretamente à construção de valores, de normas de conduta, da hegemonia. Assim como, em relação dialética, aponta para as condições de superação do capitalismo, para a emancipação humana.

Considerando que “O instrumento de trabalho para a escola unitária é um feixe de relações políticas, sociais e produtivas” (Nosella: 2004, p. 25), a “formação de trabalhadores em espaços singulares, onde eles mesmos são os gestores da produção, tanto de bens materiais, como educativos e culturais” (TIRIBA:2001,p.27) coloca o desafio de construção de uma nova cultura do trabalho resultante, não apenas “de uma mudança no espaço de produção, mas também nos diversos espaços/redes que constituem o sujeito” (TIRIBA:2001,p.343).

3. A formação do novo sujeito: o caso da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra

Tomemos como estudo de caso, uma cooperativa de mulheres acompanhada pelo Nesth ao longo dos últimos cinco anos, já tendo passado por acentuado processo de formação para a constituição de uma cooperativa. A cooperativa tem sua sede num aglomerado que reúne várias favelas, ocupação urbana adjacente à Serra do Curral, garantindo a seus moradores vista panorâmica do Belo Horizonte que dá nome a capital de Minas Gerais. Ela se originou a partir de um grupo de mulheres que se reuniam na sede da associação do cafezal, dedicando-se à confecção de bordados, sobressaindo o caráter terapêutico e de convivência. Posteriormente, com a conexão das experiências desenvolvidas localmente pelo Nesth com o PRONINC⁶⁶, o trabalho de fortalecimento do grupo foi intensificado, especialmente as ações coletivas como o mutirão, garantindo a adequação do espaço físico da Associação da Vila Cafezal. O que possibilitou a coabitação com muitas outras experiências comunitárias, como rádios, bandas, horta, que utilizavam o local e até mesmo defuntos foram velados aí.

Acontecendo em uma região caracterizada pelos altos índices de violência e vulnerabilidade social, a experiência organizativa das “madres do aglomerado” não pôde deixar de ser notada pelo poder público municipal. Através da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), agente do Programa Vila Viva, desenvolvido no Aglomerado da Serra e que previa ações multi-setoriais de urbanização, as ações do Nesth com o grupo de mulheres foram acolhidas no Projeto “Inclusão Produtiva no Aglomerado da Serra”, desenvolvido internacionalmente por empreiteiras, agentes públicos, etc. O projeto foi contratado como um contrapeso cosmético – em termos de “responsabilidade social” – envolvendo a Prefeitura de Belo Horizonte e empresas que formaram consórcio para realização de grandes obras, no contexto da expansão urbana, exercendo pressão sobre o território do aglomerado e sobre o patrimônio natural que o circunda. O que envolve o despejo de moradores locais em prol dos interesses especulativo-imobiliários de seus vizinhos residentes em condomínios fechados fronteiriços, bem como também de executivos de grandes empresas principalmente mineradoras, à procura de acessos mais ágeis para seus macro-negócios. O percentual de recursos direcionado à ação de inclusão produtiva, cuja análise se põe em tela, é ínfimo se comparados ao volume total de investimentos

⁶⁶ Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária.

do programa, envolvendo bancos e agências internacionais, empreiteiras, agentes e burocracia pública intermediária, etc.

Nesta nova etapa, a unidade produtiva em formação passou por processo gerido pela equipe do Nesth de formação em autogestão, história do trabalho, cidadania, capacitação técnica e produção autogestionada. O número de beneficiárias aumentou. A atividade produtiva deslocou-se do artesanato em retalhos para costura industrial. A temporalidade da convivência deu lugar à disciplina da fábrica e ao tempo da produção. Cursos de capacitação técnica formam ministrados e a cooperativa foi finalmente formalizada com o nome Arte do Ateliê da Serra⁶⁷. As mudanças ocorridas ocasionaram a necessidade de novo espaço físico, conquistado junto à prefeitura depois de muitas lutas e investidas. O Nesth cedeu as máquinas: cinco máquinas de corte reto, três de overlock e uma caseadeira, todas novas e de porte industrial. Como estratégia de sustentabilidade, a Cooperativa Arte do Ateliê da Serra firmou parceria com a FEDERASANTAS (Federação das Santas Casas) para a produção de enxovais cirúrgicos e com o SINDUSCON (Sindicato das Empresas da Construção Civil) para a confecção de uniformes. O Nesth, acompanhando de perto todo este processo, conferiu ao grupo de mulheres prerrogativa na tomada de decisões, apoiando suas reflexões através de acompanhamento contínuo, oferecendo os instrumentos teórico-práticos para a organização do coletivo, do processo de produção até chegar à capacidade de auferir maior qualidade técnica aos produtos, a partir da tecnologia social gramsciana-freiriana.

Baseado na visão historicista da educação de Gramsci, todo o trabalho realizado com as cooperadas procura sempre estar diretamente vinculado com a realidade social destes. Visto que as mudanças produtivas da cooperativa foram sendo definidas junto com as costureiras, a partir das capacidades comuns identificadas e com as necessidades e possibilidades locais, de acordo por sua vez com a proposta dialógica de Paulo Freire (2005). Contudo, num primeiro momento, a característica especificamente produtiva da cooperativa foi deixada de lado como prioridade para se acentuar o caráter democrático e participativo da mesma, condição fundamental para sua futura autogestão.

Assim, antes do período de capacitação propriamente técnica, estabeleceu-se uma série de atividades com intuito político formador⁶⁸. A partir de temas geradores⁶⁹ problematiza-se a realidade, inicialmente em seus níveis mais superficiais, mas, com o decorrer da discussão, em suas relações menos manifestas. A problematização da realidade a partir desses temas geradores, geralmente, leva às “situações-limite”. Isto é, quando o questionamento da realidade toca pontos ou antes não percebidos ou que são “tabu”, evidenciando questões que possuem algum entrave moral para sua abordagem, assim como também desmascarando-as⁷⁰.

Por exemplo, na Cooperativa Arte do Ateliê da Serra, discutimos sobre a história do trabalho, suas formas antigas de execução às formas modernas. Diante do trabalho moderno discute-se sobre os tipos de trabalho, chegando à cooperativa, a qual não possuirá um “dono”, um patrão, o que perpassa,

⁶⁷ A maioria das cooperativas que se formam, funcionam primordialmente apenas como pessoa jurídica para recebimento dos encargos de trabalhadores liberais agremiados. Longe disso, pois muito além, são as preocupações do Nesth. Os candidatos que se inscrevem interessados em participar da formação de cooperativa, passam por um processo composto por diversas atividades formativas; mas uma formação não meramente técnica, mas primordialmente política e cultural.

⁶⁸ Não nos esquivemos da noção abrangente de “política” em Gramsci (esta, contudo, precisa ainda ser mais concretamente entendida, ficando aqui uma proposta de estudo).

⁶⁹ Temas geradores significam temas específicos que são lançados ao grupo para fins de discussão. Esse tema gera discussão não só sobre ele mesmo, mas também sobre outros com os quais se relacionam, sendo que nas conexões recíprocas entre as diferentes questões, vai-se desvelando aquela realidade problematizada pelo tema gerador. Esses temas precisam ter alguma ligação com a realidade dos educandos (Freire: 2005).

⁷⁰ Pois muitos destes temas revelam a identidade do opressor “hospedada” dentro do oprimido, que age cotidianamente e reproduz a conduta dos que lhe oprimem (FREIRE, 2005).

logicamente, a abordagem do tema sobre a condição empregado-empregador, por fim, trabalho e capital.

É importante para os cooperados perceberem que a estrita ação produtiva, o postar-se frente à máquina e o exercício restrito da produção, compreendem apenas uma parte, e não mais que uma parte, de todas as atividades que exigem a autogestão, baseada na cooperação solidária, democrática e participativa. Assim, para as integrantes da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra, deixa-se claro a importância de se desenvolverem também as capacidades relativas ao controle de finanças, a busca por inserção no mercado⁷¹ e a montagem da linha de produção. Para tanto, são elaboradas, internamente à cooperativa, um comitê de finanças, um de comércio e outro de produção, contando com três cooperados cada, eleitos por voto direto, pela duração de um ano, com possibilidade de destituição via nova votação geral.

As dinâmicas de grupo, quando sublinhadas seu caráter emancipatório são outro método utilizado para a abordagem de questões fundamentais relativas à organização do trabalho em conjunto, comum, e de forma democrática. Possuindo viés mais subjetivo, pois lúdico, revela-se em uma forma pedagógica diferenciada e alternativa de retratar valores, problemas e a organização em grupo.

Um exemplo proveitoso de dinâmica foi a história do grupo perdido numa ilha deserta, que deve discutir e chegar a uma solução comum sobre quais objetos (cordas, kit médico, água, tipos de comidas, etc.) o grupo deve levar consigo, observada a impossibilidade de se levar todos. Não só aprender a decidir em conjunto, mas já vislumbrar o quanto é difícil tomarmos decisões em grupo, e de forma a contemplar a opinião de todos, presume-se por objetivo desta dinâmica. A simples construção de barquinhos de papel já pode tipificar uma linha de produção, quando cada parte do grupo é responsável por apenas uma quantidade de dobras e apenas a unidade das partes realiza o produto final.

Como a Cooperativa Arte do Ateliê da Serra é composta por mulheres, tem-se como importância ainda mais acentuada a formação política das mesmas, problematizando a autogestão em seus outros diversos níveis, como no lar: se há ou não a discussão sobre o orçamento familiar entre todos seus membros, suas limitações e as prioridades da família; assim como sobre a escola dos filhos: se há discussão sobre o conteúdo programático junto com os educandos, ou se este é simplesmente imposto⁷². Como a autogestão é a essência da “cooperativa de trabalho” proposta, geralmente pouco praticada na vida ordinária destas mulheres devido a questões da ordem de gênero, faz-se necessário desenvolvê-la através de sua problematização: recorre-se a elaboração de contratos grupais a partir do próprio grupo, delimitando com isso regras e códigos de conduta e moral, processos decisórios que para a maioria delas são desenvolvidos pela primeira vez de forma democrática e participativa.

A relação direta com o mundo do trabalho é patente, visto o intuito final de se formarem cooperativas de trabalho, com o objetivo, de certo, formador de renda complementar, mas, além disso, visando-se estruturar uma cooperativa capaz de elaborar um processo produtivo e administrativo de forma não apenas democrática (representativa), mas também contando com a efetiva participação de todas cooperadas envolvidas.

Assim, de acordo com a proposta educacional gramsciana, o trabalho é o princípio pedagógico utilizado, visando à formação de pessoas capazes de

⁷¹ Inserção num mercado preconceituoso econômico (contra os pobres) e racialmente (contra os negros). Este gigantesco “tema gerador” causou um sem numero de “situações limites” durante as conversas.

⁷² O conteúdo programático tem de ser desenvolvido em conjunto com os próprios educandos: este é elemento crucial para uma pedagogia libertatória, de acordo com Paulo Freire (2005), pois faz parte da metodologia dialógica, como visto no início da exposição.

exercerem a atividade com organização e disciplina, mas não de forma autoritária, como se dá uma vez presente a figura do patrão. Mas sim baseado na organização comum e diretamente participativa das trabalhadoras responsáveis pelo processo, possibilitando, por fim, as condições de criação de um novo sujeito cotidiano e histórico, mais crítico, com mais auto-estima e vontade de interferir na vida ao seu redor.

Todos os temas geradores e as dinâmicas emancipatórias se relacionam com a atividade produtiva, porém de formas bastante diferenciadas, pois a intenção do Nesth não é apenas construir um meio de renda complementar, célula produtiva ou mera unidade de produção de mercadorias para tal, mas formar trabalhadoras cidadãs. Isto é, capazes de realizarem sua atividade de forma democrática e diretamente participativa, em conjunto com as demais, percebendo os encargos e as dificuldades de se realizar todas as funções que a cooperativa exige – não só efetivamente produtivas, mas comerciais, administrativas –, percebendo e re-significando a satisfação por realizarem tudo isso de forma independente e autônoma, não mais subalternas a um patrão. Este chefe que é comumente identificado como uma pessoa insensível, indiferente aos problemas da vida alheia (à tarefa de cuidar dos filhos), e a relação empregado-empregador é vista como uma relação, não raro, humilhante para o assalariado. O salário, também problematizado, é rapidamente identificado como injusto pela relação tempo-de-trabalho/quantidade-recebida, mas na cooperativa todas as finanças pertencem ao grupo, assim como os lucros obtidos, devendo ser de forma comum administrados. Sendo assim, a cooperativa identifica-se com a possibilidade de superação destes problemas, mesmo que não de forma definitiva, mas já de forma significativa no âmbito psicológico das cooperadas.

A dialogicidade é um ponto importante da metodologia de trabalho que procuram os técnicos do Nesth. O diálogo, em todos os níveis, com as cooperadas ou futuras cooperadas, é sempre elemento norteador de todas as discussões, buscando suprimir a concepção dos opostos educadores-educandos e procurando, por meio do diálogo e das discussões mediatizadas pela realidade, fundi-los na unidade educador-educando, em consonância com a proposta de uma pedagogia para o oprimido (Freire: 2005,89-116 e 191-205).

Por fim, não se trata da formação de trabalhadoras, mas da formação político-cultural de trabalhadoras, capazes de problematizarem a realidade em que vivem, de decidirem em grupo as questões surgidas durante a prática. A formação de trabalhadoras cidadãs, pois não só preocupadas com a execução individual de suas funções, mas que interagem entre si – se trata da formação de trabalhadoras baseada em uma nova cultura, participativa e solidária, problematizadora da realidade.

4. Ação contra-hegemônica e sua inversão em hegemonia novamente

Explicitada a intenção do NESTH para com os projetos de formação de trabalhadores cidadãos, baseado numa nova cultura de trabalho, democrática, humanista, historicista e solidária, cabe agora identificarmos não só os problemas para a plena execução deste fim, assim como a apropriação do trabalho desenvolvido, pelos meios de divulgação social dos fatos, como a mídia escrita e televisionada, enquanto agentes de reprodução da hegemonia do capital, mesmo que não conscientes deste desígnio.

Ao procurar formar um novo sujeito, consciente de sua inserção histórica no meio coletivo e crítico frente ao mundo do trabalho, buscando ainda na democracia e solidariedade esse novo tipo de cidadania, pois engajada diretamente com a realidade efetiva e com o trabalho social, podemos tomar a proposta de atividade do Nesth enquanto fundamentalmente contra-hegemônica. A partir deste novo sujeito, o trabalhador cidadão, político-culturalmente formado

em seu próprio meio, em sua própria realidade, pode fundar novas relações sociais que questionem e, efetivamente, rompam em algum momento com a hegemonia do capital, até então absoluta, não só na vida dos cooperados em si, mas como também na da família e da comunidade.

Contudo, esta proposta do Nesth encontra barreiras diversas para se viabilizar, dentre as quais abordaremos duas, as quais pressupõem serem as principais ou as mais revoltantes. A primeira delas diz respeito à própria limitação inerente às políticas públicas, enquanto a segunda retrata como um trabalho de intuito contra-hegemônico se torna hegemônico, através da forma pela qual a sociedade, por meio da divulgação midiática, concebe o trabalho do Nesth.

As políticas públicas tem sido o meio mais visado, ou o único, de ação do Estado, e às vezes mesmo da sociedade, para se enfrentar a flagrante desigualdade na produção e distribuição das riquezas sociais, ou seja, para se encarar a pobreza e solucioná-la.

Deixemos todas as questões relativas à captação de verbas, sua insuficiência e sua fragmentação em diversos projetos sem interconexão de lado, pois estaríamos questionando desde prioridades encarnadas pelo Estado até os limites da ação política para se resolver males estritamente sociais, para nos deixar de centrarmos no processo de efetivação mesmo destas políticas públicas, ordem deste texto.

O problema central diz respeito à continuidade, em dois âmbitos: com relação aos educandos e aos educadores. Por mais que exista o esforço no intuito de suprimir esta oposição, entre o que aprende e o que ensina, pois uma vez sendo esta uma forma “bancária”, logo, não-historicista e acrítica, de se educar, tal divisão ainda se impõe perceptível.

As políticas públicas, em seu nível micropolítico, se resumem em projetos e estes projetos possuem duração determinada. Assim como, no âmbito dos educandos, uma expectativa a ser alcançada com relação ao número de beneficiários e a quantidade do benefício.

Já observamos aí a comum sobreposição de métodos avaliativos estritamente quantitativos, matemáticos, logo, inflexíveis e mecânicos em uma forma de trabalho que lida com seres humanos, inexatos e dotados de subjetividade, inseridos ainda em um contexto extremamente complexo, que é o da periferia, o que traz a necessidade, para o sucesso do exercício de formação de cooperativas autogestionadas, de se incluírem atividades que vão muito além da formação técnica em si. Faz-se crucial trabalhar a auto-estima das pessoas, pois esta é sempre mutilada no contexto de exclusão, opressão e falta de perspectiva do morador da periferia. Assim como é necessário trabalhar o próprio preconceito em suas diversas facetas, principalmente o preconceito de se morar numa favela, o que, dentre outras coisas, dificultará a inserção do produto da cooperativa num mercado que estigmatiza o morador destes locais.

Porém, as entidades públicas que simbolizam o poder estatal, ao demandarem um projeto, não se preocupam em elaborar esta política pública (e sua posterior avaliação), de maneira metafísica e positivista, pois, para eles, o que interessa são resultados plausíveis de serem apresentados para usufruto eleitoreiro posterior, focando dados diretos e concretos sobre os benefícios causados pelo projeto na relação com o número de pessoas beneficiada. E estes dados precisam mesmo ser diretos e concretos, pois uma vez elaborados, ou seja, uma vez datados, imprimidos e arquivados, satisfaz-se toda a necessidade que este projeto encarna para o poder público - para os poderosos públicos ou os políticos profissionais. Por isso, a duração do projeto é para o poder público uma necessidade e para o Nesth (ou o gestor social qualquer do projeto) um grande empecilho.

Todo entendimento com relação a seres humanos tem de ser elaborado enquanto *processo* (Elias: 1994), sendo a continuidade elemento ontológico na

práxis humana. Pensar na elaboração de uma cooperativa restringido-a a um limite temporal traz enormes problemas – ou inviabiliza – a concepção de cooperativas, no intuito de se auto-perpetuarem a partir da autogestão. Não apenas porque existem problemas a serem tratados, que são, contudo, ignorados pelo poder público, tais como os já citados (a baixa auto-estima e o preconceito), mas, principalmente, por ser este um *processo* que exige continuidade. Porque indo ainda mais além, temos problemas que surgem com o desenvolver da cooperativa e com sua inserção no mercado. Assim, com o decorrer do processo no qual cresce a cooperativa surgem novas demandas de capacitação humana e também técnica que não podem ser renegados em detrimento do sucesso da cooperativa, mas que não podem ser previstas em um momento “celestial” anterior que é o da construção do projeto.

A continuidade com relação aos técnicos que executam o projeto é também outro problema central na execução de políticas públicas para o enfrentamento de problemas sociais. O término de um projeto e o início de outro significa, geralmente, a mudança de seus executores, por mais que ambos tenham o mesmo objetivo, ou seja, o mesmo projeto destinado a áreas diferentes. A transitoriedade na formação dos formadores e dos técnicos executores dos projetos não permite a produção e a conservação de seus bons quadros. O que impede o desenvolvimento das capacidades dos próprios formadores, mas facilita isso sim, sua cooptação por outros setores do mercado sem qualquer viés social. A transitoriedade de técnicos do projeto prejudica ainda uma evolução e transformação positiva no processo de educação e formação oferecido, na medida em que experiências passadas com projetos semelhantes funcionam como uma bagagem de conhecimento ao educador, podendo ser ativada diante de situações cotidianas nos projetos, por mais que as realidades não sejam as mesmas, nem os participantes⁷³.

O problema da continuidade, tanto no âmbito do formando como do formador, pode ser bem entendido pelo conceito gramsciano de guerra de posições, uma vez que há, de um lado, a luta do Nesth pela formação de um novo sujeito sócio-histórico, o trabalhador cidadão, e de outro, a *precarização* do trabalho dos formadores-dirigentes através de projetos descontínuos e mecanicismos de avaliação robóticos, logo ridículos, mas principalmente: pela utilização deste projeto para a perpetuação de quadros políticos retrógrados.

Passemos, então, para o próximo problema sobre a execução das políticas públicas pelo Nesth, e sua transformação de contra-hegemônica em hegemônica novamente. Este é um problema mais complexo e rico de consequências, já demonstrando também uma forma de como a hegemonia do capital tende a tudo incorporar, transformando até mesmo ações e imagens libertárias em ações e imagens a serviço da reprodução dos valores capitalistas. O trabalho desenvolvido pelo Nesth, quanto da formação de cooperativas, estas, de certo, com o intuito de acréscimo de renda aos participantes, mas que, como vimos, de longe não se esgota aí. São entendidas a partir da visão empreendedora: o Nesth estaria apenas desenvolvendo, nestes pobres cidadãos incapazes de pensarem e agirem por conta própria, concepções capitalistas para que eles, finalmente, tenham condições de gerirem algum negócio, algum comércio.

Partindo da visão sebraeana⁷⁴ de que todo homem, se despertada sua visão empreendedora do sono histórico na qual ela repousa entre as classes baixas (e que somente são classes baixas por não possuírem tal visão de empreendimento capitalista) pode e irá se tornar um empresário e a sociedade seria por fim composta apenas por empresários, resolvendo por isso as desigualdades geradas pelo capital. Observa-se que tanto o estado como a mídia,

⁷³ E aqueles que se dedicam a atividades com embriões emancipatórios sabem: após um certo numero de experiências, uma mudança de cunho qualitativo se opera no interior do próprio educador. Este já não é mais o mesmo. Algo que contribui para a formação mesma do educador enquanto cidadão.

⁷⁴ Relativo ao SEBRAE (Sistema Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa).

ao retratar os trabalhos do Nesth, entende-os como uma demonstração de ensino do espírito empreendedorista.

As atividades do Nesth são vistas, pelo poder público e, através da mídia, pela sociedade (mas não pela comunidade ao redor da cooperativa – acredita-se), como o exercício da gestão estratégica de pessoas. Isto é, o que o Nesth faz, mal ou bem, não é qualquer tipo de formação política ou cultural, mas ele apenas ensina, de forma enciclopédica, como se executa um plano de negócio, um plano de comercialização.

Por tanto, ao se ajustar ao fetiche do capital, de que todo homem pode ser rico, se dotado duma aguçada visão empreendedora (e se não for rico é por incompetência própria), e mesmo de que a riqueza, a mercadoria, é a finalidade da vida, o trabalho do Nesth também se torna desta forma fetichizado, pois tratar-se-ia apenas de um exercício de adequação das relações e valorações morais capitalistas para uma parte da sociedade marginal à esse sistema de produção e troca. Ao ser encarado, o trabalho do Nesth, enquanto o agente que carrega para a favela o fetiche da mercadoria, através do fetiche empreendedorista, este próprio trabalho do Núcleo é fetichizado.

Assim, o exercício contra-hegemônico de formação de um novo homem sujeito, baseado em uma nova cultura, não é reconhecido, mas sim ignorado, posto em evidência estar se ensinando formas de plano de negócio, de formação empresarial, de gestão estratégica de pessoas, de compreensão destes valores; em detrimento da autogestão e da economia popular solidária, baseada na democracia participativa direta, auto-emancipatória.

Desta forma, se a mídia não retrata o que é, se ela não retrata o fato, mas o que ela quer que seja e o fato que ela vê, temos aqui mais um exemplo. Encobertando uma realidade e o exercício de sua formação, por uma leitura equivocada – provavelmente devido à incipiente formação profissional que recebem, na qual aprendem a lidar com máquinas, aparelhos e edições, mas pouco com idéias e interpretações da realidade – na crença que sempre possuem de estarem cobrindo apenas o fato, a mídia se põe a serviço do capital, uma vez que evidencia apenas a construção de valores condizentes com a sua lógica. E essa parece ser uma regra geral para toda a mídia, excetuando, talvez, as alternativas, que são, contudo, perseguidas pelos poderes público e privadas, assim como também precarizadas, no sentido que vimos acima.

O certo é que o capital não legitima setores que o confrontam, sendo a mídia mais um meio que impede tal legitimação desses setores e de atividades a fim de suplantarem a opressão inerente ao sistema capitalista, seja pelo enfrentamento direto desses meios midiáticos ao criticarem abertamente tais setores, seja pelo simples encobertamento do verdadeiro conteúdo destes setores e suas respectivas ações. Retrata-os, ainda, como reprodutores da moral e da lógica do capital, passando, por fim, a idéia de que todas as ações possíveis se encontram apenas no seu âmbito, pois até mesmo setores preocupados com o desequilíbrio social agem dentro de seus parâmetros limitados e parciais.

Na guerra de posições que se instala entre o capital e setores da sociedade críticos a ele e que procuram praticamente sua superação, a mídia se põe ao lado do primeiro. Para ela a democracia se restringe ao âmbito da sociedade política, assim com a participação direta, devendo apenas funcionar dentro das brechas que o próprio sistema político – essencialmente representativo – propõe. O aprofundamento do debate sobre questões sociais e a problematização da realidade são proibidos, assim como a discussão e efetivação, centrais para Gramsci, da democratização industrial, ou seja, do aceso democrático aos meios de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de cooperativas de trabalho autogestionadas tem se demonstrado uma via bastante interessante no processo de formação política e cultural dos trabalhadores, diante do atual contexto da plenitude hegemônica do capital, principalmente nas grandes cidades.

O fim do século XX, com a queda do principal regime dito comunista, é o marco da emancipação política, isto é, do estado laico de direito democrático como paradigma substituto da emancipação humana do trabalho (Chasin: 2000,p.93). O esquecimento da possibilidade da auto-emancipação dos homens, da revolução comunista, substituído pelo alcance da democracia é a mais marcante prova, para os comunistas, da consolidação da hegemonia do capital sobre o mundo da maneira mais efetiva e eficiente na história da sociedade moderna.

As cooperativas, neste contexto, fundadas no trabalho e geridas pelos próprios trabalhadores que as compõem, representam uma possibilidade alternativa para com a emancipação humana frente à tamanha consolidação hegemônica do capital. Uma vez que os cooperados possuam os instrumentos de trabalho, ou seja, os meios de trabalho para executarem as atividades que se propõem à cooperativa, e tendo eles que gerirem todas as questões financeiras, contábeis e, acima de tudo, toda a linha de produção envolvida, em muito se associa esse exercício com o exercício da auto-emancipação do homem frente o seu trabalho. Pois, a emancipação humana é isso: os trabalhadores tomando para si os meios de executarem seu próprio trabalho, gerindo-o autonomamente e dispensando a presença social do burguês. Estas experiências possuem relevâncias diante das questões que surgirão em um regime socialista no qual o conjunto da produção terá de ser desenvolvido desta forma, autogestionada, o que representará problemas e dificuldades de níveis superiores.

Contudo, estudos anteriores efetuados junto a cooperativas populares desde a perspectiva de Gramsci apontam a necessidade de que as possibilidades apresentadas sejam dialeticamente contrabalanceadas com os riscos, especialmente com a “produção de um cooperativismo funcional ao capital assim como processos educativos adaptativos” (Barros: 2004, p.189). O que seria a representação final da conversão desta possibilidade contra-hegemônica – as cooperativas – em hegemônicas, a favor do capital.

Podemos inferir que esse setor da economia, embora popular, não tem conseguido fazer a síntese de suas diferentes identidades – condição básica para poder manifestar-se como projeto hegemônico dos setores populares. Devido a uma correlação de forças favorável aos agentes conservadores que a estimulam e impulsionam, sua existência tem sido possível uma vez que, de alguma maneira, são úteis aos mecanismos de regulação do capital. (Tiriba: 2001, p.341)

Diante de todos estes problemas, já se constitui difícil tarefa a simples formação de cooperativas, sendo mais complicado construir bases sólidas para a sua autogestão, que se perpetuem após o fim dos projetos. Ainda mais sob a ótica, até então quase inédita para os moradores da periferia, da democracia participativa e da inserção crítica e ação consciente no meio da comunidade. Esta inserção na comunidade que se pode dar tanto pela percepção, dos membros desta, da possibilidade concreta de se elaborar formas de trabalho autogestionadas, solidárias e democráticas, assim como pelo efeito multiplicador das próprias cooperadas ao ensinar sobre a experiência aprendida e formando novas cooperativas.

Em referência à experiência apresentada pelo Nesth, no contexto de oportunismo do poder público e de inversão hegemônica do capital, a elaboração concreta de uma cooperativa autogestionada capaz de se perpetuar por si e composta por novos sujeitos, conscientes de sua realidade histórica e sua função

social e por uma nova cultura de trabalho e de relações interpessoais, se faz realmente difícil.

Ainda a favor da hegemonia do capital, há de se ressaltar que cada experiência com resultado negativo, para essas pessoas sempre oprimidas, ideológica e materialmente, carregando consigo já tantas dores, também físicas e morais, acabam por gerar uma descrença cada vez mais acentuada sobre as possibilidades de superação das insuficiências e constrangimentos da realidade atual, ou seja, visto que esta superação só pode vir a se concretizar a partir dos próprios oprimidos, acabam por gerar uma descrença na sua própria auto-libertação.

A filosofia da práxis, porém, exige sempre a prática acompanhada de sua crítica, reelaborando-a. Bem, a prática está sendo exercida, citado a título de exemplo o caso da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra na periferia de Belo Horizonte. E aqui está um pouco da crítica, que paulatinamente é elaborada observando-se os trabalhos do Nesth. Assim, com todas as ressalvas aqui apresentadas, e outras que possam existir, segue este Núcleo sobre o Trabalho Humano em sua difícil tarefa, visto o contexto de absoluto domínio do capital sobre a sociedade, de ser uma fonte teórica e prática contra a hegemonia do capital.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARROS, Josiane. **O projeto Educativo das ITCPs: Encontros e desencontros na incubagem de cooperativas populares.** In: TIRIBA,Lia & PIKANÇO, Iracy (ORGs). **Trabalho & Educação. arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária.** São Paulo: Idéias e Letras,2004, p.189-214.
- BOURDET,Yves;GUILLERM, Alain. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar,1976.
- CHASIN, José de. **A miséria brasileira: 1964-1994 – Do golpe militar à crise social.** Santo André. Ad Hominen. 2000.
- ELIAS, Norbet. **A Sociedade de Indivíduos.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1994.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 2005
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- TIRIBA,Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho - Pedagogia(s) da Produção Associada.**Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2001.

Pensamiento social peruano y economía social y solidaria a comienzos del siglo XX: El aporte del debate sobre las comunidades indígenas⁷⁵

Luis Wilfredo Montoya Canchis

Sociólogo, con estudios de Maestría en Sociología Política en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Consultor en planificación del desarrollo de UNICEF. Ganador del II Concurso de trabajos sobre economía social y solidaria en América Latina, organizado por RILESS. E-mail: lwmontoya@gmail.com.

RESUMEN

El trabajo analiza el pensamiento social desarrollado en el Perú de comienzos del siglo XX y demuestra que existió una tradición de reflexión dedicada a indagar en las relaciones económicas no regidas por el capital, y sustentadas en la reciprocidad y la solidaridad. Divide su exposición en cuatro partes: la primera analiza los antecedentes desde el aporte anarquista; la segunda, aborda el debate sobre las comunidades indígenas; la tercera, analiza los aportes del nacionalismo radical y el socialismo indoamericano; al final, son presentadas las conclusiones.



Foto: Rita Barreto

Palabras clave: Economía social y solidaria, indigenismo, ciencias sociales, Perú.

ABSTRACT

The work analyzes the social thought developed in Peru of beginnings of the XX century and it demonstrates that a reflection tradition dedicated to not investigate in the economic relationships governed by the capital existed, and sustained in the reciprocity and the solidarity. It divides their exhibition in four parts: the first one analyzes the antecedents from the anarchist contribution; the second, approach the debate on the indigenous communities; the third, analyze the contributions of the radical nationalism and the socialism indoamericano; at the end, the conclusions are presented.

Key words: Social and solidary economy, indigenismo, social sciences, Peru.

⁷⁵ El presente trabajo constituye un avance de una investigación mayor dedicada a elaborar un estado de la cuestión de los estudios dedicados a la economía social y solidaria en el Perú.

INTRODUCCIÓN

La traza vagabunda de Charlot, el inolvidable personaje de Charles Chaplin, fue resalta por el Amauta José Carlos Mariátegui, uno de los pensadores peruanos de talla latinoamericana, en su artículo **Esquema para una explicación de Chaplin**, aparecido en el número 18 de la Revista Amauta, en 1928. Mariátegui dice que Charlot es la imagen del antiburgués, **está listo para la aventura, para el cambio, para la partida. Nadie lo concibe en posesión de una libreta de ahorros. Es un pequeño don Quijote, un juglar de Dios, humorista y andariego** y, por ello mismo, la negación de la sociedad capitalista fundada en el interés, el cálculo y el lucro. La reciprocidad y la solidaridad son valores innatos en Charlot, forman parte de su espíritu y de la sociedad a la que aspira en el horizonte de las películas que protagoniza.

No es equivocado señalar que en el pensamiento social peruano existe una larga tradición de reflexión dedicada a indagar en las relaciones económicas no regidas por el capital, y sustentadas en la reciprocidad y la solidaridad, desde por lo menos las primeras décadas del siglo XX. Reflexión ligada a apuestas éticas y políticas, como las contenidas en el artículo de Mariátegui sobre Chaplin.

La preocupación por el pensamiento social peruano, de comienzos del siglo XX, adquiere relevancia en el debate sobre la economía social y solidaria, no sólo por su riqueza y heterogeneidad de tradiciones sino además porque -como sugiere Quijano (2008)- hoy las formas de existencia social en curso de emergencia con la reciprocidad reclaman, para un desarrollo más profundo y para una mayor capacidad de reproducción, una **moral de la solidaridad**. Sustentada en un conocimiento descolonizado, crítico, alternativo, al pensamiento hegemónico neoliberal expresión del patrón de poder colonial/moderno.

El pensamiento social peruano de comienzos del siglo XX, es en este sentido, una veta en la cual podemos indagar en búsqueda de ideas que aporten al propósito antes indicado. Los abordajes que demuestran este planteamiento y consideramos necesario analizar son: por un lado, lo que llamamos los antecedentes desde el aporte anarquista; de otro, el debate sobre las comunidades indígenas; y finalmente, los aportes del nacionalismo radical y el socialismo indoamericano.

1. Antecedentes desde el aporte anarquista

Manuel González Prada, el padre del pensamiento social peruano moderno, es sin lugar a dudas uno de los antecedentes obligados de mención. Su reflexión aguda y crítica sobre los vicios de la sociedad peruana de su época, en especial de las elites oligárquicas, que habían provocado la derrota y la pérdida de territorios del Perú durante la guerra del Pacífico a fines del siglo XIX, lo convirtieron en el iniciador de una manera diferente de pensar e imaginar el futuro del país.

La reflexión que desenvuelve, inicialmente desde el campo de la cultura y la literatura, representa una crítica social ácida inspirada en lo que Sobrevilla (2003) denomina positivismo radical. Su preocupación por la constitución de una verdadera nación en el Perú, sustentada en la integración de las mayoritarias poblaciones indígenas, constituye uno de sus principales focos de atención.

Luego de su vuelta de Europa en 1898 asume al anarquismo como ideología e inicia sus primeros contactos con los líderes del naciente movimiento

obrero, Manuel Caracciolo y Delfín Lévano, ambos de militancia anarcosindicalista.

Las agudas reflexiones de González Prada no están sustentadas en un análisis riguroso de la realidad, como advierte Sobrevilla: “No fue un investigador social ni tuvo ninguna metodología científica que le hubiera permitido conducir un análisis objetivo de la realidad del Perú” (2003, xxxviii). Observación coincidente con la realizada por José Carlos Mariátegui (1952) cuando advierte que “González Prada carecía de estudios específicos de Economía y Política. Sus sentencias, sus imprecaciones, sus aforismos, son de inconfundibles factura e inspiración literarias” (1952, 276).

Reivindicó más bien una utopía libertaria, la anarquía, sustentada en la solidaridad de los trabajadores. Refrendada a través de su militancia consecuente al lado de los sindicatos obreros, el apoyo a sus dirigentes y la intensa labor cultural desplegada para formar a sus cuadros más jóvenes. Tal vez, por ello, Mariátegui llama a “buscar al verdadero González Prada en su credo de justicia, en su doctrina de amor.” (1952, 280).

Sobrevilla sostiene que González Prada “empieza su tratamiento del tema retirando dos significados negativos de la palabra anarquía: (1) el estado del desorden habitual, la guerra permanente y el retorno de la brutalidad primitiva, y (2) el acto de violencia individual o colectiva. Esas ideas deben ser distinguidas del que puede ser modelo anarquista de perfección, “resumido en dos frases: la libertad ilimitada y el bien más grande posible para la persona individual, provocada por la abolición del Estado y la propiedad privada”. Ideales que descansaban sobre una premisa –advertida por Sobrevilla-, que puede ser sospechosa: el optimismo y la fe que el anarquista pone en la calidad natural de la esencia humana” (2003, xli-xlii).

González Prada efectivamente, más allá de su crítica social ácida, asume una convicción extrema, optimista y confiada en el ser humano, sobre la cual basa su apuesta de abolición del Estado y la propiedad privada. Diferencia además de manera fina –como advierte el propio Sobrevilla- entre la anarquía y lo que llama el socialismo autoritario, señala seis diferencias muy importantes entre ambos: “El socialismo cree que todo puede ser cambiado a través de un gran trastorno repentino, e instantáneo del orden social (su noción de la revolución), mientras la anarquía piensa que el poder de la sociedad burguesa puede ser superado poco a poco y en virtud sólo de muchos y sucesivos ataques. Segundo, el socialismo es tan opresivo y reglamentado como el Estado, mientras que la anarquía rechaza toda reglamentación estricta y sometimiento de la persona individual a las leyes de la mayoría. Tercero, el socialismo da la prioridad más alta a la política (i.e., al apoderarse del poder), mientras para la anarquía la cosa que importa más es el proceso vasto de la emancipación humana, dentro de la cuál pesa más que el factor político el factor social. Cuarto, la anarquía, a diferencia del socialismo, no trata la evolución de la historia como una serie de peleas económicas. Quinto, mientras la anarquía está en contra de la idea de “país” y es, por lo tanto, realmente internacionalista y se opone por principio al militarismo, el socialismo a veces intenta conciliar lo irreconciliable: el internacionalismo y el nacionalismo. Y sexto, el socialismo predica una revolución violenta y mundial que tiene un carácter cuasi-religioso, mientras que la anarquía sostiene que el proceso de la emancipación humana no involucra estas características.” (2003, xlii-xliii).

Las ideas de González Prada son heredadas directamente a Manuel Caracciolo y Delfín Lévano, pensadores también de mención obligatoria, ambos eran obreros panaderos fundadores del movimiento sindical peruano. Su pensamiento surge de una práctica nacida de su compromiso con la organización sindical obrera y la misma utopía libertaria abrazada por González Prada.

Tejada (2006) señala que el pensamiento de Manuel Caracciolo y Delfín Lévano retoma uno de los principios doctrinarios fundamentales del pensamiento libertario: la desaparición de la injusta división entre el trabajo intelectual y el manual. “A través de diversos escritos –indica Tejada– los libertarios sostenían que el Perú era una República de siervos. Todos ellos comulgaban con don Manuel González Prada, quien oponía en estos términos el siervo al ciudadano: el siervo, condición en la que se encontraban la mayoría de los peruanos, gusta de la posición horizontal (tiene la columna vertebral encorvada), es cobarde y abyecto, embrutecido e ignorante; en oposición, el ciudadano prefiere la posición vertical (tiene la columna levantada y erguida) es un hombre culto, libre y digno, por tanto no soporta la opresión. Es por eso que en la ideología libertaria se combatía en forma permanente el “espíritu servil” o la “servidumbre voluntaria” que parecía dominar a gran parte de la sociedad peruana. Contra esto propone la ciencia, la libertad y la instrucción, para levantar al hombre de su condición de siervo y hacerlo ciudadano.” (2006,60).

Este aspecto será determinante en la lucha que los Lévano librarán al interior del movimiento obrero contra las sociedades mutualistas, organizaciones de trabajadores dedicadas a la ayuda mutua; pero de rasgos clientelistas, existentes entre fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX. Los Lévano persiguen su reemplazo por sociedades de resistencia o sindicatos y la conformación de un movimiento obrero organizado.

Manuel Caracciolo Levano, en su discurso titulado: **Qué son los gremios obreros en el Perú y lo que deberían ser**, escrito en 1905, plantea: “¿Por qué, qué bienes, qué beneficios en el orden social, intelectual y económico, nos reportan las sociedades humanitarias o de protección mutua? Auxiliar a un enfermo, sepultar un cadáver, que con creces ha pagado todos esos servicios, no es cumplir con un deber de caridad: es simplemente pagar una deuda contraída y muy saneada. En cambio las sociedades de resistencia, como adelante lo veremos, propenden a fines más elevados cuales son el desarrollo de nuestras facultades físicas, intelectuales y morales, tanto en el orden social como económico.” (2006,100).

El aporte de los Lévano nace entonces de una práctica cotidiana ligada al proceso de organización del movimiento obrero, basada en una intensa labor cultural y de reivindicación de derechos económicos y sociales de los trabajadores.

Sin embargo, los aportes de González Prada y los Lévano no son los únicos antecedentes a considerar. Resulta ineludible también sumar a los varios pensadores que debatieron sobre las **comunidades indígenas**.

2. Debate sobre las comunidades indígenas

Precisemos que el debate sobre las comunidades indígenas está marcado, desde su inicio, por la tensión derivada de la pluralidad de posiciones existentes sobre ella. Lynch (1979) reconoce y analiza cuatro posiciones que muestran esta pluralidad: liberal, tutelar, socialismo reformista y revolucionario.

2.1 La posición Liberal

La posición liberal coincide con la **condena de la comunidad**, denominada así por Mariátegui por considerar a la comunidad “como rezago de una sociedad primitiva o como una supervivencia de la organización colonial” (Mariátegui, 1952, 80). Actitud que respondía en unos casos al interés del gamonalismo terrateniente y en otros al pensamiento individualista liberal modernizador.

La perspectiva de Francisco Tudela y Varela ejemplifica esta posición, a través de su libro, publicado en 1905, titulado: **Socialismo peruano. Estudio sobre las comunidades indígenas**, uno de los trabajos más antiguos dedicados a las comunidades indígenas y que expresa de manera flagrante la actitud de condena.

Lynch señala respecto al libro de Tudela y Varela: "El autor señala la necesidad de terminar con el régimen colectivo de propiedad de la tierra, al que considera culpable del atraso agrícola, así dice: "Todos los economistas que han hecho el estudio de la evolución de la propiedad, están de acuerdo en que el dominio colectivo del suelo sólo es conciliable con la existencia primitiva de la humanidad, y que él no puede ser considerado como una formula de salvación en el futuro contra las desigualdades e injusticias de la edad presente." (Lynch, 1979, VIII).

Por su parte, Pajuelo (2000) anota sobre el trabajo de Tudela y Varela: "El texto después de una comparación del socialismo peruano imperante en las comunidades indígenas con el de otros regímenes de propiedad colectiva de la tierra como el *mir* ruso, la *desa* de Java, la *marke* germánica y el *allmend* suizo, sustenta la tesis de que es necesaria su disolución (...) El autor traduce así las expectativas del sector dominante de ese momento, adscrito filosóficamente al positivismo, ideológicamente al liberalismo y políticamente al civilismo, para el cual la comunidad "se aparta notablemente del sistema social y económico que hoy impera en el mundo civilizado." (2000, 128-129).

2.2 La posición Tutelar

Contraria a la posición liberal es la posición tutelar, que surge como respuesta y "expresión de sectores de la pequeña burguesía –citando otra vez a Lynch-, tanto limeña como provinciana, que se hicieron eco de las importantes luchas campesinas que ocurrieron en el país en los primeros años de este siglo. Fue una reacción ante la incapacidad de los sectores dominantes de formular una política que partiera de reconocer la existencia del problema y tratara de integrar a la población indígena como base social de su dominación." (1979, XIV).

El precursor de la posición tutelar es Manuel Vicente Villarán, en un trabajo de 1907, denominado **Condición legal de las comunidades indígenas**, publicado en el número 14 de la Revista Universitaria de la Universidad Mayor de San Marcos, describe a la comunidad como "organizaciones de indios de que hay todavía no pocos ejemplos (...) que se dedican a la agricultura siguiendo tradicionales costumbres comunistas, mediante el reparto de la tierra por lotes adjudicados a todas las familias de la comunidad" (Villarán, 1981, 57). Trabajo que representa una respuesta al realizado por Tudela y Varela.

"Villarán –indica Lynch- señalará que la Comunidad Indígena, por la peculiar conformación de su estructura de propiedad, no podía ser considerada dentro de la definición de persona jurídica que daba el Código Civil de entonces, decía que el Código señalaba sociedades que tenían varios propietarios que conjuntamente poseían un bien, pero que no contemplaban el caso de la Comunidad, donde sus miembros poseen parcelas individuales a la par que terrenos colectivos. Esta constatación, sin embargo, no llevaba a Villarán, a la conclusión de que había que abolir la Comunidad, así precisó: "Las comunidades responden a un estado social que no se suprime a fuerza de decretos." (1979, XV).

La posición de Villarán apuntaba más bien a su defensa: "Juzgamos, pues, que las comunidades de indígenas carecen de derechos para ser representadas en juicio como personas colectivas" (1981, 58). A la vez que a la denuncia frente al abuso del latifundio: "La comunidad protege al indio contra el blanco. Las tierras de aborígenes no han sido aún totalmente usurpadas por los ricos hacendados,

gracias a la posesión comunista. La comunidad es el contrapeso del caciquismo semifeudal que sigue imperando en nuestras sierras. La disolución de esas comunidades, antes de instruir a los indios y de abrir caminos y mercados, no crearía una clase de campesinos propietarios; sería la evicción de los labradores autónomos que forman la mayoría de la población indígena en provecho de unos pocos hacendados ávidos. El comunero hoy independiente gracias a la posesión de la tierra, pasaría a la condición servil del colono y del *pongo*" (1981, 64-65).

Villarán, en palabras de Mariátegui: "Mantenía teóricamente su posición liberal, propugnando en principio la individualización de la propiedad pero prácticamente aceptaba la protección de las comunidades contra el latifundismo, reconociéndoles una función a las que el Estado debía su tutela." (1952, 80).

La posición tutelar, sin embargo, será representada propiamente por primera vez por los integrantes de la **Asociación Pro-Indígena**, fundada en 1909 por Pedro Zulen, Dora Mayer y Joaquín Capelo, quienes publican el boletín **El Deber pro-indígena** entre 1912 y 1917. Además de José Antonio Encinas que escribe, en 1918, su tesis titulada: **Contribución a una legislación tutelar indígena**, sustentada en la Universidad de San Marcos; y Ricardo Bustamente que escribe también su tesis el mismo año, titulada: **Condición jurídica de las comunidades indígenas en el Perú**, sustentada en la misma universidad.

Todos ellos, en mayor o menor medida, coinciden en la defensa paternalista de las comunidades indígenas frente a las agresiones del latifundio, y en plantear su tutela por parte del Estado⁷⁶.

Las posiciones: liberal y tutelar, más allá de sus diferencias, confirman la persistencia de relaciones de reciprocidad y solidaridad en las comunidades indígenas; pero para condenarla de manera flagrante en el caso de la posición liberal, o para subordinarla de manera paternalista al Estado en el caso de la posición tutelar.

2.3 La posición Socialista-reformista

La tercera posición -denominada por Lynch como socialismo reformista- expresa a un sector del pensamiento socialista peruano surgido de la ruptura del Partido Socialista fundado por José Carlos Mariátegui, que al poco tiempo de su muerte es transformado en Partido Comunista, situación no aceptada por este sector y que determina su salida.

El trabajo de Hildebrando Castro Pozo, publicado en 1924, titulado: **Nuestra Comunidad Indígena**, es el fresco social más amplio y detallado dedicado a las comunidades indígenas escrito en su época y el más claro ejemplo de esta posición.

Castro Pozo -como precisa Carlos Franco (1989)- dedicado a una labor promotora de defensa de la propiedad de las tierras de las comunidades y las condiciones laborales de sus hombres y mujeres, así como al registro pormenorizado de la vida comunal en las diversas regiones del país, desde su

⁷⁶ La posición tutelar expresa la influencia decisiva lograda por el **pensamiento indigenista** que perseguía la reivindicación del aporte de las poblaciones indígenas a la economía, cultura, política y sociedad del Perú. Mirko Lauer (1997) señala sobre el indigenismo: "A pesar de que el sentimiento pro-indio de sectores ilustrados de la *intelligentsia* peruana es una constante en evolución durante los dos últimos tercios del siglo XIX, el movimiento político propiamente dicho comenzó en el último decenio de ese siglo, es decir, después de la derrota frente a Chile. Se expresó sobre todo en el esfuerzo pedagógico, de cabildeo ante las autoridades, y en general como una defensa de sectores a los cuales se percibía como postergados por el Estado" (1997,12). Luis Alberto Sánchez (1980) señaló que el artículo de Manuel González Prada **Nuestros indios**, escrito en 1904, es un hito que "imprimió un violento viraje a los trabajos indigenistas y el es inspirador directo de los trabajos de Pedro Zulen, Víctor Raúl Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui, José Uriel García y Luis E. Valcárcel. Según la interpretación de Prada, el indio no representa una raza biológica sino una raza social, pues depende de su estado económico." (1980, 332).

puesto como Jefe de Sección de Asuntos Indígenas del Ministerio de Fomento, confirmó sobre la base de sus observaciones empíricas el carácter cooperativo de sus economías.

Castro Pozo –en palabras de Franco- elabora “el primer testimonio de la vitalidad de la comunidad campesina, esto es, de su capacidad de supervivencia y desarrollo, de su aptitud y la de los “indios” para el trabajo colectivo, para la adaptación de las técnicas modernas de producción, para el incremento de la producción agropecuaria.” (1989, 25).

Rodrigo Montoya señaló, de manera menos laudatoria que Franco, en el prólogo de la segunda edición de **Nuestra Comunidad Indígena**: “Una lectura atenta permite observar que en este largo listado están casi ausentes las formas de organización política del mundo andino y las modalidades del intercambio no capitalista y capitalista en el campo (...) La descripción etnográfica de Castro Pozo, intuitiva y científicamente desordenada es, a pesar de todas sus limitaciones, un documento de base de trabajo para los estudios actuales y los que vengan.” (Montoya, 1979, XIV-XV).

La observación de Montoya permite apreciar de manera más equilibrada el aporte de Castro Pozo y encontrar tal vez lo que al final de cuentas fue lo más valioso de su trabajo: aportar de manera rigurosa al conocimiento social y económico de las comunidades indígenas.

La vitalidad de las comunidades es documentada a través de un registro pormenorizado de muchos aspectos, y es complementado con el análisis de experiencias específicas, como la de la comunidad de Muquiyauyo, que fue para Castro Pozo paradigmática. “Esta –como señala Franco- se le apareció como la prueba definitiva de aquella y por ello la mostró orgulloso de su sentido organizativo, de su capacidad transformadora, de sus recursos naturales, de su propensión moderna y cooperativa, al tiempo que demandaba la atención pública a sus esfuerzos por hacer funcionar su planta eléctrica, por organizar sus cooperativas de crédito y de consumo, por desarrollar sus escuelas y cuidar la salud de sus miembros (...) terminó de convencerlo que en ella radicaba una alternativa de modernización económica sin mengua, y más bien como desarrollo, de su espíritu tradicional.” (Franco, 1989, 26).

Castro Pozo indica refiriéndose a la comunidad de Muquiyauyo: “Enorme, magnífica e inmejorable cooperativa de crédito cuya constitución íntima tiene el prestigio de una institución milenaria que ha llenado su objeto y es susceptible de adaptación a las normas del progreso, en ella están íntimamente ligados los principios que deberían poseer las modernas organizaciones de cooperación, y como no es única por la casta, la organización o disciplina, su progreso es un ejemplo y un símbolo: las innumerables comunidades de nuestras serranías bien pronto se convertirán en cooperativas de producción y de consumo, forma y sustancialidad capaces de pulverizar los grandes latifundios y resolver el problema agrario de esta zona.” (Castro Pozo, 1979, 54).

Justamente por ello –citando una vez más a Franco- Castro Pozo asume que las comunidades son “el descubrimiento de un legado cultural que se rehace, que se recrea, que se proyecta cotidianamente desde el presente hasta el futuro. La comunidad campesina produce cultura y la suya es una savia viva de la cual debe nutrirse la actual y futura cultura nacional (...) No se trata por tanto de crear en la sierra otra institución o de enfrentar el latifundio con la promesa de una organización por crear. Esa alternativa existe, es real y sólo necesita que el país la reconozca y coopere para su desarrollo más moderno.” (Franco, 1989, 27).

Castro Pozo propone en este sentido “la modernización cooperativa de la comunidad pero sin que ello suponga la superposición externa de una institución diferente sobre sus propias raíces organizativas. La organización cooperativa resulta para él la cristalización de una vocación profunda de la propia comunidad

y de su propia capacidad adaptativa a los desafíos de la evolución contemporánea de la economía y la sociedad peruanas.” (Franco, 1989, 27).

Años después Castro Pozo publicará, en 1936, un segundo libro titulado: **Del Ayllu al Cooperativismo Socialista**, donde entre otras tesis sostiene de manera central que el comunitarismo es una estrategia de desarrollo nacional de carácter endógeno que construye el socialismo. Franco anota de manera perspicaz: “Cuando habla del comunitarismo no está pensando en la cooperativización inmediata del país sino más bien en un proceso histórico que sólo tiene una orientación socialista porque incluye la cooperativización como uno de sus componentes centrales, aunque con poder suficiente para gravitar sobre el conjunto de las otras formas transitorias de organización de la propiedad y la producción. Simultáneamente con ello, cuando Castro Pozo habla de la cooperativización o del componente cooperativo de la estrategia comunitarista no está refiriendo una única modalidad cooperativa de organización económica sino una pluralidad de formas atentas a las características de la situación real del país y a su presumible evolución político-económica.” (Franco, 1989, 93-94).

Una tesis complementaria y no menos importante es que el componente cooperativo de la estrategia comunitarista esta íntimamente ligada con la modernización técnica y ella a su vez a la capacidad de las comunidades andinas de incorporar tecnología a sus labores agropecuarias. Franco precisa: “basándose en la existencia de pequeñas industrias agropecuarias y de transformación en comunidades de punta así como en su vocación ganadera y en la evidencia que ellas aportan de la existencia de una disciplina colectiva de trabajo y de una aptitud para adoptar la “técnica capitalista”, Castro Pozo señala la mejor disposición de las comunidades para la modernización productiva.” (Franco, 1989, 96).

El aporte de Castro Pozo y los socialistas es determinante en el debate político de su época porque “negaban –como anota Lynch- la necesidad de disolver la Comunidad, señalando que se debía mantener una característica fundamental que era la del campesinado usufructuario de la tierra dentro de la propiedad colectiva, sin permitir el crecimiento de la propiedad individual que pudiera llevar posteriormente a la disolución de la Comunidad. Esta insistencia a ultranza en mantener la Comunidad como propiedad colectiva podía, sin embargo, conllevar un riesgo, que era la negación de la existencia efectiva de un número importante de propietarios individuales dentro de las Comunidades. La segunda cuestión es el planteamiento de transformar la “vieja comunidad” en una cooperativa de producción (...) La intensión era una reforma de la Comunidad que permitiera su modernización para que “pueda entablar libre concurrencia con la gran empresa”, lo que suponía preparar a la Comunidad para afrontar el desarrollo capitalista que empezaba en el país, tarea principal que le asignaban los socialistas reformistas a la Comunidad Indígena en ese momento histórico” (1979, XXIII-XXIV).

Castro Pozo y los socialistas más allá de no haber podido apreciar en toda su magnitud procesos como los de diferenciación social y económica, al interior de las comunidades indígenas; o poner el énfasis en la necesidad de lograr que las comunidades puedan entrar al mercado en libre concurrencia con la gran empresa, sin destacar suficientemente el conflicto inmediato que sostenía con el latifundio; aportaron evidencias al debate sobre las posibilidades de una economía sustentada en relaciones de reciprocidad y solidaridad, es decir, no sólo abordaron la discusión sobre las comunidades indígenas, y el debate político en general, con argumentos ideológicos. Apelaron a la búsqueda, en la realidad del Perú, de las evidencias que sustentaran su apuesta socialista y encontraron en las comunidades indígenas relaciones de reciprocidad y solidaridad que la sustentaban.

2.4 La posición Revolucionaria

La cuarta posición -denominada por Lynch como socialismo revolucionario-, está representada por los dos más conspicuos y agudos pensadores peruanos de talla latinoamericana: José Carlos Mariátegui y Víctor Raúl Haya de la Torre.

Mariátegui desarrolla una compleja y aguda reflexión sobre la **economía comunista indígena**. Mariátegui, escribe en 1928, **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**, donde aparecen entre otros **El problema de la tierra**. A pesar de que Mariátegui –como señala César Germaná (1995)- no tiene un tratamiento amplio del problema del **comunismo indígena**, consideró como fundamentales para sus reflexiones los estudios de Castro Pozo y de César Antonio Ugarte, **Bosquejo de la Historia Económica del Perú**, escrito en 1926.

La ausencia de una tradición teórica establecida sobre el tema, sin embargo, no le impide desarrollar una aguda reflexión al respecto. Germaná señala con precisión: “El fundamento de sus análisis se encuentra en la constatación de la persistencia del “comunismo indígena” en el Perú del siglo XX. Encontraba que la fuerza interna de esta organización social le había permitido resistir los ataques sufridos en la colonia y, sobre todo, en la República. Si bien ésta le impuso una política liberal que, a la larga, erosionó sus condiciones materiales de existencia, no pudo destruir el espíritu que la animaba. La propiedad colectiva de la tierra y la organización comunitaria del trabajo habían permitido la creación de condiciones para el desarrollo de un tipo de vida social cohesionado. Este era para el Amauta el elemento clave del régimen económico comunitario. Y veía la comunidad indígena como la institucionalización de esas relaciones de propiedad y por ello la consideraba como “el órgano específico del comunismo.” (1995, 78).

Mariátegui como -anota Carlos Franco- incorpora una lectura del pasado histórico y la idea de mito indígena, fundamentalmente de aportes tomados de Luis E. Valcárcel, en **Tempestad en los andes**, escrito en 1927; pero “ni el pasado inerte –afirma Franco- ni la vida subjetiva del mito, aportados por Valcárcel, podían dotar del sustrato real, material, activo a su pretensión de endogeneizar el socialismo, de devolverlo como producto histórico y nacional. Es Castro Pozo quien le proporciona entonces el argumento definitivo, la base sustantiva, la seguridad intelectual necesaria para proponer una visión nacional del socialismo. Por ello, desde diciembre del 24, se multiplican sus expresiones de que el problema del indio es el problema de la tierra, es un problema económico y social.” (1989, 38).

Una cita del propio Mariátegui (1952) es muy ilustrativa: “La defensa de la “comunidad” indígena no reposa en principios abstractos de justicia ni en sentimentales consideraciones tradicionalistas, sino en razones concretas y prácticas de orden económico y social. La propiedad comunal no representa en el Perú una economía primitiva a la que haya reemplazado gradualmente una economía progresiva fundada en la propiedad individual (...) La “comunidad”, en efecto, cuando se ha articulado, por el paso de un ferrocarril, con el sistema comercial y las vías de transporte centrales, ha llegado a transformarse espontáneamente, en una cooperativa.” (1952, 86).

Mariátegui encuentra en la existencia de las comunidades indígenas la evidencia material que confirmaba sus intuiciones respecto a la existencia en la economía y sociedad peruana de relaciones sustentadas en la reciprocidad y solidaridad; pero además el refuerzo necesario de la realidad a sus apuestas éticas y políticas orientadas a la construcción del socialismo indoamericano.

Por su parte, Víctor Raúl Haya de la Torre plantea también una reflexión sobre las comunidades indígenas. Lynch advierte respecto a sus planteamientos: “Haya de la Torre empezaba señalando en el artículo “El Problema del Indio”

(1926) de su libro "Teoría y táctica del aprismo", que el conflicto entre la Comunidad y el latifundio había marcado durante siglos la historia del Perú, desde que los españoles reorganizaron la propiedad de la tierra y formaron las haciendas en base a las tierras que arrebataron a las Comunidades, señalaba que ese origen daba a la comunidad el carácter de institución "nacional" y al latifundio el de institución "colonial", "extranjera", situación que incluso se prologaba en la república al no haber cambiado el carácter de clase de la dominación estatal: "La lucha entre el latifundio y la comunidad, es pues, la línea económica central del proceso histórico peruano, desde la conquista hasta hoy. El latifundio es la base económica y el fondo de unidad clásica del civilismo". A este planteamiento agregaba la necesidad de considerar la Comunidad como base para "la reorganización de nuestra economía desquiciada", pero "dotada de todos los elementos de técnica contemporánea y resguardada por el Estado no ya de los latifundistas sino de los productores", utilizando la organización colectiva que no se había destruido a pesar de conflicto tan prolongado. Estas posiciones radicales serán sin embargo reconsideradas algunos años más tarde, en la elaboración del "Plan de Acción Inmediato" o "Programa Mínimo" (1931) contenido en el libro "Política Aprista". Allí en dos frases muy escuetas Haya señalará: "Legislaremos en pro de la conservación y modernización de la comunidad indígena". "Introduciremos el cooperativismo agrario entre los propietarios indígenas de tierras". Medidas que se señalan entre otras muchas más, sin hacer ningún hincapié en la relación entre la Comunidad y el latifundio que algunos años antes había considerado la base de análisis para abordar el problema" (1979, XXVI-XXVII).

Mariátegui manifiesta su coincidencia con los primeros planteamiento de Haya de la Torre respecto a las comunidades indígenas, en **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**, en el pie de página 18 del ensayo **El problema de la tierra**, señala: "Escrito este trabajo, encuentro en el libro de Haya de la Torre "Por la emancipación de América Latina" (publicado en 1927 pero reúne artículos escritos entre 1923 y 1924, anotación nuestra), conceptos que coinciden absolutamente con los míos sobre la cuestión agraria en general y sobre la comunidad indígena en particular. Partimos de los mismos puntos de vista, de manera que es forzoso que nuestras conclusiones sean también las mismas". (1952, 86).

Haya de la Torre, en sus primeros escritos, comparte con Mariátegui la tesis de que la lucha por la tierra es el principal elemento de análisis para comprender la realidad de las comunidades indígenas, también que el enfrentamiento con el latifundio constituye la contradicción principal a resolver. Coincide además en la reivindicación del aporte de las comunidades indígenas. Aunque en los términos de Haya de la Torre, a diferencia de Mariátegui, no está explícito el aporte de las comunidades a la construcción del socialismo, sino las considera como base de la reorganización de la economía, asumiendo: por un lado, la necesidad de dotarla de todos los elementos de técnica contemporánea, planteamiento coincidente con el sostenido por Castro Pozo y los socialistas; y por otro, resguardarla desde el Estado, planteamiento que en alguna medida recuerda la posición tutelar indigenista.

Sin embargo, la reflexión de Haya de la Torre y Mariátegui dedicada a indagar en las relaciones económicas no regidas por el capital, y sustentadas en la reciprocidad y la solidaridad, no se agota con su agudo abordaje de las comunidades indígenas. Es necesario incorporar además otros componentes, igual de relevantes en su pensamiento, provenientes de sus apuestas nacionalista radical, en el caso de Haya de la Torre, y socialista indoamericana, en el caso de Mariátegui.

3. Aportes del nacionalismo radical y el socialismo indoamericano

Es pertinente anotar que la reflexión de Haya de la Torre y Mariátegui, más allá de sus diferencias, comparte la búsqueda de alternativas a la modernización capitalista impuesta por el régimen oligárquico. No podemos olvidar que su pensamiento surge en un escenario caracterizado por intensas movilizaciones sociales que irrumpen en la vida política del Perú desde las primeras décadas del siglo XX y desenlazan en la crisis de los años treinta, época de conflictos sociales y políticos profundos agudizados por la crisis mundial de 1929, que ponen en cuestión el régimen oligárquico; pero terminan ahogados por la represión militar.

La reflexión de Haya de la Torre y Mariátegui sintetizan una época histórica, apuestas éticas y políticas; pero también esfuerzos honestos y rigurosos por comprender de manera crítica la realidad.

El nacionalismo radical representado por Haya de la Torre, es expresado con claridad en sus escritos posteriores a 1928, donde suma nuevos elementos a sus tesis originales, a la vez que van más allá de sus planteamientos sobre las comunidades indígenas.

La reflexión de Haya de la Torre pone en el centro de su pensamiento - como señala Nieto (2000)- al problema del imperialismo hasta convertirlo en objeto teórico (2000, 30).

Haya de la Torre (1986) propone la tesis, contraria a la de Lenin, en el prólogo de su principal obra doctrinaria **El antimperialismo y el APRA**, escrito en 1928 pero publicado ocho años después en 1936: “Según la tesis neo-marxista, “el imperialismo es la última etapa del capitalismo”, esta afirmación no puede aplicarse a todas las regiones de la tierra. En efecto, es “la última etapa”; pero sólo para los países industrializados que han cumplido todo el proceso de la negación y sucesión de las etapas anteriores. Más para los países de economía primitiva o retrasada a los que el capitalismo llega bajo la forma imperialista, ésta es “su primera etapa”. (1986, XXI).

El énfasis puesto por Haya de la Torre en el análisis del imperialismo no lo lleva a dejar de lado el análisis de las dinámicas de la economía al interior de un país; pero tampoco la perspectiva presente y futura del aporte de las economías no regidas por el capital.

Chang-Rodríguez (2007) sugiere centrar la mirada en la concepción que Haya de la Torre poseía del Estado antiimperialista. Él señala: “La gran tarea del APRA era iniciar la transición a la nueva sociedad latinoamericana con nueva economía y nueva estructura gubernamental. La organización, coordinación y planificación de la nueva economía transicional descansaría en un capitalismo de Estado coexistente con las cooperativas, las empresas autogestionarias y privadas nacionales y extranjeras adaptadas al nuevo orden social aprista que le impone estrictas limitaciones temporales y espaciales.” (2007, 281).

La perspicaz sugerencia de Chang-Rodríguez es confirmada al revisar **El antimperialismo y el APRA**, ahí propone: “La diferencia entre el Estado Antimperialista y el Capitalismo de Estado europeo radicarán fundamentalmente en que mientras éste es una medida de emergencia en la vida de la clase capitalista, medida de seguridad y afirmación del sistema, el Estado Antimperialista desarrollará el *Capitalismo de Estado como sistema de transición hacia una nueva organización social*, no en beneficio del imperialismo –que supone la vuelta al sistema capitalista, del que es una modalidad-, sino en beneficio de las clases productoras, a las que irá capacitando gradualmente para el propio dominio y usufructo de la riqueza que producen.” (1986, 98).

Haya de la Torre muestra durante estos años una convicción clara de luchar por una nueva sociedad latinoamericana –como menciona Chang-Rodriguez-. En el mismo párrafo antes citado agrega: “Si el Estado Antimperialista no se apartara del sistema clásico del capitalismo, y alentara la formación de una clase burguesa nacional, estimulando la explotación individualista e insaciable –amparada en los enunciados clásicos del demoliberalismo-, caería pronto en el engranaje imperialista del que ningún organismo nacional burgués puede escapar. Por eso ha de ser indispensable en el nuevo tipo de Estado la vasta y científica organización de un **sistema cooperativo nacionalizado** (resaltado nuestro) y la adopción de una estructura política de democracia funcional basada en las categorías del trabajo.” (1986:99).

Haya de la Torre propone, entonces, un capitalismo de Estado antiimperialista, basado en la conformación de un sistema cooperativo nacionalizado. No extraña, por ello, que hoy algunos –como Choquehuanca (2005)- lo señalen como uno de los **ideólogos más representativos** del cooperativismo en el Perú.

Empero Haya de la Torre propone además el establecimiento de una estructura política de **democracia funcional**. Esta última noción es también clave en el pensamiento de Haya de la Torre. César Germaná (2006) advierte al respecto: “Para comprender los alcances del concepto de “democracia funcional” en Haya de la Torre es necesario referirse a sus análisis sobre las relaciones entre la economía y la política. Desde esta perspectiva, sostiene que, en el Perú, ha prevalecido un “concepto empírico de la política” y no “la forma científica de la política que se basa en la economía”. Por eso, la “nueva democracia” debería significar “la vinculación del concepto de economía al concepto de política como indispensable para el sabio dominio del Estado”. Con lo cual se propuso superar la distinción del pensamiento liberal entre la sociedad civil (los derechos del hombre) y la sociedad política (los derechos de los ciudadanos); distinción que hacía posible la conciliación de la contradicción entre el individualismo de los propietarios y la participación política de los trabajadores. En la propuesta de Haya de la Torre, entonces, el Estado aparece como un mecanismo político y como un mecanismo económico. Controla la producción y la reproducción del capital y a la vez integra a los trabajadores, desapareciendo toda mediación política entre sociedad civil y sociedad política. Por lo tanto, ya no se trataba de ciudadanos formalmente iguales, sino de individuos que tendrían un determinado lugar o función en la división social del trabajo y, en tanto tales, se incorporarían al Estado. El “Estado antimperialista” no tendría como sostén al “ciudadano como cantidad” sino al “ciudadano como calidad”; esto es, como trabajador. Haya de la Torre dejaba de lado con estas formulaciones la ideología liberal de la igualdad formal (política) de individuos (económicamente) desiguales. En el Estado, el “ciudadano-trabajador”, “manual o intelectual”, intervendría en las decisiones políticas “sin abandonar su función vital de trabajador”. De esta manera se iría construyendo una “democracia de plena participación” o “democracia funcional” (2006, 94-95).

La advertencia de Germaná, sobre las relaciones entre economía y política, es central no sólo para comprender el pensamiento de Haya de la Torre, sino además para relacionar su pensamiento con una lectura total, integral e integrada, de la realidad social, ajena a lecturas sectoriales o parciales, y que más allá del acuerdo o desacuerdo con sus planteamientos, constituye un recurso metodológico necesario de considerar al momento de indagar en las relaciones económicas no regidas por el capital, y sustentadas en la reciprocidad y la solidaridad. Los planteamientos de Haya de la Torre sobre el capitalismo de Estado antiimperialista y la democracia funcional son, este sentido, inseparables.

El socialismo indoamericano, por su parte, es representado por Mariátegui. César Germaná (1995) propone dos tesis que nos parecen centrales respecto a su

pensamiento, porque recuperan parte de la reflexión mariáteguiana sobre el comunismo indígena; pero al mismo lo complementan y van más allá.

Germaná sostiene que existen dudas y ambigüedad en el pensamiento de Mariátegui respecto al tipo de propiedad que se establecería con el socialismo. Al respecto señala: "Es posible encontrar por lo menos dos vertientes por donde discurren sus reflexiones: por una parte, la imagen del socialismo como propiedad estatal de la economía; por otra, la imagen del socialismo como propiedad social de los recursos productivos" (1995,89). Germaná explica este planteamiento recurriendo a la propia indefinición del problema que existe en Marx y Engels, así como en la tradición marxista posterior; y a la ausencia de una economía socialista que le hubiera servido a Mariátegui de modelo para una teoría económica del socialismo.

Germaná reconoce que la construcción del socialismo en la U.R.S.S. y el debate sobre su economía no tenía en Mariátegui la consistencia necesaria para construir un modelo teórico. Además que el único referente inmediato que poseía de lo que era el socialismo fueron los regímenes económicos impuestos en la U.R.S.S., que durante los años veinte se orientaron a la propiedad estatal del conjunto de la economía (capitalismo de Estado, comunismo de guerra, nueva política económica), lo que podría explicar la importancia otorgada por Mariátegui a esta perspectiva en su propuesta del socialismo.

Sin embargo, Germaná anota también que las tesis sobre la propiedad social: Mariátegui asume que "la supervivencia de "elementos de socialismo práctico en la agricultura y la vida indígena" dan lugar a un nuevo tipo de relación social (...) En primer lugar, la relación que Mariátegui veía entre las formas de vida solidarias y las cooperativas de producción y de consumo. En el artículo "El porvenir de las cooperativas" sostiene la idea de que en el Perú, más que otros países de América Latina, las cooperativas tienen mejores posibilidades de implantarse por la existencia de "elementos más espontáneos y peculiares de arraigo" vinculados con las tradiciones milenarias de cooperación de las comunidades indígenas (...) La segunda idea se relaciona con un problema que Mariátegui tocó marginalmente pero que es fundamental. Se trata de la cuestión relativa a cómo serían coordinadas esas "comunidades" organizadas sobre la base de relaciones de cooperación y solidaridad. Sólo indirectamente se puede tener una referencia sobre este tema. Mariátegui cita un texto de E. Berth según el cual la organización económica del socialismo tendría como fundamento "una federación de talleres". Esta idea que es posible encontrar en G. Sorel, podría servir para pensar en la posibilidad de una organización nacional de las comunidades que estarían encargadas de dirigir la producción" (1995,92-93).

Mariátegui, entonces, siguiendo las tesis de Germaná, plantea la eliminación de la propiedad capitalista y feudal; pero no la eliminación de otras formas de propiedad como la estatal o la cooperativa. Respecto a la discusión sobre la propiedad en el socialismo reúne en sus escritos dos vertientes: la propiedad estatal y la propiedad social, la primera tributaria de sus análisis de la realidad europea particularmente de la U.R.S.S. y la segunda del comunismo agrario, las cuales no parecen haberse unificado en su reflexión. Sin embargo, pensaba -como anota Germaná retomando una cita de Mariátegui de **Defensa del marxismo-** en la **conquista del poder político como base de la socialización de la riqueza**. "Así pues, la naturaleza del poder político sería diferente bien se tratará de la apropiación cooperativa, bien se tratará de la apropiación estatal de los recursos productivos. En el primer caso porque el poder político terminaría disolviéndose en las manos de los propios productores; en el segundo, porque posibilitaría la consolidación del Estado y de una capa burocrática que lo conduciría" (1995,94).

4. APUNTES FINALES A MANERA DE CONCLUSIONES

El repaso realizado del pensamiento de González Prada, los Lévano, Castro Pozo, Mariátegui, Haya de la Torre, más allá de sus diferencias evidentes, permite confirmar que efectivamente existió en el Perú desde las primeras décadas del siglo XX una reflexión dedicada a indagar en las relaciones económicas no regidas por el capital y sustentadas en la reciprocidad y solidaridad.

La indagación fue realizada desde dos extremos: de un lado, la apuesta ética y política inspirada en la emancipación de las relaciones capitalistas y su lógica de dominación; pero de otro, la búsqueda de evidencias que sustentarán en la realidad las relaciones de reciprocidad y solidaridad como alternativas al ordenamiento capitalista. Ambos extremos aparecen como puntas inseparables de una misma hebra. Ambos extremos están diferenciados por los énfasis que cada pensador le otorga, en el caso de González y Prada, los Lévano y Haya de la Torre, la cuota de apuesta ética y política es marcada; en el caso de Castro Pozo y Mariátegui es más manifiesto el interés en la búsqueda de evidencias sin que ello signifique renunciar a la apuesta ética y política.

Además no es conveniente omitir que en gran medida la indagación señalada fue desplegada de la mano con el momento histórico que se vivía. Es decir, no hubo una autonomía de la indagación sobre la realidad respecto al contexto histórico, todo lo contrario, la indagación de la realidad estaba en tensión permanente con el contexto histórico. La reflexión esta amarrada, en este sentido, a proyectos políticos, en mayor o menor medida, alternativos; o en mayor o menor medida viables y sostenibles.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castro Pozo, Hildebrando (1979), "Nuestra Comunidad Indígena", Hildebrando Castro Pozo C. Editor, Lima.
- Chang-Rodríguez, Eugenio (2007), "Una vida agónica. Víctor Raúl Haya de la Torre", Fondo Editorial del Congreso del Perú, Lima.
- Choquehuanca, Walter (2006), "Haya de la Torre y el cooperativismo del siglo XXI" disponible en <http://cooperativismo.blogcindario.com/2006/09/00002-haya-de-la-torre-y-el-cooperativismo-en-el-siglo-xxi.html>
- Franco, Carlos (1989), "Castro Pozo: nación, modernización endógena y socialismo", CEDEP, Lima.
- Germaná, César (1995), "El "Socialismo Indo-americano" de José Carlos Mariátegui: Proyecto de reconstitución del sentido histórico de la sociedad peruana", Amauta, Lima.
- Germaná, César (2006), "Manuel González Prada y Víctor Raúl Haya de la Torre. De la democracia liberal al nacionalismo radical", San Marcos, número 24, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, 69-98.
- Lauer, Mirko (1997), "Andes imaginarios. Discursos del indigenismo 2", CBC Centro de Estudios Regionales Andinos "Bartolomé de las Casas" – Cusco, Sur Casa de Estudios del Socialismo, Lima.
- Lévano, Manuel Caracciolo (2006), "Qué son los gremios obreros en el Perú y lo que deberían ser", en: César Lévano y Luis Tejada (compiladores) "La utopía libertaria en el Perú. Manuel y Delfín Lévano. Obra completa", Fondo Editorial del Congreso del Perú, Lima.
- Lynch, Nicolás (1979), "El pensamiento social sobre la comunidad indígena en el Perú a principios del siglo XX", Centro de Estudios Rurales Andinos "Bartolomé de las Casas" - Cusco, Cusco.

- Mariátegui, José Carlos (1952), "Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana", Empresa editora Amauta, Lima.
- Montoya, Rodrigo (1979), "Prólogo a la segunda edición de Nuestra Comunidad Indígena", Hildebrando Castro Pozo C. Editor, Lima.
- Nieto Montesinos, Jorge (2000), "Estudio introductorio", en: "Haya de la Torre o la política como obra civilizatoria", Fondo de Cultura Económica, México D. F.
- Pajuelo, Ramón (2000), "Imágenes de la comunidad. Indígenas, campesinos y antropólogos en el Perú", en: Carlos Iván Degregori (Editor), "No hay país más diverso. Compendio de antropología peruana", IEP, Lima.
- Quijano, Aníbal (2008), "Solidaridad" y capitalismo colonial/moderno", América Latina en Movimiento, número 430, ALAI, Quito, 4-8.
- Sánchez, Luis Alberto (1980), "La prosa de Manuel González Prada", en: Manuel González Prada "Páginas libres Horas de lucha", Biblioteca Ayacucho, Caracas.
- Sobrevilla, David (2003), "Introduction", en: "Manuel González Prada. Free Pages and hard times: Anarchist musings", Oxford University Press, New York.
- Tejada, Luis (2006), "El pensamiento libertario", en: César Lévano y Luis Tejada (compiladores) "La utopía libertaria en el Perú. Manuel y Delfín Lévano. Obra completa", Fondo Editorial del Congreso del Perú, Lima.
- Villarán, Manuel Vicente (1981), "Condición legal de las comunidades", en: José Tamayo Herrera (Selección, prólogo y bibliografía) "El pensamiento indigenista", Francisco Campodónico F. Editor Mosca Azul Editores, Lima.

Sistematización dos procesos de trabalho e peculiaridades das experiências de economia popular e solidárias desenvolvidas no Vale do Rio Pardo/Rio Grande do Sul - BR

Caroline Goerck:

Assistente Social, Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Email: carolinegoerck@yahoo.com.br.

Leonia Capaverde Bulla:

Assistente Social, Professora e Pós-doutora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – coordenadora do Núcleo de Estudos em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS.



Foto: Rita Barreto

RESUMO

As cooperativas e associações de Economia Solidária ressurgem no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das formas de gerar trabalho e renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Este artigo refere-se a uma pesquisa que teve como objetivo analisar a organização dos processos de trabalho desenvolvidos em três cooperativas e uma associação, existentes no Rio Grande do Sul. Com a efetivação deste estudo pode-se verificar que, num primeiro momento, é a possibilidade de gerar trabalho e renda que propicia a inserção dos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos. Na maioria das experiências pesquisadas, os integrantes das cooperativas e/ou associação podem elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos empreendimentos, porém ainda de modo incipiente, devido aos vínculos com o

mercado. Para o desenvolvimento desses empreendimentos, faz-se necessário, no entanto, o incentivo do poder público, mediante políticas públicas que financiem e assessoram essas experiências.

Palavras-chave: Reestruturação do Capital, Economia Popular Solidária, Processos de Trabalho

SUMMARY

The cooperatives and work associations were created in Brazil, in the last decades of the century XX, as one in the ways of generating work and income to the subjects that are excluded of the formal market of work. This article refers to a research that had as objective analyzes the organization of the work processes developed in three cooperatives and an association, existent in Rio Grande do Sul. With the accomplishment of this research it can be verified that, in a first moment, it is the possibility to generate work and income that causes the workers' insert in those collective enterprises. The members of the cooperatives and association can elaborate their own rules and norms of the production and of administration of the enterprises. For the development of those enterprises, it is done necessary, however, the incentive of the public power, by public politics that finances and advises those experiences.

Word-key: Restructuring of the Capital - Solidary Popular Economy - Processes of Work

INTRODUÇÃO

O “trabalho” ocupa uma posição central na forma de organização da sociedade e na socialização dos sujeitos, pois é por meio dele que o ser humano se relaciona com a natureza e a transforma. Com a finalidade do sistema capitalista – de acumulação de capital –, e com a força de trabalho – entretanto, tida pelo capitalismo como mercadoria –, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos não está sendo constituído pela auto-realização e identificação dos trabalhadores, diante dos processos de produção. A acumulação de capital é obtida pela mais-valia durante os processos de produção, que por sua vez é apropriada pelos detentores dos meios de produção, durante a efetivação dos processos de trabalho, em que os trabalhadores comercializam as suas forças de trabalho em troca de salários. Desta relação entre a compra e a venda da força de trabalho que é suscitada a questão social⁷⁷.

Com a III Revolução Industrial (reestruturação do capital), desenvolvida por meio da robótica, automação e micro-eletrônica, juntamente com a readequação dos países da América Latina à reprodução do capital financeiro destinada aos países periféricos e orientada pelos países centrais (capitalismo avançado) – advindo do saque promovido pela elite latina, pelas privatizações, pela globalização e abertura comercial, entre outros (BORÓN, 1995) –, cria-se uma massa de trabalhadores considerados “sobrantes” pelo capital. O que acirra o processo de alienação⁷⁸, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente a III Revolução Industrial e a readequação da América Latina as exigências impostas pelos países centrais, ocorrem o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora.

Diante dessa realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, ressurgem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo,

⁷⁷ Questão Social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os trabalhadores sociais (IAMAMOTO, 2000).

⁷⁸ Mediante a fragmentação das atividades realizadas nos processos de trabalho, ocorre um processo de estranhamento, entre os trabalhadores e as mercadorias por eles produzidas (MARX, 1988). Este processo de estranhamento é designado de alienação. A alienação ocorre quando o trabalhador não se identifica e não se reconhece naquilo que produz, devido à divisão de tarefas nos processos produtivos (MARX; ENGELS, 1977).

como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas para os trabalhadores, diante do acirramento da questão social (entre elas, a falta de empregos formais), ocasionado pela reestruturação do capital (ANTUNES, 1995), como uma das formas de resistências dos sujeitos à questão social, sendo que estes empreendimentos coletivos são originados também pela desigualdade social e econômica, bem como uma das formas de resistência dos sujeitos ao modo de produção capitalista e suas respectivas relações sócio-econômicas. Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, são apoiados por instituições sociais – igreja, universidades, sindicatos, entre outros. Materializa-se por meio de cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses sujeitos.

O trabalho possivelmente realizado nos empreendimentos coletivos poderia agregar princípios que potencializam os processos de trabalho desenvolvidos por estes trabalhadores, aspectos esses normalmente não proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista. Os elementos que constituem o processo de trabalho nas experiências de Economia Popular Solidária são representados pela ajuda mútua, solidariedade, igualdade, participação, democracia, autogestão, entre outros. Devido a essas características, os sujeitos contam com a possibilidade de elaborar as suas próprias regras de gestão e sistematização do trabalho. Na medida em que esses empreendimentos introduzem elementos nos seus processos de trabalho, que os diferenciam da lógica e da finalidade do sistema capitalista – acumulação e centralização de capital –, pode-se referir que possivelmente essas experiências podem ser consideradas também como formas de resistência e contestação dos trabalhadores diante do capitalismo e seu processo de produção. Faz-se importante realçar, no entanto, que esses empreendimentos necessitam de políticas públicas que os assessor e os financie, visando as suas permanências e viabilidades no mundo do trabalho.

Este artigo tem como finalidade apresentar os dados obtidos por meio de uma pesquisa que analisou a organização dos processos de trabalho em experiências designadas, num primeiro momento, de Economia Popular Solidária na região central do Rio Grande do Sul/Brasil, mais especificamente no Vale do Rio Pardo⁷⁹. Estas experiências pesquisadas foram elegidas devido ao fato das mesmas se localizarem no meio urbano dos municípios que compõem a região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul – delimitação geográfica desta pesquisa. Refere-se ainda que os quatro empreendimentos coletivos analisados constituíam a totalidade das cooperativas e associações, existentes entre os anos de 2005 e 2006, no perímetro urbano desta região, acentuando a relevância e o ineditismo da pesquisa desenvolvida. Diante desta realidade, buscou-se desvelar as quatro experiências pesquisadas tidas como cooperativas e associações populares e solidárias, com vistas a apreendê-las na sua totalidade e contradições.

Primeiramente, será introduzida a historicidade das experiências pesquisadas, apresentando os motivos desencadeantes de suas fundações, os seus objetos de trabalho e suas principais metas, visando dar visibilidade à totalidade e às contradições destes empreendimentos coletivos. Em seguida serão apresentadas as formas de organização e sistematização dos processos de trabalho, bem como será estabelecida uma relação entre estes empreendimentos

2 O Vale do Rio Pardo é constituído pelos seguintes municípios: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

e a renda dos trabalhadores. Serão introduzidos, também, os aspectos representativos que constituem essas cooperativas e associação de trabalho, mediante o processo de autogestão e de participação dos sujeitos. Por último, serão tecidas as considerações finais.

1. Experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo – Rio grande do Sul / Brasil

No Vale do Rio Pardo – Rio Grande do Sul/Brasil, delimitação geográfica desta pesquisa -, praticamente não existem estudos e pesquisas referente à Economia Popular Solidária e sobre cooperativas e associações. As cooperativas e as associações de trabalho, produção e de serviço, que geram renda aos sujeitos constituem-se como elementos preponderantes à Economia Popular Solidária.

A Lei nº 5.764/71⁸⁰ no Artigo 4º define cooperativas como “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (NASCIMENTO, 2000, p. 133). Segundo esta mesma Lei, “compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público” (NASCIMENTO, 2000, p. 132-133); e definem-se como atos cooperativos “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (NASCIMENTO, 2000, p. 153). O combate à alienação, ao desemprego, às exclusões, normalmente constituem os objetivos desses empreendimentos coletivos. Quanto maior o número de empreendimentos cooperativados, maiores suas chances de sucesso (SINGER, 1999).

Comumente, entretanto, não são todas as cooperativas e associações que possuem essa racionalidade, há cooperativas que se fundamentam na lógica capitalista, inspiradas no acúmulo de capital. Neste sentido, constata-se que a criação desses tipos de cooperativas e/ou associações foram facilitadas pela Constituição Federal de 1988, em que foi permitida a livre associação. Com a Constituição Federal de 1988, as cooperativas e/ou associações, ao serem fundadas, não precisam mais passar por aprovação de Órgão Federal responsável, para as suas fundações (NASCIMENTO, 2000).

Deve-se enfatizar ainda, que entre as cooperativas e associações existem algumas diferenciações. Nas cooperativas: os sócios são proprietários de quotas-partes, que devem ser corrigidas; são compostas por no mínimo vinte integrantes; a diretoria recebe remuneração, mediante pró-labore adicional, por assumir cargos com maior responsabilidades; as sobras da cooperativa devem retornar aos seus integrantes (RECH, 2000). Já nas associações: o patrimônio é integralmente pertencente à associação e não aos associados; a associação é integrada por até vinte associados; caso haja sobras, na associação, devem ser aplicadas conforme os objetivos decididos por todos os integrantes que as integram (RECH, 2000).

1.1. Caracterização e breve histórico das experiências pesquisadas

Neste artigo pretende-se aprofundar aspectos inerentes à organização e sistematização dos processos de trabalho em três cooperativas e uma associação de trabalho⁸¹. Estas 4 experiências coletivas constituem a Economia Popular

⁸⁰ Lei Cooperativista, nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, criada durante o regime ditatorial no Brasil.

⁸¹ Cooperativa A, constituída por 23 integrantes, sendo que desses, 4 são homens e 19 são mulheres; Cooperativa B, que é composta por 13 cooperados – 11 mulheres e 2 homens; Cooperativa C, que

Solidária nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo. Para apresentar a sistematização e organização dos processos de trabalho nas experiências coletivas pesquisadas, no entanto, primeiramente se faz necessário um relato introdutório destas cooperativas e associação de trabalho, apresentando as suas historicidades e características relacionadas com as origens e os motivos que ocasionaram suas fundações. Outros aspectos que serão abordados referem-se às atuais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos, bem como as suas principais metas, enquanto empreendimentos coletivos que geram trabalho e renda aos trabalhadores.

1.1.1. Introduzindo a Associação D

O primeiro empreendimento a ser apresentado é a Associação D, associação de trabalho existente na zona urbana do município de Rio Pardo. A Associação D foi criada no ano de 2000, mediante a mobilização dos moradores da comunidade do Jardim Boa Vista (periferia de Rio Pardo). Estes moradores, ao se mobilizarem, objetivavam naquele momento – segundo as respostas dos trabalhadores –, eliminar o lixão existente nas margens do Rio Jacuí, localizado nesta mesma comunidade.

Outro motivo que desencadeou o processo de mobilização e de união desses moradores da comunidade do Jardim Boa Vista, foi à possibilidade de criar uma alternativa de geração de trabalho e renda a esses sujeitos, que estavam desempregados ou excluídos do mercado formal de trabalho. Neste sentido, observam-se dois aspectos principais que ocasionaram a fundação dessa associação de trabalho: a possibilidade de criar uma forma de geração de renda aos trabalhadores, por meio de um movimento popular, e a intencionalidade de eliminar o lixão existente no Jardim Boa Vista.

A mobilização dos trabalhadores, possivelmente vai ao encontro do processo de conscientização⁸² desses sujeitos. Nesse sentido, percebe-se que com o processo de conscientização e de união dos trabalhadores, esses sujeitos adquiriram força social. Mediante essa força social, os trabalhadores se organizaram para transformar a realidade local.

Com relação ao objeto de trabalho da Associação D, os trabalhadores associados coletam e reciclam os seguintes materiais recicláveis: papelão, lata, alumínio, plástico, jornal e vidro. Estes materiais são comercializados com empresas da região metropolitana de Porto Alegre. Atualmente, a associação aceita o cadastramento de novos sujeitos que almejam se associar. Os sujeitos que se associam às cooperativas e associação devem contribuir com pró-labore, um valor normalmente simbólico (ou seja, não muito elevado) que é agregado ao capital social dos empreendimentos populares. “[...] as cooperativas estão sendo vistas como uma alternativa de trabalho mais viável na época de crise em que vivemos. Isto porque o ingresso nelas se faz por subscrição de cotas, cujo valor costuma ser pequeno, em média não ultrapassando um salário mínimo” (GONH, 2003, p. 15). Os novos trabalhadores cadastrados, porém, devem permanecer na reserva, até o surgimento de novas vagas. Isso decorre, segundo os associados, do fato da associação estar sofrendo forte concorrência de atravessadores.

Com a existência dos atravessadores, os materiais coletados e comercializados não são suficientes para proporcionar a geração de renda a

possui 27 cooperados, todas mulheres; e, a Associação D, que possui como associados 12 mulheres e 3 homens, totalizando 15 integrantes.

⁸² Conscientização é organização, pois supõe tomada de atitude que implica a compreensão da força social da população quando articulada e organizada. Por sua vez, organização é conscientização, pois a população projeta, avalia e confronta sua força social com a dinâmica da realidade social. As novas atitudes tomadas, as novas alianças que vão garantindo, reforçando e ampliando a força social são, ao mesmo tempo, conscientização e organização (SOUZA, 2004, p. 93).

novos associados, que desejam integrar a associação. Com base nesta informação, constata-se uma contradição neste empreendimento coletivo, pois, segundo os Princípios do Cooperativismo, a adesão livre (livre entrada ou saída dos associados) deve integrar as relações estabelecidas nas associações e/ou cooperativas. Mesmo o fato do empreendimento não necessitar/absorver mais trabalhadores – devido à existência de atravessadores –, não anula essa contradição.

Refere-se ainda que o grupo de associados que a integra tem como um de seus objetivos principais, entretanto, a reivindicação da coleta seletiva do lixo à prefeitura municipal. Ou seja, pretende-se solicitar à prefeitura a promoção de uma campanha que incentive a coleta seletiva, com os cidadãos rio-pardenses. Justifica-se essa campanha pelo fato de que a coleta seletiva viabiliza a reciclagem de lixo, bem como possibilita também, aos associados, o recolhimento dos materiais (já separados), em frente às residências e prédios dos cidadãos. Esta reivindicação da coleta seletiva com a prefeitura evitaria que estes materiais recicláveis fossem repassados aos atravessadores. Percebe-se, assim, que, mesmo ocorrendo à contradição – relacionada com a restrição de novos trabalhadores (reserva) –, os associados possuem consciência acerca dessa realidade e pretendem transformá-la.

1.1.2. Apresentando Cooperativa B

O segundo grupo pesquisado neste estudo foi a Cooperativa B, localizada no município de Santa Cruz do Sul. Essa cooperativa foi fundada em 24 de maio de 1999, pelos moradores do Bairro Santuário, ou seja, novamente pela mobilização da própria comunidade. A iniciativa de formar uma cooperativa surgiu dos moradores pelo seguinte fato: no Bairro Santuário não existia nenhuma creche e/ou escola infantil, isso dificultava a inserção das mulheres – da referida comunidade –, no mercado de trabalho. Os moradores precisavam de um local que propiciasse o cuidado e a educação das crianças (filhos) para poderem ingressar no mercado.

Em vez de a comunidade solicitar uma escola municipal (creche) para inserir as crianças da comunidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Coletânea de Leis, 2000), os moradores do bairro que se reuniram para fazer a solicitação, sugeriram à prefeitura que os apoiasse para a fundação de uma creche em forma de cooperativa, em que os próprios moradores seriam os cooperados. Com este objetivo, o grupo de moradores se organizou e solicitou o auxílio da prefeitura, com a intencionalidade de implantar uma creche em forma de cooperativa.

Outro aspecto fundamental a ser ressaltado refere-se ao fato de que os sujeitos que fundaram a Cooperativa B estavam necessitando de uma alternativa para gerar suas respectivas rendas, pois estavam desempregados e/ou em precárias condições de trabalho (Singer, 2000). Mesmo sendo do poder público municipal a implantação de creche nas comunidades (escola infantil), esta se constitui atualmente na única cooperativa existente na zona urbana do município de Santa Cruz do Sul.

De acordo com a análise dos dados coletados, referente ao aspecto econômico, a Cooperativa B, vem estabelecendo uma relação de dependência com a prefeitura, afastando-se, assim, dos princípios que norteiam e constituem o Cooperativismo. Esta dependência pode ser constatada pelo fato de que, neste empreendimento, os “salários” dos cooperados são pagos pela prefeitura, aspecto esse que descaracteriza o empreendimento enquanto cooperativa. Isso significa que, atualmente, a cooperativa não é auto-sustentável e, na medida em que passa a contar mensalmente com o auxílio da prefeitura, os integrantes desta

experiência não se mobilizam para procurar alternativas que visem romper com esse vínculo de dependência vigente.

Apesar de gerar trabalho e renda aos seus cooperados e de facilitar a inserção dos moradores do Bairro Santuário no mercado de trabalho, esta cooperativa “desresponsabiliza” o município (Estado) de suas obrigações com a sociedade civil. Essa realidade vai ao encontro do referencial teórico neoliberal, que está sendo implementado com as políticas sociais públicas, desde as últimas décadas do século XX. Com a implementação do neoliberalismo nas políticas sociais públicas, a sociedade civil passa a ser responsabilizada por questões que eram tidas como dever do Estado e direito do cidadão.

Outra contradição constatada na Cooperativa B é que, durante a realização das entrevistas, os trabalhadores referem à cooperativa como sendo uma “creche”⁸³. Estas outras atividades desenvolvidas pela Cooperativa B, com crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, podem descaracterizar esta experiência coletiva enquanto creche (escola infantil). Possivelmente a Cooperativa B também está sendo utilizada como uma substituição de políticas públicas que tenham como demandas as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias. Entre estas políticas pode-se referir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Outro aspecto relacionado à Cooperativa B contraditório em relação aos princípios norteadores do cooperativismo, é que, atualmente, a cooperativa só aceita voluntários para auxiliar no trabalho. Segundo os cooperados, isto decorre do fato de que a creche está com o quadro de cooperados completo, não possibilitando a inserção de novos trabalhadores na cooperativa. Os trabalhadores da Cooperativa B, entretanto, não possuem clareza e conscientização acerca dessa contradição relacionada aos Princípios do Cooperativismo.

A publicização⁸⁴ dos serviços públicos, assim como a privatização, são orientações da política econômica e social neoliberal que vem sendo implementada nas políticas sociais. “A ‘publicização’, na linguagem governamental, consiste na descentralização, para o setor público não estatal, da execução de serviços que não envolvam o poder de Estado, mas devam ser por ele subsidiados, como a educação [...]” (IAMAMOTO, 2000, p. 121). Nessa direção, percebe-se que, mesmo que fosse realizado um trabalho de assessoria aos trabalhadores que lhes proporcionasse conscientização dessa realidade e, mesmo que os cooperados rompessem com essa dependência financeira obtendo suas respectivas rendas geradas pelos cuidados das crianças e adolescentes, a Cooperativa B continuaria sendo considerada uma terceirização e/ou transferência das responsabilidades do Estado à sociedade civil.

⁸³ A creche, entretanto, além de ser obrigação do poder público municipal (Estado), atende crianças até 6 anos de idade, ou seja, até se inserirem no Ensino Fundamental. Observa-se, então, que a Cooperativa B, além de desenvolver atividades que são de responsabilidade de uma creche, também desenvolvem atividades complementares às da escola. As crianças e adolescente, entre 7 a 14 anos, no turno inverso ao da escola, freqüentam a cooperativa. Para estas crianças e adolescentes, a COOESTAL desenvolve atividades de recreação, bem como também, o cuidado dessas crianças e adolescentes – que facilita a inserção dos pais no mercado de trabalho.

⁸⁴ “[...] setores de utilidade pública, onde incluem-se saúde, educação e previdência [...] prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização, aqui compreendida como um mero repasse de responsabilidades para entes da federação ou para instituições provadas e novas modalidades jurídico-institucionais [...] que configuram o setor público não-estatal, componente fundamental do Programa de Publicização” (BEHRING, 2003, p. 248-249).

1.1.3. Caracterizando a Cooperativa A

A terceira experiência pesquisada é a Cooperativa A, localizada no Município de Encruzilhada do Sul. Essa cooperativa surgiu de um projeto do governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra (1998 a 2002), que assessorava e incentivava o Cooperativismo no Estado.

Os sujeitos que fundaram a Cooperativa A estavam desempregados. Estes trabalhadores ouviram no rádio um comunicado referente à organização de sujeitos para formar uma cooperativa de coleta e seleção de lixo por meio de um projeto financiado pelo governo do Estado. A atual presidente da Cooperativa A foi quem colocou esse anúncio numa emissora do município chamando trabalhadores que desejassem vir a trabalhar numa cooperativa que tivesse como matéria-prima a coleta e seleção de lixo. Este comunicado também frisava que os sujeitos interessados deveriam fazer uma inscrição para ingressar no projeto. Nesse sentido, no ano de 2000, os trabalhadores se inscreveram para formar uma cooperativa de trabalho.

Mediante este projeto do governo do Estado, os participantes receberam treinamento e auxílio financeiro durante o período de seis meses. Tanto o auxílio financeiro como a qualificação tinha como finalidade proporcionar a organização dos trabalhadores para que os mesmos constituíssem uma cooperativa. No término desse período de seis meses, os trabalhadores fundaram a cooperativa de trabalho objetivando gerar trabalho e renda.

Esta cooperativa foi criada em dois bairros distantes dentro da cidade com o objetivo de facilitar a coleta de material reciclável em todo o perímetro urbano. Novamente pode-se referir a importância de políticas públicas e de profissionais para assessorarem essas experiências. A implantação da cooperativa em dois bairros distanciados da cidade, possivelmente demonstra um processo de planejamento que facilita a viabilidade desses empreendimentos coletivos.

A Cooperativa A coleta e comercializa os seguintes materiais recicláveis: papelão, lata, alumínio, plástico, jornal e vidro. A comercialização também é realizada com empresas da região metropolitana de Porto Alegre, assim como a Associação D. Atualmente, a experiência está sofrendo concorrência de atravessadores do município, fato que vem prejudicando o trabalho na cooperativa, pois diminui a quantidade de materiais coletados e, conseqüentemente, a renda dos cooperados.

A Cooperativa A possui como objetivo o aumento de sua geração de renda. Constata-se, assim, uma diferenciação entre a Cooperativa A e a Associação D, pois na Cooperativa A os trabalhadores emitiram nas suas respostas a intencionalidade de eliminar o lixo, juntamente com o objetivo de gerar trabalho e renda. É importante que se refira que este empreendimento coletivo foi criado por meio de um projeto do Estado, enquanto que a Associação D constitui-se numa iniciativa dos próprios trabalhadores com intuito de eliminar o lixo que existia na comunidade que residiam (residem) os fundadores da associação.

1.1.4. Delineando a Cooperativa C

Por fim, o último grupo a ser apresentado nessa pesquisa é a Cooperativa C, que se localiza no município de Sinimbu. Esta cooperativa foi fundada no ano de 1998 e teve sua origem diretamente relacionada com a falência de uma empresa calçadista deste município. No ano de 1998, após a falência da empresa,

o prefeito de Sinimbu convocou os trabalhadores que estavam desempregados para participarem de uma reunião⁸⁵.

Nesta referida reunião, o prefeito propôs aos trabalhadores (em torno de 30 sujeitos) para que os mesmos fundassem uma cooperativa de costura, com o apoio da prefeitura, objetivando as suas gerações de renda. Após a reunião, os trabalhadores se uniram e se mobilizaram para criar a cooperativa. Assim, constata-se que essa cooperativa de trabalho é oriunda da falência de uma empresa em que os trabalhadores vendiam as suas forças de trabalho em troca de salários.

Naquele período de reuniões, uma empresa de confecção de roupas de um município próximo a Sinimbu (Santa Cruz do Sul), se disponibilizou a fornecer maquinários e cursos de costura para qualificar os trabalhadores. Como os sujeitos precisavam de maquinários e não tinham recursos financeiros para adquiri-los, aceitaram a oferta da empresa. Com a instalação dos maquinários num prédio que é alugado pela prefeitura e cedido à cooperativa e, após o término do treinamento oferecido pela empresa, os trabalhadores fundaram a Cooperativa C.

Atualmente, essa cooperativa produz e comercializa os seguintes produtos: calças jeans, bermudas, saias, camisas, entre outros. Essas mercadorias são comercializadas com a empresa que fornece os maquinários à cooperativa. Quando os trabalhadores confeccionam mais produtos do que demanda a empresa que cede os maquinários, estas confecções são comercializadas com empresas (ou lojas) menores do município de Sinimbu.

Com base em informações obtidas na coleta de dados realizada por meio de entrevistas, constata-se que ao mesmo tempo em que a empresa cede maquinários facilita a produtividade na Cooperativa C, pois a cooperativa não possui condições de adquirir os meios de produção necessários à produtividade. Por outro lado, cria uma dependência e subalternidade do empreendimento coletivo aos interesses desta mesma empresa. A contradição que envolve a dependência nos processos de produção desencadeia a falta de autonomia e de viabilidade econômica dessa cooperativa.

Outro fator preocupante em relação à Cooperativa C é que, atualmente, a cooperativa sofre concorrência de outra confecção do município de Sinimbu e alguns dos próprios cooperados preferem ingressar na outra confecção. Esses trabalhadores preferem trabalhar no outro empreendimento, pois na outra confecção, os sujeitos, ao ingressarem, teriam a carteira assinada e assegurariam os demais direitos trabalhistas. Já na cooperativa, os trabalhadores contribuem para a previdência social como autônomos.

Mesmo com a relação de dependência estabelecida entre a cooperativa e a empresa (devido aos maquinários utilizados para confecção), observando-se outros elementos, porém, podem ser referidas características que aproximam este empreendimento dos Princípios do Cooperativismo e diferenciam a Cooperativa C da Cooperativa A. Como: o fato dos trabalhadores permanecerem na cooperativa mesmo quando ocorre a possibilidade de trabalhar em outro empreendimento (com carteira assinada), o processo de participação dos cooperados nas decisões da Cooperativa C e a conscientização dos trabalhadores em relação a sua dependência estabelecida com a empresa.

⁸⁵ Refere-se que as pesquisadoras ao iniciarem a pesquisa com este empreendimento coletivo, não tinham conhecimento de que esta cooperativa não funcionava de acordo com os princípios do cooperativismo. Com a realização da pesquisa percebeu-se que esta experiência não pode ser considerada uma experiência coletiva de geração de trabalho e renda com base na solidariedade e autogestão. Esta realidade só acentua a relevância do trabalho, na medida em que esta cooperativa não consiste enquanto uma experiência de Economia Popular Solidária, mas sim como uma cooperativa funcional aos interesses públicos e do sistema capitalista.



Foto: Rita Barreto

Apesar destes elementos referidos na Cooperativa C, observando, então, esta experiência por outro aspecto, não se pode deixar de apontar que possivelmente a Cooperativa C está sendo utilizada pela empresa que subsidia os maquinários como uma forma de terceirização do trabalho que anteriormente era realizado na própria empresa de Santa Cruz do Sul. Nesse

sentido, pode-se referir que a Cooperativa C, na forma que está sendo realizado, ser considerada uma forma de terceirização da empresa de confecção de roupas Jeans.

1.2. Analogias e contradições existentes entre as experiências pesquisadas

Pode-se perceber com o referido histórico das quatro experiências pesquisadas aspectos semelhantes e de grande relevância. Primeiramente, é o fato de que estas cooperativas e a associação foram fundadas objetivando a geração de trabalho e renda desses trabalhadores tendo-se dois empreendimentos originados pela mobilização dos trabalhadores, um empreendimento pela organização da prefeitura que mobilizou os trabalhadores e um empreendimento por intermédio de um projeto do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, ressalta-se a importância do aspecto econômico na fundação destes empreendimentos.

Devido aos novos processos de produção decorrentes da reestruturação do capital e da readequação dos países latino-americanos as políticas neoliberais e ao capital estrangeiro, cria-se uma massa de trabalhadores que não estão mais conseguindo se inserir no mercado formal de trabalho. No sistema capitalista é considerado cidadão o sujeito que está atuante na reprodução da vida material, ou seja, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Para alguns desses sujeitos, não há mais espaço de inserção no mercado formal de trabalho. Estas experiências coletivas e populares são criadas, num primeiro momento, então, como uma das possibilidades de gerar trabalho e renda aos sujeitos diante das manifestações da questão social.

O segundo aspecto preponderante nessas experiências é o incentivo do poder público, seja municipal ou estadual, na criação e/ou manutenção dessas cooperativas e/ou associações de trabalho. Os próprios integrantes das cooperativas e associação referem nas suas falas a importância do auxílio público, seja por meio de cursos de capacitação, seja mediante o incentivo público municipal para a realização da coleta seletiva pelos cidadãos. Além disso, a separação de lixo seco e orgânico, seja mediante o auxílio financeiro para aquisição de maquinários ou compra de locais para o estabelecimento dos empreendimentos. Assim, constata-se a importância do Estado para criação e viabilidade dessas experiências de geração de trabalho e renda.

Ocorre, entretanto, que, em alguns casos, é estabelecida uma relação de dependência a órgãos governamentais, como por exemplo, na Cooperativa A. A proposta de subsídios financeiros e de recursos humanos às cooperativas e associações não devem criar uma relação de dependência desses

empreendimentos ao governo, mas objetivar que o governo seja um facilitador e promovedor do fortalecimento e viabilidade dessas experiências.

O terceiro elemento que se destaca em relação a essas experiências cooperativistas e associativista referem-se ao fato de que a grande maioria dos trabalhadores desses empreendimentos é constituída por mulheres. Constatase que, ao contrário das experiências cooperativistas e associativista existentes na região do Vale do Rio Pardo, nas primeiras décadas do século XX, nas quais não era permitida a inserção das mulheres nos empreendimentos, dos 78 trabalhadores inseridos nessas quatro experiências pesquisadas, 69 são mulheres. Isto demonstra que 88,46% desses sujeitos correspondem ao sexo feminino, e, somente 11,54% ao masculino.

1.2.1. Experiências coletivas enquanto alternativas de geração de trabalho e renda

As dificuldades que estão sobrepostas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária referem-se à inclusão de um segmento social, historicamente excluído do mundo do trabalho. Esta exclusão é manifestada pela falta de atividades laborativas e postos de trabalho aos sujeitos, que lhes proporcionem a inserção no mercado formal.

Com a III Revolução Industrial, com a readequação do capital financeiro na América Latina, com a globalização, privatizações de estatais, acirramento do desemprego, entre outros, os empreendimentos compreendidos de Economia Popular Solidária, como por exemplo, as cooperativas e associações apresentadas, vêm se configurando como uma das alternativas existentes aos trabalhadores, que estão à margem do mercado de trabalho, para gerar renda. Torna-se inegável o fato destes empreendimentos na atualidade se constituírem como geradores de renda, entretanto, os mesmos para serem considerados experiências de Economia Popular Solidária não podem se distanciar dos princípios que fundamentam as cooperativas e associações, como por exemplo, ajuda-mutua, solidariedade, autonomia, autogestão, entre outros.

No que se referem aos quatros empreendimentos pesquisados, constata-se que todos foram criados com o intuito de gerar trabalho e renda aos sujeitos. Por outro lado, constataram-se também divergências em relação aos princípios norteadores da Economia Popular Solidária em que a solidariedade e a democracia se fazem presentes.

1.2.2. Dependência das experiências analisadas aos órgãos públicos

Nas cooperativas e associações pressupõem-se outra lógica de funcionamento que se diferencia da relação de empregador X empregado ou capital X trabalho, baseando-se na solidariedade e ajuda mútua entre os trabalhadores. Mediante os dados obtidos pela pesquisa realizada, constatou-se que, no que se refere à contribuição à Previdência Social, dos 31 trabalhadores entrevistados (envolvendo as 4 experiências coletivas), 61,29% são contribuintes e 38,71% não são contribuintes. Desses 61,29% dos sujeitos que contribuem à Previdência Social, todos o fazem como autônomos.

Percebe-se que os trabalhadores que se inserem na outra empresa (por terem a carteira assinada), ao mesmo tempo em que procuram uma melhor qualidade de vida, alicerçada na renda fixa, não compartilham da proposta e/ou Princípios do Cooperativismo. Os Princípios do Cooperativismo pressupõem a autonomia dos trabalhadores e a não dependência dos sujeitos em relação aos empreendimentos.

A autonomia, nestas experiências, pode estar relacionada com a liberdade que os trabalhadores possuem de escolherem participar da experiência coletiva. Ou seja, não é o fato de existir a possibilidade de trabalhar numa empresa com carteira assinada que irá fazer com que os mesmos se retirem da cooperativa, pois, segundo as respostas dos cooperados entrevistados, os mesmos enfatizam como aspecto positivo, o fato de poderem elaborar as suas próprias regras dos seus processos de trabalho e participarem das decisões da cooperativa.

Tendo-se como base essa realidade, por meio deste estudo, pode-se propor como sugestão, que seja criado na Previdência – Seguridade Social -, uma nova categoria que agregue essas cooperativas e associações de trabalho, diferenciando-as da categoria de autônomo. Torna-se relevante esta sugestão devido ao desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas desencadeadas pela III Revolução Industrial e pela implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas sociais públicas. Por meio desta nova configuração no mundo do trabalho, criou-se um déficit público que é representado pela crise do Estado (BEHRING, 2003).

Outra sugestão refere-se ao valor de contribuição dessa possível categoria a ser criada que abrangeria os trabalhadores dos empreendimentos coletivos. Nesta nova categoria, o valor de contribuição à Previdência poderia ser inferior a 20% do salário mínimo. Esta sugestão de redução do valor de contribuição é condizente com a realidade destes trabalhadores, pois, comumente, os rendimentos mensais obtidos por esses sujeitos não são muito elevados.

Essa redução do valor de contribuição destes cooperados e associados à Previdência Social, possivelmente absorveria até os 38,71% dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa que não são contribuintes, bem como os demais sujeitos destes empreendimentos. Propõem-se esta categoria diferenciada daria maior visibilidade aos processos de trabalho e às experiências coletivas das quais estes sujeitos participam promovendo e divulgando assim o Cooperativismo.

De acordo com os cooperados, a Cooperativa C possui também como objetivo adquirir seus próprios maquinários. Pretendem adquirir as máquinas de confecção, pois os trabalhadores desta cooperativa possuem consciência da sua dependência em relação à empresa que subsidia as máquinas.

Refere-se ainda o fato do incentivo do Poder Público por meio de financiamento, assessorias, ser de extrema importância para o funcionamento das cooperativas. Entretanto, esta assessoria deveria ser desenvolvida por meio de um processo de monitoramento constante, bem como de avaliação, para saber os limites de contribuição que os assessores e órgãos governamentais podem fornecer. Para isto, requerem-se ainda profissionais qualificados para o desenvolvimento destas atividades que o próprio governo deverá subsidiar e incentivar este aprimoramento profissional no que se refere a Economia Popular Solidária, seu monitoramento e avaliação.

1.2.3. A desigualdade de gênero nas experiências pesquisadas

O terceiro elemento que se destaca nesta pesquisa vai ao encontro da realidade das mulheres no mercado formal de trabalho, ou seja, se a maioria dos trabalhadores pesquisados é do sexo feminino. Este fato possivelmente representa o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, que vem sendo acentuado desde a segunda metade do século XX – inclusive nesta região.

Esta realidade vai ao encontro das informações contidas no Mapeamento da Economia Solidária realizado em 2005, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no Brasil. Ao examinarmos a composição do quadro social dos empreendimentos brasileiros verifica-se que quanto menor o seu tamanho maior

é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam largamente nos empreendimentos compostos por menos de 10 sujeitos, em torno de 63% (Atlas da Economia Solidaria no Brasil, 2006).

“A presença das mulheres na força de trabalho na América Latina vem aumentando de forma consistente e significativa nas últimas décadas. Entre 1960 e 1990, o número de mulheres economicamente ativas mais que triplicou, aumentando de 18 milhões para 57 milhões [...]” (ABRAMO, 2002, p. 111). Outra possibilidade, que pode estar associada ao aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, é o fato de que as mulheres são mais excluídas do mercado formal de trabalho, equiparadas aos homens. Realidade que vai ao encontro das metrópoles brasileiras. O trabalho feminino é histórica e comumente mais precário do que o masculino, pois as desigualdades de gênero permanecem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, mesmo com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Outra característica fundamental no que se refere ao trabalho feminino é que as mulheres se depararam com a falta de postos de trabalho – assim como os homens –, ou pela manutenção do modelo familiar patriarcal ou pela maternidade, estes são elementos que muitas vezes dificultam a manutenção do trabalho feminino no mercado (BRUSCHINI, 2000). Nessa direção, as mulheres possuem outras responsabilidades, sejam em relação ao cuidado dos filhos ou pela dupla jornada de trabalho (serviço doméstico juntamente realizado com o do mercado de trabalho). Esses elementos não são condizentes com a finalidade do sistema capitalista – acumulação e centralização de capital –, que requer máxima dedicação do trabalhador às atividades laborais que desenvolve.

Com base nesta realidade torna-se “notório e indiscutível a seleção de pessoal, com vistas ao provimento de cada um dos postos da hierarquia fabril, que tem no gênero um dos principais componentes na formação dos perfis desenhados para cada cargo ou posto” (FONSECA, 2000, p. 93). Assim, observa-se que a desigualdade de gênero persistente ainda é acirrada no mercado de trabalho. “[...] a intensa afluência das mulheres ao mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição significativa das desigualdades profissionais entre os homens e as mulheres [...] incluindo as salariais” (ABRAMO, 2002, p. 113).

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil constata-se que “[...] as mulheres representam 48% da força de trabalho do setor terciário e apenas cerca de 20% nos casos da agricultura e da indústria” (PNUD, IPEA, 1996, p. 33). Com base nestes dados, pode-se explicar que, como existe uma grande inserção das mulheres no setor terciário, refere-se que estas desenvolvem atividades laborais principalmente na zona urbana, por meio do setor de serviços.

Pode-se referir também que, para a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, faz-se necessário um nível de qualificação, que comumente é superior ao masculino, devido à desigualdade de gênero nas relações de (re) produção social e econômica. Outro fato relevante é referente a existência de algumas profissões que são predominantemente femininas, como é o caso da costura (94%), do magistério no Ensino Fundamental (90%), na secretaria (89%), na recepção (81%) (PNUD; IPEA, 1996). Essas informações proporcionam visibilidade para compreender a realidade de que 100% dos sujeitos que estão inseridos na Cooperativa B, que possui como objeto de trabalho a confecção de roupas *jeans*, são constituídos por mulheres.

Na atualidade, não necessariamente se caracteriza mais o homem como “chefe de família”, pois as mulheres estão desempenhando com maior frequência esse papel. Esta realidade pode ir ao encontro dos dados obtidos por meio desta pesquisa, em que se constatou que 88,46% dos trabalhadores dos empreendimentos analisados são constituídos por mulheres. Nessa direção, existem possibilidades de que estas mulheres estejam desempenhando o papel

de provedoras do lar e/ou da família. Ou seja, possivelmente está se acentuando a quantidade de mulheres que estão buscando alternativas para gerar e propiciar renda aos seus lares e/ou familiares.

Esta realidade, entretanto, não é linear, pois a busca das mulheres pela autonomia e emancipação no mercado de trabalho, juntamente com a geração de renda, ainda não está consolidada, pelo menos não de uma forma igualitária em relação aos homens. As mulheres comumente obtêm salários ou rendimentos inferiores aos dos homens. Nesse sentido, mesmo que a inserção das mulheres nos empreendimentos coletivos pesquisados tenha ocorrido devido à exclusão do mercado formal de trabalho⁸⁶, o trabalho feminino desenvolvido nestas experiências coletivas representa um papel muito significativo, pois este trabalho pode ser relacionado e referido como uma forma de resistência das mulheres às manifestações da questão social, entre elas, a desigualdade econômica, social, cultural, política e de gênero.

Estas experiências coletivas também podem ser tidas como espaços potencializadores do trabalho feminino, visando a emancipação, autonomia e a cidadania destas mulheres. As cooperativas e/ou associações, pode-se referir que se constituem em espaços de expressão política e social, nos processos sociais, na gestão, participação, decisões e demais atividades laborais que envolvem as atividades de trabalho. Para continuar apresentando as experiências coletivas, no próximo subitem serão introduzidas as informações referentes aos processos de trabalho desenvolvidos nestas experiências coletivas de geração de trabalho e renda.

2. Apresentação dos Processos de Trabalho desenvolvidos na Associação e nas Cooperativas Pesquisadas no Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul

Os processos de trabalho realizado nas três cooperativas e na associação pesquisadas nas áreas urbanas do Vale do Rio Pardo são caracterizados pela prestação e/ou terceirização de serviços. Entende-se por processo de trabalho o desenvolvimento das atividades que envolvem a efetivação ou produção de algo, partindo de uma intencionalidade para chegar numa finalidade, que por sua vez, constitui o produto final ou serviço prestado. Nesta segunda etapa do artigo, serão introduzidos os elementos constituintes dos processos de trabalho desenvolvidos nas experiências pesquisadas, como por exemplo, o objeto de trabalho, meios utilizados para a realização do serviço, a sistematização das atividades desenvolvidas, entre outros.

2.1. Caracterização dos processos de trabalho desenvolvidos nas experiências coletivas

Cada experiência, entretanto, possui um objeto de trabalho diferenciado nas atividades que desenvolvem, com exceção da associação D e da cooperativa A. A associação D e a cooperativa A são empreendimentos coletivos que possuem o mesmo tipo de objeto de trabalho, a coleta e a seleção de lixo (material reciclável); a cooperativa C trabalha mais especificamente com a confecção de roupas - *jeans*; e a cooperativa B se dedica ao olhimento e cuidado de crianças e adolescentes mediante a constituição de uma creche.

O trabalho que vem sendo realizado em coletivo por esses trabalhadores possui um valor de uso à sociedade, seja por meio da coleta de material

⁸⁶ Verificou-se que quase 3/4 dos trabalhadores inseridos nestas experiências já obtiveram outras experiências profissionais.

reciclável, seja pelo cuidado de crianças, ou pela produção de confecções (vestuário). “O processo de trabalho tem por finalidade a criação de valores-de-uso para o atendimento das necessidades humanas” (PRATES, 2003, p. 104). Ao mesmo tempo em que os processos de trabalho efetivados por esses cooperados e associados, ao desenvolverem as matérias-primas, possuem um valor de uso à sociedade. Também pode-se referir que esse trabalho desenvolvido possui um valor de troca, pelo qual a matéria-prima é comercializada, gerando assim, a renda desses trabalhadores.

Já os meios de trabalho utilizados pelas cooperativas e pela associação, além do prédio onde se localizam os empreendimentos, são: na associação D e na cooperativa A os trabalhadores fazem uso de máquinas para triturar e empacotar os materiais coletados, bem como de carrocinhas para o recolhimento de material; na cooperativa C os meios e instrumentos utilizados são as máquinas de confecção que são cedidas por uma empresa; e por último, na cooperativa B, os meios de produção são constituídos pelos computadores existentes no escritório, por um veículo utilizado para locomover os trabalhadores e as crianças e por móveis e utensílios utilizados para o funcionamento da creche e do escritório.

Referente à efetivação das atividades desenvolvidas por esses coletivos de trabalhadores, pode-se explanar que é realizada, basicamente, tendo como caracterização o rodízio das tarefas – polivalência. Segundo as falas dos próprios associados e cooperados, a organização dos processos de trabalho, baseada no rodízio das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, ocorre pelos seguintes elementos motivadores: “Porque um ajuda o outro” (PAULA, associação D); “Porque quando falta alguém, ou quando há necessidade, outro substitui” (FERNANDA, cooperativa A); “Quando um de nós não pode coletar material na rua, outro vai no seu lugar” (JOÃO, cooperativa A); “Porque a gente cansa de sempre fazer a mesma atividade, então preferimos nos revezar” (SAMANTA, associação D); “Porque temos que ter amizade entre a gente” (JOANA, cooperativa C).

Com base nestas informações percebe-se que, ao contrário dos processos de trabalho desenvolvidos pelos protótipos de produção Tayloristas/Fordistas e semelhantemente aos processos produtivos originados pela acumulação flexível (reestruturação produtiva) nas cooperativas e na associação pesquisadas, os trabalhadores realizam as atividades com maior flexibilidade e rotatividade nas funções que desenvolvem. O que diferencia, no entanto, a polivalência e a flexibilidade nas atividades realizadas pelos trabalhadores, nesses empreendimentos coletivos, comparados com as demais empresas existentes no mercado, são as causas originárias desses revezamentos. Enquanto que nas empresas privadas os trabalhadores devem exercer várias funções (polivalência), com objetivo de enxugar os custos de produção e aumentar a acumulação de capital, nas cooperativas e na associação o rodízio dos trabalhadores diante das tarefas desenvolvidas nos processos de trabalho é desencadeado pelos seguintes motivos: “Com o intuito de um ajudar o outro” (FERNANDA, associação D); “Porque a gente se combina entre si” (ALEXANDRA, cooperativa A); “Por que a gente cansa de fazer a mesma coisa e, então, nos combinamos entre nós” (ALEX, associação D); “Quando algum colega pede” (VANESA, cooperativa C); “A gente combina entre a gente” (JOÃO, cooperativa A); “Quando um não pode o outro ajuda” (ESTEFANI, cooperativa C).

Neste sentido, constata-se pelas respostas dos sujeitos entrevistados, que existem como elementos motivadores ao rodízio das atividades desenvolvidas, o desgaste de exercer sempre a mesma atividade laboral e a existência de solidariedade nos processos de produção. Em relação ao desgaste de desempenhar sempre a mesma função, pode-se referir que, como os trabalhadores não realizam somente uma atividade produtiva, o trabalho desses sujeitos, possivelmente, não passa a ser visto como cansativo, monótono ou

penoso. Outro aspecto relevante em relação à não exclusividade de realização de apenas uma tarefa laboral por esses sujeitos nos processos de trabalho, refere-se ao fato de que, possivelmente, os trabalhadores não sejam alienados, mesmo que ainda de modo incipiente. Isso significa que os trabalhadores, ao desempenharem várias atividades dentro das cooperativas e/ou associação, passam a ter clareza sobre as várias etapas que envolvem o funcionamento dos processos de trabalho, se identificando e re-significando, então, possivelmente, as atividades que desempenham.

No que se refere à existência de solidariedade nas alternâncias das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, percebe-se, segundo suas respostas, que essas experiências valorizam os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles. Nesse sentido, percebe-se que esses empreendimentos solidários são contribuintes ao processo emancipatório dos trabalhadores, no que se refere à organização, sistematização e relações nos processos de trabalho, pois a solidariedade que é referida neste estudo não corresponde ao humanismo cristão, mas ao processo de conscientização do coletivo em relação à humanização nas relações e desenvolvimento dos processos de trabalho. Verifica-se que esses empreendimentos populares e solidários contribuem para uma lógica diferenciada em relação ao sistema capitalista, pois a solidariedade e a alternância das tarefas se fazem presente, mesmo com a inserção desses empreendimentos coletivos no sistema capitalista. É pela união nos processos de trabalho de seus integrantes, que esse tipo de economia (solidária) vem gerando renda e, de modo ainda inicial, uma conseqüente melhoria de vida aos seus participantes (TIRIBA, 2000).

No que se refere ainda à solidariedade nos processos de trabalho, outro indicativo a que se remete é o adoecimento dos trabalhadores. Quando os trabalhadores adoecem continuam recebendo rendimentos das experiências em que estão associados. Recebem a renda, quase nas mesmas condições, como se estivessem trabalhando com os demais colegas, até o momento em que passam a serem amparados pela Previdência Social. A única experiência pesquisada que desconta dos cooperados (segundo as informações obtidas pelas entrevistas realizadas com os sujeitos) quando os trabalhadores faltam ao trabalho, mesmo em caso de adoecimento, é a cooperativa B. Verifica-se, assim, que na cooperativa B as relações entre os trabalhadores são marcadas pela mesma lógica existente no sistema capitalista, em que pesa a individualidade e a competitividade se faz presente - e não a cooperação e ajuda mútua entre os cooperados e associados.

Referente à quantidade de horas destinadas às atividades realizadas nos processos de trabalho, tanto na cooperativa C como na cooperativa B, os sujeitos trabalham em torno de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira nas cooperativas. Segundo as informações obtidas dos trabalhadores das demais experiências coletivas, da associação D e da cooperativa A, normalmente esses sujeitos trabalham mais de 8 horas diárias. Na associação D, o trabalho também é realizado de segunda a sexta-feira. Já na cooperativa A, é realizado entre segunda-feira e sábados (totalizando seis dias por semana). Esses dois empreendimentos, em que os cooperados e/ou associados trabalham mais de 8 horas diariamente, a cooperativa A e a associação D, possuem como analogia os seus objetos de trabalho: a coleta de material reciclável.

Enquanto que em dois empreendimentos, os sujeitos trabalham 8 horas diárias (cooperativa B e C), nos outros dois que possuem como matéria-prima a coleta de material reciclável (associação D e cooperativa A), ou seja, 50% dos empreendimentos, os trabalhadores trabalham mais de 8 horas diárias para a geração de suas rendas. Essa opção por trabalhar mais do que 8 horas diárias é atitude dos próprios trabalhadores desses empreendimentos (segundo suas respostas), pois preferem trabalhar mais horas, prospectando coletar maior quantidade de material e aumentar, respectivamente, suas rendas. A fala de um dos trabalhadores da cooperativa A é esclarecedora nesse sentido: “eu acho que

os sócios têm o mesmo pensamento, quanto mais a gente trabalha, mais a gente ganha” (JOÃO, cooperativa A). Esse trabalhador explana que, quanto mais os sujeitos trabalham, enquanto coletivo, maior serão suas rendas mensais.

Esses dados proporcionam visibilidade a uma realidade que comumente não é transmitida pelos veículos de comunicação, assim como pelos detentores dos meios de produção, pois essas informações são reveladoras de que se os trabalhadores possuem baixos rendimentos, não é por falta de horas trabalhadas ou de “esforço”, visto que na associação D e na cooperativa A os sujeitos trabalham mais de 8 horas diárias. “[...] velhas noções a respeito da causa do pauperismo, que punham acento na predestinação divina, na fraqueza moral dos desvalidos, na inferioridade biológica e cultural das classes dominadas e na naturalização das desigualdades sociais [...]” (PEREIRA, 2002, p. 17), devem ser repensadas, pois as desigualdades são oriundas de determinações históricas e hegemônicas que permeiam a realidade.

Esse é um dos fatores que torna muito difícil a ruptura com o capital, pois esta estrutura está arraigada na realidade. Neste trabalho não se pretende pressupor que a Economia Popular Solidária é o modo de transformar e romper com o capital. Pode-se referir, porém, que a Economia Popular Solidária se constitui numa das alternativas de geração de trabalho e renda, diante das manifestações da questão social. Já os seus processos de trabalho quando efetivados respaldados em elementos como, por exemplo, a solidariedade, a ajuda-mútua e a cooperação entre os trabalhadores, podem se constituir em formas dos sujeitos expressarem sua contestação ao capital e aos seus processos de produção, pois as rupturas na realidade não são lineares, mas permeadas de contradições e conflitos, por intermédio de avanços e retrocessos. Nesse sentido, possivelmente com as contribuições obtidas por meio destas experiências populares e solidárias e outros movimentos sociais, possam ser criados futuramente alguma alternativa viável que realmente transforme ou substitua este modo de produção excludente.

2.2. Organização da partilha dos rendimentos obtidos pelas experiências coletivas e o apoio das políticas de geração de trabalho e renda

Outro elemento importante analisado refere-se à partilha dos rendimentos. Segundo a fala dos trabalhadores, todos recebem o mesmo valor, com exceção das lideranças dos empreendimentos populares e da professora que trabalha na cooperativa B. Novamente, constata-se que na cooperativa B não existe uma relação de igualdade estabelecida entre os trabalhadores, pois a trabalhadora que possui maior escolaridade, também possui a maior rentabilidade. Nos demais empreendimentos populares, todos recebem o mesmo valor por meio do processo de partilha que ocorre normalmente no término do mês. O processo de partilha é realizado após o pagamento das despesas mensais fixas dos empreendimentos coletivos (dívidas, aquisições de novos materiais, manutenções, contas, entre outros). Segundo o artigo 16 e inciso I da lei referente ao Cooperativismo de 1971, deve ser destinada uma reserva legal com o mínimo de 10% das sobras para reparar perdas e prejuízos e atender ao desenvolvimento de suas atividades (NASCIMENTO, 2000).

Para dar maior visibilidade à renda dos trabalhadores, segundo os dados obtidos os empreendimentos coletivos arrecadavam mensalmente e em média os seguintes valores: Constata-se com estas informações que a cooperativa C possuía, em janeiro de 2005, a maior arrecadação financeira mensal, em torno de R\$ 16.000,00; a cooperativa B, a segunda, em torno de R\$ 7.500,00; a cooperativa A, a terceira, em torno de R\$ 4.000,00; e a associação D, a menor arrecadação, em torno de R\$ 1.900,00.

Segundo os dados coletados, também no mês de janeiro de 2005, a renda individual dos trabalhadores correspondia em média aos seguintes valores: Baseando-se nestes dados, constata-se que a cooperativa C e a B são os empreendimentos coletivos que geram maior renda mensal aos trabalhadores, em torno de R\$ 450,00 na cooperativa C e R\$ 500,00 na B. Estes dados vão ao encontro das informações explanadas anteriormente, pois, concomitantemente, são as experiências que mais arrecadam e, conseqüentemente, comercializam os produtos mensalmente. Já os dois empreendimentos que possuem como objeto de trabalho a coleta de material reciclável, são as experiências que possuem uma rentabilidade mensal menor por trabalhador, em média em torno de R\$ 120,00 na associação D e de R\$ 260,00 na cooperativa B. Mesmo com os baixos rendimentos, os trabalhadores quando perguntados sobre suas situações financeiras, todos os sujeitos (100%), responderam que suas rendas melhoraram a partir do momento em que se inseriram nas cooperativas e associação de trabalho. Assim, constata-se que a renda gerada por estes empreendimentos coletivos é significativa aos seus integrantes.

Observa-se, entretanto, que os sujeitos que se inserem nessas experiências coletivas, não adquirem rendimentos elevados por meio de seus trabalhos, mas, possivelmente, com a implementação e efetivação do apoio de políticas públicas, se tornará viável um aumento na geração de renda desses trabalhadores.

As políticas contribuem com cursos de capacitação aos cooperados e/ou associados, com financiamento de projetos das experiências, com acompanhamento e assessoramento desses empreendimentos populares (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003). A política pública de Economia Solidária, que ainda está em fase de implantação pelo Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES) com os Estados e municípios, tem como finalidade “o combate efetivo das causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social” (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003). Essa política pública foi criada pelo governo, mediante a reivindicação dos próprios trabalhadores que atuam nessas experiências coletivas, tendo como intencionalidade combater a pobreza e criar alternativas de geração de renda aos trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho.

Essa política pública também possui como objetivos: contribuir à dignidade dos cidadãos; contribuir para a erradicação da pobreza; contribuir para a promoção, a ampliação das oportunidades e para a melhoria das condições de trabalho e renda; reconhecer e fomentar diversas formas de Economia Popular Solidária; contribuir ao desenvolvimento e sustentabilidade socioeconômicos e ambientais dessas experiências; contribuir para dar visibilidade e legitimar as experiências de Economia Popular Solidária; viabilizar o acesso das experiências de Economia Popular Solidária aos instrumentos de fomentos; promover a intersectorialidade das políticas públicas que possam fomentar a Economia Popular Solidária; fortalecer e incentivar a organização dos diversos atores sociais, priorizando os sujeitos que atuam em experiências de Economia Popular Solidária (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003).

Nesse sentido, constata-se a importância de políticas públicas, tanto ao incentivo, como à manutenção e viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, seja pela aquisição de meios de produção, de cursos de capacitação aos trabalhadores ou de financiamento aos empreendimentos.

2.3. Processo de gestão e participação dos trabalhadores nas experiências pesquisadas

Pode-se visibilizar também, outros elementos preponderantes referentes aos processos de trabalho constituintes das experiências de Economia Popular

Solidária, além da organização das atividades e da rentabilidade desses empreendimentos, como o processo de autogestão e de participação dos trabalhadores.

De acordo com a análise realizada mediante os documentos acessados (estatutos, regimentos e reportagens) e com as respostas obtidas pela realização de entrevistas com os trabalhadores (aplicação de formulários), constatou-se, entre outros elementos analisados, que os quatro empreendimentos, 100%, possuem diretoria. Essas diretorias são compostas pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, conselho fiscal (integrado por três membros). Somente a cooperativa B possui um cargo a mais na direção, o de coordenação de educação, que é ocupado pela professora. A gestão do grupo de trabalhadores que estão inseridos nas diretorias possui duração de dois anos consecutivos, quando, então, ocorrem novas eleições para a composição de nova diretoria.

Nesse sentido, pode-se referir que nas cooperativas e associações existem outros elementos que, possivelmente, são tão importantes quanto ao aspecto econômico. A Economia Popular Solidária não se constitui apenas numa das alternativas ao desemprego, geradora de trabalho e renda, pois é por meio do aspecto político e “social o pressuposto e o sentido do econômico” (LEBOUTTE, 2003, p. 12). Para o desenvolvimento dessas experiências, faz-se necessário um conjunto de princípios, como os de solidariedade, responsabilidade, respeito ao coletivo e a sua diversidade e o comprometimento dos trabalhadores à cooperativa/associação. Esses princípios de solidariedade, auto-ajuda, comprometimento, devem constituir e permear a organização e a realização das atividades desenvolvidas nos processos de trabalho. Percebe-se que, além do aspecto econômico, essas experiências possivelmente contribuem com a formação e conscientização desses sujeitos (TIRIBA, 2000), em que os trabalhadores, além de participarem dos processos de produção, adquirem conscientização e se percebem como sujeitos integrantes das experiências, responsabilizando-se pelas atividades que realizam.

Quando ocorre o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão, enquanto coletivo, considera-se que essas experiências são autogestionárias. “A autogestão é a expressão máxima de uma gestão participativa, seja em nível socioetário, mais amplo, ou ao nível restrito de uma gestão de uma organização” (PRATES, 2003, p. 119).

Compreende-se por autogestão o empreendimento cuja gestão é exercida democraticamente pelos sujeitos e que se realiza no mercado. Ou seja, “autogestão cooperativa é a gestão da cooperativa pelos próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, características que marcam todas as cooperativas” (PINHO, 2004, p. 81).

Com relação ao processo de participação dos trabalhadores na gestão desses empreendimentos, é fundamental que a cooperativa e/ou associação forneça as seguintes condições aos seus associados: que os sujeitos tenham plenas condições de participação; que as sugestões e críticas apresentadas pelos trabalhadores sejam levadas em consideração pelo coletivo; que exista, por parte da diretoria, uma política de transparência e de esclarecimento de suas ações perante aos demais membros das cooperativas e/ou associações (RECH, 2000). Segundo as informações coletadas, os trabalhadores que estão inseridos na cooperativa B (que não ocupam cargos na diretoria), responderam que nem sempre são ouvidos nas suas opiniões e sugestões, durante as reuniões ou na realização das atividades que envolvem o processo de trabalho. Nesse sentido, percebe-se que na cooperativa B pode estar havendo uma centralização no processo de tomada de decisões.

Com as respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, porém, constatou-se que as demais experiências populares tentam desenvolver um processo de gestão participativa nos seus processos de trabalho. Essa gestão que vem se tentando desenvolver nas demais experiências pesquisadas (associação D, cooperativa A e cooperativa C) é designada de gestão estratégica/participativa e se configura “através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação. Sua expressão máxima seria a autogestão” (PRATES, 1995, p. 101). Com exceção dos trabalhadores da cooperativa B – caracterizada neste estudo como um processo de gestão concentradora –, quando os sujeitos entrevistados foram perguntados acerca de seus posicionamentos em relação às propostas apresentadas pelo coletivo e/ou pela diretoria, responderam que normalmente argumentam nas reuniões, quando não concordam com alguma proposta ou decisão. “[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários” (GONH, 2003, p. 15).

Nesse sentido, longe de ser uma visão ingênua desses empreendimentos, percebe-se que essas cooperativas e associação vêm tentando realizar um processo de gestão participativa, que possivelmente pode ser caracterizado como tentativas de processos autogestionários. Na cooperativa B, entretanto, a diretoria detém o poder, centralizando as decisões da cooperativa, mesmo quando os demais cooperados participam das reuniões e assembléias.

Mediante estes relatos, constata-se que os trabalhadores se sentem responsáveis pelas cooperativas e associação, mesmo quando não ocupam cargos na direção. Das respostas citadas, somente a Elisângela e a Joana responderam que se sentem obrigadas e/ou intimadas a participar das reuniões. A Joana porque faz parte da diretoria e a Elisângela responde que participa porque é obrigatório. Ambas as cooperadas trabalham na cooperativa B. Os 87,09% dos trabalhadores que informaram que se sentem responsabilizados pelos empreendimentos, integram os outros três empreendimentos pesquisados. “Pode-se contrapor pobreza socioeconômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda, pela falta de participação” (DEMO, 1999, p. 15).

Constata-se, assim, que a participação, se for realizada com criticidade, é fundamental ao processo de gestão num empreendimento coletivo, pois é por meio dessa participação e do comprometimento dos trabalhadores, que esses empreendimentos possivelmente se tornam autogestionários. Esse processo de participação e de autonomia dos trabalhadores na associação e nas cooperativas, pode ser confirmado por meio dos seguintes elementos: presença nas reuniões, capacidade de opinar, capacidade de indicar colegas e se auto-indicar à diretoria, capacidade dos associados em estabelecer igualdade nas relações de trabalho, capacidade de eleger seus representantes, entre outros.

O processo de participação dos trabalhadores, portanto, está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os cooperados e/ou associados. Já o seu oposto, a não participação dos trabalhadores nas cooperativas e associações – que pode resultar na pobreza política –, pode ser caracterizada pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de auto-sustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e auto-crítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de auto-sustentação das experiências (conformismo, passividade, paternalismo); falta de “luta” por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de autogestão (capacidade de resolver problemas materiais e políticos) (DEMO, 1999).

Quando os trabalhadores foram perguntados sobre as suas percepções em relação à diferença entre serem funcionários e serem cooperados e/ou associados em experiências de Economia Popular Solidária, 77,41% dos entrevistados responderam que existe muita diferença (somente 22,58% não responderam ou disseram que não havia diferença). Estes dados podem ser visibilizados pelas seguintes respostas dos trabalhadores: “A gente é que é o dono” (SANDRA, cooperativa A); “Aqui a gente trabalha por conta” (VERA, cooperativa C); “A gente mesmo que se manda” (REGINA, associação D); “Trabalha com mais liberdade” (ROSANGELA, associação D); “Aqui não tem patrão, é bem melhor do que trabalhar de doméstica, aqui a gente trabalha para a gente” (CARINE, associação D); “A gente se torna dona e temos que ter a cabeça no lugar” (DEISE, cooperativa C). Com base nestes comentários dos sujeitos, constata-se que os mesmos se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos, pois se percebem como associados e/ou participantes dos empreendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar os processos de trabalho desenvolvidos em experiências de Economia Popular Solidária localizadas no meio urbano na região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul/BR. Com a III Revolução Industrial e com a inserção das políticas neoliberais nos países latino-americanos, o capital alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho – especialmente os menos qualificados.

Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (entre meio salário mínimo a dois salários mínimos), pode-se constatar que são muito significativas a estes sujeitos. Verifica-se então que, primeiramente, o que desencadeia a inserção destes trabalhadores nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda. Ou seja, a geração de renda é o mais imediato, cooperativismo e associativismo como forma de sobrevivência, resistência ao desemprego, ou como uma das estratégias dos trabalhadores para organizar suas lutas pela sobrevivência. Pode-se referir também que estes dados ilustram que os sujeitos que integram os empreendimentos coletivos no Vale do Rio Pardo são trabalhadores com baixa qualificação profissional e, se não estivessem incluídos nessas cooperativas e associação, possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social mais acentuada, isolados e sem princípios coletivos, autogestionários.

Pode-se considerar, também, que essas experiências cooperativistas e associativistas representem, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema capitalista, pois aspiram uma sociedade produtora de valores de uso, controlada pelos próprios trabalhadores e não pelo capital. É importante que se faça referência a essa realidade, devido a ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias, introduzem nas relações que envolvem os seus processos de trabalho, respaldados em princípios de solidariedade, democracia, participação de uma forma diferenciada e autogestão dos empreendimentos, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista – de acumulação e centralização de capital. Refere-se, entretanto, o fato de que algumas cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e de privados. Esta realidade pode estar ocorrendo com os trabalhadores da cooperativa B e da cooperativa C. Mas, constata-se uma diferença entre essas duas experiências, pois, ao contrário da cooperativa B, os trabalhadores da cooperativa C são conscientes de sua dependência – que foge à finalidade dessas experiências.

Por fim destaca-se a importância e a relevância deste estudo, pois, praticamente, não existem pesquisas e bibliografias referentes a Economia Popular Solidária na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul – Brasil. Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema capitalista, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância do apoio de políticas públicas e profissionais que assessoram estas experiências coletivas, de modo que o processo de monitoramento e avaliação se tornem constantes. Esses empreendimentos comumente são suscitados pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

AAtlas da Economia Solidária no Brasil. 2005 Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BREUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria I. B (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanência e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo).

E19 Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília: TEM; SENAES, 2003.

FONSECA, Tânia M. G. *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LEI Nº 5.764-71. *POLÍTICA NACIONAL DO COOPERATIVISMO*. In: Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DE EDUCAÇÃO. In: *Coletânea de Leis*, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 1999/2002,

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988. Volume I.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Feuerbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como uma Alternativa de Mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRATES, Jane Cruz. *Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado).

_____. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. (Tese de Doutorado).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL – PNUD BRASIL. *Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil de 1996*. Brasília: PNUD/IPEA, 1996.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224.

Otra Economía

Sección Reseña de Libro

Reseña del libro:

A nova economia do trabalho. Murteira, Mario 1ra edição Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. 147 páginas.

Por José Luís Alves da Silva⁸⁷ y

Sandra Isabel Reis da Silva⁸⁸



Antes de entrar na análise do livro “A Nova Economia do Trabalho”, a que nos propomos, vejamos alguns dados do seu autor. Professor catedrático jubilado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Mário Murteira foi presidente da Escola de Gestão do mesmo Instituto e investigador do Gabinete de Investigações Sociais. Além disso, teve a seu cargo diversas missões de assistência técnica em África como consultor da Organização das Nações Unidas, do Banco Mundial e da Comunidade Económica Europeia. Murteira foi ministro dos Assuntos Sociais, no I Governo Provisório, e do Planeamento e Coordenação Económica, nos IV e V Governos Provisórios. Actualmente, Mário Murteira é director da revista

Economia Global e Gestão.

Em relação à sua obra apraz-nos dizer que, segundo o próprio autor, a mesma é fruto da sua experiência como docente e investigador apresentando um ensaio cujo tema central – “a nova economia do trabalho” - tem sido o grande suporte da sua carreira universitária, em que o mesmo pretende compreender, com a objectividade possível, o que mudou no mundo, em particular no mundo do trabalho e dos sindicatos, do emprego e do desemprego, da política social, em suma, da temática da economia do trabalho.

Segundo o autor, a economia do trabalho, na ideologia e na sua prática, mudou profundamente nas três décadas que se seguiram aos “anos de ouro”, ou seja, desde o derradeiro quartel do século passado, e isso é fruto de um processo profundo, e de algum modo inesperado, de transformação do próprio capitalismo, em que sobressai o conjunto de tendências habitualmente designadas pelo termo globalização.

As alterações são profundas na nova economia do trabalho, não se podendo definir como boa ou má por se seguir a algo que ficou para trás na

⁸⁷ Mestrando em Economia e pós-graduado em Finanças Empresariais pela Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão. Licenciado em Contabilidade e Administração – Ramo Auditoria e bacharel em contabilidade e administração pela Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG) do Instituto Politécnico do Porto (IPP). Membro do grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais (ECOSOL CES) da Universidade de Coimbra. E-mail: joseluisilva@gmail.com

⁸⁸ Mestranda em Economia e pós-graduada em Finanças Empresariais pela Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão. Licenciada em Contabilidade e Administração – Ramo Auditoria e bacharela em contabilidade e administração pela Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG) do Instituto Politécnico do Porto (IPP). Membro do grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais (ECOSOL CES) da Universidade de Coimbra. E-mail: sisasilva@gmail.com

história; é apenas algo que está surgindo à nossa volta e precisamos de compreender antes de julgar e de nos situarmos a seu favor ou, pelo contrário, na oposição militante.

É desta emergente disciplina, que procura identificar uma complexa e contraditória realidade sócio-económica em gestação, que se ocupa este livro.

O livro “A Nova Economia do Trabalho”, apesar de possuir 9 capítulos, encontra-se dividido em cinco grandes temas, o **primeiro** dos quais respeita ao processo de formação de um mercado global, que constitui a envolvente determinante de todo um complexo conjunto de transformações no sistema da economia mundial, tendo em consideração as tendências democráticas hoje dominantes.

O **segundo** tema, mais limitado no tempo e no espaço, refere-se à secundarização do mercado de trabalho a favor de um novo mercado do conhecimento como lugar primordial da acumulação neste capitalismo de mercado global, que se desenvolve e consolida no último quartel do século passado.

O **terceiro** tema refere-se ao emprego e desemprego, e tem a ver com a discussão de conceitos muito referidos, como flexibilidade, adaptabilidade, empregabilidade, aprendizagem, incluindo a aprendizagem para toda a vida, etc. O autor analisa ainda as implicações da transformação da estrutura macroeconómica do emprego, determinando que o operário da indústria ceda a sua posição estratégica, na estrutura do emprego, ao dito trabalhador do conhecimento.

O **quarto** grande tema, desta via, respeita ao presente e futuro do sindicalismo, ou seja, o seu posicionamento ao nível do que o autor chama de “mega-economia”, que não se pode, hoje, reduzir simplesmente à economia mundial.

Por último, no **quinto** tema, o autor tece uma reflexão conclusiva centrada no conceito de desenvolvimento humano tendo em consideração os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Além desta apresentação genérica da nova economia do trabalho no contexto do presente capitalismo do mercado global, o autor analisa a situação portuguesa neste domínio, procurando situá-la na perspectiva do processo histórico ocorrido em Portugal na segunda metade do século passado.

O autor deixa transparecer que o lado sombrio da globalização respeita à acentuação de desigualdades, à visão do mundo dominado pela acumulação de riqueza material, à redução do desenvolvimento humano a um paradigma meramente mercantil. Acrescenta ainda que o maior risco da integração da economia mundial por via da globalização consiste na desintegração social, na destruição dos elos de solidariedade entre as pessoas aos vários níveis da convivência humana.

Nos últimos dois séculos passamos de um modelo de crescimento baseado na indústria a outro baseado no conhecimento e importa saber que implicações daí resultaram para aquilo que o autor chama de economia do trabalho.

O autor refere que uma dimensão desta mudança diz respeito à desmaterialização do capital, que segundo algumas interpretações, seria hoje imaterial ou intelectual, isto é, conhecimento e já não apenas coisas, como máquinas e outros equipamentos.

Segundo o mesmo, a teoria do valor de Marx não é logicamente sustentável. O valor das mercadorias não pode exprimir-se na unidade de medida que Marx procurou definir, ou seja, o número de horas necessário à produção da mercadoria; e nem tampouco é defendível a determinação do salário pelo mínimo

de subsistência. Além disso, não há um conceito “absoluto de valor”, como Marx procurou, mas apenas relativo, afirma o autor.

Murteira frisa que a China, com um quinto da população mundial (cerca de um bilhão e trezentos milhões), cresce a taxas anuais que permitem duplicar a produção em períodos de oito ou nove anos, ainda caracterizada por abundante mão-de-obra, dir-se-á inesgotável, habituada a elevadas cargas de trabalho e a muito baixos salários, é sem dúvida elemento fundamental da criação e repartição de valor na economia do século XXI.

O mesmo acrescenta que a globalização da economia mundial, ironicamente, vem assim permitir a exploração capitalista do trabalho – numa economia que ainda se reclama de marxista – a uma escala nunca vista.

O autor defende ainda que o mercado global no seu todo origina a situação paradoxal de gerar uma insaciável procura de bens e serviços dalgum modo supérfluos, mesmo luxuosos, quando deixa por satisfazer uma imensa e potencial procura de bens e serviços necessários, a que todavia não é possível responder, porque não é suportada por rendimento que permita a aquisição desses bens e serviços de primeira necessidade.

Ao longo desta obra, o autor explana que a tendência dominante não vai no sentido de redistribuição do rendimento à escala mundial, antes se orienta no sentido da acentuação de desigualdades. Verifica-se assim uma passagem de um modelo de crescimento baseado na indústria a outro baseado no conhecimento.

O autor chega mesmo a afirmar que nos encontramos numa nova fase ou etapa do processo secular de desenvolvimento do capitalismo, fase a que ele tem designado por capitalismo do mercado global.

Mário Murteira acrescenta ainda uma reflexão sobre a natureza do conhecimento oferecido e procurado neste sistema económico que real ou supostamente nele se baseia. Uma das suas afirmações vão no sentido de que a economia baseada no conhecimento, ou de maior nível e melhor qualidade de vida de nada servirá se o futuro for incerto, se o emprego for precário ou se estiver em causa a liberdade individual.

Murteira tece ainda alguns comentários sobre o surgimento da social-democracia, e apesar da diversidade de factores que estiveram na sua origem, avança com um denominador comum: a relevância atribuída ao trabalho e aos trabalhadores como factores determinantes da necessária transformação do capitalismo em direcção a outra economia e outra sociedade, consideradas mais justas e solidárias. O trabalho é assim entendido, ao mesmo tempo, como meio e fim do possível desenvolvimento humano a realizar na prática social.

O autor afirma que a perspectiva mais positiva que se abre ao desenvolvimento humano no início deste século parece residir na possibilidade, em determinadas condições a precisar, da construção de si mesmo pelo sujeito do conhecimento, em simultâneo com o desenvolvimento autogerido desse conhecimento.

A globalização, segundo Murteira, acarreta muitas vítimas no mercado de trabalho, em particular, os trabalhadores com idades mais avançadas, de baixo nível de instrução e qualificação. São candidatos a desemprego de longa duração, se não tiverem acesso a meios de formação profissional apropriados à sua situação, meios que não são fáceis de organizar e disponibilizar.

O “espaço de liberdade” que o autor várias vezes refere pode-se consumir apenas nisto: a liberdade de manter-se desempregado ou subempregado, perante um Estado e uma sociedade que já não se consideram responsáveis por essa situação.

O autor conclui que a coesão social, em tempo de globalização, não é de facto causa perdida, obsoleta ou desnecessária, mas requer novos modelos ou paradigmas.

A globalização, segundo o professor, é uma via de integração da economia mundial, mas é ao mesmo tempo factor de diferenciação, mesmo de acentuação de desigualdades. Donde resulta a necessidade, sentida hoje por tantos “cidadãos globais”, individuais e colectivos, de lutar por “outra” globalização, uma globalização “justa”, atenta à dimensão social.

Murteira traça diferentes cenários futuros para o trabalho e o emprego. São eles: modelo liberal em que observamos a evolução espontânea do sistema mundial, o que implica a continuação e aprofundamento da globalização em curso; modelo da globalização justa, que é uma versão corrigida em alguns aspectos considerados mais negativos do modelo liberal, implicando, por exemplo, a reforma das instituições relevantes para a regulação do mercado global, como o FMI, o Banco Mundial ou a OMC, e por último; o modelo da sociedade do conhecimento em que o trabalho, o emprego e o conhecimento encontram o relacionamento mais positivo para o desenvolvimento humano.

O autor traça ainda uma visão retrospectiva do sindicalismo, desde as suas origens. Fruto da organização das classes trabalhadoras, no seio do capitalismo industrial em formação, espontânea e à margem da lei, lutando por melhores salários e condições de trabalho, Murteira identifica três etapas do processo de conquistas sindicais: uma primeira fase de clandestinidade dos sindicatos, seguida de uma fase de tolerância legal, e finalmente a fase correspondente ao apogeu da social-democracia, designada pelo mesmo como “protecção legal”.

Visão Crítica

Depois da explanação acima efectuada do livro “A Nova Economia do Trabalho” de Mário Murteira temos que, sendo a sua primeira edição datada de Abril de 2007, ao levarmos a cabo a leitura das suas 147 páginas deparamo-nos com uma excelente obra, com linguagem bastante acessível e ideias claras. Ao longo dos seus capítulos, a palavra de ordem é economia, neste caso economia do trabalho.

Ao longo de uma leitura atenta, deparamo-nos com as analogias e análises desenvolvidas pelo autor e que se revelam deveras interessantes. O autor identifica, ao longo do seu texto, as principais transformações ocorridas nas últimas décadas no que se refere às relações de trabalho. A análise levada a cabo por Mário Murteira refere-se, na sua essência, às mudanças ocorridas a nível dos países europeus, pioneiros da social-democracia e do sindicalismo.

Mas esta obra vai mais além, mostrando de que forma a globalização afecta a estrutura e o funcionamento das economias de mercado. O autor analisa, particularmente, os efeitos da globalização financeira e da globalização do conhecimento na nova economia do trabalho.

As transformações ocorridas recentemente no processo de acumulação de capital, no mercado do trabalho e na organização sindical também não ficaram esquecidas tendo sido Mário Murteira bastante minucioso nas suas observações, considerações e consequentes conclusões.

Conclui-se assim, que “A Nova Economia do Trabalho”, de Mário Murteira encerra em si mesmo um importante contributo para o avanço da ciência social propondo no seu âmago um novo quadro de reflexão sobre as relações entre o desenvolvimento humano e a globalização.

Sem dúvida um livro para ler!

Otra Economía

Sección

Economía Social en Europa

Los servicios de proximidad en Europa: En perspectiva con la economía popular⁸⁹

Jean-Louis Laville

Sociólogo. Investigador del CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) donde dirige el Laboratoire de sociologie du changement des institutions (LSCI), laboratorio que integra el CRIDA (Centre de recherches et d'information sur la démocratie et l'autonomie. París, Francia). Especialista en temas de Economía Social y de Sociología Económica de las sociedades contemporáneas, sobre los que imparte docencia universitaria en distintas instituciones de París.

El reconocimiento de la economía popular en los países del Sur incita a un cambio de mirada sobre las actividades que en el Norte implican cuidados hacia el otro, incluida una toma de conciencia de las riquezas que generan. De hecho, muchas actividades de autoconsumo características de la economía popular en el Sur se asemejan a las que vienen creciendo como novedad en Europa bajo la denominación de “servicios de proximidad”.



Foto: Rita Barreto

Así, en los países escandinavos, han venido surgiendo nuevas organizaciones que muestran una forma de acción distinta a la de las asociaciones tradicionales. Alejándose del enfoque político y cultural hegemónico en los años '70, proponen en los años '80 “nuevas formas organizacionales y soluciones a los problemas sociales locales”. Entre ellas se encuentran las organizaciones denominadas de “promotores de proyectos” en Dinamarca, sostenidas por los poderes públicos con el fin de reforzar la responsabilización de los ciudadanos voluntarios en las políticas sociales. En Suecia, organizaciones de mujeres implementan centros de contención y consejos para las mujeres golpeadas, llevando a que más de la mitad de las municipalidades generen actividades públicas de ayuda para ellas. En la misma década los padres inician modalidades propias de cuidado de niños porque consideran que el servicio público no responde a todas las necesidades, ni cuantitativa ni cualitativamente, a causa de la estandarización del funcionamiento de las guarderías. El gobierno social-demócrata da derecho a que el 85% del financiamiento de las cooperativas de cuidado de niños proceda de fondos públicos, y luego en 1991, se eliminan todas las restricciones acerca del estatuto jurídico de la oferta en este campo. El

⁸⁹ Traducción de Françoise Blanc.

15% de los niños que no están en edad escolar son así acogidos en guarderías no municipales (la mayoría de las cuales son cooperativas formadas por padres) y otras cooperativas de trabajo o asociaciones. La forma cooperativa y asociativa participa en este contexto tanto en un nuevo despliegue de los servicios existentes como en la creación de otros nuevos. La “cooperativización”⁹⁰ de los servicios sociales responde antes que nada al objetivo de aumentar el papel de los usuarios, tales como los padres para la organización de la acogida de sus hijos, y ha sido aceptada bajo la presión de las restricciones financieras del sector público.

En el Reino Unido, en los años '90, las asociaciones de personas discapacitadas y las que representan a minorías culturales desarrollan enfoques radicales en contra de lo que sus voceros denominan el paternalismo de las autoridades y la ceguera del mercado. Defienden la participación de los usuarios en la elaboración de los servicios que les conciernen. En el desarrollo local, las iniciativas “comunitarias” se expresan a través del desarrollo de la “*community transport association*” – reconocida al nivel nacional en tanto órgano representativo de los grupos que se han juntado para paliar la ausencia de un transporte adaptado a sus necesidades –, de las “*community enterprises*” – numerosas en Escocia –, de las “*community foundations*” y de las “*community development trusts*”. Todas estas iniciativas tienen lugar en territorios rurales y urbanos en los que la economía mercantil se debilita. Quieren infundir en ellos una nueva dinámica impulsada por la misma población. Respecto de la protección del medioambiente, los “*Groundwork trusts*” llevan a cabo más de 3.000 proyectos cuyo punto común es la participación de los habitantes en la concepción e implementación de los mismos y en la alianza con asociaciones ecológicas, estructuras administrativas locales y empresas. Respecto del cuidado de los pequeños niños, los “*playgroups*” son lugares de acogida a tiempo parcial; dirigidos por los padres que reaccionan contra la falta de oferta, eran 18.000 en 1998 proporcionando el 19% de los cupos disponibles para los niños de menos de cinco años.

En Alemania y Austria, a ese tipo de iniciativas se lo califica de “ayuda mutua” para expresar la voluntad explícita de responsabilizar a las personas. Pueden dividirse en tres sub-sectores: grupos semi-informales, grupos de “auto-asistencia”, esto es, que agrupan a personas afectadas por el mismo problema, y grupos que defienden la causa de ciertas poblaciones de las que no forman parte. Se constituyen en base al voluntariado; el trabajo profesional remunerado sólo interviene de forma complementaria. Esas iniciativas son 70.000 en Alemania, con aproximadamente 2,65 millones de personas comprometidas. Se multiplican a partir de la década del '80, esencialmente en los ámbitos de la salud y de la acción social – sólo en el campo de la salud, se cuentan entre 5.000 y 10.000 grupos. Se anclan en una crítica a la burocratización de los servicios públicos y de las grandes organizaciones de beneficencia, y dan lugar a nuevas organizaciones locales. A modo de ejemplo, en Viena, se acogen a 65.000 niños, la mitad en el servicio público y la mitad en las asociaciones a la vez tradicionales y procedentes de esas iniciativas denominadas “de base”.

Al igual que en Francia y en Bélgica, se trata de renovar las formas de oferta asociativa reconociendo que la ausencia de fines lucrativos no garantiza por sí misma el respeto de los usuarios. Las asociaciones, por ser durante mucho tiempo las principales prestatarias de servicio, se han beneficiado con cuasi-monopolios locales. Con la tendencia a la apertura concurrencial, un gran número de ellas intentan mejorar sus prestaciones utilizando las formas de gestión empresarial, por ejemplo adoptando las herramientas de marketing. Sin embargo, mientras que esta uniformización mitiga los resultados⁹¹, otras

⁹⁰ B. Lorendahl, 1997.

⁹¹ Sobre los efectos perversos de la profesionalización gestora de las asociaciones, ver la introducción de J.L. Laville, R. Sainsaulieu, 1997.

asociaciones intentan encontrar una especificidad y surgen iniciativas con un enfoque que no equipara usuarios con consumidores. Estas innovaciones, ya sea que sigan la vía de la actualización de antiguas asociaciones o de la creación de nuevas, definen como desafío central la práctica de funcionamientos asociativos originales. Según sus promotores, la legitimidad de la oferta asociativa de los servicios depende, en el largo plazo, de su capacidad para suscitar la expresión de los usuarios (en el sentido de toma de voz de Hirschman), para movilizar compromisos voluntarios diversificados y encontrar nuevos equilibrios financieros adecuados en un contexto menos protegido. En Francia, los lugares de acogida con participación parental constituyen un ejemplo de esas innovaciones. Reconocidos en 1981 después de surgir bajo la forma de guarderías espontáneas en ruptura con la medicalización, la división y la especialización tradicionales de las formas colectivas de cuidado de niños, se han desarrollado ampliamente. Dos tendencias marcan su evolución: la primera es la ampliación de las categorías de iniciadores, pues muchos de esos lugares proceden de la iniciativa de profesionales que quieren crear su empleo, e incluso de instituciones o estructuras administrativas locales. La segunda es la ampliación del público involucrado. Si en el origen, era urbano, e incluso parisino, el movimiento de las guarderías parentales se ha difundido gracias a su capacidad de adaptación. Se ha diversificado integrando funciones de acogida a tiempo parcial, que no necesitan inversiones exorbitantes y ahorran en promedio un tercio del costo en comparación con otras estructuras colectivas.

La amplitud del fenómeno de los servicios de proximidad puede parecer pequeña. Sin embargo, empezó a ser reconocida al nivel nacional en las políticas sociales y económicas experimentales tal como el programa “empleo-jóvenes” en Francia. Al nivel europeo, el “Libro Blanco”, documento de reflexión de la Comunidad Europea para el siglo XXI, es el primero que hace referencia a eso, anunciando “una cifra de tres millones de nuevos empleos” que podrían ser divididos “en forma igual, entre los servicios de proximidad, la mejoría de las condiciones de vida y la protección del medioambiente”. Las encuestas realizadas por los servicios de la Comisión explicitan luego los campos de actividad de lo que se denomina servicios de proximidad en los países francófonos y se designa como iniciativas locales de desarrollo y de empleo según una terminología más consensuada en el conjunto de la Unión Europea.

Se señalan cuatro grandes campos⁹²: en primer lugar, los servicios de la vida cotidiana que incluye servicios a domicilio, el cuidado de niños y las nuevas tecnologías de información y comunicación; en segundo lugar, los servicios de mejoría de las condiciones de vida, incluyendo las mejoras de la vivienda, la seguridad, los transportes colectivos locales, la revalorización de los espacios públicos urbanos, los comercios de proximidad y el dominio de la energía; en tercer lugar, los servicios culturales y de entretenimiento que incluyen el turismo, lo audiovisual, la valorización del patrimonio cultural, el desarrollo cultural local y el deporte; en cuarto lugar, los servicios de protección de medioambiente abarcando la gestión de los residuos, la gestión del agua, la protección y el mantenimiento de las zonas naturales, la regulación, el control de la contaminación y las instalaciones correspondientes.

Surgidos en torno a la recomposición de los servicios sociales, los servicios de proximidad no han podido eludir el hecho de que una de las principales causas de las desigualdades crecientes es el aumento de la desocupación y la exclusión. Así es como se han desarrollado servicios de inserción mediante la actividad económica cuyo primer objetivo es la integración por el empleo de personas en dificultad; en dichos servicios la actividad se elige en función de su capacidad para favorecer el acceso al trabajo asalariado. La dificultad de los servicios creados en torno a la inserción es promover esta opción sin participar de la

⁹² Commission européenne, 1995, 1996.

extensión de estatutos derogatorios al derecho común que acentúan la degradación del mundo salariado a través de la instauración de un segundo mercado del trabajo. Pioneras de políticas activas en los mercados del trabajo, combinando el acompañamiento social y la búsqueda de eficacia económica, las iniciativas de inserción por lo económico oscilan entre una simple función de “bisagra” hacia la economía de mercado y una voluntad de asociar a las personas acogidas en la gestión de la entidad productiva. El objetivo perseguido es, o bien una mera prestación de inserción, limitándose a formar, dentro de una situación de trabajo, a futuros asalariados de empresas privadas, o enseñarles las reglas de disciplina, o bien, por fin, su inclusión como sujetos de derechos y actores económicos.

La posibilidad de agrupar todas esas experiencias supone una nueva modalidad de concepción de los servicios a las personas. Se puede denominar “servicios de proximidad” a aquellos en los que se adopta un sentido de la proximidad en el que dicha noción no remite únicamente a una objetivación de los criterios de espacio o de tiempo, sino también a la subjetividad de los actores. Por supuesto, la proximidad puede tomar la forma del vecindario puesto que, en la mayoría de los casos, da lugar a servicios efectuados en un territorio restringido y que responden prontamente a la demanda de los usuarios; sin embargo, no se equipara al vecindario. La proximidad se define por el hecho de que son los actores los que la sienten, la experimentan y la interiorizan. En vez de que cada uno intente resolver individualmente y en la esfera privada los problemas cotidianos a los cuales está confrontado, los servicios de proximidad proponen tratarlos mediante la apertura hacia la esfera pública. Al principio, a menudo no son más que algunas personas que empiezan a abordar entre ellas cuestiones de las que no hablaban antes. Es al tomar en cuenta las realidades multiformes, a partir de los intercambios, que pueden ajustarse la demanda y la oferta.

Por todas esas razones, pese a las diferencias de contexto, cierto número de elementos constitutivos de la economía popular en las sociedades del Sur están también presentes en los servicios de proximidad. Si no se limitan las necesidades a las necesidades materiales, lo que está en juego son los elementos fundamentales en el proceso de formación y de reproducción de una sociedad humana. Es cierto que no se trata de subsistencia, sino más bien de igualdad de acceso y de respeto de los derechos humanos en los servicios. Pero es un sentimiento de pertenencia el que provoca el compromiso aunque no se trata de identidad heredada, sino de identidad construida a través de la acción colectiva. Es la igualdad de los miembros la que constituye la regla aunque las experiencias están menos vinculadas con un tipo de actores que con una deliberación entre varios tipos de actores (usuarios, asalariados, voluntarios,...).

La fuerte convergencia entre la economía popular contemporánea del Sur y los servicios de proximidad de Europa concierne a la valorización de los saberes vinculados con los servicios de cuidado. Lo que se encuentra en los servicios de proximidad, es también una deconstrucción de la separación entre lo privado y lo público que no corresponde con la experiencia vivida de las mujeres y deja de lado las competencias de educación y mediación que requiere el trabajo afectivo, el cual contribuye al bienestar de los niños y de las personas dependientes o enfermas. Al igual que en el Sur, cabe recordar, primero, que fue la familia -y dentro de ésta las mujeres- la que tradicionalmente se hizo cargo de estos cuidados. Luego, en contra de esta división sexuada de las tareas, es importante defender que esas actividades son cruciales y fundan el sentido de la vida en sociedad. A la inversa de la disociación y la jerarquización entre espacios económico, político y doméstico que instalan a los hombres en el centro de esos dos primeros para encerrar a las mujeres en el tercero, ubicarse desde la perspectiva de la vida decente y del bienestar humano lleva a constatar que “es

imposible no cuidar y no trabajar”⁹³. Los cuidados no pueden entonces ser objeto de una externalización total, a favor del Estado o del mercado, que no tomaría en cuenta la transmisión intergeneracional que representan y que los instrumentalizaría en nombre de la creación de empleos sin evaluar su sustrato antropológico. Son un bien público y hacerse cargo de ellos supone, por una parte, una división de las responsabilidades entre la familia, las autoridades públicas, y también el mercado y la sociedad civil, y por otra parte, una división de las responsabilidades intrafamiliares entre hombres y mujeres, que suponga iguales oportunidades en el mercado del trabajo. Dichas divisiones deben debatirse en el marco de una sociedad reflexiva en la que los problemas políticos son también cuestiones de la vida cotidiana y de la relación entre los géneros.

BIBLIOGRAFIA

Commission Européenne, *Le premier rapport sur les initiatives locales de développement et d'emploi. Des leçons pour les pactes territoriaux et locaux pour l'emploi*, Document de travail des services de la Commission, Novembre 1996.

Commission Européenne, *Les initiatives locales de développement et d'emploi*, Bruxelles, Mars, 1995.

Laville J.L., Sainsaulieu R., *Sociologie de l'association*, Paris, Desclée de Brouwer, 1997.

Lewis J., « Gender and Welfare State in Change », *European Societies*, 2003.

Lorendahl B., Integrating the public sector and cooperative social economy - Towards a Swedish new model, in *Annals of Public and Cooperative Economics*, 68 : 3, 1997.

⁹³ J. Lewis, 2003, pp. 331-357.